

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA CRISTINA NACKE CONRADI

“MEMÓRIAS DO SÓTÃO”: vozes de mulheres na militância política contra a
ditadura no Paraná (1964-1985)

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA CRISTINA NACKE CONRADI

“MEMÓRIAS DO SÓTÃO”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)

Tese apresentada à linha de pesquisa “Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História”, do Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Roseli Terezinha Boschilia

**Curitiba
2015**

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Conradi, Carla Cristina Nacke

“Memórias do sótão”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). / Carla Cristina Nacke Conradi. – Curitiba, 2015.

267 f.

Orientadora: Profª Drª Roseli Terezinha Boschilia

Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. História – ditadura – Paraná.
2. Mulheres na política – Brasil – relações de gênero. 3. Militância – história social – mulheres. I. Título.

CDD 981



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **CARLA CRISTINA NACKE CONRADI** intitulada: “MEMÓRIAS DO SÓTÃO”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985), após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, treze de novembro de dois mil e quinze.

Prof. Dra Roseli Boschilia (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dra Ana Maria Colling (UFGD)
1º Examinador – participação via Skype

Prof. Dra Méri Frostcher Kramer (Unioeste)
2º Examinador

Prof. Dra Ana Maria Rufino Gillies (Unicentro)
3º Examinador

Prof. Dr. Euclides Marchi (UFPR)
4º Examinador

Dedico esta tese a pessoas muito especiais em minha vida. Entre elas estão a minha mãe Maria Juçara, o meu filho Allan Gabriel, a minha filha Violeta e a minha orientadora Roseli.

Também dedico a tese às militantes políticas entrevistadas, sem as quais não poderia ter feito este trabalho.

E dedico à Deisi Rizzo — *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de uma tese de doutorado dura quatro anos. Entre o tempo relativo e o tempo percebido, foram anos vividos com intensidade. Foram anos mapeando, ouvindo, analisando e escrevendo. Embora o trabalho seja individual, por muitas vezes em um escritório fechado, em todos os momentos não estive sozinha. Estiveram ao meu lado inúmeras pessoas, que agora merecem ser reconhecidas. Não há uma ordem preestabelecida ou hierárquica, apenas gostaria frisar que são agradecimentos sinceros!

— Às militantes políticas que narraram e confiaram suas histórias de vida a mim: Adair Terezinha Chevônika de Souza, Ana Beatriz Fortes, Cecília Garçon, Clair da Flora Martins, Elizabeth Franco Fortes, Lídia Lucaski, Ligia Cardieri, Neide de Azevedo Lima, Noemi Osna Carriconde, Rosilei Vilas Boas, Teresa Urban, Teresinha Cardoso, Zélia de Oliveira Passos, Tosca Zamboni, Carmem Regina Ribeiro, Albina Pedrina Cordeiro, Maria Goretti e Maria Celi de Albuquerque.

— À minha orientadora — Roseli Boschilia, que é, por consenso de todos os seus orientandos e orientandas, um ser de luz! Eu tive o privilégio tê-la ao meu lado não somente na vida acadêmica, mas também na vida particular. Agradeço a ela por todas as etapas concluídas do doutorado, pois foi pelo seu incentivo, por sua paciência e por sua gentileza que eu consegui vencer as contingências da vida durante o doutorado. Roseli ensinou-me que o relacionamento entre orientadora e seus pupilos deve ser ancorado na igualdade e no respeito. Minha prática docente é formada por seus ensinamentos.

— Aos/as professores/as da Linha de Pesquisa “Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História”, do Programa de Pós-Graduação da UFPR.

— Às coordenadoras do Projeto “Políticas Públicas de Gênero no Brasil e em Cuba: aproximações, diálogos e desafios”, do Programa CAPES/MES-CUBA. Professoras Ana Paula Vosne Martins e Maria de los Ángeles Arias Guevara, da Universidade de Holguín. A experiência de viver em Cuba por quatro meses foi fantástica. Conhecer aquele lugar trouxe conhecimentos sobre a história de vida de *mujeres combatientes* pela Revolução Cubana e, muito mais que isso, possibilitou também ressignificações identitárias e subjetivas.

— À professora Ana Paula Vosne Martins e ao professor Davi Felix Schneider, membros da banca de qualificação, pela leitura rigorosa do texto e por ajudar a trilhar novos caminhos para a reflexão da tese.

— À Maria Cristina Parzowski, pela dedicação ao seu trabalho e por sempre estar “quebrando nossos galhos”. Foram inúmeras as vezes em que precisei de sua ajuda e de seus conselhos. Ela sempre esteve na torcida por minha vitória. A minha alegria de defender e concluir a tese foi compartilhada por ela também.

— Agradecer aos meus amigos que o doutorado me presenteou. Ao lindo e inteligentíssimo Gregory Balthazar, à amada “guriaaa” Juliana Fleig Bueno e à minha maior incentivadora — Georgiane Garabely Heil Vázquez; e também ao Fernando Bagiotto Botton, à Kety Carla de March e à Dulceli Tonet Estacheski.

— Às amigas cubanas María de los Angeles Arias Guevara, Ania Pupo Veja, Tatiana González, Niuris Varcарcel, Aida Torralbas Fernández, Virginia Hardi, Bárbara Martinez e Iosneisy Portelles Pérez.

— Às minhas amigas/irmãs de uma vida toda — Simone Tatiana Pedron, Ivonete Pereira, Giseli Deprá, Selma Martins Duarte, Alessandra Gasparatto e Liciane Franke.

À minha família, em especial aos meus queridos irmãos — Herbert Nacke e Harry Nacke Júnior à minha irmã amada — Ana Paula Nacke. Ao meu sobrinho Otávio Nacke Paulino e às minhas sobrinhas Gabriela Nacke Paulino, Camila Martins Nacke e Laura Nacke.

— À minha mãe — Maria Juçara Nacke, minha maior cúmplice nesta existência. O seu incentivo constante está sempre a continuar. Se hoje eu continuo a caminhar é por ela ter me ajudado a traçar um caminho, que tem como ponto de partida o amor, no percurso o bem e na chegada o desejo de ser alguém melhor. Ensinou-me através de Chico Xavier, que “tudo que é seu encontrará uma maneira de chegar até você”. Dona Juçara, mulher bonita, que enfrenta a vida todos os dias, soube com precisão pegar na minha mão, quando, a filha ovelha negra da família — leia-se feminista —, voltou *embarazada* do doutorado sanduíche!

— Ao meu filho — Allan Gabriel Conradi, pelo orgulho que tenho em tê-lo como filho. Quando iniciei o doutorado ele ingressou no curso de Engenharia Civil, um desafio para os dois. Acredito que o exemplo é a melhor maneira de educar. No meu mestrado ele tinha doze anos e dizia a seus colegas de colégio: “lá em casa não podemos ir, minha mãe tá fazendo a dissertação”. Se, naquela época, ele não sabia o que era uma dissertação, hoje ele sabe que é através do estudo que evoluímos.

— À pequena e surpreendente Violeta Nacke. Chegou ao finalzinho da tese de surpresa e me deixando encantada. Violeta começou a dar os primeiros passinhos quando eu estava sentada ao computador escrevendo. A pesquisa exigiu

distanciamentos das diversas identidades que temos e, por diversas vezes, eu precisei me distanciar da maternidade. Não vi seus primeiros passos, mas sei que verei sua caminhada ao longo da nossa vida juntas.

— Às músicas saltitantes da Galinha Pintadinha, que me salvaram inúmeras vezes. Agradeço à Magali Geni Moreira, à Nathiely Grassi e à Iliely Lopes — as cuidadoras da Violeta, que me ajudaram a conciliar a maternidade e a escrita a tese.

— À Márcia Telles, por estar ao meu lado em uma parte importante da minha vida, a Violeta.

— Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, cujo apoio financeiro permitiu o desenvolvimento desta pesquisa.

*Ninguém cruza nosso caminho por acaso e nós
não entramos na vida de alguém sem nenhuma
razão.*

Chico Xavier

Não vejo essas mulheres como heroínas modelares. Na verdade, vejo-as como marcos históricos ou como lugares, marcos históricos – melhor dizendo, arenas – onde se travam embates políticos e culturais cruciais, passíveis de serem examinados, pormenorizadamente. Imaginar uma pessoa – neste caso uma mulher – como um lugar ou uma arena, não significa negar-lhe a humanidade, mas reconhecer os muitos fatores que fazem dela um agente, bem como as múltiplas e complexas maneiras pelas quais ela se constrói como ator histórico.

Joan Scott

RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar e analisar a ação política de mulheres em luta contra a ditadura civil-militar no Estado do Paraná, Brasil, a partir de suas narrativas autobiográficas. As jovens estudantes ou universitárias, no final da década de 1960 e início da de 1970, Teresa, Clair, Ana Beatriz, Lídia, Elizabeth, Ligia, Noemi, Rosilei, Zélia, Adair, Cecília, Neide, Teresinha e Izabel romperam, cada qual a seu modo, com os padrões tradicionais de conduta impostos às mulheres e escolheram para si o projeto pessoal pela ação política. O recorte temporal desta investigação abrangeu os anos de 1964 a 1985, período em que as mulheres se identificaram com a luta e os desdobramentos de suas escolhas — clandestinidade, exílios e retorno à legalidade com a anistia. O recorte espacial incidiu sobre a cidade de Curitiba e foi definido por duas razões: primeiro, porque este foi o local no qual, na atualidade, encontramos as mulheres que aceitaram participar da pesquisa e, em segundo, a capital foi o território da atuação dessas mulheres. A memória social sobre o período ditatorial no estado constrói uma noção de político para essas mulheres que é a invisibilidade, i.e., o apagamento de suas *performances* políticas. Assim, entendemos tal construção enquanto um silêncio político dotado de estratégias de poder, dado o trabalho historiográfico e memorialístico, para negar a presença e a atuação das mulheres militantes. Tendo como foco privilegiado de observação as experiências e a invenção subjetiva de inserção política dessas mulheres, analisamos a constituição da subjetividade de três militantes, tratando a memória como uma prática de si, i.e., um exame voltado para si e também para o outro. As narrativas foram interpretadas como uma possibilidade de invenção subjetiva de gênero, seja problematizando como fizeram do gênero um local possível de resistência, seja como fizeram do ato de relembrar uma possibilidade de se reinventar como sujeitos políticos. A reflexão teve seus pressupostos teóricos tomados da noção de “agência” de Judith Butler, de “local de agência” de Leonor Arfuch, de “escrita de si” e de “estética da existência”, de Michel Foucault.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Memória; Subjetividades; Militância política; Mulheres.

ABSTRACT

The goal of this doctoral dissertation was to assess the political action of women struggling against the civil-military dictatorship in the State of Paraná, Brazil, using their autobiographical narratives. In the late 1960s and early 1970s, the young students or undergraduate students Teresa, Clair, Ana Beatriz, Lídia, Elizabeth, Ligia, Noemi, Rosilei, Zélia, Adair, Cecília, Neide, Teresinha, and Izabel, each in her own way, broke with the traditional behavior standards imposed upon women and chose the personal project of political action for them. The research covered the years from 1964 to 1985, a period in which women identified themselves with the struggle and the consequences of their choices, namely: clandestinity; exile; and return to legality through amnesty. The city of Curitiba was chosen for two reasons: firstly, because it was the location where we found the women who agreed to participate in the research and, secondly, this capital city was the territory of action of these women. The social memory about the dictatorial period in the State of Paraná builds a political notion of invisibility for these women, i.e., the deletion of their political performances. Therefore, we understand such a construction as a political silence with power strategies, given the historiographical and memorialistic work aimed at denying the presence and action of activist women. Having the experiences and the subjective invention of political insertion of these women as a focus, we assessed the constitution of the subjectivity of three activists, treating the memory as a practice of the self; i.e., an assessment focused on themselves and also on the others. The narratives were interpreted as a possibility of subjective invention of gender; either questioning how they turned gender into a possible location for resistance or how they turned the act of remembering into a chance to reinvent themselves as political subjects. The theoretical assumptions of this reflection were taken from Judith Butler's notion of "agency", Leonor Arfuch's "agency location", and Michel Foucault's "writing the self" and "aesthetics of existence".

Keywords: Civil-military dictatorship; Memory; Subjectivities; Political activism; Women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5ª RM — 5ª Região Militar

AI-5 — Ato Institucional nº 5

AP — Ação Popular

AMAR — Defesa do Meio Ambiente de Araucária

CBA — Comitê Brasileiro pela Anistia

CCC — Comando de Caça aos Comunistas

CEU — Casa do Estudante Universitário

CNV — Comissão Nacional da Verdade

CODI — Centro de Operações de Defesa Interna

DCE — Diretório Central dos Estudantes

DOI — Destacamento de Operações Internas

DOPS — Delegacia de Ordem Política e Social

FESPSP — Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPM — Inquérito Policial Militar

IPUC — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

JUC — Juventude Universitária Católica

JUDEPRO — Juventude Democrática Progressista

MDB — Movimento Democrático Brasileiro

MEC — Ministério da Educação e Cultura

MIR — Movimiento de Izquierda Revolucionários

MOVE — Movimento de Educação

MR-8 — Movimento Revolucionário Oito de Outubro

PC — Partido Comunista

PCB — Partido Comunista Brasileiro

PCdoB — Partido Comunista do Brasil

PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro

ONG — Organização não Governamental

POLOP — Revolucionária Marxista Política Operária

PSD — Partido Social Democrata

PT — Partido dos Trabalhadores

PTB — Partido dos Trabalhadores Brasileiros

PUC — Pontifícia Universidade Católica

PUCPR — Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIDEAMA — Movimento de Defesa da Amazônia

SNI — Serviço de Nacional de Informações

TFP — Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

UEE — União Estadual dos Estudantes

UFP — Universidade Federal do Paraná

UNE — União Nacional dos Estudantes

UPE — União Paranaense de Estudantes

URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID — *United States Agency for International Development*

USP — Universidade São Paulo

VAR-Palmares — Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Meandros de um caminho	14
Narrativas autobiográficas	20
As categorias de análises	25
As militantes políticas entrevistadas	28
Memórias sobre duas militantes paranaenses	30
A tese	43
 1. HISTÓRIA DE MULHERES EM LUTA CONTRA A DITADURA NO PARANÁ	 45
Esposa, mãe, militante, operária e subversiva	45
O projeto revolucionário e a maternidade	52
A experiência da militância comunista	56
A experiência da militância narrada pela primeira vez	60
A militância atrelada à arte	65
Mulher bonita na militância	71
A liderança de uma militante	76
A militante loira de olhos azuis	80
Duas irmãs, uma tímida e a outra rebelde	85
Uma feminista em tempos de ditadura	92
A militância de uma das fundadoras do PT	97
Militância pela anistia política	104
Protagonismo feminino no jornalismo	107
A militância política desvelada pela história de vida das mulheres	112
 2. MILITÂNCIA POLÍTICA DE MULHERES NO PARANÁ: NO HORIZONTE DE UMA HISTÓRIA POSSÍVEL	 117
2.1 O silêncio político da memória histórica sobre a militância	131
2.2 A ditadura civil-militar no estado entre conservadorismos e resistências	158
2.3 Territórios da resistência: a militância política de mulheres	166
 3. MEMÓRIAS DE MULHERES EM LUTA: AÇÃO POLÍTICA E SUBJETIVIDADES.....	 186
3.1 Cecília Garçon: <i>performance</i> de militante bonita	196
3.2 Lídia Lucaski: os enfrentamentos do passado e no presente	205
3.3 Teresa Urban: a maternidade e a militância	222
 4. REFLEXÕES FINAIS	 245
 FONTES	 252
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 256

INTRODUÇÃO

Meandros de um caminho

A primeira motivação para este trabalho surgiu de inquietações subjetivas a partir de algumas experiências de vida, assim, alguns marcos dessa trajetória precisam ser apresentados. A militância não é uma dimensão estranha à nossa vida, pois, quando estudante de História, participávamos do movimento estudantil e, por duas vezes, fomos liderança do Centro Acadêmico de História. O ensino público, gratuito e de qualidade mais a regulamentação da profissão de historiador/a eram as bandeiras defendidas e ocupavam, praticamente, toda a pauta de luta do movimento estudantil. Para além disso, para as mulheres militantes havia uma batalha a mais, defendida arduamente por nós para ser incluída na pauta do movimento: o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres da capacidade política e que as mulheres deveriam também ocupar espaços de liderança. Questionávamos os critérios machistas e misóginos de muitos/as companheiros/as de luta, uma vez que o critério de avaliação da capacidade feminina não era o engajamento ou a articulação política, mas reconhecer que as militantes estavam tomando os espaços políticos para si.

As assembleias de estudantes eram os locais de maior visibilidade de tais questões. Estando na mesa de discussões ou nas plenárias, quando as militantes tinham a palavra, era impossível não vermos algumas expressões faciais que denotavam o machismo de alguns homens e, por vezes, das próprias mulheres também. Para que dar ouvidos a sujeitos que, essencialmente, são inaptas à esfera da política? Estávamos nesse campo de batalha porque algumas mulheres já haviam trilhado esse caminho e as transformações desencadeadas por elas possibilitaram a presença das mulheres da nossa geração na política. Sabíamos que a participação das mulheres no movimento estudantil não era a-histórica, bem como tampouco o era a militância política. Mas, qual era a história dessas mulheres? Onde estava a história dessas mulheres? As memórias do tempo da universidade conferem, no presente, o entendimento de que o nosso perfil de historiadora foi constituído entre teoria e prática, e mediado também pela militância

política. Talvez por isso tenhamos construído uma tese para pensar a constituição de mulheres, através de suas subjetividades, como militantes no período da ditadura civil-militar.

Outra inquietação foi: —Como trabalhar com história das mulheres e as relações de gênero intrínsecas a esse tema, quando há poucas menções sobre mulheres militantes contra a ditadura civil-militar¹ na historiografia paranaense? —E, se essas mulheres não aparecem na historiografia, como pesquisar o protagonismo político delas? A invisibilidade feminina por si só era uma possibilidade de pesquisa, todavia queríamos mais, pois o objetivo era trazer as histórias de vida de mulheres e delas a ação política.

Esta tese discute as memórias de mulheres paranaenses que participaram da luta contra a ditadura civil-militar, iniciada na década de 1960 no Brasil, a partir de autobiografias orais. A proposta é analisar a constituição das subjetividades nesse processo de contar sobre si, sobre um passado de ação política contra a ditadura civil-militar. A análise de suas vidas por elas mesmas, mediante percursos por suas memórias, nos ajudaram a traçar uma história de mulheres em espaços de militância no estado do Paraná.

A problemática, tanto quanto o recorte espacial e temporal, foram definidos com base no percurso da construção da pesquisa. O recorte temporal escolhido foi o período da ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 a 1985, período que cobre desde a instauração do golpe militar até o processo de redemocratização. O recorte justifica-se pelo objetivo de pensar a atuação das mulheres desde o momento em que se identificaram com a luta e os desdobramentos de suas escolhas, como clandestinidade, exílios, retorno à legalidade com a anistia de 1979 e a reconfiguração de suas militâncias por outros ideais, na atualidade.

A cidade de Curitiba foi definida como recorte espacial por duas questões: primeiro porque foi esse o local em que, na atualidade, encontramos as mulheres que aceitaram participar da pesquisa e, em segundo, a capital foi o território da militância dessas mulheres. A definição pela capital, ou seja, um extrato do estado, não impede a pretensão de construir a história de mulheres na militância política no Paraná como um

¹ A conjuntura de instauração do golpe militar e estruturação da ditadura não foi um processo que apenas mobilizou os militares. Ao contrário, foi um processo que articulou ativamente setores civis consideráveis. Justifica-se, a partir desta assertiva, a chamar a ditadura de ditadura civil-militar, e não mais de ditadura militar apenas, porque essa última nomenclatura mascara e faz esquecer os civis que participaram do processo. REIS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 102.

todo, pois entendemos a experiência dessas mulheres na capital como um estudo de caso que pode servir de parâmetro para pensar a ação políticas de mulheres em outras regiões do estado. Eleger a militância na capital, não quer significar de maneira alguma, o não reconhecimento de múltiplas outras formas de protagonismo político e contribuir para a invisibilidade destes.

Ainda quanto ao recorte espacial devemos ressaltar uma opção de análise, qual seja a de que atrelamos à pesquisa o relato de Clari Izabel Favero, que militou no Oeste do Paraná, por ser considerada uma das únicas militantes que participou da luta armada no estado. A pertinência de tal opção está na identificação de que sua experiência ajudaria a pensar as outras militâncias, como, por exemplo, suas motivações em sair da militância política e entrar na militância armada. Outra distinção foi a obtenção de seu relato, informando-se que a sua trajetória² ficou conhecida pelo seu depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade – CNV³ em Foz do Iguaçu, ocorrida em 27 de junho de 2013.

Durante a pesquisa bibliográfica no *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*⁴, encontramos uma breve referência a um espaço de militância de mulheres no Paraná, referência que menciona o núcleo paranaense do Movimento Feminino pela Anistia – MFPA. Com essa informação, fomos à procura desse núcleo nos documentos do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do

² Para efeito de esclarecimento, a noção conceitual de “trajetória” por nós entendida é a de Pierre Bourdieu, que, em suas análises, argumenta que essa abordagem é um dos muitos caminhos possíveis, entre uma série de possibilidades, que pode ser seguido por indivíduo, ou pelo grupo, em um campo determinado, estando esse campo sujeito a transformações. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes & AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

³ A Comissão Nacional da Verdade foi criada em novembro de 2011 mediante a Lei n. 12.528: “Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. BRASIL. Lei n. 12.528/2011. Artigo Primeiro. A Lei foi aprovada em meio a intensas disputas e arranjos políticos por parte do governo, para a sua aprovação. Uma das controvérsias foi a alteração do projeto aprovado na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que aprovou a proposta da criação de uma Comissão da Verdade e Justiça, mas a lei foi aprovada sem o termo “justiça”, sentido que muitos movimentos sociais defendiam. Após a criação da Comissão, os estados também criaram comissões estaduais, para recolher depoimentos de militantes e militares. GASPAROTTO, Alessandra; VECHIA, Renato Della; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta por verdade, memória e justiça no Brasil. *Espaço Plural*. Ano XIII, nº 27, 2º semestre 20012. O Relatório da CNV foi entregue à Presidência da República neste ano e pode ser consultado pela internet. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

⁴ ALMEIDA, Criméia A. S. de; LISBÔA, Suzana K.; TELES, Janaina de A.; TELES, Maria Amélia de A. (Orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial, 2009.

Paraná – DOPS/PR⁵ e, ao encontrar o dossiê do núcleo⁶ e da presidente Neide Azevedo Lima,⁷ definimos que iríamos investigar a ação política das mulheres no Paraná a partir do MFPA. Ao catalogar a fonte descoberta, percebemos o quanto era difícil reconstruir histórias de vidas de mulheres e as mobilizações em favor da anistia no estado através dos arquivos da DOPS. De toda forma, a documentação era importante para encontrarmos essas mulheres e assim seguir seus rastros até encontrá-las na atualidade. Partimos para essa busca com o intuito de conhecer suas histórias de vida contadas por elas mesmas. Assim, poderíamos chegar a um dos objetivos da pesquisa: —Como elas leem o passado político em relação à anistia?

Infelizmente, encontramos poucos registros de mulheres que se mobilizaram pela anistia no Paraná e, principalmente, em relação ao MFPA, embora soubéssemos que isso não determinava que elas não houvessem se engajado nesta luta. Naquele momento específico, porém, em que buscávamos os rastros dessa luta, não conseguíamos localizá-los. Isso suscitou uma questão: —Por que não conseguíamos mapear a mobilização feminina em favor da anistia? A resposta poderia sugerir uma ausência, no entanto, suscitou outra interrogação: —Se as mulheres militaram contra a ditadura civil-militar desde 1964, por que durante o processo de redemocratização, especificamente no período da anistia política, não haveria militância de mulheres? A resposta parecia um tanto clara, pois que muitas das mulheres que militaram contra a ditadura no Estado, dada a dimensão de suas atuações, estavam na ilegalidade na época da proposta da anistia, apartadas de qualquer possibilidade de mobilização: —Como lutar pela anistia se elas estavam clandestinas ou exiladas?

O objeto de estudo foi então redefinido e passaríamos a trabalhar a militância feminina durante todo o período ditatorial. No trabalho de pesquisa, iniciamos o mapeamento de mulheres que foram citadas em estudos sobre a época no Paraná. A confirmação de uma hipótese foi inevitável, a de que novamente a dificuldade se apresentava, pois era praticamente impossível estudar o protagonismo das mulheres com as (poucas) informações coletadas. O que tínhamos eram somente seus nomes e com quem eram/foram casadas, pois o que determinava a menção delas, em livros e ou

⁵ O acervo da DOPS foi transferido para o Arquivo Público do Paraná pelo Decreto Estadual nº 577, no ano de 1991. Consiste dossiês temáticos e individuais organizados em pastas e fichas de cidadãos/ãos investigadas/os. Compreende o período de 1937 a 1989.

⁶ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Movimento Feminino pela Anistia. Nº 02926. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

⁷ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Neide de Azevedo Lima. Nº 02980. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

em memórias escritas, era o fato de terem sido casadas com militantes que foram lideranças do movimento estudantil, de alguma organização de esquerda ou de partidos. A insistência no tema era uma das formas de resolver o seguinte paradigma: se, por um lado, algumas mulheres são citadas em estudos do período, de forma bem factual, de outro lado, suas histórias de vidas não eram apresentadas, deixando-nos a percepção de que elas estavam ali, mas era difícil chegar até elas. Nesse entendimento, as dificuldades eram motivadoras.

No Acervo da DOPS encontramos duzentos e dezoito dossiês individuais de mulheres que foram fixadas por esse órgão no estado. Não poderíamos trabalhar com as histórias de todas essas mulheres, pois nos faltava um recorte temático para agrupá-las e, assim, poder definir quais delas iríamos estudar. Durante a leitura de alguns desses dossiês alguns questionamentos começaram a surgir. Procurávamos informações que pudessem ajudar a compor suas vidas, mas sabíamos que, dado o olhar distorcido do órgão que arquivou informações sobre essas mulheres, o que estávamos a encontrar não serviria para definir suas histórias de vida.⁸ Esses dados encontrados não serviriam até mesmo porque os dossiês não traziam muitos documentos sobre as mulheres, visto que quase sempre eram documentos que solicitavam Atestado de Boa Conduta. Sabe-se que, naquela época, para se conseguir um emprego ou assumir um concurso, era necessário tal documento. Nesses dossiês, mesmo quando há processos, os interrogatórios ou os relatórios estão incompletos ou ilegíveis, dada a má preservação dos documentos antes de serem entregues ao Arquivo Público do Paraná. De fato, da euforia por termos encontrado os dossiês individuais, bem como os dossiês temáticos que registravam a presença feminina na política, passamos ao desânimo, pois percebemos que não conseguiríamos analisar muitos daqueles documentos. Na etapa seguinte da pesquisa, nas entrevistas, na medida em que as mulheres citavam documentos de prisões, interrogatórios, atividades políticas, documentos apreendidos com elas, retornávamos aos arquivos da DOPS à procura, mas raramente os localizávamos.

⁸ Conforme Ana Maria Colling, os arquivos do DOPS são arquivos masculinos. Isso se explica não somente pelo fato de grande parte dos documentos serem relativos ao sujeito de subversão homem, mas porque as mulheres não eram consideradas como sujeitos políticos pelos militares. Assim, “[...] os documentos do SOPS e do DOPS apresentam as mulheres participantes de grupos de esquerda como um apêndice dos homens, sem vontade própria, como marionetes teleguiadas [...]”, portanto, não tinham capacidade de decidir pela militância como um projeto pessoal. Quando elas aparecem em documentos, estão registradas por serem ligadas – mães, filhas, esposas, namoradas – dos subversivos procurados ou presos. COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997. p. 99.

Para Luísa Passerini, os estudos que tratam da experiência da violência política, ao confrontarem os testemunhos com a documentação escrita – que provêm de arquivos – permitem ao pesquisador perceber a “especificidade da relação dos indivíduos com a memória”⁹, já que a estrutura e informações do testemunho oral se diferenciam dos produzidos na escrita. Segundo a autora, a linguagem dos depoimentos contidos nos documentos “está influenciada pelas circunstâncias (tons burocráticos ou de natureza formulaica), [no entanto,] eles são valiosos e interessantes por um aspecto duplo: vemos as testemunhas recusando justificações externas, e buscando justificações no interior de seus próprios percursos”¹⁰. Por outro lado, a autobiografia é influenciada pela interação com outros sujeitos – no caso da autora, as histórias foram narradas em seminários com a participação de outras ex-terroristas e não somente do grupo de pesquisadores/as.

Tais distinções explicariam por que a autora, ao analisar as autobiográficas orais de mulheres italianas ex-integrantes das Brigadas Vermelhas, percebeu que as narrativas eram mais longas e pormenorizadas, e os depoimentos contidos nos documentos apresentavam detalhes díspares. A autora cita o caso de uma ex-terrorista, que, ao narrar sua experiência política, não citou muitos dos detalhes – nomes de companheiros e de companheiras, datas e locais de assaltos – que registou no memorial escrito para a defesa dos crimes cometidos na organização. O comportamento distinto da narradora ficou nítido para a autora. A narradora, no documento, citou com detalhes determinados episódios vividos, preocupando-se em recuperar da memória tais informações, já na narrativa oral ela não negou ter participado de tais eventos, mas estruturou sua narrativa privilegiando a quantidade de tarefas realizadas e episódios vividos, não se preocupando com os detalhes, que, supostamente, não pareciam importar naquele momento.¹¹

Foi nesse sentido que procuramos os documentos citados pelas entrevistadas. O objetivo era enriquecer nossa percepção sobre suas narrativas, pois, quando articulamos os documentos encontrados com suas autobiografias, tivemos uma melhor compreensão da construção de suas memórias como militantes. Ressaltamos que foi muito rico trabalhar com as memórias de Lídia Lucaski sobre um relatório de um interrogatório e encontrar tal documento em seu dossiê individual. Ana Beatriz Fortes foi presa com uma carta que havia recebido quando foi visitar sua irmã Elizabeth Fortes na prisão. A

⁹ PASSERINI, Luísa. Feridas da memória: identidade feminina e violência política. In: *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 83.

¹⁰ Ibidem. p. 85.

¹¹ Ibidem. p. 86.

carta também foi encontrada no dossiê individual da militante. Já o jornal da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP¹², que mencionou Cecília Garçonni como uma mulher transgressora da conduta para uma mulher, ao se referir a ela como “era uma das devassas do movimento estudantil do Paraná e do Congresso de Ibiúna”¹³, infelizmente não foi encontrado.

E, por fim, de uma aparente ausência histórica, agora tínhamos múltiplas participações femininas. As mulheres paranaenses não só foram protagonistas ativas desse processo, como eram múltiplas as suas atuações políticas, definindo, assim, nosso objetivo de pesquisa. Trilhar esse caminho, por vezes sinuoso, foi necessário para que construíssemos uma posição política de questionar uma pretensa invisibilidade, identificada somente nos discursos da narrativa histórica e da produção memorialística. De fato, como diz Portelli, “sempre que algo interfere... considero maravilhosas as interferências. Sempre que algo se interpõe e muda a situação, muda o que fazemos, ou que as pessoas dizem, não há problema, pois se trata de algo importante na cultura e, portanto, de algo que descobrimos”¹⁴. As interferências, ou seja, as invisibilidades e as dificuldades nos despertaram e então tivemos que repensar nosso método, isso contribuindo para que entendêssemos o caminho que estávamos trilhando.

Narrativas autobiográficas

A invisibilidade feminina foi traduzida como um silêncio político embasado em estratégias de poder, por apagar as trajetórias femininas, discussão norteadora de nosso segundo capítulo. E, para contrapor tal afirmação, as vozes das mulheres foram ouvidas, transcritas e analisadas. Somente elas poderiam, a partir de suas memórias, trazer à luz suas trajetórias e suas *performances* durante o período estudado. Dessa feita, se, até o momento as narrativas históricas, apenas as mencionaram de forma factual e com

¹² A TFP, grupo ligado à ala ultraconservadora da Igreja Católica, foi um colaborador importante para a ditadura. Seus membros se sentiam representados pelo governo e ajudavam a propagar as ideologias conservadoras e desenvolvimentistas da ditadura, bem como denunciaram sujeitos que eram considerados comunistas. MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

¹³ GARÇONI, Cecília de Cristo, 67 anos. Entrevista em 9 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

¹⁴ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*. São Paulo, n. 15, p. 45, abr. 1997.

referência a outros indivíduos, doravante, para analisarmos tal contexto histórico, era as vozes das mulheres que seriam ouvidas.

Entrevistamos treze mulheres que se engajaram em espaços de resistência à ditadura civil-militar. Para tanto, adotamos o método da entrevista denominado “história de vida”, que compreende a trajetória do indivíduo desde a infância até o tempo presente da sua narrativa, apresentando múltiplos momentos vividos na individualidade ou no coletivo, permitindo também – dentro de uma nova concepção de história de vida – explorar a dimensão narrativa da construção do eu na análise da experiência. Desse modo, a adoção desse método não significou analisar a história de vida das entrevistadas como uma narrativa do acontecido, reencenação do vivido, mas como narrativas autobiográficas. Assim posto o método desta pesquisa, pode-se questionar: —Mas o que isso quer significar?

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, “narrar sua própria existência consiste numa autobiografia, e toda história de vida poderia, a rigor, ser enquadrada nesta categoria”¹⁵, mas entre autobiografia e história de vida há diferenças em suas definições e características. A história de vida é o “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”¹⁶, sendo o eixo da entrevista a sua vivência e sua experiência. Por outro lado, na autobiografia não há interferência de outro sujeito. Ali “é o narrador que manipula os meios de registro, quer seja a escrita, quer o gravador. Foi ele também que, por motivos estritamente pessoais, se dispôs a narrar sua existência, fixar suas recordações, deu-lhe o encaminhamento que melhor lhe pareceu”¹⁷. Assim, portanto, para autora, os dois métodos convergem, porém não se confundem.

Margareth Rago propõe pensar essa relação de maneira diferente que Queiroz. As histórias de vida das militantes feministas, estudadas pela autora, são entendidas como memórias autobiográficas. Para tanto trabalha com “a noção de espaço autobiográfico, entendido a partir dos diferentes tipos de narrativas de si, entre memórias, depoimentos, entrevistas, correspondências, diários ou *blogs*, que permitem cartografar a própria subjetividade”¹⁸. Dentro dessa nova perspectiva, Rago percebe

¹⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes von. *Experimentos com histórias de vida* (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 23.

¹⁶ Ibidem. p. 20.

¹⁷ Ibidem. p. 23.

¹⁸ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 33.

que, muito mais que narrar suas vidas, enquanto histórias de vida, essas mulheres demonstram uma preocupação com a reinvenção de si e da relação com o outro, dentro de perspectiva ética, a partir das noções de “escrita de si” de Michel Foucault¹⁹.

Para a interpretação da linha narrativa²⁰ construída pelas militantes paranaenses, percebendo sua escolha do que narrar, como narrar e como se constituíram subjetivamente nesse processo, falando ora no passado, ora no presente e suas conexões, optamos por nos apropriar da perspectiva de Rago. A opção foi feita até mesmo porque entendemos a autobiografia enquanto uma relação intersubjetiva entre quem narra e quem está a ouvir. Assim, quando mencionamos a expressão “história de vida”, estamos nos referindo à noção de espaço autobiográfico. Nessa mesma direção, é importante salientar que a narrativa de si, a partir das considerações de Rago e de Foucault, também é uma das categorias analíticas da tese.

Mesmo assim, contudo, as entrevistas, independentemente do método escolhido, foram planejadas a partir da categoria de gênero, ou seja, partimos para a realização das entrevistas instrumentalizadas pelos referenciais teórico-metodológicos da história oral e a sua inter-relação com a categoria analítica de gênero. Eis aí uma combinação importante, segundo Luísa Passerini, dado o seu potencial, pois que a “história de gênero e a história oral caminham de mãos dadas na ampliação do território da História e na renovação de seus objetos e métodos de estudos”²¹.

Passerini propõe uma reflexão a partir de uma pergunta provocadora: — Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? Para a autora, gênero não só é importante para conceber a história oral, e isso dado o seu aspecto relacional, como gênero também influenciou a história oral, quando pesquisadores/as feministas estimularam novos debates acerca do tema. A adoção da história oral pelas feministas emergiu pelo reconhecimento de algo que as fontes tradicionais negligenciaram. Trata-se do reconhecimento de que, por muitas vezes, as vidas de mulheres e a história oral ofereciam meios de serem integradas ao estudo acadêmico histórico.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

²⁰ Em termos conceituais estamos entendendo narrativa como uma prática mediada pela interação entre a memória e a história oral, que possibilita novos conhecimentos e expressões na reconstituição da história individual e coletiva. Estrutura-se como uma forma de materialização do dizer, sendo que a narração é o próprio dizer, ou seja, a arte de contar. Segundo Michel de Certeau a “narrativização das práticas seria uma 'maneira de fazer' textual, com seus procedimentos e táticas próprias”. Assim, por meio da narrativa o sujeito se autorreconhece, se refaz e constrói percepções de si. DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 141.

²¹ PASSERINI, Luísa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 99.

Por outro lado, há uma baliza que precisa ser problematizada. A categoria “gênero” foi estruturante para a história oral não somente enquanto categoria analítica, mas também pela sua ação de genderizar, ou seja, “uma operação para modificar ou redefinir as abordagens históricas existentes”,²² quando gênero é um referencial que contribui para a história oral pela sua ambivalência e pela interdependência dessa categoria com outras, sejam elas: raça, geração, classe, corpo²³.

O processo de genderizar, proposto por Passerini, pode ser observado na relação, no nosso caso, entrevistadora-entrevistada. A entrevista é uma construção intersubjetiva, entre o indivíduo que questiona a partir de suas concepções subjetivas e o outro indivíduo que responde pautado em suas percepções. No momento das entrevistas, tínhamos duas gerações de mulheres – entrevistadora-entrevistadas –, com uma diferença significativa de anos que as separavam. Por outro lado, havia também conexões entre as duas gerações, pelo menos sobre alguns pontos de vista, “levando em conta que o pertencimento de gênero pode significar coisas completamente diferentes para dois sujeitos envolvidos na entrevista, mesmo em se tratando de duas mulheres”²⁴. Assim, poderíamos entender o gênero de maneiras distintas, ora convergindo, ora distanciando. Entrevistadora-entrevistada, concordamos muitas vezes com a importância da atuação das mulheres no espaço público, mas nem sempre com a militância feminista associada a essa atuação.

O gênero também delineia a construção da memória histórica, uma vez que as mulheres, ao rememorarem o passado, elas o fazem de uma forma diferente da dos homens. O que não quer significar, obviamente, que as mulheres tenham capacidades mentais diferentes das deles ou que as estamos essencializando, contudo as narrativas de mulheres se estruturam distintamente. Michelle Perrot²⁵, em alguns textos provoca o tema ao problematizar a possível existência de uma memória especificamente feminina, e conclui que, “na medida em que as práticas sócio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa – está imbricada nas relações masculinas/femininas reais”²⁶, há, sim, uma forma de rememorar feminina.

²² Ibidem. p. 99.

²³ Ibidem. p. 102.

²⁴ Ibidem. p. 106.

²⁵ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

²⁶ Ibidem. p. 18.

Margareth Rago²⁷, ao formular críticas feministas ao sujeito universal da ciência, dialogou com as observações de Perrot sobre a memória das minúcias em que o privado também é pessoal, e define que há, sim, um modo de interrogação próprio do olhar feminino, o que poderíamos caracterizar como uma “releitura da história no feminino”²⁸. Segundo Rago, entende-se que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, e um dos motivos disso é que as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas. Assim, portanto, “se expressa na busca de uma nova *linguagem*, ou na produção de um *contradiscurso*, é inegável que uma profunda mutação vem se processando, também, na produção do conhecimento científico”²⁹.

É nesse sentido que as mulheres, ao rememorarem de forma singular, possibilitam uma mirada que permite pensar a história da ditadura civil-militar no Paraná a partir de outros pontos de partida. Interpretaram a história desse período através de seus olhares, através das suas experiências e dos seus sentidos. Mesmo assim, no entanto, segundo Perrot, “dizer ‘eu’ não é fácil para as mulheres a quem toda uma educação inculcou o decoro do esquecimento de si”³⁰. Assim, no ordenamento das narrativas no decorrer desta dissertação, perceberemos como as mulheres entrevistadas produziram formas de narrar diferentes das que estamos acostumadas a conhecer em entrevistas de alguns homens sobre a ditadura. Como exemplo, enfatizaram o papel de outros membros da família em suas recordações, como seus pais e mães; muitas delas reconstruíram o passado relacionando-o com pontos de referência do ciclo de vida familiar e as situações vividas durante a militância, como a clandestinidade e o exílio. Embora também atribuam a si próprias conquistas pessoais e autoafirmações, elas se colocam no centro dos eventos públicos e descrevem suas atividades dentro dos espaços de resistência, ressaltando o êxito do desempenho. E, na maioria das vezes que julgaram não terem tido uma participação significativa, não estão a desmerecer suas atuações políticas, mas havia sentidos subjetivos por detrás de tais alegações.

²⁷ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1998.

²⁸ Ibidem. p. 22.

²⁹ Ibidem. p. 24.

³⁰ Ibidem. p. 17.

As categorias de análises

O conceito de memória é problematizado neste trabalho pelas contribuições de diversos autores, a saber, Michael Pollak³¹, Joel Candau³², Paul Ricoeur³³ e Beatriz Sarlo³⁴. Para definirmos nosso entendimento de memória, partimos da reflexão de Sarlo:

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.³⁵

Tal categoria pode ser entendida ao visitarmos algumas noções produzidas por teóricos e teóricas sobre o tema. Uma dessas noções é a “metamemória”. Candau, ao discutir essa noção de metamemória, afirma que, “em sua forma coletiva, é a reivindicação compartilhada de uma memória que se supõe ser compartilhada”³⁶, um conjunto de representações que o indivíduo faz das suas memórias. Nesse sentido, foi na maturidade que as mulheres compartilharam suas memórias, quando a sua identidade naquele momento permitia a elas refletirem criticamente sobre suas experiências, dado o distanciamento do tempo e da posição que elas ocupavam em suas vidas. É oportuno lembrar que uma das formas de refletir é compartilhar, relatar e expor, seja pela escrita ou pela oralidade.

Para Pollak, devemos nos posicionar diante da memória, pois por vezes a pessoa que silencia o seu passado, ela o faz por acreditar que isso é o melhor para ela naquele momento, o que não significaria um ato de esquecimento. Assim, portanto, a memória, mesmo que individual, não é inseparável da organização social da vida, que autoriza alguns grupos a falar sobre um fato em detrimento de outros.³⁷ As contribuições de Pollak são fundamentais para pensar os silêncios, ou seja, o que não pode ser conhecido nas narrativas das mulheres militantes. Uma das interdições nas suas narrativas, que se

³¹ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. _____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

³² CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

³³ RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

³⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

³⁵ Ibidem. p. 93.

³⁶ CANDAU, Memória, ..., 2012. p. 23.

³⁷ Ibidem. p. 14.

apresentaram como silêncios, foi o ocultamento dos nomes de seus companheiros durante o relato sobre a militância. Assim, mesmo nos momentos em que as mulheres narraram acontecimentos que vivenciaram com eles, seus nomes raramente foram mencionados. O ocultamento foi a opção de muitas delas. Esse silêncio ocorreu, por muitas vezes, pelos ressentimentos de situações vividas na ilegalidade e com o fim dos relacionamentos afetivos. Depois da clandestinidade, do exílio e no retorno à vida legal, poucas mulheres permaneceram casadas com seus companheiros.

De toda forma, o silêncio “tem razões bastante complexas”, mas, para que uma pessoa possa relatar sua vida ou seu sofrimento, ela “precisa, antes de qualquer coisa, encontrar uma escuta”³⁸. O momento da escuta, bem como as motivações das falas, tudo isso deve ser contextualizado. Assim, as mulheres resolveram falar em um contexto histórico que lhes permitiu tirar suas máscaras, no sentido de poder dizer o que antes era indizível — memórias que, por tanto tempo, estavam no sótão.

Algumas autoras, nos primeiros estudos sobre a militância política de mulheres, ao trabalharem com suas histórias de vida, optaram por não revelar seus nomes verdadeiros e usar pseudônimos³⁹. Entendiam que o anonimato era imprescindível para resguardar a vida pessoal dessas mulheres na atualidade, visto que, para muitas delas, essa parte de suas vidas ainda era ignorada pela sua família e por seus amigos. Essa atitude, conforme Passerini, é facilmente compreendida se levarmos em consideração o contexto histórico da escrita e da receptividade desses trabalhos, contudo a história de vida das mulheres se torna pouco significativa sem o acréscimo de informações sobre suas vidas atuais⁴⁰, ou seja, quem são essas mulheres na atualidade e quais são as suas relações com o passado? Nesse sentido, a crítica se estabelece pelo entendimento de que os momentos e as situações vividas pelas mulheres são tão íntimos, tão particulares, que, se viessem à tona, isso as envergonharia frente aos sujeitos de seu convívio atual ou até mesmo suas condutas estariam passíveis de julgamentos. Suas histórias estariam relegadas somente a elas próprias e não à história de um período histórico.

A história das mulheres parece sofrer uma interdição, o/a próprio/a pesquisador/a identifica a narrativa como cheia de detalhes que são irreveláveis, caso

³⁸ Ibidem. p. 6.

³⁹ Referimo-nos aos trabalhos de: FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória - histórias de vida e histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

⁴⁰ PASSERINI, *Gênero, ...*, 2011. p. 100.

associados aos seus nomes. Ora, se a memória das mulheres está nas minúcias, se elas narram de forma distinta até mesmo pelo lugar que ocupam e ocuparam nos acontecimentos, seus relatos não poderiam ser diferentes. Não existe ou, melhor, não deveria existir, para o/a pesquisador/a, uma trajetória de vida considerada norma ou parâmetro, que, em uma relação binária e assimétrica, determinaria o que seriam ou não situações que poderiam ser narradas.

Esta tese está permeada de posições políticas de sua autoria, e isso poderá ser conferido tanto em suas partes, como em seu todo. A nossa primeira posição é trazer as histórias de vida de mulheres que militaram na ditadura, não somente pelos seus pontos de vista, pelas suas vozes, mas também pelos seus nomes. Já se foi o tempo em que elas precisavam de codinomes para transitar e viver suas vidas, permanecendo no espaço da invisibilidade. Na atualidade, elas querem ser conhecidas por suas existências cheias de contradições, lutas, vitórias, amores, tristezas, felicidades, ressentimentos e percalços, e, acima de tudo, por seus nomes. Essas mulheres estão libertas em relação ao tempo histórico em que não tinham liberdade, de sorte que hoje, no universo da maturidade de suas vidas, recordar faz parte do cotidiano.

Partimos do pressuposto de que gênero é uma categoria de análise pertinente para pensar as memórias dessas mulheres. A categoria de gênero também é pertinente no caso de, por intermédio dessas memórias, se elaborar uma visão sobre suas trajetórias a partir da militância política, bem como gênero é um referencial decodificador para se entender a construção do silêncio político da militância, pelas condições de imaginação de seus autores e de suas autoras. Elegemos a concepção teórica de Joan Scott⁴¹ sobre a categoria de gênero, primeiro, por entender o gênero como elemento estruturante das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos e por ser concebido, como forma primeira de significar as relações de poder.

Na discussão sobre a constituição das subjetividades das mulheres narradoras, pelos impactos das experiências vividas durante a militância política e decorrentes transformações, utilizamos as reflexões de Félix Guattari,⁴² para quem

⁴¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

⁴² GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

[...] os indivíduos são o resultado de uma produção de massa. O indivíduo é serializado, registrado, modelado [...] A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individualização do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social [...] O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos; uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização.⁴³

A reapropriação foi pensada a partir do pensamento de Michel Foucault⁴⁴ e suas reflexões sobre as técnicas do cuidado de si e do trabalho ético desenvolvido pelos sujeitos no sentido de transformar a si mesmos em sujeitos morais de conduta, que determinam para si modos de agir, conhecendo-se, controlando-se, pondo-se à prova, aperfeiçoando-se e transformando-se.

As militantes políticas entrevistadas

Foram estabelecidos *a priori* alguns critérios norteadores da seleção das mulheres a serem entrevistadas, tanto em função da perspectiva teórica da tese, quanto das possibilidades concretas de obtenção de dados para a análise. Os critérios definiriam quais mulheres fariam parte da pesquisa, mulheres paranaenses ou não, mas que tivessem participado ativamente da resistência à ditadura civil-militar no Paraná no período de 1964 a 1985, sendo que essa militância deveria ter acontecido inicialmente no Paraná.

O grupo de entrevistadas foi composto por dezoito mulheres, todas na faixa etária de 62 a 81 anos. São elas: Adair Terezinha Chevônika de Souza, Ana Beatriz Fortes, Cecília Garçoni, Clair da Flora Martins, Elizabeth Franco Fortes, Lídia Lucaski, Ligia Cardieri, Neide de Azevedo Lima, Noemi Osna Carriconde, Rosilei Vilas Boas, Teresa Urban, Teresinha Cardoso, Zélia de Oliveira Passos, Tosca Zamboni, Carmem Regina Ribeiro, Albina Pedrina Cordeiro, Maria Goretti e Maria Celi de Albuquerque.

⁴³ Ibidem. p. 31- 33.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* 2. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2007;_____. *História da sexualidade* 3. O cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007; MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ética, sexualidade e política/Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

Todas elas são residentes em Curitiba, algumas aposentadas e outras trabalhando como profissionais liberais ou como funcionárias públicas.

Para a tese elegemos treze entrevistadas. São elas: Adair Terezinha Chevônika de Souza, Ana Beatriz Fortes, Cecília Garçoni, Clair da Flora Martins, Elizabeth Franco Fortes, Lídia Lucaski, Ligia Cardieri, Neide de Azevedo Lima, Noemi Osna Carricone, Rosilei Vilas Boas, Teresa Urban, Teresinha Cardoso, Zélia de Oliveira Passos. O critério de escolha tem relação com a estrutura da narrativa e os temas que foram abordados.

Do mapeamento dos nomes pelos documentos da DOPS, passamos à procura de seus contatos pessoais e, com o auxílio da nossa orientadora, localizamos uma militante que nos ajudou a encontrar as demais. Assim, as mulheres foram localizadas dentro de uma rede de cooperação. Tal cooperação ajudou também a encontrar algumas mulheres que não havíamos relacionado inicialmente. Tratava-se de mulheres desconhecidas por não terem sido fichadas pelos agentes da DOPS.

A receptividade das militantes foi positiva, pois apenas uma delas não respondeu aos nossos contatos. Mais tarde fomos saber que ela não havia narrado sua história dada a violência sofrida naquele período e dadas as dificuldades em narrar o que era inarrável para ela. Cabe também lembrar, como já salientamos, que adicionamos a narrativa de Clari Izabel Favero à pesquisa a partir do seu depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade.

As demais mulheres aceitaram conversar e, posteriormente, concederam entrevista. Algumas já haviam conversado com outros/as pesquisadores/as, mas até àquele momento com nenhum/a historiador/a. Outras também não haviam contado suas histórias. As mulheres foram contatadas por telefone ou por e-mail e as entrevistas marcadas conforme a disponibilidade delas. É importante ressaltar que o processo de agendamento de entrevistas é uma tarefa complexa e demorada, que as entrevistas eram marcadas nos dias e horários que elas escolhiam e, por vezes, eram desmarcadas em cima da hora, o que implicava iniciar um novo processo de agendamento com a entrevistada. Outras vezes, ao chegarmos ao local da entrevista, quase sempre em suas casas, elas haviam esquecido e programado outros compromissos e novamente tudo se reiniciava. Outra dificuldade era encontrá-las em Curitiba, pois, como muitas eram aposentadas, viajavam por meses. Todavia, esses desencontros foram esquecidos no momento da entrevista.

Fomos muito bem recebidas em suas casas. Muitas delas manifestaram certa satisfação por saber que uma pesquisadora de geração posterior à sua se interessava por suas histórias de vida, e, por sermos bem mais jovem que elas, se interessavam em saber as motivações pessoais da pesquisa. Ainda sobre o aspecto geracional, todas definiram que uma das primeiras motivações de suas narrativas à pesquisa era garantir, para as futuras gerações, o conhecimento dos acontecimentos do passado.

Todas as narrativas foram gravadas, após o consentimento das militantes, e o tempo de gravação, em média, foi de quatro horas por entrevista, tempo praticamente ininterrupto por escolha das próprias entrevistadas. Um segundo passo foi transcrever as gravações, para que as entrevistas pudessem ser analisadas. Foram quase cinquenta e duas horas de gravação e quatrocentas páginas de entrevistas transcritas, tendo cada entrevista, em média, trinta páginas de transcrição.

Entendemos que o momento e o cenário de encontro entre entrevistadora e entrevistada foram ricos de detalhes e passíveis de estudo para conhecermos e entendermos as construções das subjetividades dessas mulheres. Para tanto, como uma amostra, descreveremos o encontro — e as nossas primeiras impressões — de duas entrevistas. Mais do que isso, tal atitude também tem um sentido de gratidão e de homenagem às duas mulheres que faleceram ainda durante a pesquisa, Teresa Urban e Adair Terezinha Chevônika de Souza.

Memórias sobre duas militantes paranaenses⁴⁵

Teresa, codinome Batista

Encontrei Teresa Urban⁴⁶ em um dia chuvoso, nublado e cinza. Ela havia se prontificado a conversar e a conceder a entrevista na primeira vez que conversamos por telefone. Depois fui perceber que essa era uma prática dela, pois que já havia dado muitas entrevistas e até por aqueles dias anteriores à data da entrevista havia sido convidada por uma escola de Curitiba a conversar com alunos do ensino fundamental. A

⁴⁵ Nesta seção da Introdução, das páginas 28 a 33, relataremos o encontro com Teresa e Adair, bem como o processo de definição do título da tese na primeira pessoa do singular, por serem impressões muito pessoais.

⁴⁶ URBAN, Teresa. 66 anos. Entrevista em 26 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

professora da turma havia lido partes do livro escrito por Teresa, *1968 – Ditadura Abaixo* e eles queriam saber mais sobre os personagens fictícios criados por ela para narrar a história da ditadura no Paraná. Ela havia adorado a experiência, pois lhe tinha lhe dado uma inspiração a mais para continuar com suas histórias.

Ocorreu, porém, que não era somente Teresa que estava à minha espera. Havia com ela três cachorros — Vandog, Menininha e Pequena — e a gata Nina, que, ao me verem chegar, ficaram felizes. Eu era uma novidade na casa. Eu sabia que a entrevista com ela seria diferente, pois na conversa por telefone ela já havia fornecido várias informações sobre o período e pessoas que eu poderia entrevistar, e ela tinha, antes de tudo, se identificado com a pesquisa — somente queria saber por que eu pesquisava precisamente as mulheres. Teresa era curiosa e rápida para perguntar aquilo que não entendia ou que estranhava, sem meias palavras, sem trocadilhos. Essa impressão, na entrevista, se confirmou e eu sentiria na “pele de historiadora” essa personalidade de Teresa.

Cabe dizer que essa situação de entrevistadora e entrevistada era uma relação desconhecida ainda para mim, já que era a primeira vez que eu trabalhava com a história oral em uma pesquisa. Havia lido muito sobre os manuais da história oral, mas, na prática, eu era inexperiente, porém empolgada, já que estava conhecendo mulheres e detalhes de histórias de vidas que me pareciam empolgantes. Estava conhecendo as mulheres que tanto procurei. No caso dessa militante havia, porém, uma diferença singular, a saber, ela era jornalista e, pela prática de sua profissão, sabia como fazer uma entrevista, enquanto eu, como entrevistadora, estava apenas iniciando na profissão.

Sentamos na cozinha, eu, Teresa, Vandog, Menininha, Pequena e Nina. A casa tinha um cheiro que ficou na minha memória por ser bastante peculiar: cigarrilha, café e cachorros. Ela confessou que tempos atrás havia parado de fumar, mas bastou uma viagem a Cuba e não resistiu aos seus “deliciosos” charutos e cigarrilhas. Não foi somente Teresa que me concedeu a entrevista, seus amigos de quatro patas também, e, por diversas vezes, ela parava, olhava para eles e não dizia nada. Pela sua expressão, porém, possivelmente, pensava: “Pô, assim não dá!”. Depois olhava para mim e, rindo dizia: “Eu só fico imaginando como é que você vai se livrar dos latidos” — ela se referia à gravação da entrevista.

Teresa falou de tudo um pouco. Revelou que, em tempos de ditadura, Batista era o codinome de que mais gostava. Conhecia muitos fatos, dados, nomes e histórias que, durante a entrevista, foram aparecendo. Contar a história da ditadura era um

compromisso dela, não com o passado, mas com a relação dos acontecimentos daquele período com os do presente. Sobre sua história, por vezes, foi clara e tantas outras vezes foi ambígua. Acreditava que falar sobre si era importante, mas a pertinência estava em falar sobre a ditadura. Era esse o foco principal de sua contribuição, mas a sua militância estava atravessada por sua história de vida, e falar sobre si foi inevitável, principalmente no momento que Teresa falou sobre a maternidade, vivida naqueles anos. Eis um fragmento de sua vida que, na atualidade, era dilacerante: pensar a maternidade com os olhos do presente e se reconciliar com tudo o que viveu.

Por vezes Teresa ficava em silêncio, acendia uma cigarrilha e olhava para um ponto fixo. Depois olhava novamente para mim, suspirava e retornava a falar, quase sempre com uma expressão titubeante: “... quer dizer... no sentido seguinte... como é que eu vou te explicar isso, meu Deus, cada conversa complicada...”. Eu e Teresa passamos quatro horas conversando e, no final da entrevista, eu já não era mais a entrevistadora, mas aquela que respondia algumas dúvidas que ela tinha sobre gênero e sobre a questão ambiental naquele momento, seu novo espaço de militância.

A indagação de Teresa era objetiva. Ela achava

[...] estranho que as mulheres não estivessem na vanguarda do movimento ambientalista do Brasil, porque eu achava que era uma condição biológica e instintiva, é... garantir a vida das gerações futuras. E eu acredito nisso mesmo, eu acho que essa parte da reprodução tá com a gente e traz junto um ônus de ser... ser estrategista, isso todos os seres vivos, as fêmeas de todos os seres vivos tem estratégias de sobrevivência. E que eu via que parecia que nos seres humanos as mulheres não têm essa estratégia como importante, tanto é que, no movimento ambiental do Brasil, tem uma... uma maioria ainda de lideranças masculinas, entende?

E a conversa enveredou por esse caminho e assim passamos a conversar sobre sua, até então, ação política. Saí de sua casa pensativa. Havia conhecido uma pessoa com uma capacidade impressionante de análise do vivido e sabia que mais tarde eu iria me arrepender de não ter filmado esse encontro. O que de fato aconteceu. Este encontro ficou na minha memória até hoje.

Teresa faleceu no dia 26 de junho de 2013, exatamente dois meses após a entrevista que me concedeu. Um dos jornais que noticiou o seu falecimento a descreveu da seguinte forma: “Teresa Urban, a jornalista, ambientalista e escritora”. Apesar de nossa conversa ter sido breve, e eu ter conhecido apenas uma partícula de Teresa, penso que ela teria gostado da seguinte referência: “Teresa Urban, mãe de Gunther e Lupe, a Batista, militante política, jornalista, ambientalista e escritora”.

Adair, Dadá de nascença

— Ah! Minha filha, nossa conversa terá que esperar. Vou para o Peru com meu filho. Estive exilada por lá. Quero retornar antes que eu me vá.

Essa foi a primeira informação que tive sobre Adair⁴⁷, a Dadá, contada por ela mesma. Iria retornar a um lugar que havia deixado saudade, que iria reacender sua memória, reviver alguns fatos de seu passado. Parecia ser um desejo seu de recordar o vivido antes de partir desta vida. Dadá estava em um momento de nostalgia. Foi nesse clima que encontrei a Dadá e Euclides, seu companheiro.

Quando caminhava pela rua que levava à casa de Dadá, vi, de longe, uma senhora sentada no segundo andar de um sobrado, perto de uma sacada, olhando para a rua. Imaginei que pudesse ser Dadá. Quando cheguei à casa, Euclides estava no portão, à minha espera. Senti-o ansioso, empolgado e feliz por alguém ainda se lembrar deles. Euclides me pediu para subir. Dadá não descia mais do segundo andar, estava doente e tinha dificuldades de caminhar. Quanto entrei na sala, vi o sorriso de Dadá e me senti bem-vinda. A sala onde Dadá estava era uma miscelânea de *souvenirs* de muitas viagens feitas pelo casal na busca de conhecer o mundo através do Teatro de Bonecos, mas esses suvenires pareciam muito mais rastros, fragmentos e partículas de uma vida vivida para divertir e educar crianças e adultos. E lá estava Dadá, no meio daquilo tudo, revivendo sua vida, como uma forma de passá-la a limpo.

Começamos a entrevista. Dadá estava um pouco tímida. Poucas vezes ela havia narrado sua história de vida pessoal e foram raras as vezes em que sua história não esteve atrelada a do teatro. Emocionou-se ao falar de sua mãe, uma mulher lutadora e que fez de tudo para a sua filha estudar para que pudesse ter condições de batalhar a vida da forma como ela escolheu, a vida artística. Contou sobre sua experiência de vida em Moscou e o quanto ficou maravilhada com as técnicas de confecção de bonecos que aprendeu por lá, o que deu formas, mais tarde, aos artistas principais do Teatro de Bonecos Dadá. Mas não se esqueceu de dizer: “Eu conheci o Che em Moscou. Eu não vou falar para ninguém que conheci o Che, porque vão dizer ‘Essa velha está mentindo’”,

⁴⁷ SOUZA, Adair Terezinha Chevônika. 74 anos. Entrevista em 18 de maio de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

mas ele estava lá, na Praça Vermelha” — ela assim denunciando o único momento de sua vida em que foi tiete.

Euclides queria contribuir com a entrevista e, por diversas vezes, entrava na sala e dizia: “Vou atrapalhar? Já terminou?”. Ele queria ajudar no relato, trazer mais informações, falar da atuação deles no teatro. Dizia que Dadá sofria de modéstia. Quando Euclides interferia na entrevista, Dadá ficava em silêncio. Era seu companheiro que narrava a militância dos dois como se não existisse dois militantes, e sim um, ou seja, havia toda uma história de vida a dois. No final, Euclides, com simpatia, me disse: “Eu me meti para atrapalhar só. Essa parte você põe assim: ‘Agora a minha tese ficou ruim por que o marido dela entrou e acabou com a entrevista da mulher’”.

Durante a intervenção de Euclides na entrevista, Dadá falou muito pouco. Sentada diante da sacada, olhava para fora. Possivelmente nossa conversa mexeu com enredos do passado, o que fez com que, aparentemente, eu a perdesse. Dadá estava longe em seus pensamentos, o que refletia em seu silêncio.

Depois de encerrar a entrevista, deixaram transparecer que estavam tristes. Ao que pareceu, havia muito tempo não eram lembrados, nem reconhecidos pela militância no teatro e pela militância por um mundo mais igualitário. Não era por menos que Dadá mirava o horizonte. Os sentimentos do presente influenciaram seu olhar para a sua trajetória de vida. Talvez fosse nesse sentido que, no final da entrevista, antes de eu agradecer a oportunidade daquele momento, Adair me disse: “Eu acho que a gente não te agradou muito, não temos histórias muito consistentes para te contar, mas...”. Não era a primeira vez que uma militante havia me dito algo parecido. Sabia também que, por alguns estudos, as mulheres tendem a tornar coadjuvantes suas experiências políticas, no entanto, me surpreendi com sua frase. Não desconsidero que minha subjetividade estivesse bastante aflorada, mas, para mim, não parecia que a ela estivesse a desmerecer a militância política do casal, mas me desafiava no sentido de que se eu, como historiadora sobre o período, saberia compreender suas trajetórias políticas ou, melhor, suas trajetórias de titereiros políticos? Conseguiria identificar o legado do casal, tão apagado na sociedade curitibana e, ao mesmo tempo, tão vivo e cheio de detalhes em suas memórias? Talvez um dos motivos de seu silêncio fosse esse, ou seja, ela também tentava fazer uma leitura sobre a minha posição profissional e política sobre tudo aquilo que ela me havia dito.

Saí do encontro com Dadá com a certeza de que ela estava em um momento propício para falar dela, em um momento de reflexão sobre sua vida. A imagem dela

sentada à sacada me voltou à mente. Essa imagem havia me impressionado. Naquele momento de sua vida, Dadá morava no segundo andar de sua casa, possivelmente suas lembranças em outro mais acima, estavam revivendo suas memórias guardadas no sótão.

O Teatro de Bonecos Dadá foi um presente de Euclides à sua companheira quando ela estava em Moscou e impedida de voltar ao Brasil. Dadá fora seu apelido desde pequena e também em sua militância política no teatro contra a ditadura, mas, acima de tudo, militância por um mundo mais justo e humano. Dadá teve uma visibilidade notável, que atingiu Euclides, que começou a ser chamado também de Dadá, “o Dadá”, em alusão à sua companheira. Eis um caso raro, em que um homem passou a ser conhecido pelo protagonismo de uma mulher. Nove meses após a entrevista, a Dadá faleceu, em 11 de dezembro de 2013.

No momento dos encontros, em que as entrevistas eram realizadas, eu já havia decidido que, no título da tese, a expressão “vozes de mulheres” deveria aparecer. Depois de ter feito tantas entrevistas, minha tese se traduzia em vozes registradas no aparelho gravador. Vozes emocionadas, tristes, serenas, eufóricas, chorosas, alegres, ressentidas, apaixonadas, amarguradas, jovens, roucas, suaves e esperançosas. As mulheres que aceitaram conversar comigo haviam confiado suas histórias a uma estranha. Elas me haviam fornecido, como quem passa de geração a geração, o legado de suas vidas.

Depois que saí da casa de Adair, pensei em todas as outras mulheres que havia entrevistado e percebi que essas vozes eram “vozes do sótão”, memórias do vivido que estavam há muito tempo guardadas, como se estivessem na gaveta de um móvel antigo, de uma época distante, memórias em algum canto do sótão de suas vidas que agora emergiam para as margens, seguindo para o centro de suas existências. Eram memórias emergindo a provocar e, ao mesmo tempo, a compor narrativas de si, revivendo a arte de se contar. Vozes e sótão não se referem ao ato de dar voz a essas mulheres, no sentido de fazê-las existir, dito de outra forma, dando voz a sujeitos e trazendo do escuro à luz suas memórias. Apesar de que, como afirma Philippe Joutard⁴⁸. Entre novos e antigos desafios que se apresentam para a história oral no século XXI, o que continua a prevalecer é a força da história oral, o “dar voz àqueles que normalmente não

⁴⁸ JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI [online]*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 31-45.

a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os ‘derrotados’”.⁴⁹ No entanto, como contextualiza o autor, o trabalho do/a pesquisador/a da história oral, é, sim, dar voz aos sujeitos, mas é imprescindível que ele/ela entenda e mostre que “cada indivíduo é ator da história”.⁵⁰ Assim, portanto, muito mais que dar voz às militantes, é significativo mapear como esses sujeitos constroem um sentido para o passado a partir do presente e como essa reflexão passa a ocupar um lugar fundamental para a resignificação do passado que se recorda. Assim, o composto *vozes* e *sótão* tem um sentido muito específico à tese. Estou fazendo alusão ao que Michele Perrot havia denominado “segredos do sótão”⁵¹, ao se referir a registros íntimos que estavam em arquivos privados, registros esses circunscritos ao universo feminino, ou seja, ao cotidiano, às memórias e aos sentimentos de tais mulheres, portanto, alvo de destruição.

Sótão foi o lugar de pertencimento dessas mulheres por muito tempo. Memórias do sótão é uma metáfora às memórias de mulheres — memórias guardadas por muito tempo — sobre um passado pertencente a elas, não somente por serem lembranças íntimas, mas que, ao desvelarem esse passado, que transborda de sensibilidades e de momentos únicos, essas mulheres estariam, por muitas vezes, se expondo. Esses segredos, que somente poderiam ser narrados por elas mesmas, como uma confidência de uma companheira do cárcere, os sentimentos de experienciar a maternidade na clandestinidade, a nudez na frente de homens prestes a torturá-las. Memórias guardadas porque, muitas vezes, são inenarráveis, pois não há como contá-las sem revivê-las. Por outro lado, para narrá-las é necessário haver ouvidos atentos para escutá-las.

As memórias foram guardadas em um local próprio para elas, o sótão. Guardadas não quer significar esquecidas, e sim preservadas, pois essas mulheres sabiam que, em algum momento de suas vidas, possivelmente na velhice, quando relembrar é um exercício único, voltariam a reencontrá-las e a revivê-las, seja para conferir algum sentido às suas existências ou para o difícil, mas necessário, trabalho de sociabilização de suas experiências para o conhecimento das gerações futuras. Conforme Ecléa Bosi, na velhice existe uma obrigação social, a de lembrar o passado,

⁴⁹ Ibidem, p. 33.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 11, ago./set. 1989.

não como uma maneira de contemplação, mas, sim como uma forma “consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida”.⁵²

Ao narrar seu passado como militantes políticas da ditadura civil-militar, essas mulheres se deslocaram de uma prática de si, que, segundo Perrot, são acostumadas a fazer, “as mulheres, frequentemente, apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como se deixá-las transparecer fosse uma ofensa à ordem”⁵³. Ao conhecer as histórias de vida de algumas militantes que lutaram pela liberdade em um período autoritário e repressor, percebo que é recente a disposição delas em testemunhar sobre esse período, expondo suas vidas pessoais ao conhecimento de todos e de todas. Se, por algum momento de suas existências, elas fizeram o que Perrot afirma, isso foi por um momento efêmero, pois, nas suas narrativas, o desejo de que suas trajetórias saíssem do sótão, local nostálgico e de pertencimento, e se tornassem visíveis à história, foi algo bastante perceptível.

A questão é: —Por que essas mulheres rememoraram suas militâncias políticas nesse momento? —Especificamente, nesse momento histórico e nesse momento de suas vidas? —Qual é a motivação de suas narrativas? —E por que aceitaram falar à pesquisa?

Uma forma de responder a tal questionamento foi analisar a conjuntura do presente, ou seja, a maneira como a ditadura civil-militar é representada — por pesquisas, pela mídia, por discursos militares e militantes — na sociedade brasileira. O professor universitário Carlos Fico, ao discutir as diversas visões e versões sobre a ditadura militar brasileira, apresenta algumas considerações pertinentes à nossa investigação. Para o autor, até algum tempo atrás, nos trinta anos do golpe, alguns eventos sobre o tema foram cancelados por falta de pesquisadores/as, debatedores/as e público. Passado algum tempo, uma explosão de trabalhos sobre a ditadura civil-militar começaram a surgir e, em paralelo, as narrativas tanto de militares como de homens e de mulheres militantes — praticamente a maioria homens — apareceram no cenário nacional com considerável projeção. É nessa linha que o autor, que é professor de História, questiona o que mudou na sociedade e por que tamanha aceitação.

A explicação certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um “desprendimento político” que o distanciamento histórico

⁵² BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 23.

⁵³ PERROT, *Memórias*, ..., 1989. p. 13.

possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de “reacionárias”. Processa-se uma mudança geracional, sendo cada vez mais frequente [sic] que pesquisadores do tema não tenham *parti pris*. Nesse sentido, tem sido destacado o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia (inclusive a esquerda); o “deslocamento de sentido”, operado sobretudo após a Campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática.⁵⁴

Os motivos para a mudança de posição, no que se refere à pesquisa histórica, foram importantes para que a sociedade pudesse perceber a história de homens e de mulheres – predominante história dos homens – que se engajaram na resistência à ditadura militar. Muitos/as militantes que, de certa forma, negavam ou tornavam invisível seus passados de militância, assim o faziam por temerem que suas histórias de vida fossem incompreendidas na atualidade. Como dizer que haviam participado de uma guerrilha armada, se, na atualidade, somente terroristas fazem isso? Como dizer que cumpriram prisões por desafiar a ordem estabelecida, se hoje quem faz isso são, muitas vezes, pelo senso comum, baderneiros, arruaceiros? O passado vivido tem uma relação muito forte com os sentidos de interpretação do presente. Todavia, ao passo que se estabelecem novas abordagens e, consequentemente, novas compreensões sobre as atitudes e as ações dos sujeitos históricos ligados à esquerda, no período militar, isso permite que homens e mulheres militantes venham publicamente falar sobre suas experiências políticas. Sobre esse ponto, as discussões de como rememorar esse passado, seja pelo viés do esquecimento, do ressentimento e do trauma, possibilitou a percepção de como foi o processo de decisão de contar sobre si quando esses sujeitos resolveram falar sobre suas experiências.

Se o distanciamento histórico foi importante para que os/as pesquisadores/as analisassem temas polêmicos sobre o período da ditadura dentro da academia, sem que com isso gerasse conflitos, como, por exemplo, questionar a forma como os diversos setores da sociedade formularam a lei de anistia política a partir do pacto reconciliação entre torturadores e torturados. Por outro lado, esse distanciamento possibilitou que os/as militantes falassem sobre o assunto sem se importarem com julgamentos, já que estavam em um momento de suas vidas em que a necessidade de refletirem

⁵⁴ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 30, 2004.

criticamente, sobre suas escolhas passadas, se apresentava cotidianamente e os espaços para tal reflexão se ampliavam cada vez mais.

Outros elementos contribuem para a formulação da narrativa das militantes, primeiramente por termos uma mulher presidente no poder central do país, uma mulher que foi uma militante política, presa e torturada pela ditadura. Em seguida, a criação da CNV, que buscou conhecer um passado sobre a ditadura civil-militar até então desconhecido ou silenciado, atribuindo ao depoimento o estatuto de verdade histórica, um valor aos relatos até então poucos valorizados, seja pela sociedade ou pela academia. Se agregarmos esses fatos às motivações das narrativas femininas, perceberemos que, para elas, falar sobre si era um prestígio em um momento que o depoimento conquistava uma visibilidade pública. Desse modo, entendemos que as mulheres se sentiram prestigiadas por pertencerem a um grupo que, para a sociedade nacional, agiu certo, ou pertencerem a algum grupo de subversivos que pegaram ou não em armas, agora identificados como defensores da liberdade democrática e responsáveis pelo retorno da democracia ao país. Essa hipótese foi averiguada quando analisamos a maneira como as mulheres narraram, à pesquisa, seus passados de militância. Assim, para além dos motivos alegados por elas mesmas nas narrativas sobre suas histórias de vida e as hipóteses elaboradas por Carlos Fico, as militantes paranaenses resolveram, em um período muito recente, falar sobre suas experiências de militância porque encontraram um espaço propício para suas histórias e ouvidos atentos a ouvir.

Tais percepções foram sentidas no momento das entrevistas e durante a análise das narrativas, mas um novo elemento, que poderíamos caracterizar como contingente, originou novas indagações sobre a postura das militantes em contar sobre suas histórias de vida. Em 2015, no final da escrita da tese, uma fotografia com uma pergunta polêmica foi publicada e reproduzida amplamente pela rede social, provocando uma grande repercussão sobre o tema. Domingo, dia 16 de agosto, cerca de setecentas (700) mil pessoas foram às ruas em várias cidades do país protestar e propor *impeachment* contra o governo da presidenta Dilma Rousseff. Não foi a primeira passeata contra o governo do PT nesse ano, mas, por um motivo muito personificado, que reflete, porém, o pensamento de um segmento da sociedade brasileira, portanto, reiteramos, não é único e desconectado com uma opinião pública e considerada por muitos estudiosos como elitista, fez com que essa passeata entrasse para a história de uma forma emblemática. Uma imagem do protesto, um cartaz com a frase “Porquê não

mataram todos em 1964?”⁵⁵, foi amplamente divulgada pela internet e despertou a atenção da opinião pública.

As respostas foram muitas. Uma delas foi a do professor da Língua Portuguesa e colunista do Jornal Folha de São Paulo, Pasquale Cipro Neto, reconhecido no país como uma das referências sobre a língua portuguesa. Em um artigo ele explica, de uma maneira irreverente, que a imagem, além de provocar muitos protestos e muitas indignações, contém uma frase escrita fora da norma ortográfica. Tal frase questionava por que os/as militantes não foram todos mortos/as em 1964, portanto escreveu: “Porquê não mataram todos em 1964?”. Explica o professor:

O que (suponho) a nobre senhora queria dizer se escreve assim no português formal: “Por que não mataram todos em 1964?” (que Deus me abra as portas do céu por eu reproduzir pensamento tão celestial!). [...] E “porquê”, a forma empregada pela nossa filha de Maria? É substantivo, sinônimo de “motivo”, “causa”: “Não entendo o porquê disso”. Como dizia o grande Fernando Pessoa, “tudo vale a pena, se a alma não é pequena”. E eu digo: “Senhor, tende piedade de nós”. É isso.⁵⁶

Muito mais que corrigir a ortografia do cartaz, Pasquale teve a intenção de discutir a questão, mas não foi o único que empregou a sátira como forma de posicionar-se frente ao que parece ser, para quem responde à pergunta, um absurdo. O dramaturgo e jornalista Gilberto Amendola também se expressou sobre essa faixa, deixando o seu recado:

Em uma chacina semiótica, matou todos nós, os filhos de 64, os netos, os enteados e os próprios viventes daquele ano, todos mortos, zumbis, terra arrasada, fantasmas de lençóis encardidos gritando buuuuuu. Nos assustamos todos com o anúncio da nossa morte. Nós, que já morremos faz tanto tempo, morremos outra vez.⁵⁷

Outra resposta à pergunta do cartaz, que escolhemos entre muitas, foi a da advogada e assessora técnica da Liderança do PT no Senado, Tânia Oliveira, que, com um discurso mais formal e partidário, apresentou a mesma indignação, ao lembrar que esses que deveriam ter morrido foram os sujeitos políticos que ousaram lutar contra o

⁵⁵ A fotografia pode ser visualizada em diversos *sites* da internet. Indicaremos um deles. Disponível em: <<http://www.ptnosenado.org.br/site/noticias/ultimas/item/47959-artigo-por-que-nao-mataram-todos-em-1964-por-tania-m-s-oliveira>>. Acesso em: 2 set. 2015.

⁵⁶ Pasquale explica o porque, porquê, por que e por quê dos defensores do golpe. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/pasquale-explica-o-porque-porque-por-que-e-por-que-dos-defensores-do-golpe>>. Acesso em: 2 set. 2015.

⁵⁷ Por que não mataram todos em 1964? (porquê não mataram todos em 1964). Disponível em: <<http://gilbertoamendolablog.tumblr.com/>>. Acesso em: 2 set. 2015.

sistema autoritário e repressor. Foi uma das formas de o governo do PT se posicionar contra a repercussão da imagem:

A pergunta no cartaz dizia: **“por que não mataram todos em 1964?”**. Pois bem, 1964 foi o ano em que tanques tomaram as ruas. O ano que silenciou o país e impôs um pensamento monolítico à base de armas, que arrancou as vozes das gargantas, cerceou todas as liberdades, torturou, exilou e matou milhares de pessoas. Os todos foram homens, mulheres, artistas, intelectuais, estudantes, trabalhadores, pais de família, filhos, que sacrificaram suas vidas justamente pela reconquista da democracia, para que hoje essas pessoas possam estar nas ruas festejando seus desaparecimentos e lamentando que mais não tenham ido com eles. A Presidenta Dilma Rousseff foi um daqueles jovens.⁵⁸ (grifos do original).

Como já salientamos, estávamos na redação final da tese, já havíamos analisado muito das narrativas de si das militantes paranaenses e foi impossível ignorar a fotografia compartilhada na internet. Dizer que o Brasil é um país sem consciência histórica não é nada novo, todavia conhecer as histórias de vida das militantes, de superação, de tortura, perseguições, dilemas, paixões e tantas outras dimensões que foram narradas por elas, e saber que na atualidade algumas pessoas não somente pensam que o Brasil estaria melhor sem a luta política de outrora, como até materializam em cartazes, agregou novos sentidos sobre o objeto de pesquisa da tese. Possivelmente muitas das mulheres entrevistadas tiveram acesso à fotografia. Como se sentiram diante de tal imagem? Que sentimentos despertaram nas militantes? Se essa imagem tivesse sido reproduzida no mesmo momento em que fazíamos as entrevistas, será que elas contariam suas experiências políticas da mesma maneira?

Voltamos ao conceito de Candau, a metamemória, ou seja, uma memória coletiva que é compartilhada e define as “representações que o indivíduo faz da sua própria memória e o reconhecimento que tem desse fato”.⁵⁹ Tal conceito explica como cada um estabelece a sua alteridade, dito de outra forma, como se inscreve no seu próprio passado e como constrói sua identidade e sua distinção em relação aos outros. Que representação, das próprias lembranças, as militantes fariam diante de tal contexto

⁵⁸ Por que não mataram todos em 1964? Por Tânia M. S. Oliveira. Disponível em: <<http://www.ptnosenado.org.br/site/noticias/ultimas/item/47959-artigo-por-que-nao-mataram-todos-em-1964-por-tania-m-s-oliveira>>. Acesso em: 2 set. 2015.

⁵⁹ CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteira do milênio*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFGRS, 2001. p. 43-44.

presente? Conforme Alistair Thomson⁶⁰, compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente, portanto a lembrança do que passou se modifica na medida em que nossa identidade pessoal se altera – no convívio com outros sujeitos – e, em decorrência, a memória e a identidade têm uma relação dialética no que se refere à “necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver”⁶¹.

A identidade de militante político contra a ditadura militar na sociedade brasileira sempre foi alvo de debates, seja no passado ou no presente. Assim, não raras vezes a identificação do militante, de herói da resistência e da democracia, alterou-se para terrorista.⁶² Para Marcos Napolitano⁶³, este é um processo discursivo denominado “batalha da memória”, entre os militantes da esquerda, os militares e diversos segmentos da sociedade. Tais discursos produzem sentidos que se refletem na conjuntura do país, em que, especificamente sobre os homens e as mulheres militantes, existe um entendimento de que,

[...] hoje em dia, muitas vozes públicas não ficam ruborizadas ao dizer que o único defeito do regime foi ter matado pouco, argumento convincente para aqueles que avaliam se um regime é mais ou menos ditatorial pela contabilidade macabra que produz, esquecendo todos os outros aspectos político-institucionais.⁶⁴

Se antes os debates circundavam os espaços memorialísticos e da academia, parece-nos que hoje eles invadem outros espaços, como o partidário e setores sociais – a população brasileira. Isso explica por que, numa manifestação contra o governo e a corrupção (em tempos dos governos Lula e Dilma Rousseff), indivíduos perguntam por que mulheres e homens militantes de 1964 não foram mortos pelos agentes repressivos da ditadura! A repercussão dessas discussões afeta a identidade das militantes, tanto no que se refere à autorrepresentação que elas fazem de si e como elas são identificadas pela sociedade. Eis que, portanto, na época das entrevistas – 2012 a 2013 –, os debates

⁶⁰ THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP*. São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

⁶¹ *Ibidem*, p. 57.

⁶² Nessa discussão não utilizamos a regra elegida para diferenciar a linguagem entre o feminino e masculino, já que nos referimos, especificamente, à identidade de militantes homens, debate em um primeiro momento, circunscrito ao universo da militância masculina, pois se considerava que foram poucas mulheres que haviam militado na esquerda, dada a invisibilidade das mulheres nesse momento histórico.

⁶³ NAPOLITANO, Marcos. *As batalhas da memória sobre a ditadura brasileira*. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/nacional/batalhas-da-memoria-sobre-ditadura-brasileira>>. Acesso em: 21 set. 2015.

⁶⁴ *Ibidem*.

sobre a identidade dos/as militantes não questionavam publicamente a imagem de homens e de mulheres militantes, pois de certa forma, conforme Carlos Fico, havia um “apreço dos principais atores históricos”⁶⁵, ou seja, uma visibilidade de prestígios deles pela luta contra a ditadura.

A tese

A tese está estruturada em três capítulos. No primeiro, as histórias de vida, das mulheres que atuaram na resistência à ditadura civil-militar no estado do Paraná, são reconstituídas a partir de suas narrativas, estruturadas por um eixo norteador, a militância política. A leitura faz conhecer suas histórias, contadas por elas, quase sempre dissociadas da dicotomia do público e do privado, que entrelaçam os momentos vividos na esfera política, participação no movimento estudantil, em organizações de esquerda e em partidos, com os ciclos da vida pessoal, casamentos, maternidade e relações familiares. O que apresentamos no capítulo é a multiplicidade de atuações, de engajamentos e de histórias de mulheres que, num determinado momento de suas vidas, elegeram como projeto pessoal a ação política. Então, portanto, as narrativas, ao serem reconstituídas, objetivam tornar visíveis suas trajetórias pessoais e políticas, pois, por mais que suas *performances* políticas do passado sejam conhecidas na atualidade – jornais, internet, palestras e participação na CNV –, parece-nos que são invisíveis ou silenciadas para a escrita da história. Dessa feita, este capítulo tem uma posição política da sua autoria, apresentar a multiplicidade do protagonismo político de mulheres no estado do Paraná.

O segundo capítulo trata da invisibilidade da militância feminina na memória social da história sobre a ditadura civil-militar no Paraná. A invisibilidade foi entendida enquanto um silêncio político dotado de estratégias de poder, dado o trabalho historiográfico e memorialístico em negar a presença e atuações de mulheres militantes políticas. Mapeamos e analisamos as produções sobre o período ditatorial, trilhamos o caminho da invisibilidade para saber como ele é construído, como uma historiografia já bastante consolidada e uma produção memorialística bastante referendada insiste em identificar a mulher como coadjuvante na luta contra o Estado repressor, com tantas evidências dos seus protagonismos.

⁶⁵ FICO, *Versões*, ..., 2004, p. 50.

Verificamos como as condições de autoria, combinadas com as relações de gênero, têm um papel importante na negação dessas trajetórias de vida, uma vez que os autores as interpretam por suas identidades de gênero essencializadas e dentro de uma relação de assimetria do que seria a militância meritória, a masculina e somente nos outros modelos de militância, complementares, entraria a feminina. Problematicamos também o pretense entendimento de que a ditadura civil-militar no Paraná foi amena no que tange às atitudes do governo estadual e à repressão da polícia política, em relação aos outros estados, dado o caráter conservador, cordial e favorável dos paranaenses à ditadura civil-militar.

O último capítulo discute, a partir da análise prioritária da narrativa autobiográfica, o protagonismo político de três mulheres militantes contra a ditadura no Paraná. No primeiro capítulo evidenciamos a militância política a partir de suas vozes, então agora trataremos de discutir o agenciamento político dessas mulheres, fazendo-o a partir da noção de “agência”, de Judith Butler, para quem as resistências são locais da ação política dos sujeitos. As mulheres, ao narrarem suas vidas, tomam notas sobre si, portanto o momento da narrativa é trama de constituição de subjetividades, de “reinvenções de subjetividade” dentro de um processo que a Margareth Rago, cotejando o pensamento foucaultiano, percebeu como uma “prática da liberdade”, ou seja, em como as narradoras, ao narrarem seu passado, tomam para si o controle de suas vidas, “sujeitos de si mesmos”. Procedendo de tal forma, pensaremos cada autobiografia como uma possibilidade de invenção subjetiva de gênero, seja problematizando como cada entrevistada fez do gênero um local possível de resistência, seja como fez do ato de relembrar uma possibilidade de se reinventar como sujeito político.

1. HISTÓRIA DE MULHERES EM LUTA CONTRA A DITADURA NO PARANÁ

Esposa, mãe, militante, operária e subversiva

Naquela época assim era uma questão de honra transar antes do casamento, entendeu? Tinha que ser e tem muitas histórias engraçadíssimas porque essa era quase parte da militância, sabe. Transar antes do casamento era toda uma contestação na família burguesa.⁶⁶

Noemi Osna Carriconde nasceu em Curitiba, no ano de 1946, em uma família judia. Seus pais, de origem do Leste Europeu, precisamente da Rússia, chegaram à América Latina no começo do século XX. Sua família materna iniciou sua trajetória no continente americano primeiramente pelo Uruguai, mas acabou se estabelecendo no Brasil, na cidade de Curitiba, onde seus pais se conheceram e se casaram. A história de vida de Noemi se inicia com um paradoxo, pois ela diz: “Minha origem é de uma família judaica, de um avô paterno extremamente religioso e um avô materno comunista, foi um dos fundadores inclusive do Partido Comunista no Uruguai, que estava muito ligado aqui no Brasil”.

O primeiro contato com o comunismo veio de dentro de casa e fez parte de sua infância, ao presenciar as posições políticas de seu avô, um homem sábio e conhecedor da teoria comunista, que estudou na Escola Israelita. Noemi na adolescência frequentou, em Curitiba, a Sociedade Cultural Israelita Brasileira, fundada por um grupo de judeus socialistas. A primeira experiência democrática que viveu foi estudar em uma escola pública, o Colégio Estadual do Paraná. A diversidade de vivências dos alunos, a participação nas políticas do grêmio estudantil, os assuntos debatidos pela rádio estudantil do colégio, as aulas de professores progressistas, que falavam de reforma política e reforma agrária, isso tudo foi um conjunto de experiências importantes que lhe ajudaram a entender o que acontecia na sociedade brasileira a partir de 1964, quando o golpe militar foi instaurado.

⁶⁶ CARRICONDE, Noemi Osna. 69 anos. Depoimento em 10 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora. Neste capítulo trataremos das histórias de vida das militantes paranaenses individualmente. Indicaremos com nota de rodapé somente a citação inicial, portanto as demais que seguem em sequência serão de autoria da mesma militante. Objetivamos, assim, dinamizar a leitura do capítulo.

Em 1965, Noemi começou a cursar jornalismo na Universidade Federal do Paraná – UFPR e os primeiros contatos com alguns colegas da universidade “começaram a acender algumas luzinhas a respeito da questão da injustiça no Brasil, aquela coisa que mexia muito comigo já que vinha de antes e da necessidade que havia de umas mudanças”. Assim, por mais que experimentasse os ares das agitações da universidade, como o movimento estudantil e a luta contra o acordo Ministério da Educação – MEC com *United States Agency for International Development* – USAID,⁶⁷ Noemi já tinha um olhar diferenciado, um entendimento de que o Brasil precisava de mudanças e que estas não viriam pelas mãos dos militares. Naquele período a ditadura civil-militar se organizava no Brasil, a repressão aos movimentos sociais e de esquerda estava ainda no estágio inicial, todavia Noemi já tinha uma relação crítica com o governo dos militares, e isso foi consequência de sua história familiar, por ter sido criada em um contexto histórico em que ser comunista era “um trauma”, devido à repressão e perseguição do governo de Getúlio Vargas ao comunismo, realidade vivida por sua família.

Noemi iniciou sua militância pelo movimento estudantil passando pela União Paranaense de Estudantes – UPE ⁶⁸ e, posteriormente, pela Ação Popular – AP.⁶⁹ A

⁶⁷ “Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico, porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC/USAID, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo”. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. “MEC/USAID” (verbete). *Dicionário interativo da educação brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

⁶⁸ Sobre o movimento estudantil e a UPE, ver ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao Movimento Estudantil em Curitiba-Paraná (1964-1969)*. Marechal Cândido Rondon, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

⁶⁹ Na tese não objetivamos reconstituir a história da esquerda brasileira nos anos 1960, portanto apenas deixaremos indicados alguns traços fundamentais dessa história, indispensáveis à compreensão das discussões. Fazemo-lo a partir do estudo que Marcelo Ridenti faz das esquerdas antes do e após o golpe de 1964, especificamente à perda da hegemonia do PCB no universo das esquerdas e à inserção das esquerdas armadas. Conforme o autor, a reconstituição da história da esquerda brasileira, em grande parte, já foi cumprida por muitas/os autoras/es, com abordagens distintas e diversas fontes. Sobre as esquerdas, diz ainda o autor, que “[...] eram diversas ordens os questionamentos dos grupos dissidentes do PCB e de outras organizações-matizes, como AP, PCdoB e POLOP. [...] É possível

militância era um “projeto pessoal” e estava associado à injustiça, tanto no país, como também no contexto internacional. Na “Semana de Solidariedade ao Povo do Vietnã”, Noemi e Teresa Urban, amigas e colegas de curso de graduação, organizaram um mural denunciando a Guerra no Vietnã. O local escolhido para o mural foi a cantina da UFPR, “onde ficava o pessoal que era conservador” e o previsível aconteceu: o mural, por ser “coisa de comunista”, foi rasgado e elas denunciadas ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR.

A militância continuou, participou de assembleias e de passeatas para protestar contra o acordo MEC/USAID ou para denunciar as prisões e o desaparecimento de colegas de militância. Ao mesmo tempo, Noemi fazia um curso de alfabetização para poder atuar no Movimento de Educação de Base, que ensinava a alfabetizar através do método de Paulo Freire, dando início ao trabalho de alfabetização em alguns bairros de Curitiba. Ainda nesse mesmo período, ela começou a frequentar a UPE por influência de seu namorado, Severino Carriconte, vice-presidente da instituição. Seu primeiro trabalho foi como secretária, cuidando das atas das atividades da organização e, por cursar jornalismo, foi escalada pelas lideranças para redigir a publicação periódica da UPE. Ao conhecer o jornal, Noemi constatou: “Eu olhei aquele material, eu falei assim: nada a ver, né, não tem nada a ver com o movimento estudantil, vamos fazer uma coisinha mais progressista!” e convidou Teresa para reorganizar o jornal, que passaria a ter novos posicionamentos, debateria o acordo MEC/USAID e apresentaria o posicionamento da UPE contra a ditadura civil-militar, entre muito outros assuntos.

As duas estudantes não mediram esforços, ficaram responsáveis pelo jornal e tiveram liberdade de produção. Para ambas era uma forma de materializar a militância e de construir um material estratégico. Ele deveria conscientizar os estudantes e contribuir na luta contra a ditadura, portanto o jornal precisava ser bem feito. Depois de pronto o jornal, as duas seguiram para Maringá, pois a UPE havia encontrado uma gráfica que imprimiria o jornal e, nesse meio tempo, Teresa fazia os últimos ajustes “a parte de diagramação ela sacava, ela era muito inteligente, muito brilhante, na verdade ela meio

subdividir em três grandes coordenadas as divergências entre os vários grupos em que se fragmentava a esquerda brasileira na década de 1960: uma referente ao caráter da revolução brasileira; às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução”. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 32. Assim, portanto, a história das organizações de esquerda que as militantes paranaenses integraram pode ser conferida no estudo de Ridenti. Salientamos também que indicaremos, no decorrer da tese, outras fontes bibliográficas que estudam a história da esquerda no Paraná.

que puxou a linha porque ela era mandona para mais de metro e eu também não sou fácil, mas meio que ia atrás”.

Noemi, Teresa — em Maringá conhecidas como Ruth e Rita — finalizaram a edição do Jornal da UPE e esperaram a impressão. Naquela cidade, segundo ela, o calor era infernal, havia apagões de luz que atrapalhavam os trabalhos de impressão e as duas, no meio de muitos homens da gráfica, esperando a luz voltar, participando dos papos da madrugada, “só nós duas de mulher, que não era muito normal naquela época”. Mas elas, entre nomes e codinomes, já haviam quebrado diversas barreiras e estar entre homens já não era mais um tabu da sua geração.

O jornal seguiu para Curitiba nos carros da UPE e, mesmo os carros da UPE estando sinalizados com o *slogan* da instituição, o jornal não foi descobertos pela polícia. Os estudantes estavam à espera para organizar o material e iniciar as atividades de entrega, passaram o dia trabalhando, mas, ao antecipar a distribuição de alguns exemplares na cantina da UFPR, a UPE logo foi cercada pela polícia e o jornal apreendido. Muitos militantes da UPE foram presos pela produção do jornal, mas ninguém delatou que o jornal havia sido redigido por duas mulheres. A impressão que ficou para Noemi é: “Não sei se é coisa de proteger mulheres frágeis, mas penso que foi isso!”, ou não quiseram admitir que o jornal que tanto irritou os militares, por seu conteúdo crítico e de denúncias, havia sido produzido por mulheres.

Em 1967, um dia antes de sua formatura em jornalismo, Noemi casou-se com Severino: “Casei porque a gente estava apaixonado”. E o projeto de vida do casal se entrelaçou com as atividades da Ação Popular, organização de esquerda a que pertenceram, sendo que Severino era uma das lideranças no Paraná. A tarefa que o casal deveria desempenhar era no movimento camponês do Maranhão, uma das fases iniciais da guerrilha do Araguaia que aconteceu anos mais tarde, mas Noemi engravidou e os planos mudaram — partiram para São Paulo, para militar no movimento operário.

Em seus relatos explicita que a vida em São Paulo não foi fácil. Tiveram dificuldades em conseguir empregos e para se sustentarem a ajuda vinha de casa, sua mãe enviava dinheiro ou caixas de comida. Noemi tinha na sua mãe uma cúmplice. Severino foi selecionado para outro trabalho da direção nacional da AP, deveria encontrar aparelhos⁷⁰ para acomodar perseguidos políticos ou homens e mulheres

⁷⁰ Aparelhos eram os locais clandestinos, apartamentos ou casas, em que os/as militantes se escondiam da repressão e da perseguição dos agentes da polícia política. Esses locais eram, quase sempre, alugados ou emprestados, por um simpatizante, para as organizações e os partidos.

militantes que estavam na clandestinidade. Severino passava o dia pela cidade e Noemi grávida ficava em casa datilografando documentos internos da organização.

A clandestinidade veio depois da prisão de Severino, fato que ocorreu em fevereiro de 1969, em Osasco, na grande São Paulo. Seu primeiro filho já havia nascido, moravam numa casa pequena, que misturava as coisas de bebê com malas e caixas de documentos da organização.

A polícia bateu na minha casa de madrugada, cedinho meu ex-marido tinha ido pra fábrica, eu tinha sido atropelada uma noite antes, estava toda machucada, estava com o meu filho pequeninho, tinha cinco meses e eles bateram lá em casa cedo e eu percebi pelo tipo de corte de cabelo [...] perna amoleceu né, daí eles ameaçaram entrar, mas não entraram, foram embora e aí perguntaram pelo meu marido e eu falei: ele tá na fábrica, ele trabalha na Ford, até eles acharam que a gente realmente era operário e que não tinha nada a ver, eu acho que eles achavam, aí me desesperei quando eles saíram eu fui limpar, comecei a tirar as coisas do fundo e botar no forro, porque o forro da casa era aquele forro paulista, pois um mesa e uma cadeira, subi e ia lá na coisa, catava, subia no forro.

Noemi, preocupada com seu companheiro, com o filho nos braços, correu na fábrica para avisá-lo que a polícia estava à sua procura. Estranhamente recebeu uma bronca dele, ele somente saíria da fábrica no final do seu turno e permaneceu trabalhando, o problema continuava nas mãos de Noemi, que precisava esconder, ou seja, dar um fim em todos os documentos da organização que estavam em sua casa. Se a polícia encontrasse aquele material, muitos/as militantes da AP seriam identificados/as e perseguidos/as pela DOPS e todas as estratégias da organização seriam reveladas. Era um risco que a AP não poderia correr.

No mesmo dia, às 5 horas da tarde, um coronel do Exército bateu na porta da casa de Noemi à procura de documentos, da localização de diversos/as militantes, inclusive de seu marido, que foi preso quando chegou em casa. Um dia após a prisão, Noemi saiu à procura do marido: “Eu levantei cedo e fui procurar, fui na DOPS, fui não sei mais aonde, cheguei lá com a maior cara de pau, falei: ontem estiveram lá em casa, prenderam o meu marido eu quero saber por que, onde que ele está”. Noemi não levou seu filho, temia que pudesse ser presa e que levassem seu filho. Apresentou-se como uma simples operária que procurava o paradeiro de seu marido, também operário. Assim começou um dos momentos mais difíceis da militância de Noemi, a busca da localização de seu marido e sua vida na clandestinidade com um filho de 5 meses.

Noemi, sabendo que a polícia também a procurava, começou a viver na clandestinidade: “Daí foi a via sacra de ficar um mês e meio saindo de um lugar e indo pra outro”. Durante o dia Noemi transitava pela cidade “com o meu filho, cinco meses ele tinha de idade, com uma sacola, que eu tinha na sacola? fraldas que não eram descartáveis, uma muda de roupa e as mamadeiras, os leites, e ficava andando pela cidade de ponto em ponto”, até que, em maio de 1969, seu companheiro saiu da prisão. Para Noemi é difícil lembrar se desse momento e não suspirar: “Eu não sei da onde a gente arranja, né, toda essa capacidade, mas fazia parte da militância na verdade!”, daquele projeto de vida que ela escolheu muito tempo atrás.

A militância de Noemi foi atravessada por diversas questões de gênero, em que a maternidade foi uma delas. Noemi não deixou de participar das atividades da AP mesmo estando grávida: “Eu tinha a minha militância”. Por mais que isso viesse a lhe trazer algumas complicações, como, por exemplo, no oitavo mês de gestação, no final de mais um dia de panfletagem na frente de uma fábrica, a placenta rompeu, iniciando o trabalho de parto, ou quando temia que a polícia pudesse sequestrar seu filho. As relações de poder entre homens e mulheres, dentro da organização de esquerda ou na vida privada, também marcaram a sua militância:

[...] é aquela coisa, né, era militante, trabalhava na fábrica e ainda cuidava da casa e da filha, [...] são coisas que marcam. Era assim. Eu lembro uma vez, eu estava grávida do meu primeiro filho, estava aquela reunião do povo lá em casa, o comando, e eu fui pra cozinha e preparei o almoço e eu tinha um posto, tipo onze e meia da manhã, tinha marcado no posto. Eu desliguei as panelas, deixei as coisas meio crua, assim tinha umas batata, era uma carne com batatas que eu estava fazendo e saí pro ponto, quando eu voltei os cara entraram na cozinha, inclusive, o meu ex-marido, e comeram tudo que estava na panela e não deixaram nada pra mim. Inclusive raspam, aí, mas eu chorei tanto, comeram cru, além de comer cru, além de que as batatas estavam cruas, não deixaram nada pra mim.

No ano de 1969, a família decidiu enfrentar a clandestinidade fora do país. Noemi, por mais que tenha participado acirradamente da luta contra a ditadura, não foi presa e não tinha mandado de prisão em seu nome. Assim, em termos de processo na Justiça Militar do Brasil, ela tinha seu nome limpo. Ela viver na legalidade e seu companheiro na clandestinidade foi situação inadmissível para Noemi, a escolha de seguir ao lado do marido foi sua e não uma imposição: “Eu fui porque eu estava com ele, porque era uma escolha, então ele não me carregou [...] eu era esposa dele e logo tinha que ir.”. Assim, recusou uma proposta de trabalhar na redação da Revista Veja, e

seguiu para o exílio com o marido.

O caminho seria pelo Uruguai até o Chile e, posteriormente, com o golpe de estado de Pinochet, partiram para o Canadá. No Uruguai, o casal pediu asilo político e foi lá que Noemi viveu um momento decisivo. O Uruguai não era um território neutro, apesar de abrigar diversos brasileiros. Então precisavam ter cautela, pois sabiam que havia uma cooperação da polícia uruguaia com a brasileira, que denunciava brasileiros nas terras estrangeiras e que permitia o sequestro deles.

Severino consultou alguns brasileiros exilados do Partido Comunista do Brasil – PCdoB⁷¹ – sobre o local onde se deveria solicitar o pedido de asilo político e eles o enviaram para a “Boca do Lobo”. Severino desconfiou e foi ao endereço apenas para averiguar a informação e percebeu a cilada, eles haviam enviado Severino como cobaia para uma delegacia de polícia. Queriam que ele conferisse se era naquele local em que se solicitava o pedido de asilo, pois nem eles sabiam ao certo. “Daí, a partir disso, eu não quis saber mais nada de nada. Minhas conexões ideológicas permanecem, mas nunca mais quis me ligar a grupo nenhum, a partido nenhum, porque é muito chocante”.

No Uruguai, Noemi engravidou pela segunda vez: “Eu fiquei louca de feliz!”, disse, apesar de a situação deles naquele momento não ser fácil, sem dinheiro e quase passando fome. Seguiram para o Chile, onde a vida parecia ter mais cor, deixando para trás as complicações da vida no Uruguai. Foi no Chile que seu segundo filho nasceu, de 8 meses também. A vida era tumultuada demais para ter uma gestação tranquila. Com dois filhos e se adaptando ao novo país, Noemi resolveu ficar em casa. Administrava os trabalhos domésticos com os cuidados dos filhos, enquanto Severino trabalhava como médico.

Com a queda do governo de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, pelo golpe de estado de Augusto Pinochet, a situação mudou e novamente Noemi teve a sua vida virada de cabeça para baixo. Severino era procurado pela polícia chilena em cooperação com a polícia brasileira. Precisou se refugiar na Embaixada do Panamá, como diversos outros exilados, entre eles Herbert José de Souza, o Betinho. Lá estava novamente Noemi, desta vez com dois filhos nos braços, à procura de informações sobre o marido, preocupada com a situação deles no Chile e, mais uma vez, sem saber o que fazer, aonde ir.

Severino foi para o Panamá e Noemi com as crianças para o Brasil, mas não

⁷¹ Ver RIDENTI, Marcelo. A constelação da esquerda brasileira nos anos de 1960 e 1970. In: RIDENTI, Marcelo *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 27-70.

demorou muito para Noemi voltar a seguir sua vida com o companheiro. Encontrou-o no Panamá e seguiram juntos para o Canadá. Retornam ao Brasil em 1979. Severino foi expulso da AP por ter delatado alguns companheiros durante uma sessão de tortura e Noemi decidiu militar na área que mais apreciava, o jornalismo independente, participando, junto com os colegas Fábio Campana e Benedito Pires, da redação do Jornal Boca no Trombone. Noemi esteve ao lado de seu marido em todos os momentos do projeto da militância, na clandestina e no exílio, mas o retorno à legalidade trouxe mudanças para a sua vida privada. Logo após o retorno ao Brasil, ela e Severino se separaram.

O projeto revolucionário e a maternidade

Quando eu saí [da prisão], meu filho tinha quase quatro anos e minha filha, um ano e pouco. Ela não me conhecia. Ela não sabia quem era eu.⁷²

Teresa Urban nasceu em Curitiba em 1946, filha de imigrantes poloneses, que lhe ensinaram formas distintas de perceber e viver o mundo, o que contribuiu, assim, com a sua formação. Seu pai veio da Polônia muito pequeno e, desde criança, foi operário. Assumiu o Brasil como seu país, portanto tinha um olhar crítico sobre a realidade brasileira, ensinava a seus filhos e filhas que deveriam acompanhar, durante a vida, “da vida real, da vida política e da vida social”. Foi de seu pai que Teresa herdou sua paixão pelos livros e pelos jornais. De sua mãe herdou a compaixão pelo próximo, a necessidade de fazer algo pelo semelhante, algo “forte em minha formação!”. Sua mãe era completamente o oposto de seu pai, pois tinha assumido o lado conservador e religioso da cultura polonesa, portanto era “ferozmente anticomunista”. E, a partir dessas duas experiências muito ricas, Teresa moldou seu projeto de vida.

Estudou em colégio católico, influenciada por sua mãe, mas os problemas com a autoridade religiosa começaram a aparecer: “Era um período para mim desconcertante”. A rigidez e a disciplina católica eram firmemente questionadas por Teresa. A submissão às regras e às freiras irritava Teresa, e não era pelo fato de que ela “tivesse alguma formação política”, mas “eu sempre fui fora do eixo”.

A rebeldia estava presente dentro de casa também. Por decisão de sua mãe,

⁷² URBAN, Teresa. 66 anos. Entrevista em 26 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

Teresa, com pesar, cursou a Escola Normal em vez do Científico, “porque isso significava que eu estava com um pé na universidade e acho que ela tinha planos mais simples para a filha dela”. Teresa era, porém, persistente e decidiu ser jornalista. Tinha em sua memória a lembrança de seu pai e de seu tio discutindo as notícias dos jornais e ela adorava aquelas conversas. Passou a se dedicar a outras leituras e encontrou as obras de Paulo Freire. Então se envolveu na projeto de alfabetização em alguns bairros de Curitiba. Acompanhava pela rádio notícias da resistência das organizações de esquerda pelo Brasil, não tinha muita ideia da dimensão que seria a ditadura, mas já se interessava pelo assunto.

Teresa começou a cursar jornalismo na UFPR, uma profissão masculina e de homens desregrados, na concepção de sua mãe. Com o passar do tempo, Teresa percebeu que o curso era muito pior do que sua mãe imaginava:

[...] a existência do Curso de Jornalismo era um pacto feito pelo capital nacional que mantinha os meios de comunicação com a ditadura. Era um pacto que interessava os dois, né?! Porque, na verdade, você primeiro formava jornalistas de acordo com o modelito, né?! E tirava as inteligências independentes que marcavam o jornalismo até então, discriminava as pessoas que poderiam ser bons jornalistas, mas não tinham diploma e, ao mesmo tempo, surge a carreira de assessor de imprensa, quer dizer da mídia de fonte, né?! Que significou um arranjo extraordinário. O capitalismo é uma coisa muito sábia, eles têm capacidade de ajuste fantástico, porque você empregava o mesmo sujeito de manhã em uma assessoria de imprensa e à tarde no jornal, pagavam mal nos dois lugares, portanto o cara era obrigado a trabalhar em dois lugares e ele era fonte e jornalista ao mesmo tempo. Quer dizer, esse era o jornalismo dos sonhos da ditadura.

Segue-se, portanto, que a história do Curso de Jornalismo da UFPR esteve ligada à história da ditadura civil-militar, não sendo mera coincidência que a data de criação do Curso fosse em 1º de abril de 1964. Outro fator relevante foi o Curso ter um coordenador que havia sido interventor de sindicatos em 1964 e “foi acusador explícito de muitos jornalistas da época”. Teresa, já alguns anos mais tarde, quando trabalhava de jornalista para a Revista Veja, presenciou, em um debate, a confissão do coordenador: “Eu fui, sou e sempre serei um dedo duro!”.

Foi nesse contexto que Teresa se identificou com a militância política. Queria melhorar o Curso de Jornalismo e se vinculou ao movimento estudantil. Nesse mesmo período, em 1965, Teresa partiu para o Nordeste do Brasil, com um grupo de estudantes da Universidade de Cornell, dos Estados Unidos. Esse foi para ela um momento decisivo por dois motivos: Teresa conheceu a realidade de extrema miséria da

população brasileira, pois nenhum livro de Graciliano Ramos conseguiria descrever a vida das pessoas em Ponte de Carvalho, região metropolitana de Recife. Então Teresa tomou conhecimento da atuação das Ligas Camponesas, que lutavam contra a repressão da ditadura: “Aí meu mundo explodiu e aquilo definiu a minha vida”.

Voltou para casa determinada — queria fazer a revolução no Brasil. Para tanto, Teresa foi buscar o seu caminho e se filiou à Juventude Universitária Católica – JUC⁷³ e, por mais que tivesse algumas reservas contra Igreja Católica, ela precisava começar sua militância por alguma organização. Os anos se passaram e Teresa não se identificava com as propostas das organizações de esquerda. O debate era intenso sobre as diferentes interpretações da realidade do país e qual seria a via para a revolução, se a política ou se a luta armada.

Teresa aderiu à única organização que respondeu às suas perguntas, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP⁷⁴, uma organização marxista-leninista que tinha como proposta a organização do Partido de Vanguarda da Classe Operária e se opunha à luta armada:

[...] e a POLOP era o grupo dos resistentes, né?! Por que a POLOP dizia: “Veja bem, nós temos que entender melhor esse país. A gente não conhece esse país e esse país é muito grande. Nós temos que estudar muito, temos que criar condições pra montar o partido que seja a vanguarda da classe operária brasileira e que daí estabeleça um rumo para a revolução”.

Essa escolha foi decisiva para iniciar o seu projeto de militância. Teresa, com o codinome de Batista, foi designada para iniciar uma célula em Londrina trabalhando como boia-fria, o segmento que a POLOP tinha eleito para ser organizado. Naquele período Londrina era uma cidade pequena e Teresa, uma jovem descendente de poloneses, portanto loira de olhos claros, que se passava por uma boia-fria, “uma estratégia ingênua, a gente montava uma cédula para um povo errante, né?! Volante como eles diziam”. Com essa constatação, durante sua narrativa, Teresa deu início a uma análise sobre sua militância e sua atuação na POLOP:

[...] por que esse debate não é demérito, mas esse debate que se travava entre os grupos, os diferentes grupos e cada vez mais grupos de esquerda era um debate muito superficial, muito juvenil, muito juvenil! Nós éramos todos meninos que, tirando alguns caras que vieram do período pré-64, era todo mundo muito menino! [...] Eu acho que com o AI-5 a gente começa a cair na real, entende? Eu acho que

⁷³ Ver RIDENTI, *A constelação ...*, 2010. p. 27-70.

⁷⁴ Ibidem.

esse é um corte não só na política do país, mas é um corte na nossa, na nossa adolescência política!

Então 1968 foi um ano de descobertas para Teresa. Foi nesse período que ela encontrou os traços da sua juventude: “Nós éramos jovens, sem formação, mas nós podíamos mudar o mundo” e “a gente não tinha medo, o medo não entrava, não era um componente dessa história”, mas não deixou de contestar “o tempo de aprendizado é muito curto para você passar de uma agitação de rua para uma clandestinidade”.

Teresa foi presa diversas vezes. Em 1970, Teresa foi presa por agentes da DOPS, ao ser associada ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro — MR-8⁷⁵, ficou 25 dias no Quartel da Polícia do Exército e foi interrogada e torturada pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury⁷⁶, até alguém confirmar que ela não pertencia aos quadros do MR-8, “mas já estava feito, já tinha apanhado tudo o que tinha que apanhar”. As marcas da tortura ficaram para sempre em sua vida, em sua memória e em seu corpo. Teresa ficou muito debilitada por causa da tortura, seu marido havia tentado suicídio na prisão e, quando foram soltos, a única alternativa era o exílio no exterior, pois sabiam que o casal seria vigiado pela polícia, que dificilmente ficariam livres e “ele não tinha condições de continuar aqui, ele estava mentalmente muito abalado”. Assim, Teresa decidiu seguir para o exílio, acompanhando o seu companheiro e deixando seu filho com sua mãe.

No Chile, doente e grávida, Teresa até tentou se envolver com o *Movimiento de Izquierda Revolucionários* – MIR e militar pela revolução chilena, mas não tinha mais forças. Sua segunda filha nasceu no Chile e Teresa achou melhor que sua mãe a levasse para o Brasil, onde teria mais condições de vida e segurança. O ressentimento de estar longe dos filhos fez com que Teresa decidisse retornar para cumprir sua pena: “Eu nunca fui ouvida pela Justiça Militar, eu nunca respondi processo nenhum, mas eu fui condenada a 2 anos de prisão”. Teresa foi condenada a cumprir a pena na Penitenciária Feminina de Piraquara, mas não ficou nem um mês, fez greve de fome e foi salva pela

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Conforme o *site* Memórias da ditadura, Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi delegado do Dops a partir de 1968, considerado um dos repressores mais notáveis do período. Sua vida privada e pública foi biografada pelo jornalista Percival de Souza, na obra *Autópsia do Medo*, lançada em 2000. Fleury foi acusado de envolvimento em diversos episódios de sequestro, tortura e assassinato durante a ditadura militar, entre eles os do militante Carlos Lamarca e do dominicano Frei Tito, e da prisão de participantes do Congresso de Ibiúna, da UNE. Em entrevista à revista Veja, em 12 de novembro de 1969, relatou a participação na captura do líder da Ação Libertadora Nacional – ALN, Carlos Marighella. *Biografias da ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

Irmã Araújo, da Congregação das Irmãs de Caridade. Cumpriu o restante da sentença no Convento, em regime fechado, e aprendeu a tricotar casaquinhos para seus filhos.

O ano de 1975 foi o retorno à legalidade, o que trouxe muitas mudanças à vida de Teresa. A legalidade exigia de Teresa a retomada de seus projetos pessoais, que, até o momento da clandestinidade, estavam embasados na revolução, no projeto coletivo de derrubada do regime, na militância. Quando esses projeto não faziam mais sentido, reaver seus filhos foi o principal projeto.

O desgaste do seu casamento e a separação seguiu a regra do que aconteceu com muitos casais que viveram juntos a militância: “Eu acho que, se você fizer um corte em como foram as relações entre homens e mulheres que casaram nesse período e que ficaram juntos, são muito poucos. Acho que são bem poucos”. Assumindo o posto de mãe, responsabilizou-se pelo sustento dos filhos e percebeu que as batalhas ainda não tinham acabado. Uma primeira questão era como registrar-se como jornalista e conseguir um emprego, se ela não conseguia o atestado de bons antecedentes criminais: “As pessoas daqui fugiam de mim que nem o diabo foge da cruz”. A salvação veio novamente das irmãs de caridade, que convidaram Teresa para assumir a redação do *Jornal Voz do Paraná*. Doravante Teresa foi trilhando o seu caminho, trabalhou na *Revista Veja* e no *Estadão* (*Jornal O Estado de São Paulo*), entre outros.

A experiência da militância comunista

É obvio que há, a sociedade é machista, mas é a luta de classes, não é macho porque é macho, é porque é machismo mesmo da diferença de ‘dividir-nos’ homens e mulheres, para enfraquecer, a ideia é essa.⁷⁷

Rosilei Vilas Boas nasceu em Arapongas no ano de 1961. Na sua adolescência, a família saiu do interior e partiu para a capital em busca de melhores condições de vida e de estudos para os filhos. Os questionamentos sobre as injustiças e as desigualdades na sociedade vieram muito cedo para Rosilei, pois já na adolescência ela questionava o porquê de, praticamente, toda a cidade de Arapongas ser de uma família só: “Eu ficava indignada”. Era uma família latifundiária, que tinha muita influência na economia, na política, na justiça e até nos assuntos religiosos. Outro acontecimento que despertou a

⁷⁷ BOAS, Rosilei Vilas. 54 anos. Entrevista em 8 de novembro de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

atenção de Rosilei foi o desaparecimento de um vizinho: “Ele foi preso e as pessoas não falavam o porquê”. Tinha alguma coisa a ver com aquela família, “aqueles que se opunham a eles [família] naquele período, as pessoas tinham medo ou eram presas”.

Rosilei tinha apenas três anos quando os militares assumiram o poder, sua infância foi vivida em um momento de muita movimentação, pois o governo militar se estruturava e a resistência à ditadura se organizava em diversos setores da sociedade brasileira: “Nesse período, você veja, eu não era nem secundarista ainda”. E ela já percebia, mesmo que sutilmente, as contradições na sociedade brasileira. Foi esse o cenário e o início da sua militância política. Na adolescência, algumas leituras, como *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, e *Submundo da realidade*, de Adelaide Carrara, formaram o entendimento de que: “Nossa, tem muito mais coisas além do que a gente vê por aqui e o que a gente vê por aqui tem a ver com o que acontece no resto aí fora”. Assim, antes de entrar na universidade, ela se vinculou ao movimento estudantil universitário de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, descobrindo que havia um mundo de possibilidades para experienciar, entre elas, a de militar por um ideal e, consequentemente, reavaliou algumas escolhas já assumidas: “E eu pensei ‘eu não posso me casar’ e eu terminei meu noivado porque eu ficava imaginando eu lavar calça de um agrônomo, sujíssima, lá em Campo Mourão, enquanto a vida estava rolando aqui”.

Sua família desde muito cedo sabia que ela era “diferente”. Sabia isso em razão de sua “rebeldia”, que era sentida e destacada por seus pais: “A Rosilei sempre foi da pá virada!”, “Eu nunca consegui segurar ela!”, fato que explicaria a sua decisão de não adotar o comportamento tradicional que uma mulher deveria ter, traçando assim outro destino para a sua vida. Seu pai tinha algum entendimento do que acontecia no Brasil, não fazia objeções à sua postura de esquerda, mas o comportamento de Rosilei era constantemente contestado pela sua mãe e ela respondia com toda a convicção: “Mas eu estou indo pelo povo brasileiro e você jamais vai entender isso!”. E, em razão dos desentendimentos maternos e o projeto de vida traçado por ela, Rosilei saiu da casa de seus pais e foi morar sozinha.

Sua ação política teve início ao vincular-se à Juventude Democrática Progressista – JUDEPRO⁷⁸, um braço da juventude do PCdoB e, por mais que sua concepção de mundo fosse ainda pequena, dada a formação no interior paranaense, ela

⁷⁸ Ver RIDENTI, op. cit., p. 27-70.

sabia que a luta no partido era “contra os militares, que era por justiça, que era por liberdade, e que um dia todo mundo ia ter uma vida igualitária”. Através do PCdoB ela enriqueceu os questionamentos já feitos na infância e aderiu às noções do centralismo democrático: “Eu acredito ainda, eu acho que as pessoas têm ideias diferentes, mas têm que ter uma ação conjunta porque senão se perde, o movimento se perde se não tiver uma ação conjunta”.

Em 1978, Rosilei foi convidada a entrar para o partido e a fazer parte dos quadros da direção do PCdoB. Tinha apenas dezessete anos de idade, havia se destacado no envolvimento com a JUDEPRO, confirmando, assim, ser uma militante confiável. Representando o partido, atuou em diversas frentes de mobilização: “Não sei aonde é que a gente arrumava tanto tampo, mas nós participávamos de todos e todos funcionavam”, entre eles, o Comitê do Movimento Contra a Carestia, Movimentos de Bairros, o Movimento de Mulheres, a Federação Estadual das Mulheres, o Movimento de Defesa da Amazônia – SIDEAMA.

A militância de Rosilei desse período está materializada em uma foto. A imagem retrata a militante realizando uma das tarefas do partido, uma tarefa perigosa pela condição que ela apresentava. Rosilei estava no último mês da gestação de seu filho, tinha 19 anos e vendia, no centro de Curitiba, o jornal clandestino Tribuna Operária. Para ela, era “uma foto bem bonita até”. Essa não foi a única tarefa que Rosilei realizou grávida, pois, em uma manifestação do partido na Boca Maldita, ela quase foi detida. O policial chegou a pegar no seu braço, mas foi salva por outro militante, Néilton Friedrich, e precisou correr para escapar.

A maternidade iria compor a militância de Rosilei. Os ideais de lutar pela igualdade na sociedade, em vista da revolução socialista, ganharam uma bandeira a mais, a de que a mulher deveria ter o direito de viver a maternidade e educar seus filhos no estado socialista.

Mas a vida no socialismo ela é muito mais fácil, a maternidade, porque você tem toda a gestação coberta magnificamente pelo Estado. Você tem o parto coberto todinho pelo Estado. Você tem a creche, eles já sabem que a tua criança vai nascer e daqui a tantos meses ela vai precisar de uma creche. A escola primária fica sabendo que daqui a tantos anos essa criança precisa entrar lá. A secundária também sabe que precisa dar vaga pra essa criança. Então é muito mais fácil ser mãe num país socialista do que aqui que você não tem onde deixar o seu filho pra poder ir trabalhar.

Em 1982, casada e com uma filha de um ano, a família foi designada pelo Comitê Central do partido para executar o internacionalismo proletário, a “troca de

experiências de se viver num país socialista e poder depois refletir sobre como isso se daria no seu país dadas as condições particulares de cada um”. Clandestinamente eles partiram para a Albânia e se fixaram na capital Tirana. Estudaram e moraram no Instituto Superior de Marxismo da Albânia, que ficava em um condomínio fechado, uma antiga vila militar construída pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial. As experiências vividas nesse local, que tinha 40 anos de revolução e de poder popular, eram ímpares. Estudavam o marxismo, aprendiam o idioma local e trabalhavam na transmissão da rádio Tirana: “Nós transmitíamos todos os dias um programa com informações sobre a política internacional, no meio algumas dicas do que estava acontecendo com alguns camaradas que estavam em locais que não tinha notícias”.

A escolha do casal para a tarefa partidária, nas análises de Rosilei, relacionava-se com a preocupação do partido com a formação intelectual de seus membros, investindo na capacitação, uma vez que eles deveriam auxiliar na conscientização da população contra a ditadura civil-militar. Para a militante havia, porém, ainda outro fator mais importante: “Por que a gente foi escolhido? Porque o partido enxergava na gente uma fidelidade partidária, uma militância [em] que valia a pena investir, enfim, não sei se deu muito bem, mas é isso que aconteceu”. O retorno ao Brasil foi em 1985 e a primeira tarefa que eles deveriam desenvolver era participar da campanha política do Roberto Requião para governador do Paraná.

Para Rosilei, foi a partir da sua vinculação com o PCdoB que sua militância se materializou. O seu crescimento pessoal foi através do partido: “Eu amadureci muito cedo, eu acho, muito menina, eu acho que eu fiz as coisas muito menina”. Assim suas convicções políticas ligadas ao marxismo-leninismo e ao socialismo foram ferramentas para interpretar os traços e os sentimentos que perpassaram sua militância. Com a maternidade foi assim e com as desigualdades de gênero também. Nesse sentido, por mais que essas categorias fossem percebidas pela militante, as desigualdades de classe eram mais valorizadas, até porque as de gênero, em sua concepção, estavam naturalmente ligadas à luta de classes. Rosilei teceu algumas considerações sobre as desigualdades entre homens e mulheres, na sociedade e no partido:

Veja bem, essa fala de que se faz a revolução, mas não se faz no privado, ela é uma luta de classes, ela não é uma luta de gêneros. Ela é uma luta de classes. É muito difícil ser igual, eu e você. Eu e o porteiro. Isso é um exercício. Morar no socialismo é muito difícil. E o homem e a mulher serem igual também é muito difícil, a igualdade é muito difícil. [...] O ser igual é muito difícil. Então, sempre vai ter,

mesmo no socialismo, a luta de classes. Vai existir e essa diferença do homem e da mulher.

Na cúpula e na base do partido havia mulheres que traziam, à pauta de discussões, questões relacionadas ao machismo, à opressão e às desigualdade entre homens e mulheres, mas essas questões estavam “mascaradas”⁷⁹ dentro da luta maior, a luta de classes. Ela enfatizou que “Os comunistas sempre viram a mulher como uma força revolucionária de fundamental importância política” e que, portanto, dentro do PCdoB daquele período, as relações entre homens e mulheres eram igualitárias, a formação políticas era para ambos os gêneros e as mulheres eram fortemente incentivadas a estudarem e a permanecerem firmes na luta e “Eu não tenho dúvida disso”, entretanto “existia, sim, dentro do partido os machistas e os ‘comilões’, assim, o garanhão, sabe? Isso sempre teve”. Nesse sentido, por mais que o partido promovesse a igualdade entre homens e mulheres, isso por si só não evitava que existissem atitudes e condutas machistas dentro do partido.

A experiência da militância narrada pela primeira vez

Esta não é uma história que está lá trás enterrada e não quero enterrar, apesar que a minha memória não está me ajudando muito, mas eu acho que eu preciso e é um compromisso que eu tenho com a sociedade e com os meus filhos.⁸⁰

Izabel Fávero iniciou sua militância política em Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, sua cidade natal. A atuação no grêmio estudantil, quando cursava o magistério na Escola Normal Duque de Caxias, foi o caminho para a sua identificação com a militância.

E foi pela sua participação em mobilizações estudantis que Izabel conheceu seu marido e companheiro de luta, Luiz Andrea, que era presidente da União Caxias de Estudantes Secundários e, depois, presidente da União Gaúcha de Estudantes Secundários. Das reivindicações do movimento secundarista, direcionadas à melhoria do ensino gratuito, a pauta de luta foi se transformando à medida que a liberdade dos

⁷⁹ O sentido que se deve dar ao termo “mascaradas”, nesse parágrafo, deve ser de “contempladas”. Interpretação feita a partir da análise da entrevista oral e transcrita.

⁸⁰ Depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, ocorrida no dia 27 de junho de 2013.

estudantes foi sendo tolhida. A militância passou, então, a enquadrar as contradições na sociedade em relação à ditadura civil-militar.

A história de vida de Izabel, em relação à sua militância política, foi conhecida a partir de uma única pronúncia. Depois de mais de quarenta anos em silêncio, em 2013, em uma audiência pública da Comissão pela Verdade do Paraná, Izabel narrou sua história. Algumas informações sobre a militante são difíceis de serem recuperadas. Seu depoimento foi centrado na experiência enquanto militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-Palmares⁸¹ e do contexto da sua prisão, tortura e julgamento. Foi impreciso saber também quais foram as motivações de Izabel para iniciar a militância, bem como a formação que teve no seio familiar e o porquê de se envolver na mobilização estudantil durante o período escolar. Mesmo assim, no entanto, as motivações de seu depoimento na Comissão são bem visíveis.⁸²

A militância de Izabel está muito ligada ao seu companheiro, mesmo porque a história de vida deles está entrelaçada: “Eu era militante, mas eu também era apaixonada, havia um amor muito grande entre nós dois”. Os ideais, o envolvimento na luta contra a ditadura e a identificação com a VAR-Palmares foram os mesmos, bem como o contexto da prisão e a maneira como eles foram torturados, um na frente do outro: “O prazer deles era torturar um em frente ao outro e dizer: ‘Olha sua vadia, ele tá apanhando por culpa sua, que você não quer colaborar’, ou o contrário. Era um jogo de tortura psicológica e física pra desestruturar mesmo”.

Em 1969, Izabel e Fávero ingressaram na VAR-Palmares, e, em um curto espaço de tempo, foram designados a aparelhar um comando territorial no Paraná: “Foi uma decisão da direção regional da VAR, que considerou que nós não poderíamos estar na legalidade. Então estudamos a possibilidade de montar uma base de resistência à ditadura militar no Oeste do Paraná”. A região foi escolhida por ser um local estratégico, era perto da fronteira com o Paraguai e Argentina, e já contavam com uma estrutura para o início do trabalho político, ou seja, o sítio dos pais de Luiz, em Nova Aurora.

Izabel e Luiz tinham uma boa estratégia para não levantar suspeitas — eram um casal jovem, junto aos pais dele, trabalhando e construindo o seu futuro. Eles

⁸¹ Ver RIDENTI, op. cit., p. 27-70.

⁸² Sobre a guerrilha armada no Oeste do Paraná, ver CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. *Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970*. Marechal Cândido Rondon, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

permaneceriam em contato com a organização, que subsidiaria o sustento do casal para que eles pudessem estruturar a missão. Os meses se passaram e eles ficaram isolados em relação à organização, não sabiam que ela havia sido desmantelada pela repressão dos militares. Decidiram sair da clandestinidade e começaram a trabalhar como professores na cidade, primeiramente na Escola Estadual Jorge Nacli e, depois, reabriram uma escola perto da fazenda dos pais de Luiz. A escola foi reestruturada com a ajuda dos pais dos alunos. Durante a semana funcionava na alfabetização de crianças e, nos fins de semana, na alfabetização dos adultos, a partir do método de Paulo Freire. Com o tempo, “isso nos permitiu nos aproximar dos pais dos alunos e a gente foi compartilhando com eles nossas ideias, nossos ideais, nossas visões de uma sociedade melhor e eles foram simpatizando conosco e nos dando um amplo apoio”. De certa forma, mesmo desconectados com a VAR-Palmares, os/as militantes conseguiram realizar o trabalho de conscientização política de algumas pessoas da cidade, o que despertou suspeitas sobre o casal.

O cenário da prisão do casal mais pareceu uma operação de guerra. Em 1970, a cidade de poucos habitantes foi tomada da noite para o dia por uma força militar de 700 homens armados. A megaoperação foi planejada com a cooperação de todos os órgãos da repressão do Paraná: DOPS, Polícia e Exército. Isabel e Luiz foram surpreendidos durante a madrugada e, antes mesmo de serem transferidos para o 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, foram interrogados e torturados. Com a organização sendo minada, muitos membros foram presos e, sob tortura, delataram diversas informações, entre elas a localização geográfica do casal em Nova Aurora. Isabel e Luiz foram os últimos militantes da organização VAR-Palmares a caírem.

A estrutura de repressão aparelhada era justificável. Os focos de resistência armada foram perseguidos acirradamente pelos agentes da ditadura, no entanto se surpreenderam quando somente encontraram uma mulher — Isabel Fávero e seis homens — Luiz Andréa Fávero, Alberto João Fávero, Gilberto Hélio da Silveira, José Deodato Motta, Adão Pereira Rosa e Benedito Osório Bueno. Possivelmente esperavam encontrar um foco de guerrilha da extensão da guerrilha do Araguaia. Essa hipótese poderia ser um dos motivos que explicaria a dimensão da violência sofrida por todos durante as torturas. Era o ressentimento dos agentes da repressão, por terem feito papel de bobo. Foram setecentos homens armados para sete pessoas.

As torturas a que Isabel foi submetida foram distintas das que os homens sofreram. Primeiramente, por ser mulher, não deveria estar envolvida em atividades

subversivas, principalmente na resistência armada: “Fui muito ofendida como mulher, porque ser mulher e militante é um ‘carma’, além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, puta. [...] ‘Que educação que seus pais te deram?’”, e, por uma segunda questão, Izabel estava grávida de dois meses. Fato que era de conhecimento dos torturadores pelas constantes súplicas de Luiz: “Meu marido dizia: ‘Por favor, não façam nada com ela, podem me torturar, ela tá grávida e eles riam, debochavam’: ‘Isso é estória!’ e em nenhum momento isso foi motivo de preocupação”.

[...] eu certamente abortei por conta dos choques nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, o que causa muita dor no pescoço, porque quando a gente recebe o choque joga a cabeça pra trás, chegando ao ponto de não saber aonde doía. Certamente foi isso! Eles ficavam muito irritados de me ver suja, sangrando e cheirando mal, ficando com muita raiva e me machucando mais ainda [...] eu não me lembro bem se no terceiro ou quarto dia eu já entrei em processo de aborto, pois estava grávida de dois meses. Então eu sangrava muito e não tinha como me proteger. Usava papel higiênico e já tinha mau cheiro e estava suja e acho que, eu acho não, tenho quase certeza, que não fui estuprada, era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim.

Muitos outros contextos de tortura foram narrados por Izabel à Comissão pela Verdade. Grande parte do silêncio de Izabel tem relação com a tortura que ela e seus companheiros sofreram, intensificado pelo fato de ela ter abortado nessas condições e, acima de tudo, por ter perdido o filho de homem que amava. O grau violento da tortura dos agentes da DOPS e do Exército foi questionado pela militante em diversos momentos do depoimento, mostrando o ressentimento, a angústia e a indignação que compôs a sua fala: o “André massacrado, ele estava coberto de hematomas, eu fiquei pensando naquela noite: Por que que eles odeiam tanto a gente? O que a gente fez pra esse infeliz? [...] A gente vai atrás de explicações, mas é difícil de entender!”, e, por vezes, o que lhe deu incentivos para permanecer viva foi o companheiro e a projeção da possibilidade de um dia ainda se vingar: “Eu vou me vingar! Eu vou fazer com eles tudo o que eles fizeram com a gente! Isso ajudava a me manter! Eu me imaginei fazendo barbaridades com quem estava fazendo barbaridades com a gente!”.

Relacionado ainda à tortura, outro episódio foi sentido de forma dilacerante por Izabel. Depois da prisão do casal, o irmão de Luiz foi preso e torturado por associarem ele a Izabel. Os agentes da DOPS encontraram na bolsa dela um papel com o nome do cunhado e entenderam que ele também pertencia à base da organização. Seria o dono de um aparelho no Rio de Janeiro: “Nós, que éramos militantes, sabíamos a opção que

tinha feito e o que podia acontecer, mas alguém ser preso e torturado sem saber o porquê, é muito difícil de aceitar, de superar. Eu fiquei com essa culpa!”.

Surpreendentemente, porém, associado à tortura daqueles dias há também o sentimento de gratidão. O período de incomunicabilidade e o arrefecimento das torturas físicas somente foram possíveis pela ajuda de Olga, uma mulher desconhecida que cuidou de Izabel: “Depois de alguns dias eu acordei e tinha uma senhora ao meu lado que se chamava Olga e que trouxe roupa limpa, toalhas e me levou pra tomar banho, cortou o meu cabelo e penteou [...] ela cuidou de mim”. E fez ainda mais por Izabel, ou seja, revelou a localização do casal aos familiares de Luiz. Izabel também foi grata pelo companheirismo de Ana Beatriz Fortes — ambas dividiram a mesma cela por alguns dias, em que uma cuidou da outra depois das sessões de torturas. Izabel se sentiu “feliz quando ela saiu”. Havia uma possibilidade de Ana ter voltado para casa e o período de interrogatórios e torturas teria acabado.

A passagem pelo Batalhão de Fronteira durou uns vinte cinco dias, mas deixou marcas indeléveis na vida de Izabel. A família de Luiz, depois que descobriu a localização do casal, lutou, mesmo sob ameaças constantes dos militares, para a retirada de Izabel e de Luiz do Batalhão. O casal foi escoltado de Foz do Iguaçu até Porto Alegre. Luiz seria julgado sobre sua atuação no movimento estudantil gaúcho. Depois de sua absolvição, o casal retornou ao Paraná e Izabel foi presa na Penitenciária Feminina de Piraquara. O julgamento pelo Tribunal de Justiça Militar do Paraná somente ocorreu em 1971. O casal foi condenado a cumprirem pena, Luiz de dezoito meses e Izabel, de doze meses, por aliciamento de menores, dado o trabalho desenvolvido na educação, e por organizarem a luta armada. Um novo pedido de condenação foi apresentado pela Promotoria Militar, para mais vinte e cinco anos de prisão. Assim, sendo a detenção um risco eminente, Luiz e Izabel escolheram o exílio no exterior.

Partiram para o Chile e, com o golpe militar também naquele país, seguiram para a França, e lá permaneceram à espera do pronunciamento do Tribunal Militar, sobre o novo julgamento, para retornar ao Brasil. Com a condenação confirmada, permaneceram treze anos na França, já que eles não tinham o direito de retornar ao Brasil pela Lei de Anistia: “Como nós fomos julgados e condenados, aí a gente não podia ser anistiado. Saiu uma lista com trezentos e vinte presos que não eram para ser anistiados, porque não poderiam ser anistiadas pessoas que haviam sido condenadas. É a maravilhosa Lei de Anistia que foi feita”. Durante o exílio político tiveram dois filhos,

que viviam sob condição de apátridas, por não terem o direito de serem registrados no Brasil. A volta à legalidade somente ocorreu no ano de 1985, quando retornaram ao Brasil pelo contexto do fim da ditadura.

Em toda a estrutura da narrativa de Izabel, há um ponto que se sobressaiu e que articulou suas considerações sobre a sua militância: o compromisso que ela, a partir de sua história, tinha com a sociedade e com os filhos. Por mais que a história de sua vida, em relação à resistência à ditadura civil-militar, possa estar hoje no passado, ela não está esquecida para a militante. Izabel não consegue se reconciliar com o seu passado, mesmo entendendo que sua luta foi por um bem coletivo, e que, apesar do preço que pagaram, foram vitoriosos: “Nós participamos com certeza disso, a gente fez tão pouco, mas na verdade a gente fez alguma coisa e o que a gente fez, no momento em que a gente fez, no contexto que a gente fez, estava certo”.

A militância atrelada à arte

Maria Helena Costa foi uma heroína, porque essa me ajudou bastante, essa enfrentou barras mesmo. [...] Ficou do meu lado. E meus parentes lá diziam, ela é amante do Fidel Castro.⁸³

Adair Terezinha Chefônica de Souza nasceu em Tacanissa, em Rio Branco do Sul, uma região de Curitiba. Filha de mãe solteira, foi criada pela avó até os sete anos, enquanto sua mãe, Maria Helena Costa, trabalhava como empregada doméstica. No lugar onde nasceu o ensino era muito precário, por isso mudou-se para a casa de uma tia, no bairro Bacacheri, de Curitiba, e foi estudar no Grupo Escolar do Bacacheri, cursando o ensino fundamental primário. Na época em que ia iniciar o ensino fundamental secundário, sua mãe “tinha umas patroas muito boas”, que a ajudaram e a levaram para morar com a mãe para que ela pudesse estudar.

Formou-se como professora primária pelo Instituto de Educação e foi nomeada para lecionar em Pinhalão do Oeste, município no interior do Paraná. Após quatro meses, conseguiu transferências para o Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba, momento em que começou a aflorar sua consciência política. Adair percebia que o Brasil mudava e a juventude discutia cada vez mais as questões políticas e desejou fazer

⁸³ SOUZA, Adair Terezinha Chefônica de. 74 anos. Entrevista em 18 de maio de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

parte desse período de questionamentos. Foi na União Nacional dos Estudantes – UNE, mais especificamente em um curso de arte e teatro, proposto pelo Centro Popular de Cultura da UNE, onde encontrou pessoas que partilhavam o mesmo senso de justiça social que o dela. Assim, não se sentia mais deslocada. Dentro desse curso, Adair se interessou pelo Teatro de Bonecos, mas também começou a participar das discussões, das passeatas, das pichações e a entender quais eram as lutas que estavam sendo travadas naquele momento, contra o imperialismo norte-americano e a invasão estadunidense em Cuba, por exemplo.

Nesse mesmo período a UNE, juntamente com o Ministério da Educação, lançava o Plano de Alfabetização de Adultos com o método Paulo Freire, e, através do Teatro de Bonecos, conquistando as crianças, as professoras e os professores conseguiam entrar nas favelas de Curitiba e iniciar o processo de alfabetização. Adair começa a trabalhar com Euclides, que viria a ser seu marido, nesse projeto de educação para adultos. Ela dava conta das atividades práticas, porque tinha muita habilidade manual e ele das atividades teóricas. Por se envolver em vários projetos de artesanato, ganhou uma bolsa, junto com mais quatro professoras, de dois anos na escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI no Rio de Janeiro, se especializando na produção de bonecos. Depois de um ano de curso, voltou de férias para Curitiba e o PCdoB lhe ofereceu uma bolsa de estudo em Moscou. Lá ela faria um curso de teatro de bonecos no Centro Teatral de Moscou e também um curso político na escola do Partido. Chegou à Alemanha três dias antes do golpe militar no Brasil.

O curso oferecido para Adair em Moscou tinha a duração de seis meses e, devido ao golpe militar no Brasil, ela e todos os outros brasileiros que fizeram a viagem ficaram impossibilitados de voltar para o Brasil, além de a situação dificultar muito a comunicação. Diz ela:

[...] depois eu soube o desespero de tentar salvar esses que ficaram de juntar dinheiro pra mandar para o Euclides e para outras pessoas [...]. Depois eu soube, a minha mãe, na casa dessas patroas que a minha mãe morava, a polícia cercou depois do Golpe, me procurando. A minha mãe foi chamada no DOPS.

Após um ano e meio fazendo cursos sobre política e sem poder sair da Alemanha, o partido montou um esquema para ir, aos poucos, levando os brasileiros de volta. Para isso, eles falsificavam o passaporte de Adair e ela precisou passar por diversos países europeus até chegar ao Uruguai e, de lá, montar outro esquema para entrar no Brasil. Chegando ao país, mesmo sendo procurada, passou pelo Rio de

Janeiro, na pensão onde esteve hospedada quando fazia o curso do SENAI, depois Curitiba, Londrina e, por fim, retorna a Curitiba e vai morar na casa de uma prima. Nesse retorno, Adair não saía de casa, mas trabalhava em seus bonecos, que foram usados pelo Partido para realizar algumas apresentações nos teatros curitibanos. Após seis meses, decidiu ir para o Rio de Janeiro, onde Adair tinha uma tarefa política para executar:

[...] eu fui para o Rio de Janeiro. Nessas alturas eu tinha contato com o Partido, então, através do Partido, eu fiz contato com os jornalistas do Rio de Janeiro, com gente de televisão, com médicos, com dentista, com advogado, com sindicato, com tudo. Então eu levei, fiz todo um empresariamento, aluguei um teatro em Copacabana, vendi toda a lotação do teatro. Porque as pessoas ajudavam, porque eu vendia a lotação, mas a metade do dinheiro era para fazer finança para a família dos presos político, do pessoal que estava passando necessidade. [...] Fiz esse empresariamento e daí..., mais a nossa luta foi um pouco cultural. Não assim de participação em outro tipo de atividade. Através da cultura que a gente agilizava as coisas e brigava.

Quando fazia todas essas viagens, Adair usava o nome de Maria, mas sem comprovação alguma, felizmente não faziam o controle da identidade ao comprar passagens de ônibus e nunca foi parada por militares para conferir sua identificação. Adair se pergunta: “Eu não sei se por que eu nunca fui pega”. Já que foi cassada pela polícia política, informação que descobriu trinta anos depois, “porque depois, quando abriu o arquivo do SNI em Brasília, daí que eu fui ver que eu tinha um documento secreto do Exército para me cassar em qualquer lugar que me achassem”.

A militância de Adair aconteceu primordialmente na esfera cultural, mas sempre acompanhada da ideologia do Partido. Ainda no Rio de Janeiro, recebeu homens e mulheres militantes de outros Estados, fez contatos, principalmente, com os jornalistas que podiam noticiar algumas barbáries da repressão, como o fechamento de uma escolinha do partido chamada Jardim de Infância Pequeno Príncipe, em Curitiba, onde vários/as militantes foram presos/as ou fugiram. Nesse sentido, Adair não tinha medo de andar pelas ruas, medo de ser perseguida e ir presa. Ela via as suas atividades políticas como sua obrigação com o Brasil e com seus companheiros. Aquele era seu modo de vida.

Sua relação com Euclides Coelho de Souza foi bastante conturbada. Começaram a namorar no Centro Popular de Cultura e logo ele ganhou uma bolsa para estudar em outra localidade. Depois foi a vez de ela fazer o curso no SENAI no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Moscou. Assim que ela retornou, ele é que foi passar um ano em

Moscou: “A gente namorava quando dava, o importante era o que a gente estava fazendo”, conta Adair. O casamento deles aconteceu depois do retorno de Euclides de Moscou, no mesmo período em que o Teatro de Bonecos Dadá se divide, um grupo em Curitiba e outro em Guanabara. Adair e Euclides vão para Brasília fazer algumas apresentações e decidem ficar por lá, porém com o nome de Maria e de Gustavo.

O Teatro de Bonecos Dadá não estava isento de ideologia e intencionalidade política, porém o modo como era apresentado estava mais voltado para desenvolver a sensibilidade das crianças, que eram seu público-alvo, com a intenção de fazê-las enxergarem as injustiças sem terem que falar abertamente sobre o assunto, apenas mostrando através dos bonecos. Portanto,

[...] nós montamos peças boas. Tem uma que eu gosto muito, que é de um mexicano que fez um movimento com a população indígena do México, que é “Pedrinho vencido por Tiago”, o nome da peça. É um patrão que obriga as crianças a trabalhar, trabalhar, trabalhar e trabalhar, e cada vez que eles têm preguiça de trabalhar ou se cansam, ele assusta eles com o diabo. Ele usa uma máscara de diabo. Porque foi o que foi feito com a indiarada [sic] latino-americana, era usar a religião para convencê-los. E eles trabalham, trabalham e ele sempre assustando, assustando, até o dia que eles resolvem dar um cassete no diabo, e quando eles batem no diabo cai a máscara e o patrão sai do pano.

Com essa abordagem, eles pretendiam fazer as crianças compreenderem o próximo e a si mesmas, dentro de uma realidade que, naquele momento, se mostrava muito injusta e contraditória. Já era ano de 1969. Adair já tinha um filho de um ano e tentara concurso para a Escola Parque de Brasília, escola que, durante a manhã, tinha aula normal em sala e, de tarde, ensinava todo tipo de arte, música, teatro, canto, literatura, educação física, etc. Começou a trabalhar nesse local e decidiu, juntamente com seu companheiro, fazer vestibular para a Universidade de Brasília. Quando passaram, foram morar no Centro Olímpico da Universidade de Brasília, todavia a situação de morar neste local era muito complicada, dada a vigilância e a repressão. Assim,

[...] eu ia de barreira em barreira da polícia, mostrando meu crachá de Escola Parque e tudo, e conseguia entrar. As vezes de noite, a polícia batia altas horas atrás dos estudantes, lá no nosso barraco, eu pegava meu filho, balançava no colo. Eles entravam olhavam embaixo da cama, por tudo, iam embora. Daqui a pouco os estudantes vinham tudo coberto de bosta porque tinham fugido pelo campo de esgoto, iam, coitados, tomar banho.

Até o Ato Institucional nº 5 — o AI-5 —, de 13 de dezembro de 1968,⁸⁴ Adair e seu companheiro viviam e atuavam em suas profissões “tranquilamente”, mas em meados de 1970 foram condenados. Já não moravam mais no Centro Olímpico, mas ainda em Brasília. Uma noite, voltando pra casa após a aula, se deparam com a polícia em frente à sua casa. O filho André Luís estava dentro da casa com a babá, mas eles tiveram que desviar e ir para a casa de um amigo, voltando para buscar o filho dias depois. Deixaram tudo, móveis, bonecos, toda uma história construída naquele local, mas “esse era o preço”. Seguiram para o Rio de Janeiro, onde encontraram ajuda com um padre de Copacabana, que cedeu espaço na Igreja para os ensaios de peças de teatro. Quando o cerco apertou e eles precisaram sair do país, foi esse mesmo padre que os colocou em contato com Branca Moreira Alves, a mulher que os ajudaria a fazer a travessia para o exterior. Euclides foi primeiro, depois mais uma companheira, e logo depois iria Adair, que deixou seu filho com sua mãe. Aconteceu, porém, que, na noite em que iria viajar, dia 4 de novembro de 1969, mataram Carlos Marighella e a viagem dela não aconteceu. Apenas depois de mais seis meses ela conseguiu fazer a travessia, mais uma vez com a ajuda do padre e de “Dona Branca”. O trajeto consistia em ir do Rio de Janeiro até Porto Alegre, depois até Livramento e atravessar a fronteira para Montevideú. Depois Buenos Aires, onde se encontrou com sua amiga Lúcia Lucaski e o marido Euclides. Lá os três fizeram passaporte e seguiram para o Chile, o país escolhido para o exílio.

Os/as militantes exilados/as no Chile chegavam, muitas vezes, apenas com a roupa do corpo e, para se manterem até conseguirem emprego, existia uma “caixinha” financiada por aqueles que já estavam empregados, principalmente a alta cúpula do governo Jango, que estava lá fazia tempos. Nos domingos, esses/as militantes em melhores condições levavam os/as companheiros/as para almoçar em suas casas e, em um desses almoços, Adair recebeu um presente de Dona Branca, uma maleta cheia de seus bonecos que estavam em Curitiba. Com esses bonecos remodelados, mais alguns que foram recuperados de Brasília, Adair participava das passeatas no Chile, mas Euclides “já previa” um Golpe militar no Chile. Sob essa suspeita, o casal mais dois amigos seguiram para o Peru. Pouco tempo depois estourou o golpe no Chile e os

⁸⁴ O Ato Institucional nº 5, AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Maria Celina D'Araújo. *O AI-5*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

brasileiros que lá permaneceram viveram tempos difíceis de repressão violenta. A partir desse momento não se sentiam seguros em lugar algum, pois sabiam da cooperação entre os países que viviam as ditaduras na América Latina — cooperação denominada Operação Condor. Seguiram assim a tempo para o Peru.

Adair, que havia deixado seu filho com a mãe, em Curitiba, no Paraná, só voltou a revê-lo quando estava no Peru. Com dois anos e meio, a criança fez um passaporte e foi levada pela avó até o Peru. Depois de quatro anos, em 1975, a família e os/as companheiros/as militantes queriam retornar ao Brasil, mas Adair e o filho André não conseguiram renovar o passaporte. Foi quando Adair inventou uma história de que tinha câncer e que, “com ditadura, sem ditadura, com tortura ou sem tortura”, queria voltar para o Brasil e conseguiu o direito de uma única viagem, tendo que devolver o passaporte quando chegasse. Decidiram entrar no país por Manaus, por acreditarem que, nesse trajeto, não teriam que apresentar documentação. De fato foi o que aconteceu, entretanto alguns de seus companheiros acabaram presos antes da viagem.

Dentre as dificuldades encaradas por Adair durante a militância está o tempo em que ficou longe do filho e o ressentimento em vê-lo sofrer com as confusões que as mudanças frequentes lhe causavam. Essa militante, mãe, artesã, enxergava a ditadura como um momento histórico, que, por ser tão violento, lutava pela paz e pela redemocratização. Ela nunca se interessou nem participou de movimentos feministas, tampouco de lutas pelos direitos das mulheres, mas via no teatro uma maneira de atingir toda a população, principalmente as crianças em situações de marginalização e, fomentar nelas, uma consciência política. No presente, permanece com a mesma postura política, bem como o teatro continua a ser uma arte que abarca todas as outras e, nesse sentido, se ressentia por o Estado não patrocinar peças teatrais para as crianças ou para a classe trabalhadora. Adair questionou a elitização do teatro em nossa sociedade e diz que não foi por esse tipo de arte que ela e Euclides batalharam tanto no passado: “Tentamos discutir o teatro de uma forma política, de inserir ele dentro da luta, é uma coisa que eu acho que faz muita falta para a criança, faz muita falta para a educação, através do teatro podia se discutir tudo”. Assim, o teatro, ao ser relegado somente às classes dominantes, torna-se impossível que uma mãe trabalhadora tenha condições de levar seus filhos até um teatro renomado como o Teatro Guaíra de Curitiba.

Mulher bonita na militância

Eu era alta, magra, tinha longos cabelos, já fui *miss*, aliás, esse pedaço eu passei, né?! Muito interessante, eu já fui *miss* [risos], se quiser depois eu volto.⁸⁵

Cecília Garçonni nasceu em 1948, em Rio Branco do Sul, mas dividiu sua infância entre morar em Curitiba, em Uruguaiana e em Foz do Iguaçu, devido ao trabalho do pai, que “pertencia a um tipo de polícia, digamos assim, depois passou a ser polícia federal, mas era a que trabalhava só em fronteiras”. Tem o pai como uma influência de pessoa ética, pois, mesmo trabalhando como um “agente repressor”, tinha um sentimento forte de “proteção aos mais pobres”, solidariedade e humanidade que considera importante na sua vida.

Teve uma criação religiosa: “Era uma religião metodista americana em que os americanos, naquela época, eles vinham pro Brasil fazer missão humanitária”. Posteriormente, passaria a ver de maneira crítica essa instituição religiosa, mas naquele momento admirava a prática das missões e teve sua formação escolar em escolas que partilhavam da mesma religião. Além dessa formação religiosa e escolar, da influência do pai, tinha uma relação de admiração ao avô espanhol, que “teve/tinha uma formação política maior e foi anarquista, foi comunista, foi, lutou na revolução de 30, foi pra Argentina lutar pelo Perón”. O avô passou a ser seu “mentor”. Quando o golpe foi instaurado, Cecília tinha 16 anos e, preocupada e sem muito acesso às informações de jornais e televisão, ligava para seu avô para saber o que estava acontecendo e o que aconteceria com o país a partir daquele momento. Apesar de nova, desde cedo tinha contato com muitas leituras, e sempre teve interesse em entender as desigualdades da sociedade em que vivia: “Foi uma época [em] que eu li muito aqui em Curitiba, eu tinha o quê, uns doze anos, acho que foi uma das épocas [em] que eu mais li e eu fui estudar no Instituto de Educação”.

Com 16 anos retornou para Curitiba e foi morar com os avós, realizando o sonho de ficar junto com seu avô, entretanto, logo em seguida sofreu a perda de seu avô, que faleceu. Mesmo assim, Cecília e o irmão mais velho permaneceram morando juntos em Curitiba, o que não durou muito tempo e logo ela foi morar sozinha. Encontrou no Colégio Estadual um local para “abrir a cabeça”. Sempre foi muito ativa na escola,

⁸⁵ GARÇONI, Cecília de Cristo, 67 anos. Depoimento em 9 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

participava de todas as atividades que conseguia, teve professores marcantes, sendo que o mais marcante foi o professor de história Ruy Wachowicz, que, segundo Cecília, deu um direcionamento político fundamental para sua formação.

Entrou no Curso de Jornalismo da PUC em 1968, justamente no ano “mais dramático né, da história deste país” e não demorou em se envolver com o grêmio desse curso, a princípio com questões estudantis e, depois, politicamente. Participava de todas as reuniões do DCE e começou a namorar um militante da UPE, que a atraiu justamente por ser ativo politicamente e por ajudá-la a desenvolver seu entendimento político. Mesmo assim, Cecília se incomodava com o “extremo machismo” do namorado, que não aceitava mulheres atuando enquanto militantes:

E a posição dele é que mulher não podia fazer, ter qualquer tipo de participação. Ele achava interessante, até gostava porque era uma pessoa inteligente, mas atuar nunca! [...] e era uma discussão que a gente tinha, eu quebrava o pau com ele, achava isso tudo um absurdo, e discutíamos muito, já tinha uma consciência ainda que muito desorganizada, digamos assim, do papel da mulher na sociedade, né, e uma noção de liberdade de necessidade de autodeterminação de rompimento.

Cecília via os homens do Partido Comunista como “cerceadores da liberdade das mulheres”. A “gota d’água” para o término de relacionamento foi quando, em uma assembleia da UPE, o então noivo pediu para que ela se retirasse do local. Cecília permaneceu na reunião, o que encara como sua “primeira atitude feminista”. Posteriormente, na formatura do agora ex-noivo, ela protagonizou mais um momento de afronta ao seu machismo. Vestida “maravilhosamente” e acompanhada de um “belíssimo” amigo, dançou no meio da rua entre prostitutas, taxistas e bêbados, chamando a atenção de todos os presentes no baile. Tal atitude, que, para época, configurava um escândalo, envergonhou o ex-noivo e sua família, que se retiraram do local.

Tempos depois desse grande ato de rebeldia que serviu para romper em sua vida com a dominação masculina, Cecília começou a namorar Jurandir Rios Garçoni, com quem acabou se casando e permanecendo até sua morte. Acadêmico de arquitetura, ele foi um líder do movimento estudantil, presidente do DCE, participante da UNE e se envolveu em momentos de destaque como a invasão da Reitoria, invasão do Centro Politécnico. Também foi militante de uma organização política chamada POLOP. Cecília o considera uma pessoa que colaborou em muito para sua formação política. Mais tarde viajariam juntos para um congresso em Ibiúna/SP, onde ela foi como

representante da PUC. Nesse congresso muitos companheiros foram presos, inclusive o casal, porém, com o auxílio do governador Paulo Pimentel, eles foram os únicos soltos: “O Jurandir, apensar de toda a sua atividade, né, ele era um cara diplomático, era uma cara do diálogo [...] Paulo Pimentel sempre marcava chamá-lo pra conversar, inúmeras vezes presenciei isso”. Mesmo assim, poucos dias depois saiu uma ordem de prisão preventiva de Jurandir. Aí se constatou que ele estava entre as lideranças procuradas pela DOPS, o que o forçou a viver na clandestinidade e o casal perdeu o contato por algum tempo.

Era um tempo em que vários movimentos que tentavam deslegitimar a luta contra a ditadura. Em contraponto, as mulheres militantes eram bastante atuantes naquele momento, fortalecendo a sua imagem contra a ditadura. Cecília conta sobre essa situação, conta sobre o TFP — Tradição, Família e Propriedade, uma organização exclusiva de homens que não poderiam casar e andavam pelas ruas arrecadando dinheiro para a ditadura e lutavam contra a “dissolução da família”. Depois do congresso de Ibiúna e de uma passeata com forte repressão, ela foi atingida por uma ação desse grupo:

TFP fez um manifesto e distribuiu aí em todas as universidades denunciando a putaria que era o movimento estudantil que era formado entre pessoas sem qualquer moral, que desprezavam a família, que as mulheres eram todas vagabundas, prostitutas e aí eles citavam pessoalmente o meu nome, que, eu Cecília Garçon, Cecília de Cristo, né, era uma das devassas do movimento estudantil do Paraná e que no congresso de Ibiúna, olha a coisa ensandecida, que eu tinha participado do congresso de Ibiúna e que no congresso de Ibiúna houve, na última noite, que a gente nem sabia que era a última noite, na última noite houve um leilão, sorteio pra ver quem que ia dormir comigo, quem que ia trepar comigo e distribuíram isso na universidade inteira. Eu gostaria muito de ter esse recibo, esse panfleto. Absurdo.

Ainda em Curitiba, vivenciava-se um período de forte repressão e Cecília não via como continuar sua militância ali, considerando que já havia tido um contato maior com o movimento estudantil e com organizações políticas. Decidiu largar o jornalismo na PUC e entrou em Cinema na Universidade São Paulo – USP, onde reencontrou Jurandir e passaram a morar juntos, mesmo com ele vivendo de maneira clandestina. Em 1969, deixou a faculdade e suas atividades de teatro para se dedicar apenas à militância na POLOP, que incluía sua formação teórica.

A prisão de seu companheiro aconteceu em 1970, mas ela conseguiu escapar abandonando sua própria casa: “Nós tínhamos na época um prazo assim, um limite né,

você não chegou até tantas horas você tinha que abandonar a casa porque provavelmente quase com certeza teria sido preso”. Continuou com as atividades do partido, depois de um tempo começou a levar pessoas para fora do país, utilizando-se dos seus conhecimentos sobre fronteira, da sua condição de legalidade e do fato de ser uma mulher bonita. As militantes tinham o estereótipo de mal arrumadas, mal vestidas, sem maquiagem ou salto, nada que remetesse a feminilidade, mas Cecília cultivava uma aparência de jovem de classe média alta, o que, segundo ela, fazia com que sofresse julgamentos entre as próprias militantes, pois não levavam a sério sua atuação política por ser bonita e se vestir bem. Já sob o olhar de uma sociedade machista, não tinha o perfil de militante, portanto não representava uma ameaça. Em suas narrativas, conta de um episódio quando suspeitaram de sua militância ao chegar a um aeroporto sem bagagem, mesmo elegante e bem vestida com um casaco vermelho foi encaminhada para um balcão para que os funcionários averiguassem se ela teria algum envolvimento subversivo ou não. Ficou esperando um tempo e pensando em como se livrar de uns documentos que trazia do Chile, misturou-os com jornais e conseguiu se livrar, faltava agora sair daquela situação e ela nos conta qual foi a saída:

[...] chegou um voo internacional com muita gente e era um lugar pequeno com um tumulto ali de gente e eu aproveitei pra tentar sair. E peguei um cara que estava saindo, um cara assim adequado a minha altura e tal, né, um cara enorme, um cara forte, falando espanhol e como eu falava muito bem espanhol, eu botei o braço nele, assim, enfiei o braço nele, né, e falei pra ele: “Deixa eu sair senhor, por favor”. Ele achou estranho, né, mas nisso uma mulher me chama e fala: “Oh, senhora, moça, moça você esqueceu o seu casaco”. Porque nisso eu tirei o casaco por que o casaco era o que me denunciava né, aquele megacasaco vermelho... Ela: “você deixou o casaco!”. Eu fui obrigada a pegar a porra do casaco porque se não... aí peguei assim, mas larguei logo em seguida e peguei o cara de novo, eu falei, olha, eu estou com problemas e tal, deixa eu sair, mas se fosse um homem jamais faria isso, jamais.

Saindo do aeroporto, agradeceu ao homem que a ajudou e escapou por entre os carros, conseguindo ainda uma carona até a rodoviária. Inventou uma história de briga conjugal e o outro, com pena, ainda lhe deu dinheiro para ônibus.

Quando seu companheiro saiu da prisão, em 1972, Cecília estava realizando uma tarefa, ainda como militante da POLOP, que era levar três militantes responsáveis pelo sequestro do embaixador americano até o Chile. Se eles fossem descobertos certamente todos teriam suas penas de morte decretadas. Após o reencontro do casal, mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde eram menos conhecidos e, na medida do possível, porque

ainda existia forte repressão, viviam com mais tranquilidade. Apenas depois da anistia voltaram para São Paulo e passaram a fazer trabalhos de base com os bairros operários principalmente. Nesse momento, Cecília foi trabalhar no sindicato de oposição sindical metalúrgica, lá editando o jornal da oposição sindical, onde se envolveu em greves e teve contato com Lula, que, naquela época, também estava envolvido com o movimento sindical. Ao mesmo tempo em que se envolvia com as lutas operárias, Cecília ficou grávida, o que evitava até então por conta da atuação enquanto militante. Disse ela: “Resolvi ter filho porque já achava que estava ficando velha”. Assim, a primeira filha nasceu em 1977 e a segunda veio em 1983. Sua família não lhe cobrava que casasse, tampouco cobrava que tivesse filhos. A organização na qual militava, essa, pelo contrário, “achava que não poderia ter filhos”, porque isso dificultava a atuação política, até mesmo pelas práticas de tortura.

Por volta do ano de 1982, quando a “situação já estava muito mais tranquila”, existia o medo constante de perseguição e de prisões. Mesmo assim, juntamente com seu companheiro, tentaram voltar para a universidade, mas, ao conseguirem entrar, não se identificaram mais com aquele espaço: “Vamos encerrar esse capítulo da nossa vida, não precisamos, não queremos, acabou, morreu, chega!”. Dessa forma, eles passaram a trabalhar, ela como jornalista e ele com empregos diversos. Quando José Richa assumiu como governador do Paraná, o casal voltou a morar em Curitiba e a trabalhar no governo, ela como assessora do governador e ele com patrimônio histórico. Em 1986, Jurandir sofreu um acidente de avião durante o trabalho e veio a falecer e Cecília perdeu seu “companheiro de uma vida”. Depois de mais um ano em Curitiba, começou a trabalhar com a questão agrária, porém com a saída de José Richa do governo do estado pediu transferência para São Paulo, onde trabalhou por um tempo no Ministério da Reforma Agrária, mas houve um momento em que, por não concordar mais com o modo de atuação do governo, teve que pedir demissão. O pedido aconteceu no meio do campo, quando ela foi obrigada a negociar, em nome do governador, com os sem-terra e, durante a negociação, o comandante da PM, sob ordens do governador, decidiu invadir a ocupação dos sem-terra:

Eu falei: “Tudo bem. Só que eu estou saindo antes do senhor invadir. O senhor vai ter que me deixar ligar pro meu secretário e dizer que eu estou pedindo a minha demissão, porque eu não vou ter na minha consciência uma invasão de terra, uma possível morte de um sem terra, de jeito nenhum!”. Aí eu pedi minha demissão e fui embora. Aí eu saí do governo.

Saiu do Ministério e voltou a trabalhar como jornalista, mas não abandonou a militância e identificava nas políticas públicas uma maneira de continuar sua atuação em prol de algo em que acreditava. Percebemos que, desde muito cedo, Cecília se envolveu com a militância, principalmente por acreditar ser algo por um bem comum. Apesar de não se considerar uma militante feminista, sua atuação política sempre foi em nome da sua liberdade e, muitas vezes, atuou em favor da liberdade de todas as mulheres. Após passar a juventude e parte da fase adulta nesse complicado processo, Cecília continua buscando essa liberdade que desde nova defendeu.

A liderança de uma militante

Eu pensava sempre assim, que eu tinha que resguardar a minha a pessoa. Se eu dedurasse a pessoa, com que olhar as pessoas iriam me olhar, né?⁸⁶

Clair Flora Martins, quando pequena, ouvia com seu pai, pela rádio, os discursos de Leonel Brizola. Seu pai era simpatizante da figura política de Brizola: “Tive uma influência do meu pai porque meu pai tinha ideias progressistas” — o que ela considerava uma forma de participação política. A família, apesar de ter certo poder aquisitivo, era de classe média baixa, morava em Porto União, cidade do interior de Santa Catarina, onde Clair nasceu em 1945. Depois mudou para Caçador para Clair iniciar os seus estudos em um colégio de freiras.

A influência do pai possibilitou que Clair tivesse uma “concepção política” desde muito cedo: “Eu fazia questionamentos na escola sobre a questão das desigualdades econômicas [...] nas aulas de economia, quando falavam do comunismo e do socialismo, eu achava aqueles regimes ideais”. Por sua conduta questionadora, Clair foi convidada a participar do grêmio estudantil, tornando-se “uma liderança em termos da escola”, tanto por sua atuação dentro da sala de aula, como no movimento estudantil.

Em 1964, aos dezoito anos, Clair mudou-se para Curitiba, pois queria prestar vestibular para Direito e Letras. Era o ano do golpe militar e, por mais que ela acompanhasse informações pelos jornais, não tinha “uma ideia real do que acontecia”.

⁸⁶ MARTINS, Clair da Flora. 70 anos. Entrevista em 11 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

O ingresso no meio universitário mudou essa situação e, de uma concepção política, Clair partiu para a atuação política.

Ao cursar Direito na PUC e o de Letras na UFPR, Clair começou a participar de reuniões e discussões políticas, bem como, ao se identificar com a mobilização estudantil, vinculou-se ao Diretório Acadêmico de Direito e foi morar na Casa do Estudante Universitário – CEU, espaços considerados de resistência à ditadura. As atividades desenvolvidas por Clair no movimento estudantil foram muitas: “Participei efetivamente de todo o processo”. Ajudou a organizar dois episódios que ficaram marcados na história da resistência à ditadura no Paraná: a tomada da Reitoria pelos estudantes, com a derrubada do busto de Suplicy, e o comício relâmpago no Centro Politécnico da UFPR, onde os estudantes enfrentaram a Cavalaria da Polícia com bolinhas de gude. Naquele momento Clair estava junto a José Ferreira Lopes, o Zequinha, que ficou conhecido por fotos em que enfrentou a polícia com um estilingue.⁸⁷

Das bandeiras de luta específicas do meio acadêmico, o movimento estudantil passou a ampliar e a abranger outras frentes de luta:

Inicialmente era a questão da democratização do ensino, da qualidade do ensino, e, a partir de então, já em um determinado momento, já os aspectos políticos maiores, como a democratização do país, como a luta contra a ditadura. Então já começavam a ter, assim, adquirir uma importância maior que os, que os temas relacionados com os movimentos específicos, né. Então foi uma luta contra a repressão, pelas liberdades democráticas.

A tomada de consciência de que a democratização do ensino implicava uma redemocratização do país foi gerida dentro da luta contra a repressão. Ao passo que a repressão se tornava institucional, principalmente com o AI-5 — Ato Institucional nº 5, as liberdades foram tolhidas e não bastava mais somente os estudantes estarem na rua, às lutas deveriam estar interligadas do movimento estudantil ao movimento operário e ao movimento camponês, entre outros. Foi com a percepção desse entendimento que Clair, em 1966, se vinculou à AP — Ação Popular, sendo designada pelo partido a trabalhar na direção do movimento bancário e no movimento operário em Curitiba.

Clair foi uma liderança política. Muito mais que participar da resistência contra a ditadura, ela foi uma das lideranças que encabeçou a luta a favor da “revolução democrática”. E foi a partir dessa posição que ela estruturou a história de sua militância.

⁸⁷ O foto foi tirada por Édson Jansen e recebeu, em 1968, o Prêmio Esso de Fotojornalismo.

As funções desempenhadas, as tarefas desenvolvidas e as posições assumidas têm uma relação muito estreita com o protagonismo de liderança dentro do movimento estudantil e da AP. Por outro lado, as consequências da militância também seguem essa lógica, e a tortura que Clair sofreu também foi entendida por ela a partir deste protagonismo.

No dia de sua formatura em Direito, ao sair com o diploma da Reitoria da PUC, os agentes da DOPS estavam à sua espera com uma intimação. Ela deveria comparecer àquele órgão para prestar esclarecimentos. A visibilidade política “pela militância e pela sua liderança” teria despertado a atenção dos agentes da ditadura do estado.

Clair escolheu a clandestinidade. De liderança estudantil no Paraná a militante, ela foi então compor os quadros da direção da AP em São Paulo:

Em função desse processo de liderança, inclusive partidária e estudantil, é que o partido me destacou pra ser direção do partido em São Paulo. É que, se não fosse uma liderança que não tivesse uma participação, logicamente não ia ser uma direção do partido em São Paulo, né. Então a proposta de ir pra São Paulo era de que a minha permanência aqui era um risco e que em São Paulo eu, lá eu vou ter um codinome, né, e morei, morava num bairro operário e também tinha uma atuação mais reservada a nível do partido.

Em São Paulo, Clair era Olga ou Tânia, estava ligada à direção da AP e tinha como tarefa partidária encabeçar a organização do setor operário, participando do movimento sindical. Em 1971 Clair foi presa e torturada pela equipe do Fleury. Clair e seu companheiro compareceram a uma reunião do partido, em um aparelho no Largo do Paíandu. Eles não sabiam que um dirigente da AP havia caído e com eles o local da reunião. Clair foi agredida já no momento da prisão, depois levada para a DOPS e interrogada com violência pelos agentes. Eles sabiam que ela era da direção da AP e, portanto, teria informações valiosas sobre o partido e, principalmente, sobre a localização de outros/as militantes/as. Clair rapidamente inventou uma história, disse que havia recém chegado de Curitiba para uma reunião com amigos e que retornaria naquele mesmo dia. Ela não sabia que sua prisão estava relacionada com seu envolvimento na AP naquele estado — eles ainda não tinham associado a sua militância no partido com sua atuação no Paraná:

Essa é a minha obrigação perante a repressão, era saber todas as informações de São Paulo, né, quer dizer, o peso da polícia em cima de mim em busca de informação era superior aos demais presos da época, né, que tinham sido preso. Nessa época foram presas muitas pessoas da AP, né, mas eu é que detinha maior número de informações exatamente por ocupar esse cargo de direção. Felizmente nós tínhamos informações compartilhadas, né, então.

Clair sofreu todos os tipos de torturas, “desde choque elétrico, pau de arara, pancadas, falta de alimentação [...], inclusive, a manipulação nos órgãos genitais, nos seios”. No total foram três meses de tortura, e quarenta dias desses em solitária. Em 1972, ela foi escoltada de São Paulo até o Paraná e, depois de prestar depoimentos no Fórum Judiciário da capital, foi libertada. Sua prisão estava irregular, não havia pedido de prisão preventiva contra ela. Assim o que restou ao juiz auditor foi liberá-la: “‘Você pega sua mala e suma no mundo’ e foi o que eu fiz”. No dia seguinte, sua prisão preventiva foi decretada em São Paulo, mas ela já estava na clandestinidade mais uma vez.

Sobre esse momento, há um telegrama, de 5 de maio de 1972, da DOPS de São Paulo para a DOPS de Curitiba, com o título urgentíssimo, informando que Clair deveria seguir para São Paulo, que sua prisão preventiva teria sido decretada, porém Clair foi liberada. No verso há a anotação de “ligar para o MM que liberou a nominada”, possivelmente buscando explicações da atitude indevida do Meritíssimo.⁸⁸ Os órgãos de repressão e a Justiça nem sempre andavam no mesmo compasso.

A segunda clandestinidade foi vivida em Porto Alegre, fora da militância, trabalhando para amigos da família. Clair somente retornou a Curitiba em 1979 e se inseriu, novamente, na organização política de vários segmentos da sociedade, “militando junto com os advogados, junto aos trabalhadores dos movimentos de bairro, junto às mulheres no sentido de buscar os direitos iguais, inserir direitos na Constituinte resguardando a igualdade de direitos entre homens e mulheres”. A história da vida de Clair em relação à ditadura civil-militar deve ser entendida a partir da importância que ela dá ao seu protagonismo de liderança dentro das organizações de esquerda. A concepção política que ela tinha na infância foi importante para que ela se identificasse com a militância política e, mais que isso, se envolvesse ao ponto de se destacar e conseguir por isso posições importantes. Sua experiência de militante em dois estados, e assim conhecer semelhanças e distinções no que se refere à repressão, permite que hoje possamos conhecer um pouco mais sobre a história da resistência à ditadura civil-militar no Paraná e, por conseguinte, pensar este estado no contexto da ditadura nacional. Por ter pertencido aos quadros da direção da AP, muitos códigos de conduta e regras do partido, como relações amorosas, maternidade, participação feminina, são narrados pela militante.

⁸⁸ Telegrama Secretaria Segurança Pública. In: Documentos/Informações referentes à Clair da Flora Martins. Nº 00744. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

A militante loira de olhos azuis

Você pegou uma pessoa que fez meia dúzia de panfletos, distribuiu outra e sujou a mão. E você acha que eu sou importante, é que aí é triste, né?⁸⁹

Lídia Lucaski nasceu em 1945, em um vilarejo de zona rural chamado Tomás Coelho, no município de Araucária, no estado do Paraná. Filha de descendentes de poloneses que tinham na família um legado de luta. Em diversos momentos históricos os homens da família haviam combatido na esfera política ou nos campos de batalha por sua pátria. Seu avô materno lutou no exército polonês contra a ocupação russa, mais tarde deixou a Polônia rumo ao Brasil por não admitir pertencer às fileiras do exército russo-polonês. Do outro lado, da família, seu avô paterno, bem como seus tios-avôs, havia lutado na Revolução Federalista, no episódio do Cerco da Lapa.⁹⁰

A infância de Lídia foi permeada pela história de vida dos grandes homens da família. Em sua casa havia sempre uma história de guerra, de levante e de revolução. Sobre esse tema, sua memória foi composta por dois sentidos. Um sentido era a casa de seu avô materno, que guardava inúmeros objetos que lembravam a resistência da Polônia à Rússia e, de vê-lo sentado seriamente ouvindo pela rádio notícias sobre a situação política e econômica da Polônia. Outro fato que permaneceu na sua memória foi a lembrança do entusiasmo de seu pai, quando lhe contava a história de seus tios-avôs, que haviam morrido por um ideal.

Determinando que isso jamais saísse de sua memória, Lídia descreveu o momento:

Eles participaram da Revolução Federalista, houve o famoso Cerco da Lapa — e eu era bem pequena, meu pai me levava lá naqueles campos maravilhosos da Lapa [...] O meu pai me mostrava aqueles grandes paredões de rocha e disse: “Ah, aqui o tio fulano, fulano. Aqui eles foram degolados”. Para mim aqui era um horror. Ele dizia assim todo orgulhoso: “Não, eles morreram, mas eles mataram bastante também”.

⁸⁹ LUCASKI, Lídia. 72 anos. Entrevista em 7 de novembro de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

⁹⁰ O Cerco da Lapa foi a continuação da Revolução Federalista em solo paranaense. Começou em 26 de janeiro de 1894 e durou 26 dias. A resistência dos defensores do Cerco da Lapa desestabilizou as forças revolucionárias, atrasando a investida sobre São Paulo e dando tempo para que as tropas legalistas se reorganizassem militarmente. Ver: SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos Belicosos: A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos; CEFET-PR, 2005.

E aí toda aquela Revolução, porque era uma Revolução que vinha do Rio Grande, depois o cerco.

Lídia muda-se para Curitiba e quando começa a cursar Filosofia na UFPR e a morar na CEU, o golpe de 1964 já tinha sido instaurado, mas “como se vivia uma época de liberdade e democracia, as consequências do golpe ainda eram desconhecidas”. Os primeiros debates sobre a ditadura se iniciaram para Lídia nas discussões do “núcleo de esquerda da CEU”, como era conhecido o segundo andar, onde ficavam as meninas que contestavam a sociedade. Nas reuniões desse grupo cada uma discutia o seu problema, na sua escola, na sua faculdade, ou seja, as novas situações que começavam a se apresentar, dado o processo de censura e perseguições.

Decepcionada com o curso de Filosofia, por considerá-lo alheio à realidade brasileira daquele momento, com professores que não discutiam, nem na cadeira da disciplina de Política e Sociologia, o golpe ou o governo militar; com acadêmicas que estavam mais preocupadas com a aparência em combinar “bolsa com sapato”, Lídia se distanciou da sala de aula e frequentou as aulas apenas para cumprir obrigações.

Assim, a experiência acadêmica foi vivida pelos corredores, através da militância no movimento estudantil, já que Lídia via que este possibilitaria a ela dar significados ao turbilhão de acontecimentos que estava vivendo. Em suas palavras, “antes do AI-5 a universidade estava distanciada, tipo numa redoma de cristal, alheia, alienada”, e “como o pessoal da esquerda lia muito, então a gente lia e questionava os professores e muitas vezes eles não tinham respaldo. Então foi um certo distanciamento, a escola não correspondia ao o que na nossa maneira tinha que ser”.

A identificação com a militância aconteceu em uma das primeiras tarefas delegadas pelo movimento estudantil. Lídia assistia a uma aula de Sociologia no anfiteatro da universidade, praticamente toda a Ciências Sociais estava lá naquele momento, um dos colegas do movimento estudantil foi até Lídia e disse que ela precisava pedir a palavra ao professor e divulgar para todos que o acadêmico de medicina Issamu Itu, o “China”, tinha sido preso pela polícia. Era uma tarefa nada fácil para ela, pois antes precisava vencer a sua timidez. Lídia respirou fundo e seguiu em frente: “Aí, aquilo! Mas eu disse, ‘mas eu não falo!’”. A pessoa me chamou a razão, porque eu estava tão transtornada pela prisão e pela minha timidez que já era assim sabe, visceral [...] tomei de uma coragem inusitada”.

Por um bem maior e por uma militância política, ela se pronunciou para mais de 70 pessoas, vencendo sua inibição em situações sociais. Qual foi o impulso da coragem

de Lília? Possivelmente a recordação do passado de luta de sua família, recordação que se tornava presente sempre que Lília precisava superar sua personalidade tímida e seguir com o legado da família: “Se sentia um certo temor e eu lembro nesta hora do meu pai. Digo, puxa mas os parentes, os tios, os avós, sei lá, eles perderam a vida por um ideal, lutando [...] mas eles entregaram o que era de mais precioso que eles tinham que é a vida”.

Por um ideal, Lília teve o primeiro embate com a polícia repressiva da ditadura. Dezembro de 1968, o AI-5 foi decretado. Lília e muitos estudantes estavam na sala do Diretório Central dos Estudantes — DCE da UFPR. Sabiam que a invasão do local pela polícia era questão de horas e que viveriam um turbilhão de acontecimentos em poucas horas:

E a polícia lá, cercou, e aí o pessoal jogava vidro em cima da polícia. Nós estávamos queimando documentos, pois tinha documentos do DCE, sabe, que tinha que ser. Aquele pânico, tanto que queimava dentro do vaso sanitário, para não dar incêndio, não tinha outra maneira, o vaso se arreventou de tanto fogo. Uma loucura total! Eu sei que como era só uma polícia insipiente, digamos assim, a gente conseguiu sair pelos telhados, até pela casa do estudante, meio se matando, etc. [...] Foi uma coisa até hoje me emociona. Os operários, eles cortavam as barras de ferro de um metro, da construção, distribuíram para todos nós e a gente arrancando aquele petit-pavê das calçadas para enfrentar a polícia com a pedra, meu Deus! Aí alguém genialmente lembrou de arrancar o busto do Flávio Suplicy de Lacerda, que está lá acho até hoje. E arrastaram aquele busto, saiu no jornal.

A defesa do DCE, a tomada da Reitoria da UFPR e a derrubada da estátua do ex-reitor da Universidade, foram os momentos mais marcantes do movimento estudantil do Paraná, e Lília esteve presente em todos, lutando ao lado de homens e mulheres, já que não havia distinção de sexo nesse momento. As mulheres estiveram presentes em todos esses momentos, afirmou Lília, e a participação delas muitas vezes foi decisiva, como a ação estratégica das estudantes de Educação Física, que fizeram todos os antídotos possíveis contra o gás lacrimogênio que possivelmente seriam jogados pela polícia na tomada da Reitoria.

Desse embate aos demais, Lília não parou mais sua militância política. Muito pelo contrário, considerava-se especializava em algumas tarefas: “Eu era muito boa de fazer cartaz, cartaz era comigo, cartolina e pincel atômico. Isso era rápido, peguei uma prática, unha sempre assim, só sujeira”. E assim, à parte de fazer e rodar manifestos em mimeógrafos, confeccionar cartazes era também sua responsabilidade, portanto, dormia

tarde, o que impossibilitou ela de participar do Congresso na Chácara do Alemão⁹¹: “Era de manhã, começava, eu digo eu não vou. Se a Revolução começar de manhã, eu não vou, só se depois do meio dia por ali. Porque eu ia dormir três, quatro da manhã, de manhã eu estava podre”. Mas o motivo também era outro. Naquele momento Lúdia tinha consciência de que era uma estratégia errada a realização do Congresso: “Como é que você reúne, numa chacinha ali, não sei quantos estudantes. Será que o povo não vê, olha que estrategistas que foram. Era pedir para ir para a cadeia mesmo. A situação estava difícil”.

Depois disso, em 1968, saiu sua prisão preventiva, pela 5ª Região Militar, 5ª Distrito Naval e 5ª Zona Aérea, de Curitiba. Lúdia foi denunciada pela Justiça Militar, nos artigos 23, 36 e 38, II do Decreto Lei nº 314/67, por participar e/ou promover atividades consideradas, pela acusação, como atentatórias à segurança do Estado. Na Sentença, Processo nº 494, Lúdia foi condenada especificamente por “utilizações de panfletos referentes à reuniões”.⁹² Sua prisão preventiva foi reflexo das medidas tomadas pela Polícia Militar do Estado, depois do episódio da Chácara do Alemão, quando 42 estudantes foram presos e 15 foram processados, julgados e condenados à prisão. O não comparecimento ao Congresso foi uma decisão pessoal, seja porque a militante não concordou com a estratégia do movimento estudantil ou porque o encontro seria na parte da manhã e, nesse horário, dada a sua mobilização noturna, ela se recusava a acordar cedo. Mesmo assim, no entanto, foi pela reação repressiva da polícia ao Congresso que Lúdia foi presa. Assim, de alguma forma, Lúdia tinha razão, pois a organização do Congresso estava desestruturada, o que levou a prisão de muitos estudantes e só ajudou para que o cerco aos estudantes ficasse mais rígido e violento. Como Lúdia já estava fichada na polícia por suas atividades, sua prisão foi decretada.

A única saída era a clandestinidade. Sua vida foi revirada e constantemente era procurada em Araucária. O Serviço de Nacional de Informações – SNI vivia em sua casa, procurando informações, indícios de seu paradeiro. No CEU, seus pertences foram apreendidos e, mais tarde, o seu casaco favorito, comprado com a bolsa de pesquisa de estudante, foi visto com uma policial, e seus livros de antropologia, que tanto tinha

⁹¹ Sobre o Congresso da Chácara do Alemão, ver: HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988. MACHADO, Ângela Alves. *Mini Congresso de Curitiba à liberdade*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eISW3Sd_35oJ:www.pr.anpuh.org/resources/anpuh-pr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/AngelaAMachado.htm+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 8 ago. 2015.

⁹² O documento que determinou a prisão preventiva foi doado pela militante à pesquisa. Acervo da autora.

trabalhado para comprar, “eles levaram, mas isso eu deduzo que vai ser para segurar a porta para não bater com o vento, porque tira que saiba ler é difícil”.

De aparelho a aparelho, Lídia era acolhida e ajudada por amigos, estudantes solidários, parentes, mas o medo era constante, tanto de ser descoberta como de envolver as pessoas que naquele momento a ajudavam: “Então você vê que o cerco estava se fechando”. Com essa constatação, Lídia decidiu sair do estado e seguiu, com a ajuda de algumas pessoas ligadas ao movimento estudantil, para o Rio de Janeiro. A proposta era tentar uma nova vida com o codinome Marlene e, assim, primeiramente, Lídia se escondeu por alguns meses em um aparelho sem água e luz, perto de uma favela.

Depois começou a trabalhar temporariamente como pesquisadora de produtos farmacêuticos em Copacabana, Leblon e Ipanema. Foi escolhida para essa região pela coordenadora da pesquisa, por ser branca, loira de olhos azuis, características que facilitariam a sua aceitação entre as luxuosas clínicas médicas, mas, por outro lado, Lídia aproveitava para se misturar ao meio de muitos turistas e transitava despercebida. Trabalhou muito, precisava de dinheiro, mas na hora de receber o pagamento Lídia se deu conta de que não tinha documentos para a retirada do cheque, já que, no Rio de Janeiro, ela era Marlene e não Lídia: “Aí veio no nome meu, Marlene não sei das quantas lá. Eu nunca recebi esse cheque. Essa pessoa não existia. Eu digo, nossa, eu uma pessoa que queria participar da revolução e faço, e cometo um erro desses”. Um momento difícil de viver e de recordar também. A clandestinidade prega peças!

Lídia, a cada dia encontrava novas complicações. Já havia passado um ano e o Rio de Janeiro não era mais seguro. Muitos estudantes, políticos, advogados e simpatizantes foram presos e, nas torturas, delataram muitas informações. Por outro lado, por nunca ter se filiado a nenhum partido nem entrosada em luta armada, Lídia, no período da clandestinidade, teve dificuldades em encontrar grupos, pessoas que a ajudassem. Vivia sozinha, com poucas peças de roupa, sem saber ao certo como seria seu dia de amanhã. E, pela insegurança, Lídia resolveu aceitar a recomendação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, a única saída era o exterior.

Chegando ao Uruguai, foi recebida por brasileiros, mas não era seguro ficar muito tempo por lá e, em poucos dias, seguiu para o Chile, onde obteve asilo político. A experiência dos acontecimentos no contexto que antecederam o golpe militar no Brasil permitiu que Lídia visualizasse que o Chile também estava à beira de um golpe militar, que derrubaria o presidente chileno Salvador Allende. Lídia fugiu antes do golpe para a

Bolívia. Os golpes militares se instauravam na América Latina e, em 21 de agosto de 1971, o presidente Juan José Torres também foi derrubado por um golpe militar na Bolívia, e Lúdia precisou fugir mais uma vez. Exilou-se no Peru, onde estudou Antropologia na Universidade de Lima, sendo, por ela considerada, uma das experiências mais ricas que ela teve durante o exílio.

Lúdia somente conseguiu retornar ao Brasil em 1973, quando foi absolvida pela Justiça Militar dos processos em que havia sido indiciada. Com a legalidade, ela voltou para a sua casa em Araucária. Lúdia havia passado por muita coisa. Ela já não era mais a mesma, mas a militância era algo que ela não havia perdido. Estava lá. Ela somente precisava saber em que luta ela iria engajar-se.

Duas irmãs, uma tímida e a outra rebelde

Se fosse na mesma época, na mesma idade, eu faria exatamente o mesmo porque eu acho que não tinha mais que a obrigação de ser atuante, de defender o que eu acreditava.⁹³

Elizabeth Franco Fortes e Ana Beatriz Fortes são filhas de uma mulher que “estava à frente do seu tempo”.⁹⁴ Inês de Franco Fortes saiu de Tomazina, interior do Paraná, para estudar em Curitiba. Ela queria ser advogada. Era o projeto de vida de uma mulher que lia muito, influenciada por seu pai, que tinha uma imensa biblioteca com autores renomados na Europa, como Johann Wolfgang von Goethe e Dante Alighieri, entre outros. Um dos livros preferidos de Inês foi *Liberdade sem Medo*, de Alexander Sutherland Neill.

Em um período histórico em que as mulheres raramente seguiam os estudos, em que se casavam muito jovens e permaneciam vinculadas ao âmbito do privado, Inês buscava a sua liberdade e o caminho para conquistá-la eram os estudos. Mesmo assim, um pedido de casamento, aos 18 anos de idade, a faz retornar à pequena cidade do interior. Por uma exigência de seu pai, ela deveria se casar, constituir uma família e seguir o destino que todas as mulheres de sua família tiveram. Inês se casou com

⁹³ FORTES, Elizabeth Franco. 70 anos. Entrevista em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

⁹⁴ FRANCO, Ana Beatriz. 65 anos. Entrevista em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

Otacílio Fortes, um homem que havia cursado uma universidade, era farmacêutico, mas simplório, se comparado à sua esposa com seus conhecimentos.

Inês foi o modelo de mulher de Elizabeth e Ana Beatriz. As meninas queriam ser como ela, isso não somente pelo fato de ela ser a mãe das duas, mas, sim, pela sua história de vida, uma mulher que “lia muito independente de estar no interior, era uma mulher que buscava conhecimento o tempo todo”, e mesmo que naquele momento ela não pode fugir da obrigatoriedade do casamento, na educação de suas filhas, ela lutou para que elas tivessem a liberdade de escolher o seu destino. Com suas filhas houve uma ruptura na história da família. Elas não precisariam mais seguir o destino das mulheres da família. Seguiriam o destino escolhido por elas, “desde pequena eu acho que essa coisa da minha mãe vai nos influenciar a vida inteira [...] já não aceitar tudo de mão beijada”.

Elizabeth nasceu em Quatiguá em 1945 e Ana Beatriz em 1950 em Santo Antônio da Platina, ambas cidades no interior do Paraná. Como sua mãe, eram fascinadas pela leitura, incentivadas constantemente por ela a estudar: “Tem que fazer faculdade, sem depender de homem” na vida. Já o pai das militantes era tradicional. Para ele, mulher deveria casar e cuidar da casa, enquanto a mãe “tinha uma cabeça mais avançada”. Ela não pôde estudar, precisou seguir o modelo de conduta que a sociedade, daquele momento definia para as mulheres, portanto, ela pensava diferente. E, para que as filhas estudassem, não mediu esforços e assim se mudaram do interior para a capital.

Grande parte da escolaridade de Elizabeth e de Ana Beatriz foi em colégios públicos, apesar de o ensino inicial ter sido em colégio religioso. Elizabeth ingressou no Curso de Jornalismo na PUC/PR e, no terceiro ano do curso, transferiu sua matrícula para a UFPR. Ana Beatriz iniciou o Curso de Ciências Sociais na UFPR, mas se mudou para São Paulo e cursou a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP.

A militância política de ambas pode ser entendida na relação desses dois fatores: por um lado, a educação familiar no que se refere aos incentivos constantes da mãe em não seguir um modelo tradicional do que se esperava de uma mulher e, do outro, o interesse em cursar uma universidade, já que foi durante os estudos que Elizabeth e Ana Beatriz se identificaram com a militância em relação à ditadura civil-militar. Elas, no entanto, tiveram trajetórias de vida distintas, que foram vividas com intensidade e cada qual de uma forma única.

Elizabeth entrou na universidade em 1966, período em que os estudantes conheciam sua força política pela mobilização estudantil e período em que Elizabeth estava “descobrimdo o mundo, o teu mundo é muita ebulição, é muita informação”. Assim, para se envolver com o movimento estudantil, foi muito rápido, “quase uma consequência natural”. Esta foi a base das convicções políticas de Elizabeth: “Você tem certeza e cada vez mais você tem certeza que é aí mesmo”.

Por seu grau de politização, Elizabeth era uma das lideranças do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da Faculdade de Filosofia da UFPR. Foi escolhida com mais quatro estudantes — Ana Maria da Costa, Cecilia Sanchez de Cristo, Lore Meyer e Palmira Amâncio da Silva — para serem delegadas do Paraná no 30º Congresso da União Nacional de Estudantes — UNE, na cidade de Ibiúna, em São Paulo.

O Congresso ocorreu em 17 de outubro de 1968, para eleger a nova diretoria da UNE. Começou clandestino, mas foi descoberto pelos agentes da repressão da DOPS, que cercaram o local e prenderam 1.240 estudantes que eram representantes de diversas organizações estudantis do Brasil. Pela primeira vez Elizabeth foi presa, cadastrada no fichário dos subversivos da DOPS e, depois de uma semana, voltou para o Paraná, e foi liberada pelo governador Paulo Pimentel. Elizabeth perdeu o anonimato de militante estudantil dali em diante. Para a DOPS, ela era uma militante perigosa e que deveria ser vigiada e perseguida.

Dona de uma personalidade independente: “Eu sei o que estou fazendo, deixa comigo”. Elizabeth continuou a desafiar a repressão e participou do minicongresso de estudantes que se reuniram para escolher os representantes do estado, que iriam participar da escolha da diretoria da UNE, que estava na ilegalidade.

O encontro dos estudantes foi na Chácara do Alemão. Elizabeth não lembra o porquê da escolha desse local, mas possivelmente por ficar longe do centro de Curitiba e por não despertar suspeitas. Mesmo assim, contudo, mais uma vez o congresso foi descoberto pelo órgão de segurança da capital e quarenta e dois estudantes foram presos por uma força policial de mais cem homens. O local foi rapidamente cercado e, para Elizabeth, isso somente aconteceu porque alguém havia denunciado à polícia informações sobre o encontro dos estudantes. Ela novamente se viu cercada por policiais, prestes a ser presa novamente:

Atrás da gente, eu me lembro isso nitidamente, eu corria, eu tenho as pernas compridas. Eu correndo, junto com um primo meu, também correndo, um estudante de arquitetura, nós dois correndo, aí ele gritou: “Parem!”. Aí a gente continuou correndo. “Parem, senão eu atiro!”.

Nós continuamos correndo, aí ele gritou pela terceira vez: “Parem, senão eu atiro!”. Eu falei: “Eu vou parar. Porque se ele atirar ele não vai matar, ele vai me aleijar!”. Aí parei e ele também parou. Mas também, já nem tinha mais para onde correr. Nós estávamos presos aqui e a hora que você começa correr ou para cá, ou para cá. Na verdade, o sítio inteiro estava cercado, por isso que eu te digo, eram muitos, porque o sítio não era muito grande.

Naquele momento Elizabeth sabia que a sua situação em relação à DOPS havia se complicado. Não havia contra ela um pedido de prisão preventiva, mas sua identidade era conhecida pelo órgão de repressão desde a prisão em São Paulo e, por ser ela reincidente, acreditava que não conseguiria sair livre. Eram tempos de AI-5, a repressão se acirrava e assumia novas formas, o decreto recém-assinado precisava ser legitimado e os subversivos ao sistema deveriam sentir a força da nova política de segurança nacional. É isso que, de fato, alguns estudantes da Chácara do Alemão sentiram no destino de suas vidas. A DOPS procurava os principais líderes, as pessoas que estavam em evidência, os integrantes de Diretórios, de Centros Acadêmicos, da UPE. Dos 42 estudantes aprisionados, apenas 15 foram condenados à prisão, 13 rapazes e 2 moças, uma delas foi Elizabeth, e a outra, Judite Barboza Trindade.

O julgamento não passou de um teatro organizado pela Justiça Militar: “Você vê o tempo todo a coisa acontecer assim, você está sendo julgada, são vidas sendo julgadas, alguns batendo papo, os juízes que vão nos condenar ou nos absolver, batendo papo, alguns deles dormindo”. A imagem de Elizabeth, em um dos dias do julgamento, ficou marcada. Ela estava sentada no banco dos réus de pernas cruzadas, usava um vestido, trazia uma bolsa no colo, um relógio no braço direito, seus cabelos longos estavam soltos. Ela tinha um dedo na boca, quem sabe poderia ser que estivesse roendo unhas de nervosismo, mas a sua expressão facial não mostra este sentimento. Elizabeth olhava de rabo de olho, apresentava estar desinteressada por aquele momento, como se estivesse fora daquele local.⁹⁵ Estas impressões adquirem sentidos quando relacionadas à fala de Elizabeth sobre esse momento. Tudo foi uma “crônica de uma morte anunciada”.

Elizabeth e Judite foram condenadas a dois anos de prisão no Presídio do Ahú, em Curitiba. O cotidiano da prisão foi difícil, mas, por compartilharem a mesma cela, uma cuidava da outra: “A Ju era uma companheira muito grande, ela segura as pontas, nos apoiávamos muito”. O medo era, porém, uma constante, tanto que, quando houve a

⁹⁵ Fotografia do acervo privado da entrevistada.

hipótese de elas serem transferidas para o novo presídio feminino, Penitenciária Feminina de Piraquara, elas se mobilizaram para permanecer juntas: “Vamos cumprir a pena juntos, era a única segurança que a gente tinha de vida [...] quem te garante que não somem com você na metade do caminho [...] você não é nada”.

Saindo da prisão e voltando à legalidade, Elizabeth enfrentou inúmeras adversidades, mas escolheu ficar no país e não seguir para a clandestinidade ou o exílio: “Fiquei muito tempo sendo vigiada, mesmo já tendo sido solta, com tudo, eu fiquei assim em casa, tentando voltar para uma vida normalizada”. Tentou voltar ao Curso de Jornalismo na UFPR, mas por dois anos sua matrícula foi recusada. A alegação era: “Não podemos aceitar sua matrícula, que você é liderança na faculdade, você é liderança, não podemos aceitar, porque você é muito conhecida, não aceitamos”. Quando foi aceita, em 1973, percebeu que alguma coisa estava errada, pois foi reprovada numa cadeira em que ela não tinha nenhum problema de notas. Assim Elizabeth entendeu que ainda estava sendo perseguida. A confirmação veio por uma professora da faculdade. Havia uma determinação da coordenação do Curso de Jornalismo, de que ela deveria ser reprovada até ser jubilada: “Era para que eu não formasse mesmo, não iam me deixar formar”.

Diante desse contexto, ela decidiu transferir a sua matrícula para o Curso de Jornalismo da PUC e, por mais que continuasse com uma postura de esquerda e de continuar militando por suas convicções, Elizabeth não se envolveu mais com o movimento estudantil. Ele “tinha caído a zero, nada podia acontecer, o que tentasse fazer era imediatamente reprimido, então já era um sistema bem mais difícil”. Outro problema enfrentado foi para conseguir um emprego. A militância exercida em anos anteriores, registrada pelas autoridades policiais, não permitiu que ela tivesse um atestado de bons antecedentes criminais fornecido pela DOPS. Somente conseguiu trabalhar no campo profissional do jornalismo porque um de seus professores da UFPR se responsabilizou por sua contratação. Ele foi o patrocinador do atestado de bons antecedentes criminais que o estado exigia e que Elizabeth precisava, para restabelecer uma vida normal. A legalidade, tanto quanto a clandestinidade ou o exílio, também pregava peças e era complexa de ser vivida.

Elizabeth começou a se identificar com a militância política de uma forma espontânea. A rebeldia já fazia parte da sua formação. Para ela, na juventude, “você é imortal, dificilmente você acha que você corre risco das coisas [...] Você tem muito mais coragem, você vai muito mais à luta”. As convicções políticas são projetadas na

necessidade de fazer algo pelo coletivo: “Eu acredito agora e acreditava que o que eu estava fazendo era o certo, era o justo, não estava brigando por nada para mim, não era meu, era de uma sociedade inteira”.

Outro lado da rebeldia, que também compôs sua militância, foi nunca precisar de aprovação de ninguém, muito menos de homens, para o seu pensamento, e, por consequência de sua conduta em relação à militância política: “Eu, como mulher, eu tenho todo o direito de andar do jeito que eu quiser. Eu vou me vestir do jeito que eu quiser, as minhas atitudes sou eu responsável por elas e ninguém mais”. Elizabeth conseguiu, com sua militância, praticar o legado de sua mãe, a independência feminina, mas ela foi mais longe, ficou ousada e então comenta: “E isso está chocando alguém — o problema não é meu, é de quem está sendo chocado, porque eu não estou querendo, não estou fazendo para chocar ninguém”.

Ana Beatriz Fortes também seguiu, em sua militância, os ensinamentos de sua mãe, mas de uma forma singular. Ela tinha uma personalidade mais tímida que a irmã Elizabeth, portanto não se identificou como uma liderança: “Mas eu não pertencia à diretoria nem nada”. Ana era cinco anos mais nova que sua irmã. Buscando sua independência começou a participar do movimento estudantil secundarista, quando estudava o Científico no Colégio Estadual Professor Guido Strauber. O movimento secundarista não era muito diferente em relação às bandeiras de luta do movimento estudantil universitário. Talvez se diferenciasse pelas decisões tomadas em relação às estratégias a serem usadas, uma vez que cada movimento tinha suas próprias lideranças. Esses movimentos, no entanto, dialogavam em diversos momentos, seja em espaços públicos, como em assembleias e reuniões clandestinas, ou no âmbito privado, como Ana e Elizabeth faziam, pois discutiam em casa os posicionamentos de cada organização.

A atuação do movimento secundarista era mais no âmbito escolar, elaboravam folhetos da UPE e distribuíam em colégio, organizavam entre os estudantes reuniões para leituras, discutiam o “marxismo, o prefácio do Engels, e Mao Tsé-Tung”, e participavam de passeatas, muitas delas organizadas pelo movimento estudantil. Apesar da atuação engajada de Ana, sua prisão em maio de 1970 se deu pelo suposto envolvimento da estudante na VAR-Palmares. Ana foi presa durante uma entrevista de emprego na Copel. Os agentes da DOPS estavam lá, à sua espera, e ela foi levada para o Quartel da Polícia do Exército, onde as torturas tiveram início.

Ana não sabia que era vigiada e não suspeitava que pudesse ser presa. Quando ela caiu, tinha na sua bolsa uma carta que lhe foi entregue durante uma visita à sua irmã no presídio.⁹⁶ Ana somente tinha uma informação, um estudante da diretoria da UNE, vindo do Nordeste, passaria por Curitiba e iria encontrá-la para pegar a carta, por isso sempre a trazia com ela. Esse fato complicou ainda mais a sua prisão.

Ana não recorda ao certo quanto tempo ficou presa no Quartel da Polícia do Exército, pois, com a intensidade dos interrogatórios e da tortura, ela havia perdido a noção do tempo: “Eu ficava o dia todo no quartel sendo interrogada, torturada, levando choque, amarravam, punham a arma na cabeça, e o objetivo principal era isso, quem tinha dado essa carta para você e para quem era essa carta”. A verdadeira história da carta, se fosse contada iria, possivelmente, complicar a situação de Elizabeth, e Ana resolveu inventar uma história qualquer, mas que foi seguida por ela em todos os interrogatórios: “Ficava fria e continuava do mesmo jeito falando na mesma historinha lá que eu tinha inventado na hora e eu ficava falando e daí ficou essa insistência e eu ficava falando sempre a mesma coisa”.

O motivo real da prisão somente foi descoberto por Ana durante os interrogatórios e sessões de tortura. A carta complicou a sua situação, mas o motivo era o suposto envolvimento dela com o movimento de guerrilha. Ana havia emprestado um livro a um aluno do colégio, não se recorda qual era, somente que ele tinha um teor político. No livro constava o nome de Elizabeth. O estudante caiu e o livro estava entre os seus pertences. Em tortura contou que havia emprestado de Ana, e como ele era ligado ao VAR - Palmares, os agentes fizeram o que estavam acostumados a fazer, associar as evidências.

A maior parte da atuação da VAR-Palmares foi no oeste do Paraná, sendo o Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu o local em que muitos/as militantes dessa organização foram presos e torturados. Assim, Ana foi transferida, em um pequeno avião, para este Quartel, e as torturas continuaram: “Eu tinha o cabelo bem comprido, o cabelo ficava caído, eles punham um balde para o choque ficar mais forte e também ficavam torturando nesse esquema, choque, pau de arara, interrogatório”.

Depois de algumas semanas, ela voltou para a DOPS de Curitiba, e depois foi liberada para voltar para casa. Para Ana, algumas situações vividas no período de sua prisão contribuem para o entendimento de que sua vida foi poupada porque eles

⁹⁶ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Ana Beatriz Fortes. Nº 00166. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

acreditaram na sua história. Em meio às longas horas de tortura, os militares satirizavam que ela deveria ser recomendada a Carlos Marighella e a Carlos Lamarca, pois ela era “uma guerrilheira muito boa”, possivelmente pelo fato de que “eu não contei nada, só essa historinha aí para boi dormir”. Outra situação foi no momento de sua volta para casa. Ana foi escoltada pela polícia até em casa. Seu pai estava à sua espera, “chegaram lá, ele [um policial] me levou para casa e falou para o meu pai: “Ah! Desculpa. Foi engano”. Pela atuação de Ana, talvez eles tivessem mesmo esse entendimento. Tudo havia sido um engano. Ela não era uma militante da luta armada da VAR-Palmares, quiçá tivesse algum envolvimento com a luta contra a ditadura.

Quando Ana foi presa tinha 19 anos e, como sua irmã, apesar da “sensação de perigo a qualquer momento, a qualquer momento pode acontecer alguma coisa ruim contra você”, ela não escolheu a clandestinidade ou o exílio, mas precisou reformular a sua vida. As consequências da tortura não permitiram que ela continuasse a ter uma vida normal ou permanecesse atuando em alguma organização política. Mesmo assim Ana voltou a estudar. Era uma nova maneira de dar forma à sua posição de esquerda. Sua militância agora era nos estudos sobre política, e ingressou na FESP/SP.

Elizabeth e Ana tiveram dimensões da vida que escolheram para si, como a militância, mas não a prisão e a tortura. A militância foi, contudo, uma escolha. A identificação com o movimento de contestação à ditadura civil-militar foi espontânea. Ambas eram conscientes das consequências de seus envolvimento e, em diversos momentos, sentiram isso muito forte em suas vidas, porém o entendimento de que estavam fazendo o certo para aquele momento era o que dava sentido à militância. A liberdade era um legado importante que herdaram de sua mãe, e ele foi respeitado, pois a militância foi o caminho escolhido por elas à liberdade.

Uma feminista em tempos de ditadura

Somos todas feministas!⁹⁷

Ligia Aparecida Cardieri nasceu em 1946 na cidade de Bauru, no estado de São Paulo. O contexto histórico do golpe militar de 1964 influenciou Ligia na decisão de em que curso de graduação ela iria ingressar. Na adolescência ela queria entender o que se

⁹⁷ CARDIERI, Ligia Aparecida. Entrevista em 9 de novembro 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

passava na sociedade brasileira naquele momento, e assim escolheu Ciências Sociais na USP.

Participou das atividades organizadas pelo movimento estudantil, mas não quis se filiar a alguma organização de esquerda. Sua identificação com a militância veio a partir do entendimento de que a população deveria saber o que acontecia no país. Era esse o caminho que possibilitaria a mudança. Desse modo, portanto, a estratégia era promover um trabalho educativo: “Minha militância daí pra frente tá muito ancorada no trabalho de educação popular, que eu vou pertencer a um grupo chamado Movimento de Educação – MOVE,⁹⁸ que adotava o jeito de Paulo Freire e no trabalho de educação dos oprimidos”.

Dois fatores deram impulso à militância de Ligia, primeiro o vínculo familiar com Joaquim Câmara Ferreira,⁹⁹ dirigente do PCB, e, depois, a intensificação do seu envolvimento com o grupo MOVE. Foi durante a militância nesse grupo que Ligia conheceu seu companheiro, também filiado ao PCB, passando os dois a morar juntos.

Em 1970 Ligia e seu companheiro foram presos. Os agentes da repressão associaram o casal às atividades do PCB. O apartamento deles era usado por Joaquim para encontros clandestinos do partido. Ficaram presos por quase um ano no Presídio Tiradentes, em São Paulo. Depois da prisão, o retorno à vida legal não foi fácil: “Com o passado de uma prisão e precisando trabalhar, com duas crianças pequenas”, a militância foi deixada em segundo plano, quase esquecida, e o casal buscou formas para se manter economicamente. Uma proposta de emprego no Hospital Erasto Gaertner foi o motivo da vinda do casal para o Paraná no ano de 1976. Era a viabilidade de retomar à vida, deixando para trás o passado de perseguições. Mais do que isso, contudo, para Ligia foi a possibilidade da retomada da sua militância.

A participação política de Ligia no Paraná começou espontaneamente, foi reflexo de suas concepções políticas libertárias, amparadas no senso de justiça e de seu comportamento questionador. Tais características bastaram para que Ligia fosse identificada, pelos simpatizantes da repressão, como subversiva, e denunciada à DOPS do estado. Mas a trajetória política de Ligia tem uma singularidade, pois as constantes

⁹⁸ Conforme Ligia, o MOVE — Movimento de Educação, foi ligado ao pessoal da JUC/Ação Católica e durou 10 anos. Criado em 1964, tinha como objetivo alfabetizar adultos a partir do método da pedagogia do oprimido, de Paulo Freire. O Movimento atuou em diversos locais, como em Ubatuba, no litoral de SP, no Vale do Ribeira, na periferia de São Paulo, em Perus e Itapeverica da Serra.

⁹⁹ Conhecido também como Comandante Toledo, foi militante e dirigente comunista brasileiro integrante do Partido Comunista Brasileiro, comandante da Aliança Libertador Nacional e guerrilheiro na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira.

perseguições e as sequelas dos sofrimentos tornaram-se o impulso para que Ligia redefinisse a sua militância, atuando em domínios até então inexplorados por ela.

Em 1977 ela foi contratada como socióloga pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES e, por mais que ela soubesse que deveria ser cuidadosa quanto ao seu comportamento no instituto, que era e é um órgão do governo, ela continuou fazendo as mesmas coisas que fazia em São Paulo:

Eu continuo lendo Folha de São Paulo e comentando no serviço, coisa que o paranaense, ou as meninas, eu percebia, que depois que fui me dar conta que o pessoal era muito mais boca fechada do que eu era. Eu falava demais. Eu comentava jornal, eu falava contra coisas que eu achava errado do governo, por exemplo, quando começaram a vender o Jornal Movimento, você vê, que era um jornal chamado um dos jornais da esquerda nanica lá, eu fui uma das que assinei e comprava.

A repressão militar em São Paulo parecia para Ligia muito mais intensa. Viviam cotidianamente em contexto de perseguição, prisões, torturas, desaparecimentos, o que de início Ligia não identificou no Paraná. Com sua conduta dentro do Instituto, rapidamente ela percebeu, contudo, as semelhanças do Paraná com São Paulo, semelhanças somadas a um complicador, o conservadorismo: “Eu não tinha feito a leitura do quanto mais, vamos dizer, conservador era o Paraná”.

Em 1977, uma briga na cúpula do governo militar resultou na divulgação de uma lista com o nome dos “comunistas infiltrados” no serviço público do país.¹⁰⁰ Conforme a lista, no IPARDES do Paraná havia quatro mulheres subversivas: Carmem Ribeiro, Suely Atem, Bernadete Ramos e Ana Lange, que foram despedidas do Instituto logo após a publicação da lista. Ligia e outras colegas do IPARDES não concordaram com a perseguição às companheiras e, no mesmo ano, denunciaram publicamente o caso na Reunião Anual da Sociedade Brasileira do Progresso das Ciências, em São Paulo. O “IPARDES foi o disparador da minha prisão no Paraná na verdade” — reflexão coerente da militante, pois foi nesse órgão do estado que ela foi visada, identificada, denunciada, perseguida e demitida.

Ligia foi presa em um dos cenários mais intrigantes da história da ditadura civil-militar no Estado. Na madrugada de 18 de março de 1978, onze pessoas foram presas,

¹⁰⁰ Em 1977, o general Sylvio Frota, contrário ao processo de abertura política, por ser ligado à ala mais dura do Exército, divulgou uma lista com 97 nomes de servidores públicos considerados subversivos. A lista, publicada pelos principais jornais do país, trazia os nomes, codinomes, a ficha de crimes cometidos e os cargos ocupados.

acusadas de infringirem a Lei de Segurança Nacional pelo envolvimento com a Escola Oficina, considerada pelos órgãos da repressão um centro subversivo.¹⁰¹

Em um período em que o governo militar seguia para abertura política, pois o AI-5 já havia sido revogado e diversos setores da sociedade brasileira discutiam a anistia política, no Paraná pessoas eram presas por “ensinarem crianças a serem revolucionárias”. Em nota oficial, a Polícia Federal precisou legitimar a legalidade das prisões: Eram “responsáveis pelo funcionamento de duas escolas primárias, nas quais as crianças são doutrinadas dentro de princípios marxistas [...] incutindo nas crianças negação de valores como a religião, família e tradição histórica”, sugerindo também que a escola servia de local para reuniões e encontros de pessoas ligadas às organizações subversivas.

Ligia ficou presa por cinco dias. As consequências de sua prisão repercutiram em muito na sua vida profissional e privada: “Então uma das coisas muito terríveis pra mim, mais do que medo de polícia. Se não sabe, imagina o que era! Meus pais, minha mãe”. A Polícia Federal, fortemente armada invadiu sua casa, encontrando somente seu ex-companheiro e suas filhas. Ligia tinha recém se separado. Sua família ainda desconhecia a situação. Ela precisava de um tempo para contar para sua mãe a decisão de se divorciar, uma prática considerada naquele tempo uma afronta aos valores familiares.

Sua vida privada foi exposta publicamente. Um jornal publicou uma foto apreendida pelos policiais. Nela Ligia estava grávida e nua, uma imagem subversiva e indecente no ponto de vista moralista da ditadura. Se não bastasse isso, o jornal informou, ainda, que Ligia foi presa na casa de seu amante. O objetivo era claro, desmoralizá-la não somente enquanto militante, mas como mulher também. Para os militares era essa a conduta de mulheres que subvertiam os espaços relegados a elas.

A gente jovem faz e faz, e tem que fazer mesmo o que acredita, mas sabe que dói muito para os pais. E aí, então, ela [minha mãe] tinha acabado de passar pela perda do meu pai. E aí eu falei, vai aparecer no jornal, a foto nua, tudo aquelas coisas assim, na casa de um outro, estava com o amante, essas coisas todas de gênero que sempre pesam nas mulheres que, obviamente, naquela época eu não sabia o nome. Mas a desigualdade que a mulher é exposta, sua moralidade. Naquele momento pesou muito, pai morto, mãe recém sofrendo e eu

¹⁰¹ AMORIM, Mario Lopes. *Oficina: liberdade e cooperação (1973-1986)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, 1993. Universidade Federal do Paraná.

ainda, vai aparecer essas coisas horríveis, do jeito que distorcem, do jeito que, enfim.

A partir daquele momento a vida de Ligia se complicou: “Então, de novo uma segunda prisão, que eu já tinha perdido o emprego no IPARDES por causa da denúncia em São Paulo, a nova prisão me tira o emprego, o trabalho também na Universidade Espírita”, isso somado ainda à condição de estar refazendo sua vida particular. A solução foi aceitar alguns trabalhos temporários como tradutora para uma revista chamada “Peteca”, da empresa Grafipar, “uma revistinha tipo Playboy de pobre”, ousada para aquela época, pois trazia fotos de mulheres nuas. Ocorreu, no entanto, que o que era apenas para ser um “bico” foi o caminho para que sua militância tivesse uma nova mirada.

Se as hierarquias de gênero eram espontaneamente questionadas por Ligia, “eu era briguenta já, mas em casa eu ficava louca, três mulheres, nós três filhas tinha que ir para a cozinha, tinha que parar de ler, tinha que parar de brincar lá fora e o meu único irmão continuava”. A partir daí ela passaria a fazer isso de forma politizada, pelo viés da discussão sobre sexualidade, analisando o quanto o sexo desmerecia a mulher e valorizava o homem. A sexualidade da mulher era o tema das cartas de leitoras, que ela começou a responder na Revista Peteca, que discutiam “o peso de andar fora da linha”, “múltiplos parceiros” e a “fiscalização da moral contra a mulher”.

A nova militância foi adquirindo contornos e, no final da década de 1980, Ligia foi convidada a ser criadora e editora de uma revista direcionada ao público feminino, a Revista Rose. A ideia foi apropriada por Ligia: “A gente deu um subtítulo nessa revista, chamado “a revista que informa as mulheres e tira a roupa dos homens””. A revista foi ousada — por trazer o nu masculino, e foi de vanguarda — por discutir questões específicas das mulheres articuladas à problemática do movimento feminista. A proposta editorial afirmava que a intenção da revista era prestar um serviço às mulheres no que tange a luta por “direitos e oportunidade iguais de desenvolvimento pessoal e profissional”,¹⁰² discutindo “assuntos que variam de leis trabalhistas a orgasmo, de educação de crianças aos métodos anticoncepcionais”.¹⁰³

A formação de Ligia enquanto militante se moldou com essa experiência. Ela já tinha uma base teórica marxista-feminista sobre a desigualdade da mulher em relação ao homem, ou seja, havia lido intelectuais socialistas como Alexandra Kollontai e Rossana

¹⁰² Revista Rose, n. 5/1979, Editorial, p. 3. Acervo da autora.

¹⁰³ Revista Rose, n. 16/1980, Editorial, p. 3. Acervo da autora.

Rossanda, que discutiram as contradições da teoria socialista no que tange à construção de uma sociedade igualitária sem o rompimento das desigualdades entre os sexos e as noções de propriedade do homem sobre a mulher.

O envolvimento de Ligia com a luta feminista foi uma nova forma de encarar a sua militância contra a ditadura, que adquiriu uma posição crítica alicerçada na teoria feminista para entender o local, o seu ponto de partida, a esquerda marxista.

Ela tomou consciência de que “não há socialismo sem feminismo”. E comentou: “Eu falei: ‘Que lindo!’ Daí pra frente eu juntei [...] mas é a minha bandeira de luta, eu nunca mais separei ser socialista de ser feminista. Isso germinado [...] ali naqueles anos de fazer revista”. Também despertou o entendimento de que o discurso da esquerda era contraditório: “Então essa separação entre a luta coletiva, a injustiça coletiva, o sonho de uma sociedade justa, tal não casava com o discurso dessa questão individual do sofrimento de buscar questões particulares, a questão do desejo”. Não casava nem mesmo com as desigualdades entre homens e mulheres.

A trajetória política de Ligia mostra que ela tinha consciência de que não lutava somente por liberdade, mas também por um lugar social para as mulheres, diferente daquele até então estabelecido pelos padrões tradicionais. Durante a militância, Ligia não se vinculou a nenhuma organizações de esquerda. Entendia que, para exercer a militância, precisava de uma causa e não de um partido. Sua militância foi consequência de seus posicionamentos frente aos episódios vividos nos anos da ditadura. De um cenário em que “eu não tinha ninguém aqui, não tinha família, eu não tinha história no Paraná”, ela protagonizou dois momentos históricos referentes à resistência à ditadura, primeiro a prisão pela Escola Oficina e, depois, a criação do movimento feminista em Curitiba.

A militância de uma das fundadoras do PT

Olha, eu estava imbuída, eu estava seguindo as tarefas, era uma tarefa, era uma tarefa que a revolução brasileira me impunha. Então eu não questionava não fazê-la.¹⁰⁴

¹⁰⁴ PASSOS, Zélia de Oliveira, 74 anos. Entrevista em 2 de novembro de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

Zélia de Oliveira Passos nasceu no interior de São Paulo, apesar de toda sua família ser do Paraná. O motivo da ida de sua família para São Paulo foi que seu pai e irmão cultivavam café em terras paulistas, o que acarretou na mudança completa da família para o Estado. Zélia, logo na infância, teve que aprender a lidar com a perda, já que, com apenas um ano de idade, seu pai, que era um homem jovem e muito querido por familiares e amigos, veio a falecer. Naquele tempo ela era muito pequena para entender o que acontecia, todavia no presente Zélia mensurou o quanto foi difícil para sua mãe estar viúva, grávida e com mais três filhos para dar conta. Após anos de luto e de luta em São Paulo, os irmãos mais velhos de Zélia foram para Curitiba fazer o ensino superior, o que levou sua mãe e ela a se mudarem também. Assim, Zélia passou sua adolescência no Paraná.

Por ter uma mãe extremamente religiosa, teve sua formação toda nos princípios da Igreja Católica, participava das atividades na igreja, nas missas e sempre estudou em colégios religiosos, tendo recebido, segundo ela, “uma formação católica muito forte”. Já em Curitiba, estudando no Colégio Bom Jesus, começou a questionar alguns dogmas que lhe foram sempre impostos e passou a procurar leituras diferentes, as quais sua mãe não autorizava, entre os livros estavam Jean- Paul Sartre, Simone de Beauvoir e muitos autores da literatura brasileira. Sua mãe havia estabelecido uma regra: “Não, os realistas, não! Os românticos, pode!”, no entanto, Zélia, ao ler um livro de Machado de Assis, descobriu que “não era tão romântico assim. Então, na literatura, eu lia muito mesmo e era, quer dizer, a dúvida, a contestação de coisas tidas como verdades pela minha vida inteira, que pra mim já era, assim, enorme [o livro de Machado de Assis] me deixou sem chão”.

Toda essa fase de questionamentos vinha acompanhada das descobertas sexuais da juventude. Foi nessa época que Zélia conheceu seu futuro marido, que também a influenciou através das leituras. Sobre esse momento, ela nos conta que foi um período de descobertas e que, consequentemente, resultou em

[...] uma crise, que alguns dizem crise de crescimento, eu não sei bem o que é, só lembro que era muito sofrido, porque eu estava começando a namorar, estava começando a ter uma série de outros interesses, começando a ler algumas coisas fora da vigilância da minha mãe, que ainda verificava o que é que podia ser lido ou não lido. Naturalmente comecei a questionar muito daquelas verdades, coisas tidas como verdades, e que culminou, quer dizer, o conflito eclodiu principalmente misturado com a própria questão sexual, quando você se sente atraída pelo sexo oposto, mas isso é pecado, mas se é uma coisa tão boa, tão bonita como é que é pecado? E ao mesmo tempo

generalizando isso, ‘bom, se nisso aqui há um erro então tudo tá errado!’ Meio que no radicalismo da adolescência. E isso me provocou uma crise profunda, de ter crises de choro, não era nada consciente, eu não sabia que era essa a razão, só sei que eu vivia os questionamentos. E, ao mesmo tempo, uma falta de rumo, uma angústia, uma, assim, uma sensação muito ruim.

Após o término do segundo grau, com 17 anos de idade, sofria de uma “ausência de rumo” e, por isso, mesmo com a resistência da família, ficou um ano sem estudar. Nesse tempo começou a trabalhar como secretária e também se envolveu com teatro, um “teatro popular” que tinha, claramente, uma finalidade política, até por ser composto de jornalistas e pessoas ligadas ao Partido Comunista. No ano de 1959 estrearam uma peça chamada “Os subterrâneos da Cidade”, que “tratava das reivindicações de uma fábrica e a deflagração de uma greve, e desta greve, com uma série de sofrimentos, as falas das pessoas eram falas sobre a denúncia da exploração de classe”, ou seja, uma peça que demonstrava um posicionamento já definido.

Nesse ano que ficou sem estudar, dedicando-se a outras atividades, Zélia também se dedicou a se preparar para seu casamento. Sua família não lhe cobrava isso, pelo contrário, pois o que seus irmãos achavam inadmissível era que ela ficasse sem estudar. Já sua mãe era muito rígida acerca de seu comportamento: “Mulher tinha que ser preservada, era a sua virgindade, claramente com esse tipo de tabu, e também porque ela era mais fraca, mais frágil, havia esse, mas sem que se privasse, por exemplo, as mulheres de ir para um curso superior ou estar no teatro”. No começo do ano seguinte, Zélia casou e interrompeu seus poucos dias de lua de mel em Florianópolis para prestar vestibular. A escolha do curso foi uma decisão pessoal e refletia o que estava acontecendo em sua vida: “Eu fui pra Pedagogia. Eu estava tão entusiasmada com essa história de casamento, filhos, que quando eu vi a ementa do curso, digo: ‘Ah! Isso aqui é Psicologia, desenvolvimento infantil. Ah! É isso que eu quero!’. E fui de cabeça”.

Entrou na faculdade em 1963, o “apogeu do movimento estudantil”, época de muita contestação, de oposição ao imperialismo norte-americano, de desenvolvimento da criatividade, e ano em que a UNE criou o Centro Popular de Cultura – CPC. Discutia-se assiduamente a reforma universitária, entre tantas outras discussões em pauta. Simultaneamente a essa ebulição, Jango renuncia e se inicia todo um processo de instauração do golpe com muita resistência dos/as militantes de esquerda, posicionamento que foi natural para Zélia, que, em 1964, já tinha uma formação

ideológica clara “e o natural era resistir”. Diz ela que “não era uma questão de uma tarefa de momento, era um projeto de vida, você não se colocava outra possibilidade, as coisas estão acontecendo, isso é uma afronta à liberdade, tem gente que tá sendo preso...”.

O movimento estudantil se dividia em dois grandes polos, um liderado pelo PCB e outro ligado à Igreja e à Teoria da Libertação, com o qual Zélia, apesar de questionar algumas vertentes religiosas, tinha mais afinidade. Em 1964, porém, todas as lideranças começaram a ser perseguidas e houve um período de esvaziamento no movimento estudantil. Mesmo assim começaram a surgir iniciativas por meio da cultura, principalmente do cinema, o que serviu para reforçar a concepção de mundo que os estudantes partilhavam. Seu marido, Edésio Passos, foi convidado para compor um movimento, que posteriormente se tornaria um partido clandestino chamado AP — Ação Popular, que tinha uma fundamentação cristã, mas voltada para a justiça social e reconhecia a luta de classe e tomava partido pela classe oprimida. Por consequência do envolvimento de seu marido, Zélia também se tornou militante dessa mesma organização, que logo “abandona sua fundamentação cristã e adota o marxismo-leninismo, então ela passou a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista”.

No ano de 1966, já formada, Zélia é aprovada em um concurso e, juntamente com a AP, decidiu que trabalharia como professora em Maringá, no Instituto de Educação, no nível médio e na faculdade. Lá, ela e seu companheiro, que trabalhava como advogado trabalhista, abriram uma célula da AP para receber e encaminhar os/as militantes que vinham de outros lugares e também para criar um vínculo com a classe trabalhadora. Quando, em 1968, eclodiram greves no âmbito nacional, em Maringá também ocorre uma grande greve em uma indústria chamada Norpa, e as mulheres da comunidade, sob a liderança de Zélia e de outras professoras com histórico de militância, criam um comitê de solidariedade com o objetivo de ajudar e garantir a sobrevivência daquelas famílias que estavam sem receber.

A AP tinha uma política de deslocamento de homens e mulheres militantes e de frequente troca de nomes. Foi quando a vida de Zélia se encontrava em maior instabilidade. Seu marido se apaixonou por uma companheira e os dois se separaram. Então à Zélia coube a incumbência de ser deslocada ao Rio de Janeiro, o que fez sem pestanejar. Foi com a sua filha para o Rio de Janeiro, onde, primeiramente, morou em um hotel, e, depois, foi morar com um casal, que também militava no partido. Naquela cidade começou a trabalhar como operária em uma fábrica para estabelecer uma

aproximação com a classe trabalhadora. Segundo Zélia, essa era uma tarefa difícil de ser executada, pois tinha uma personalidade tímida e que não permitia certas atitudes e posturas, isso somado ao fato de ser mulher vivendo em um contexto de extremo machismo. Assim, portanto, a estratégia era se adequar ao meio e não criar vínculos fortes com as pessoas. Diz ela:

Eu não tinha o traquejo suficiente pra, sabe, chegar, inclusive, eu, mulher, chegar nos homens ali que faziam parte do sindicato e da fábrica, ou das comissões de fábrica, eram só homens, e me aproximar, sabe, porque, então era muito complicado, e ao mesmo tempo você não podia ter grandes amizades, porque você não podia dizer aonde você morava, quer dizer, não podia dizer nada da sua história, você tinha uma história fictícia, então era uma coisa, eu não conseguia me soltar, tinha umas operárias, assim, próximas, que trabalhavam próximas, que convidavam as vezes pra ir na casa delas e tal, mas como é que eu ia? Eu ia ter uma reunião no dia seguinte. [...] E eu não conseguia, era só homem, e na fábrica, a mulher tá tão exposta, que eu aprendi com elas, as mulheres de um modo geral, elas criam uma couraça, elas entram nas brincadeiras dos homens, não sei o que e tal, mas elas escolhem, porque caso contrário elas são estupradas mesmo, e daí vem rodinha, gozação...

Mesmo tendo um histórico de rompimento com a igreja católica, ela continuou, durante sua militância, se apegando aos princípios de solidariedade e de ajuda ao próximo, mas a falta de habilidade política e as frequentes mudanças de casas foram-na frustrando. Aconteceu, portanto, que Zélia decidiu voltar para Curitiba e morar com a sua mãe, que não entendia aquela situação e não sabia de seu paradeiro já há algum tempo.

Sem muitas condições, calçando 35, mas com calçados da mãe de número 33, foi em busca de um emprego. A princípio, no desespero, deu alguns cursos de preparação e liderança promovidos pelos recursos humanos das empresas. Posteriormente entrou em contato com antigos professores e colegas de trabalho, conseguiu uma indicação para trabalhar no SENAC, mas tinha o impedimento de que eles não aceitavam mulheres casadas. O motivo dessa condição era que os contratantes não queriam que as mulheres engravidassem enquanto estavam trabalhando. Então, assim que Zélia provou estar separada, foi contratada.

Nesse contexto, a AP começava a ser descoberta e suas lideranças a serem presas e muitos companheiros a serem mortos. A organização já não tinha mais condições de manter os/as militantes em segurança e resolveram tirá-los do país. Foi quando o pai de sua filha foi fazer-lhe uma visita em Curitiba e acabaram se reconciliando. Alternavam-se momentos de “fundo do posso” com momentos em que

enxergava um pouco de luz. Em 1970/71 Zélia, com 28 anos e ex-fugitiva, vai trabalhar, por indicação de um amigo, em um cargo de confiança na Prefeitura de Curitiba, em uma diretoria da Educação. No meio dos trabalhos na Prefeitura e os trabalhos retomados na universidade, que estavam indo muito bem, no mês de dezembro Zélia é presa:

Cinco e meia, seis horas, eles bateram e eu fui atender, entrou um monte de homem, veio atrás do Edésio, eu disse ‘não e tal, ele está viajando’, e minha filha acordou assustada, daí foram entrando dizendo ‘tu tá presa’ e eu preocupada com ela, e daí vesti, me vesti rapidamente e ela, a minha mãe morava assim umas quatro quadras, daí eu dizia assim pra eles ‘não, ela vai pra casa da avó, ela sabe ir’, mas eles não deixaram, e eu disse ‘meu Deus, onde vão me levar?’. ‘Não, nós levamos lá’. E eu não, essa era uma “favor”, e eu disse assim ‘não, mas ela sabe ir, é aqui, é perto’. Daí com isso eu acabei indo num carro e ela no outro carro. Então, aquilo foi uma angústia assim, mas eles deixaram na minha mãe.

Os interrogatórios eram muito cansativos e de terror psicológico tremendo, mas Zélia, que passou grande parte da militância mudando de nomes, não tinha histórico nenhum e, por isso, após os sessenta dias presa para averiguação, foi solta. Quando seu marido soube da sua prisão e que ele também estava sendo procurado, foi se apresentar porque não queria ser fugitivo, porém os dois não se encontraram nesse momento. Zélia estava grávida do segundo filho. Certo dia, durante uma das sessões de interrogatório, ouviu uma voz conhecida, era seu médico, que vinha dizendo a todos que ela corria risco de aborto e por isso não deveria ser mantida ali — era manobra de sua família para tentar ajudá-la. Foi transferida para o Hospital Nossa Senhora Santa Cruz, onde uma freira lhe deu a opção de colocar um hábito e escapar, mas ela não quis fugir. Segundo ela mesma, a gravidez lhe deu clareza para lidar com aquele momento. Zélia compreendeu que,

[...] naquela altura eu sabia que eu não tinha, nada era grave contra mim [processos ou mandado de prisão], que também a história de viver fugida era muito pior, então eu sabia que no máximo era sessenta dias, ia responder por um processo, mas não cheguei em nenhum momento a me esquentar com a história, a me preocupar profundamente com aquela situação, eu não sei, depois algumas pessoas até disseram assim, ‘eu acho que você estava grávida’, e na gravidez você meio completa, não sei se você já passou por isso? Meio que você se satisfaz, eu acho que eu estava assim no auge da minha, ou indiferença pro mundo externo, eu não sei, eu sei que em nenhum momento eu vacilei em querer assinar as coisas que eles queriam, nenhum momento eu achei que ia ter aborto mesmo, nada. Foi um teatro o que o doutor Paulo fez, mas assustou ali, daí ficava dois guardas na frente, entrava as irmãs com um termômetro.

Durante a prisão foi demitida na universidade, mas manteve o cargo na prefeitura, tendo que, mesmo encarcerada, assinar documentos e relatórios. Quando saiu, conversou com o prefeito Jaime Lerner, que a transferiu para o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPUC, para continuar trabalhando com as escolas.

Ao ter seu segundo filho, criou, com os amigos mais próximos, uma cooperativa — “uma ideia sem grandes pretensões” —, para que, com um tipo de rodízio, os pais pudessem deixar seus filhos em segurança e trabalhar, mas a demanda de mães e pais interessadas/os se tornou tão grande que criaram a pré-escola chamada Oficina, onde eles tinham liberdade para escolher a linha pedagógica que queriam seguir. No quarto ou quinto ano de funcionamento da Escola Oficina, a polícia prendeu onze pessoas que trabalhavam nela, sob a acusação de estarem reorganizando as associações e estarem ensinando comunismo para as crianças. Zélia não estava entre os presos, mas no dia das prisões ela e mais trezentas pessoas se manifestaram contra essa arbitrariedade em frente à delegacia.

No movimento pela anistia Zélia, trabalhou nas manifestações, atrás de materiais para secretarias e divulgações. Apesar de não estar muito ligada às discussões feministas, também estava presente no Movimento Oito de Março, um movimento de mulheres feministas criado em 1982, no processo da redemocratização do país. Zélia assume que “estava de tal modo, depois, de cabeça na fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, que o Movimento Oito de Março foi ficando para um segundo plano”. Sobre a participação política das mulheres nesse período, Zélia ajudou a formar um movimento de mulheres dentro do PT e o Movimento Oito de Março foi um “embrião que depois eclodiu numa coisa muito mais estruturada e organizada”, que tinha como integrante a companheira Ligia Cardieri, que teve um papel de destaque na política feminista. Apesar de participar das discussões do Movimento Oito de Março, Zélia abandonou as questões ligadas às mulheres e se inseriu nas discussões da reorganização dos partidos políticos. Seu engajamento político estava no “movimento pró-PT, antes da criação do PT, a criação do PT e, daí, o que vem depois é a fundação do PT”.

Militância pela anistia política

Neide vai falar aqui, amanhã lá, em tal lugar, assim, assim, enchia de gente, enchia de gente lá. E eu ia lá, passava a mão no microfone e falava, oh, sou do Movimento Feminino pela Anistia, nós estamos pedindo ajuda de vocês.¹⁰⁵

Neide de Azevedo Lima veio de uma família simples. Ao falar sobre seus pais, ela se emocionou, particularmente quando relembrou os anos em que ela e seu pai trocaram cartas e a solidariedade da mãe ao ajudar os doentes e órfãos. Mesmo com pai e mãe semianalfabetos, Neide teve, a seu ver, uma educação privilegiada, estudando no internato Colégio Imaculada Conceição, onde teve oportunidade de aprender instrumentos musicais, entre outras coisas, mas, para ela: “Nada disso serviu pra nada [...] hoje sou muito melhor cozinheira do que cronista”. Essa vida de dona de casa, que lhe permitia receber a família e amigos, essa vida a faz feliz e realizada.

A narrativa de sua história de vida foi centrada em dois eixos: sua participação no MFPA e sua candidatura à deputada de Curitiba pelo MDB — Movimento Democrático Brasileiro, assim, portanto, Neide falou pouco sobre si, preferindo mencionar fatos e episódios atrelados à sua figura pública e trajetória política. Ao falar sobre o protagonismo feminino na política, Neide citou Terezinha Zerbini, por ser uma mulher que ela admirava e tinham interesse em comum, lutar pela liberdade e pela anistia dos presos políticos daquele período. Terezinha escolheu Neide para fundar o núcleo paranaense do MFPA. Entretanto, para alguns o MFPA era um movimento “refinado”, porque sua criadora, Terezinha, era uma “socialite”, e isso gerou um conflito entre algumas participantes que fundaram o Comitê Brasileiro pela Anistia — CBA. Neide permaneceu no MFPA porque não o via como elitista, pelo contrário, defende que o Movimento nunca fez distinção entre as participantes.

Parte de sua identificação com o movimento era porque Neide não o considerava feminista. Conta ela a situação assim: “Não, porque homem é isso, porque a mulher é isso, porque a mulher tem que ser assim, tem que ser assado. Eu sempre achei isso perda de tempo, não tem nada a ver”. Além disso, segundo a visão de Neide, durante a

¹⁰⁵ AZEVEDO, Neide Lima. 82 anos. Entrevista em 9 de março de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

ditadura existiam dois grupos: “nós queríamos a democracia do país a nossa luta era essa” e o outro grupo, do qual pessoas como a atual presidente Dilma participavam, “queria tirar a ditadura militar para implantar uma ditadura comunista”. Para Neide, esse último grupo não partilhava do mesmo senso de justiça dela e das outras mulheres que participavam do MFPA.

Dentre as participantes do MFPA, Neide tinha um papel de liderança no Paraná, junto com outras líderes de outros Estados. Todas, como multiplicadoras dos ideais do movimento, atuavam explicando para as pessoas o que era a Anistia, incentivando o povo a todos se unirem por essa luta. Através dessas ações, elas conseguiam reunir pessoas em passeatas, desfiles, comícios, todas “batalhando por uma mesma causa”, a liberdade dos presos políticos e a redemocratização do Brasil. Também batiam de porta em porta buscando esclarecer como a ditadura, através de seus agentes, era cruel — distribuía camisetas, cartazes do movimento, etc. Por isso Neide tinha medo de que a qualquer momento fosse pega: “Eu achava assim, a próxima que eles vão pegar vai ser eu aqui no Paraná, porque é quem que grita, quem que fala, quem que dá a cara pra bater”.

Houve momentos em que Neide sentiu as dificuldades de sua atuação política, quando, por exemplo, precisava e queria entrar nos presídios para saber da situação dos presos políticos. Então passava por revistas que a faziam sentir-se humilhada, porém se orgulha muito de ter feito parte do MFPA. Sabia quem eram os presos e os exilados, quais precisavam de ajuda e como poderiam providenciar. Logo no início de sua narrativa, Neide conta o episódio que mais marcou na sua atuação dentro do movimento:

Os presos políticos do Recife, eles estão lá há dois anos, jovens de vinte, vinte um, vinte dois, vinte três anos, detidos há dois anos sem ver a luz do sol, sabe. Gente que estava morrendo. As mães desesperadas, as mães dormiam dentro de latrina de rodoviária, porque elas não tinham dinheiro pra pagar onde dormir, mas elas queriam ver o filho de qualquer maneira e ninguém permitia que elas vissem os filhos. Então o que você tinha que fazer, vamos juntar força e vamos lá.

Neide foi até o governador Moura Cavalcanti pedir autorização para fazer uma marcha pela Anistia, do qual recebeu um não, mas mesmo assim seguiu tentando. Foi quando Roberto Freire decidiu que iria ajudar a ela e a suas companheiras e as levou no porta-malas do carro até dentro da Assembleia Legislativa, onde todas começaram a gritar por Anistia e foram encurraladas por policiais, todos com cachorros, só esperando

o comando do governador para detê-las. Depois de conseguirem fugir, foram encaminhadas para outros locais e só conseguiram autorização para verem os jovens presos por meio de um juiz: “Os meninos tiveram pelo menos a possibilidade de saírem de onde estavam, verem a luz do sol e receberem as mães, que fazia dois anos que eles não viam”.

Além de liderança paranaense do MFPA, Neide atuou como vereadora em Ribeirão Claro e teve uma “votação extraordinária”, mesmo sem dinheiro para a campanha porque maior parte dela acontecia nos pontos de ônibus da cidade, o que revoltava os outros candidatos. Não foi eleita, porém. O mesmo aconteceu quando se candidatou para deputada, apesar da “votação linda” não tinha dinheiro para grandes campanhas, mas considerava sua propaganda muito boa: “Eu tinha toda a minha família, meu netinho e estava escrito assim: ‘Vote em nossa mãe — é a melhor mãe do mundo’”. Embora não fosse eleita, Neide tinha alguma influência, mas recusou alianças com outros candidatos em troca de cargos em secretarias por acreditar que não deveria interferir na escolha do povo para governante.

Neide se autorrepresentou como uma mulher firme e com a fama de ser “durona”, isso em decorrência das suas atitudes, tais como em seus discursos, em que dizia: “Não sou sociedade anônima, onde todo mundo bota a mão e ninguém sabe quem é o dono”. Sofria por ser uma jovem de vinte e oito anos, viúva, em uma esfera pública que, por vezes, tentava desmoralizá-la. Por isso se mantinha firme e diz não se arrepender de nada. Neide traz consigo uma sensação muito grande de liberdade, de ser “dona de si”:

A sensação de liberdade eu percebi um belo dia quando eu fiquei viúva porque eu sempre era mulher de. Ah, é mulher do Lima, ah é a mulher do, sabe, ah mulher de fulano, é mulher de beltrano. E um dia eu estava viúva, estava sentada em uma cadeira de balanço e falei assim, Neide, Neide, Neide Azevedo, meu Deus, eu não sou a mulher de fulano de tal, eu sou eu, eu soltei a ser a Neide de sempre sabe, eu sou uma mulher livre, independente...

Em sua narrativa, Neide fez uma análise e avaliação da conjuntura política do Brasil atual e somente depois foi para o passado para falar sobre sua história de vida durante a ditadura. Deu bastante mais destaque para sua atuação no MFPA, mesmo que tenha feito relatos acerca de alguns momentos de dificuldade que poderiam estar relacionados com sua identidade de gênero e até mesmo a sensação de liberdade que carregava consigo como mulher. Neide nunca se interessou pela luta feminista,

inclusive não se preocupava com as reivindicações feministas: “Eu estava preocupada só com uma coisa, a Anistia e trazer o pessoal de volta”.

Protagonismo feminino no jornalismo

Ser feminista é gritar e lutar contra as atrocidades impostas pelo patriarcado, libertar-se do machismo autoritário, redirecionar seus caminhos na luta por seus direitos.¹⁰⁶

Teresinha Cardoso nasceu em Araranguá do Sul, em Santa Catarina, local em que permaneceu com sua família até os dezesseis anos. Veio de uma família simples, seu pai trabalhava como revendedor de cereais e tinha um comércio de “secos e molhados”, que ficava sob responsabilidade de sua mãe, com a ajuda de Teresinha e as outras filhas. Eram em cinco irmãs. Teresinha conta que sua infância foi muito “perturbada” devido a uma doença psicológica do pai, que o fazia ir e voltar do hospício com frequência, enquanto sua mãe tentava cuidar do marido e das filhas que não podiam ficar sozinhas. Mesmo assim, ela reconhece a parte boa da infância, que foi crescer cercada de familiares que ajudavam sua mãe e em meio a uma natureza que lhes propiciava uma boa alimentação e vida sadia. Desde sempre trabalhou, principalmente ajudando a mãe no pequeno comércio da família, onde assumiu desde cedo uma responsabilidade muito grande por conta da situação de frequente conflito em casa.

Seu pai e sua mãe eram muito religiosos, virtudes que tentavam a todo custo passar aos filhos. Teresinha conta um episódio que a marcou em relação à educação religiosa e a sua relação com a mãe. Certa vez que seu pai se encontrava internado, ela descobriu uma traição conjugal de sua mãe e aquilo a decepcionou muito, já que lhe fora imposta uma noção de pecado muito forte que no fundo a revoltava. Para sua mãe, as mulheres “ou eram empregadas domésticas ou esposas zelosas”, porém ainda assim todas as irmãs de Teresinha, e inclusive ela, formaram-se em diferentes faculdades de Curitiba.

Numas dessas idas e vindas do pai à instituição psiquiátrica, Teresinha, juntamente com as irmãs e o irmão foram morar em Curitiba. O pai acabou falecendo numa instituição em Florianópolis. Por pressão da mãe, Teresinha acabou cursando

¹⁰⁶ CARDOSO, Teresinha. 69 anos. Entrevista em 12 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

Ciências Contábeis na PUC de Curitiba, mas não gostava do curso e não tinha boa relação com os professores. Justamente por criticar o curso com veemência, teve um apreço grande por uma professora de arte que abriu seus caminhos para a literatura e frequentemente Teresinha “gazeava” algumas aulas para se reunir com amigos e para ler. Mesmo assim, mesmo não gostando de contabilidade, formou-se nesse curso e depois foi cursar Comunicação Social, buscando uma identificação.

Na universidade nunca se filiou a algum partido, nem mesmo integrava grêmios estudantis e DCE, mas, como “estudante comum”, participava das passeatas e estava minimamente contextualizada acerca do que acontecia no país, inclusive algumas de suas amigas foram presas pela repressão. Formou-se em 1968 e, coincidentemente, em 13 de dezembro, dia do AI-5, começou a trabalhar em dois jornais, em O Estado do Paraná e na Tribuna do Paraná, o que foi um choque, já que saiu direto da universidade para um jornal, trabalhando como repórter policial, trabalho normalmente direcionado para homens.

Ambos os jornais em que trabalhou tivessem um posicionamento à direita, o dono de um dos jornais era o governador da época, Paulo Pimentel. Por isso suas matérias não sofriam com a repressão e censura dos agentes: “a ditadura não estava interessada em punir a Tribuna do Paraná porque tinha uma menina lá meio assim”. Segundo ela, o jornal não estava ligado diretamente à militância partidária e a polícia estava focada nos movimentos de esquerda. Mas como Teresinha escrevia uma coluna investigativa com ares de deboche, além de “levar uns pitos” dos editores, teve alguns problemas com a polícia, e até mesmo foi ameaçada de morte por ser identificada como militante. Acabou sendo direcionada para substituir um homem como repórter policial, ao que o jornal aumentou suas vendas e ela acabou permanecendo nesse setor.

O jornal era um espaço muito restrito para mulher, não havia nem banheiro privado, Teresinha recebia cantadas do chefe e de companheiro de trabalho. Em sua narrativa conta como foi a última vez que usou saia durante o trabalho:

A última vez que eu usei saia quando era repórter policial que eu me lembro, sabe, eu fui atravessar uma cerca de arame que eu ia atrás do bandido e atrás da polícia, [...] então eu estava de saia e fui atravessar uma cerca de arame e rasgou a saia, e daí veio quinhentos em cima, só faltou a polícia, sabe, tentando né, olhar: Porra, uma mulher de perna aberta! Eu nunca mais usei saia. A partir daquele momento, comecei a usar calças. Fui uma das primeiras moças a usar calças direto assim na redação e tal, sabe, porque, pra eu me sentir mais protegida, mais à vontade.

Reconheceu que o machismo imperava no ambiente e o assimilava com a violência que ele pode gerar, mas sua vida era essa e ela foi se tornando uma pessoa muito respeitada, devido a suas matérias questionadoras e desafiadoras, do tipo: “E agora, delegado?”. Nesse período, a questão de a mulher começou a chamar muito atenção, por ter presenciado, em muitas de suas matérias, a condição das prostitutas, como os abortos eram realizados em banheiros de “puteiros”, e tudo isso ela tentava denunciar. Era um ambiente pesado, relacionado ao “submundo”. Quando ela traz a palavra submundo, explica que não quer dizer o mundo dos pobres, mas dos ricos, que, muitas vezes, tentavam comprar seu silêncio. Trabalhou no jornal de 1969 a 1973, quando chegou à exaustão de ser repórter policial, porque convivia com um mundo criminoso, muito pesado. Por isso encarou sua saída como uma libertação. Entrou em seu lugar outra mulher, Adélia Maria Lopes, que não foi menos combativa que ela, e Teresinha foi para a sessão da Cultura, quando começou a conviver mais com música, artes plásticas, cinema — “outro mundo”.

Trabalhou nesses jornais até 1975, quando decidiu ir morar no Rio de Janeiro com uma amiga, por lá se aprofundou nas leituras que sempre gostou: leituras femininas. Teresinha conta que, por incrível que pareça, sua introdução ao feminismo não foi “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, mas os livros de Virgínia Wolf, os quais adorava ler. Juntamente com alguns amigos e amigas, tinha o costume de se encontrar para discutir as leituras que haviam feito e, às vezes, quando tinham dinheiro, também bebiam juntos. Além de leituras femininas, Teresinha também buscava entender a doença do pai e lia muito sobre psicologia e esquizofrenia.

No Rio de Janeiro ficou desempregada. Tempos depois, com um colega geógrafo, produziu uma revista para jovens de nome “Juventude Hoje”. Entrevistava desde jogador de futebol até artistas plásticos, mas durou apenas “dois volumes”, pois não tinham como manter. Após essa experiência, conseguiu um emprego numa espécie de gazeta, onde começou a aprender um pouco de economia e continuou trabalhando até pouco antes de sair do Rio.

Quando ficou desempregada, parou para pensar sobre sua vida e decidiu voltar e morar com sua mãe, mas já não tinha uma boa relação e se frustrou com a volta, “pirou” e foi fazer análise: “Ali aflorou de vez tudo que estava enrustido. Essa análise me fez muito bem”. Era 1981, ainda tempos de ditadura, foi trabalhar como repórter especial, até ser chamada a trabalhar como assessora de imprensa no IPUC. Era a oportunidade de conhecer a cidade por outro viés. Permaneceu nesse trabalho até “ficar de saco

cheio”. Posteriormente, foi chamada para cobrir férias de outra pessoa na Revista IstoÉ, por um mês, no mesmo período em que o Jornal O Globo, em que ela já tinha coberto algumas férias também, resolveu efetivá-la e então Teresinha permaneceu um longo tempo como correspondente desse jornal.

Sempre se admirou com a coragem feminina, mas a distância, e se identificava com algumas ideias vindas de suas leituras, porém nunca se imaginou feminista, apesar de agora entender que “inconscientemente já era feminista”. Só passou a se afirmar enquanto feministas a partir das sessões de análise, que coincidiu com sua entrada no Movimento Oito de Março, um movimento feminista. Largou a análise e ingressou no Movimento em 1982. Já não morava mais com sua mãe, morava com uma amiga “petista roxa”. Via o Movimento Oito de Março como um movimento muito forte, com muita luta e unidade feminina e decidiu militar com ele por estar cansada do “comando” dos homens:

Eu via que as mulheres estavam de saco cheio do comando, então por isso que só sobrou o Oito de Março ali, porque ali ninguém pentelhava, ninguém sabe, sobre o meu partido ou isso ou aquilo, [...] as mulheres precisavam, sabe, dessa liberdade. Eu precisava, as mulheres sou eu na época, né, me descobri, precisava dessa liberdade, desse grito sabe, de deixar de ter comando, sabe, sempre comando, comando matriarcal mais no meu caso, né, o comando disso. Não! Sem comando, vamos trabalhar, olhar, jogar o olhar na rua e ver o que é que está acontecendo, sabe, na saúde, na sexualidade, na violência, no trabalho, na política.

Sua atuação no Movimento era na produção de um jornal que discutia assuntos bastante pontuais dentro das lutas das mulheres. Discutiam políticas públicas de saúde das mulheres, sexualidade, combate à violência contra as mulheres, produziram um documentário sobre as mulheres garis e nele faziam a relação entre mulheres e trabalho. Também discutiam assuntos como prostituição e a defesa das prostitutas como mulheres como quaisquer outras. Não tinham muito dinheiro, muito do que produziam era realizado com financiamento das próprias participantes do Movimento, portanto agiam conforme conseguiam. Além dessas atividades práticas, participava, juntamente com todo o grupo, de assembleias, de discussões acerca do que é ser mulher e todas as suas dificuldades, etc. Muitas vezes eram vistas como referência de movimento feminista no Brasil. Não havia uma liderança específica, mas havia especialistas sobre determinados assuntos nos espaços, o que fomentava o debate entre elas. Enfim, elas agiam enquanto um grupo que se mobilizava conforme suas condições para realizar as atividades públicas.

Para Teresinha, o Movimento Oito de Março foi forte e mostrou sua força ao combater inúmeros desdobramentos que a ditadura trouxe para a vida das mulheres. Um dos episódios que a militante relembrou com entusiasmo foi a atividade política das feministas no Bar Palácio, um estabelecimento que segregava mulheres desacompanhadas de homens. Teresinha e as outras integrantes do Movimento foram ao Bar acompanhadas de um homem, um menino de cinco anos, ridicularizando assim a política do Bar. Teresinha, entre risadas e euforia, finalizou a história nos contando que, a partir daquele evento, o Bar Palácio nunca mais negou a entrada de mulheres desacompanhadas de uma companhia masculina. Além dessa, outra conquista do Movimento foi a ruptura da Secretaria de Saúde com um convênio que distribuía “laqueadura para as mulheres, sem o cuidado de levar em consideração a vontade daquelas próprias mulheres”. Para ela, mais uma forma de controle vinda de alguns homens da sociedade.

Mesmo assim, porém, o Movimento não permaneceu. Teresinha relacionou seu fim com o cansaço das mulheres envolvidas e todas as dificuldades que tinham que enfrentar para continuar. Ela mesma passou, gradativamente, a se interessar mais por sua vida pessoal e não mais pelo grupo. Preocupava-se com sua velhice e seu futuro fora do Movimento, identificando que o período em que militou pelo Movimento foi um momento de doação de sua vida. Assim o Movimento foi se dissolvendo, mas todas as mulheres, cada uma à sua maneira, mantinha contato com suas militâncias e ideais feministas.

Para Teresinha, “o feminismo abriu mil janelas e portinhas pra você se repensar”. Ser feminista é liberdade, é conseguir se libertar do que “lhe é dito e lhe é contato pela sociedade governista”. Acreditar em uma sociedade igual onde todos possam “ser”, nesse mundo em que todos querem “ter”, é ter compaixão, ternura, saber ouvir. Liberdade é não se permitir mais ser objeto. Teresinha afirma que seu destino teve relação com suas próprias escolhas, nunca se casou, é homossexual, tem problemas de útero que não permitiram ela ter filhos. Atualmente, Teresinha procura sua própria liberdade espiritual e continua acreditando na liberdade de todos os sujeitos para serem o que quiserem. Não tem militado em movimentos feministas ou em partidos. Não tem um objetivo definido para seu futuro, mas busca se conformar com sua própria morte, pois quer ser alguém que saiba morrer quando for momento.

A militância política desvelada pela história de vida das mulheres

Neste capítulo evidenciamos as experiências de vida de mulheres que, através da participação no movimento estudantil, em organizações de esquerda, em partidos políticos e em movimentos pela anistia política, se opuseram à ditadura civil-militar no Paraná. Reconstruímos as trajetórias dessas militantes a partir da análise dos dados recolhidos nas entrevistas. As narrativas autobiográficas transitaram e transpassaram diversos aspectos que deram contorno às histórias de vida. Esses aspectos são: suporte social, relação conjugal, mudanças, perdas e sacrifícios, preocupações e medos, ressentimentos e traumas, paixões, posições políticas, visões de mundo anteriores e posteriores à militância, consequências positivas, autocontrole, consequência da prisão nos diversos planos vividos, aspectos que compõem a identidade masculina e feminina e maternidade.

Na transcrição e catalogação dos dados das narrativas identificamos muitas aproximações e poucos distanciamentos na trajetória de vida dessas mulheres, que praticamente vivenciaram a experiência da participação política no mesmo período das suas vidas. Alguns dados quantitativos comprovam nossa afirmação. Das quatorze mulheres citadas na tese, quatro não iniciaram a militância via movimento estudantil, são elas: Ligia, Neide, Teresinha e Adair. O ensino religioso foi a base da escolaridade de oito delas. Quando ao ingresso na militância, a maioria possuía, em média, 17 anos. Em 1968, algumas delas foram presas ou perseguidas pelo regime, possuíam em média 20 anos de idade, que estabelece um tempo de militância de quatro anos até partirem para o exílio ou abandonarem a militância via organização política. Em relações às prisões e às torturas físicas, do total oito foram presas, quatro foram torturadas. As organizações políticas que as militantes integraram foram: (i) Ana Beatriz, Zélia, Noemi e Clair na AP, (ii) Rosilei no PCdoB, (iii) Teresa e Cecília na POLOP e (vi) Izabel na VAR-Palmares, sendo esta uma das únicas mulheres no oeste Paraná a aderir à luta armada. Lídia e Ligia iniciaram a militância a partir do movimento estudantil universitário, não se vincularam a nenhuma organização de esquerda ou partido político. Filiada ao MDB, Neide foi vereadora na cidade de Ribeirão Claro – interior do Paraná – e candidata a deputada no estado em 1976 e, em 1977, foi presidente do MFPA. Teresinha atrelou sua militância ao Movimento Oito de Março, não se vinculou a outros espaços de resistência. A decisão por continuarem no país e não partirem para o exílio foi feita por nove mulheres: Cecília, Lígia, Neide, Teresinha, Zélia, Rosilei, Ana

Beatriz, Elizabeth e Clair. o caso das militantes que se exilaram no exterior, os países de destino foram: Lúdia e Adair no Chile e Peru; Noemi no Chile, Panamá e Canadá; Izabel no Chile e França e Teresa no Chile. As origens das mulheres variam: cinco de origem urbana de classe baixa, oito de origem urbana de classe média e uma de origem rural de classe média. Todas as mulheres que moravam no interior migraram para a capital do estado do Paraná com o objetivo de dar continuidade aos estudos.

Na formulação das reconstituições, a primeira preocupação foi encontrar uma maneira de tornar a nossa escrita o mais próximo possível da realidade das narradoras e, como as entrevistas não foram estruturadas por um roteiro predeterminado, a estrutura da narrativa de cada uma das militantes foi distinta. Como exemplo, algumas contaram mais sobre o período da infância — destacando datas e nomes de pessoas que foram referências, enquanto outras relataram brevemente essa época, mas se estenderam nos anos na universidade, na clandestinidade ou no exílio. Não há, portanto, um padrão para as reconstituições e, muito menos, tivemos tal intenção.

O objetivo principal das reconstituições foi a visibilidade do protagonismo político de mulheres paranaenses na luta contra a ditadura civil-militar. Entretanto, reconstituir não quer significar falar por elas, ou seja, assumir seus discursos autobiográficos sem um posicionamento crítico e analítico sobre a construção de suas memórias e de suas subjetividades, no processo da narrativa de si. Num primeiro momento, nosso intento pode parecer um tanto ininteligível, já que não se constrói uma tese para apenas expor o óbvio, ou seja, a presença de mulheres nos diversos segmentos da sociedade, no movimento estudantil, nas organizações de esquerda, nos partidos políticos e na luta contra a ditadura civil-militar. Nosso intento, em verdade, consiste em problematizar por que, apesar das tantas evidências, há um apagamento da ação política dessas mulheres. Assim, portanto, antes de mapear e discutir a invisibilidade, escolhemos — por uma posição política nossa — abrir as discussões da tese com a multiplicidade de atuações, posturas e evidências da militância de mulheres no Paraná. Tais considerações já abrem as discussões do capítulo seguinte.

Conhecer tais mulheres e suas trajetórias permite-nos explorar uma das questões da tese: —Como se constrói uma memória da participação política das mulheres paranaense, em certo contexto histórico do Paraná e, também, do Brasil? —E de que maneira se constrói essa memória? Escolhemos tratar dessa questão a partir das memórias das militantes e da produção historiográfica e memorialística.

Detenhamo-nos nas memórias autobiográficas. Nas entrevistas solicitamos que as mulheres narrassem suas vidas em tempos de ditadura, e elas falaram sobre si elegendo a militância política como enredo para tecer suas histórias, visto que todos os temas narrados – desde a infância aos desdobramentos da luta política – convergiram para um dos momentos mais marcantes, a luta contra a ditadura. Se, portanto, as reconstituições deste capítulo trazem como fio condutor a militância, para remontar suas experiências, não foi algo determinado por nós, mas a forma como as narradoras estruturaram suas memórias. A militância foi a experiência política para essas mulheres, portanto, a política é o lugar de agência, da construção das subjetividades dessas mulheres e elas se constituem como sujeitos políticos a partir de suas resistências.¹⁰⁷ É processo que se iniciou na época da infância/adolescência, contudo, para elas, a resistência está localizada na ação política contra a ditadura. Parece-nos que as militantes recorrem ao passado para construírem uma autorrepresentação de rebeldia, de inconformidade e de comprometimento, desde a mais tenra idade, com a justiça social, como suporte para a constituição de suas subjetividades na e pela militância.

O contato dessas mulheres com a experiência política se deu através das relações familiares ou amorosas, e quase sempre vinculadas à importância de alguns homens, especialmente o pai e o namorado. Na história de quase todas as militantes, ficou evidente a importância do pai na sua iniciação política, foram eles que as influenciaram suas trajetórias, o que os tornava figuras constantemente atreladas às escolhas e tomadas de decisões nas vidas das militantes. Além disso, foram os pais que as incentivaram a ter comportamentos que à época eram considerados de vanguarda, como ler e seguir os estudos. Os namorados estimularam a leitura de autores revolucionários no mundo da política e, algumas vezes, foram o contato que elas precisaram para vincular-se a alguma organização de esquerda ou a partido. Todavia, não podemos afirmar que foram os namorados que introduziram as militantes na política contra a ditadura. Seria uma incoerência nossa afirmar isso, pois, como elas afirmaram nas narrativas, o projeto pessoal pela ação política foi uma escolha particular.

Por outro lado, como contraponto à relação com os pais, as mães são mencionadas nos relatos de uma forma distinta. As identificações feitas com suas mães quase sempre foram contraditórias, ora de conflitos, ora de apoio. Muitas mães valorizavam os estudos de suas filhas, mas não as incentivaram a cursar uma

¹⁰⁷ A relação entre agenciamento político e resistência é discutida dentro do conceito de “agência”, de Judith Butler, no terceiro capítulo.

universidade, até mesmo porque esse era um projeto pessoal que não estava posto como possibilidade para a geração delas. Então, portanto, as mães não identificaram a sua importância, como suas filhas o fizeram. Essas mães haviam projetado uma vida atrelada a comportamentos e a condutas relegados ao âmbito privados. Assim, conforme alguns relatos das entrevistadas, o sonho de muitas delas era que suas filhas tivessem um bom casamento e não que ingressassem em uma universidade. Se, por um lado, a maioria das mães não concordou com as escolhas das filhas, por outro, se sacrificaram para dar o apoio a elas nos momentos mais difíceis em relação à militância. Praticamente todas as militantes se referem a suas mães como suas cúmplices quando enfrentavam os piores desdobramentos da escolha pela militância.

É interessante como muitas mulheres contaram que, na infância e na adolescência, já haviam adotado uma postura de enfrentamento a determinadas normas e práticas familiares. O engajamento de familiares na política e as leituras estimularam a elaboração de concepções, que, com o passar do tempo, ganharam novos contornos em outros espaços, entre os quais o da universidade. Teresa nos conta acerca do questionamento à disciplina católica no Colégio, e das suas leituras de Paulo Freire. Nesse sentido, também se pode ler a história de Clair, que atribuiu parte de sua concepção política advinda ainda de quando era criança, devido às ideias progressistas de seu pai, ou ainda o legado de luta da família de Lídia e das diferentes posições políticas da família de Noemi. Esses relatos apresentam uma mescla de uma educação nos moldes tradicionais, conservadora e rígida, mas também amalgamada a práticas de vanguarda, pois foram os pais que as incentivaram a ter comportamentos que à época eram considerados de vanguarda, como ler e seguir os estudos.

Como já salientamos na introdução, segundo Perrot, “dizer ‘eu’ não é fácil para as mulheres a quem toda uma educação inculcou o decoro do esquecimento de si”¹⁰⁸. De fato, perceberemos como as mulheres entrevistadas produziram formas de narrar distintas dos homens no que se refere à ação política. Todavia, apesar dessa educação, elas não apagaram e muito menos ofuscaram seus protagonismos políticos, já que construíram para si, na militância, um lugar de resistência, de insubordinação e de enfrentamento.

E ainda segundo Perrot, “tudo depende da natureza da relação com a pesquisadora; uma certa familiaridade pode vencer as resistências e liberar um desejo

¹⁰⁸ PERROT, op. cit., p. 17.

recalcado de falar sobre si com o prazer de ser levada a sério e ser, enfim, sujeito da história”¹⁰⁹. As experiências vividas e narradas se tornaram visíveis à escrita da história por nossas palavras, então agora procuraremos essas experiências na história – acadêmica ou memorialista. Se “um lugar no mapa é também um lugar na história”¹¹⁰, as narrativas dessas mulheres teceram um mapa da ação política em tempos de ditadura civil-militar. Isso por si só já é uma visibilidade, portanto um lugar na história. Para a História, contudo, enquanto escrita do passado, esse mapa/visibilidade não basta para considerar essas mulheres como sujeitos históricos.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 18.

¹¹⁰ TELLES, Norma. Duas mil léguas pelos sertões & Duas mil léguas pela cidade. *Labrys, estudos feministas*, n. 19, jan./jun. 2011.

2. MILITÂNCIA POLÍTICA DE MULHERES NO PARANÁ: NO HORIZONTE DE UMA HISTÓRIA POSSÍVEL

“Contamos histórias porque, afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas”.

Paul Ricouer

Teresa Urban, militante política contra a ditadura civil-militar no Paraná, “carrega toda a coragem do mundo em suas palavras”¹¹¹. Essa afirmação não é de nossa autoria, mas de duas jornalistas que, recentemente, publicaram um livro sobre a história de vida de militantes políticas paranaense. Ainda, caracterizando Teresa, as jornalistas a definiram como “corajosa, persistente e indignada, ela nunca travou sua militância”¹¹². As palavras das autoras exprimem o deslumbre e a reverência que elas sentem pela militante. É dessa forma que elas se referem a todas as militantes que entrevistaram — Teresa, Noemi, Clair, Zélia, Elizabeth e Judite —, mulheres que, segundo as jornalistas, não se calaram no período da ditadura militar, por defenderem a liberdade. Assim, portanto, sem receios ou preocupações em estabelecer um distanciamento entre entrevistadas e entrevistadoras, as autoras contam a trajetória dessas mulheres com o objetivo de apresentar a “versão feminina da ditadura militar”¹¹³ e afirmam: “consequimos capturar a essência da busca pela liberdade feminina que se encontra na expressão de cada uma delas”¹¹⁴.

O gênero da escrita escolhido pelas jornalistas foi o romance, que, nas conclusões e nos agradecimentos, sobressaiu ao restante do livro. É quando as autoras, de maneira muito marcante, exprimem seus sentimentos e vinculações íntimas com as mulheres entrevistadas. Dizem elas: “Quem me dera ter a coragem que vocês tiveram, e ainda têm, ao se abrir e contar com detalhes um passado de luta e revolução”¹¹⁵ e “obrigada por quebrar padrões, vestir minissaias, organizar movimentos operários, fugir quando necessário e não baixar a cabeça nunca”¹¹⁶. Assim, os agradecimentos traduzem

¹¹¹ BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. *Sem liberdade, eu não vivo* – Mulheres que não se calaram na ditadura. Curitiba, PR: Editora Compactos, 2013. p. 12.

¹¹² Ibidem. p. 29.

¹¹³ Ibidem. p. 11.

¹¹⁴ Ibidem. p. 11.

¹¹⁵ Ibidem. p. 252.

¹¹⁶ Ibidem. p. 249.

a imagem que elas têm das entrevistadas, mulheres que se engajaram na luta por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, e souberam romper com estereótipos do feminino tradicional, quando escolheram para si projetos pessoais distintos dos que estavam disponíveis às mulheres daquela época. Para as autoras, essas mulheres foram heroínas e assim foram representadas no livro.

As reflexões nos incitam a questionamentos: —Será que as jornalistas foram seduzidas pelas histórias contadas pelas militantes paranaenses? —Como ouvir e contar histórias de vida de sujeitos históricos sem sermos seduzidos pelo discurso deles? Os contadores de história são “brilhantes artistas da palavra”¹¹⁷ e suas narrativas são fontes ricas de conhecimento. É assim que Alessandro Portelli define os sujeitos que escolhemos para serem entrevistados. Diz ainda o autor que

[...] cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados [...] a História Oral não se concentra nas pessoas médias, mas não raro considera mais representativas aquelas que são extraordinárias ou incomparáveis.¹¹⁸

O que há de extraordinário nesses sujeitos? Para Verena Alberti¹¹⁹, é o fascínio do vivido dos entrevistados e das entrevistadas, pois a experiência do sujeito, ao ser narrada, colore o passado com emoções, sensibilidades, ações, opiniões e relatos pitorescos e surpreendentes, que permite o olhar do/a historiador/a para as inúmeras possibilidades da vida humana. Por outro lado, os acontecimentos, os contextos ou as situações vividas pelo entrevistado e pela entrevistada são objetos de interpretação do/a pesquisador/a, logo, “compreender [...] é reencontrar o eu no tu”¹²⁰, ou seja, é a possibilidade de alargar nossos horizontes e de vivenciar outras existências... e quão sedutoras são estas existências! É nesse sentido que, na mesma medida em que o vivido do/a narrador/a nos fascina, dada a riqueza de informações de sua história de vida, por outro lado, provoca o risco de identificações e de apropriações por parte do/a entrevistador/a, o que dificulta a habilidade de análise em torno das brechas possíveis sobre o discurso dos sujeitos históricos, aspectos esses nem sempre identificados ou claros, como sensibilidades, ideologias, medos e as razões do não dito.

¹¹⁷ PORTELLI, op. cit., p. 17.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ ALBERTI, Verena. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

¹²⁰ Ibidem. p. 4.

Tais questionamentos foram cruciais para a tese e não surgiram no momento da análise das memórias autobiográficas, pois já muito antes, nas conversas pelo telefone, sentíamos que a empatia era recíproca, visto que todas gentilmente aceitaram conversar e algumas, buscando auxiliar, sugeriram outras militantes para serem entrevistadas. De toda forma, como já exposto na introdução, o caminho percorrido para encontrar as militantes assemelhou-se a uma investigação detetivesca, o que auxiliou para que, mais tarde, os primeiros contatos e as visitas às suas casas fossem regados à ansiedade delas e nossa. É impossível não inscrever nesse processo algumas identificações. Inicialmente, por pertencermos à mesma identidade de gênero, ou seja, éramos mulheres a estabelecer um diálogo. Mesmo que as posições de entrevistadora e de entrevistada fossem bem claras, percebíamos que resultava em uma suposta afinidade. Essa percepção foi sentida quando, por vezes, ao falarem sobre suas vidas, como exemplo, relação com os companheiros, maternidade e educação dos filhos, ou seja, assuntos especificamente relacionados à identidade feminina, elas pareciam afirmar: “Você sabe do que estou falando”. Com isso sugeriam que, por a entrevistadora ser mulher, poderia entender com mais propriedade seus sentimentos e dilemas sobre esses assuntos. Cabe dizer, no entanto, que, sobre tais considerações, não há como sair do campo das especulações, pois muitas das impressões dessa pretensa afinidade foram identificadas, sim, pelas palavras, mas também por um olhar, por um gesto e por silêncios.

Outro ponto a ser apresentado foi a proposta das entrevistas. Solicitamos que elas narrassem suas vidas – pública e privada – durante a ditadura no estado do Paraná. Sabíamos que, provavelmente, temas como casamento, maternidade, filhos, paixões, traições, opressões de gênero, etc., poderiam ser mencionados. Somente não imaginávamos que alguns detalhes de foro íntimo e até polêmicos, atrelados a esses temas, poderiam se tornar visíveis e compartilhados pelas narrativas. —Será que tais detalhes foram narrados por contarem suas vidas para uma mulher? Esta pergunta suscita outra: —Será que tantos outros detalhes foram silenciados porque estavam conversando com uma mulher? Já que poderíamos, dada à mesma identidade de gênero, interpretar fatos de suas vidas diferentemente do que elas desejassem. Como ensina Portelli, “pode existir uma incompatibilidade entre diferentes interpretações”¹²¹, seja a do/a entrevistado/a, do/a entrevistador/a e do/a leitor/a. De toda forma, a interpretação

¹²¹ Ibidem. p. 27.

que prevalece é a do/a entrevistador/a, já que cabe a nós a análise das reminiscências. E as militantes sabiam disso.

Estávamos trabalhando com subjetividades que se reinventavam a partir das narrativas de si – discussões apresentadas no terceiro capítulo –, da mesma maneira, nossa subjetividade também se transformava, quando, em meio ao doutorado, vivenciamos uma gestação. Eis períodos de constantes ressignificações das identidades de historiadora, de gestante e de mãe, que, ao se mesclarem, possibilitaram uma mirada muito própria sobre as histórias de vida das narradoras. Estamos tratando, especificamente, das memórias maternas das militantes. Assim, como não interpretarmos a experiência da maternidade dessas mulheres pelos sentimentos vivenciados pela nossa gestação? A análise da militância de Teresa e suas relações com a maternidade, sem dúvida alguma, foi um dos momentos mais difíceis da tese: —O que naquele momento estava em jogo não era o limite de sermos seduzidos por sua narrativa, mas como entenderíamos os dilemas de Teresa em relação à maternidade, sem que com isso naturalizássemos suas escolhas e atitudes? Dito de outra forma: —Como refletir sobre o retorno que ela fez à sua maternidade, sem que nossos sentimentos – muito aflorados –, sobre a maternidade, conduzissem a análise e se sobrepusessem ao que a narradora gostaria de contar a respeito dessa experiência?

Quiçá, seja por esse motivo que, ao final da análise da memória de Teresa, ainda tínhamos muitos questionamentos quanto à reconstituição que ela fazia de sua subjetividade. Interpretar é a inter-relação entre a subjetividade do/a historiador/a e a escrita da História. Como sublinha Sabina Loriga¹²², nessa relação, a subjetividade constitui-se um caminho do/a historiador/a, “um percurso de busca” e não algo a ser evitado, já que, para a autora, citando Paul Ricouer, “o objetivo do historiador não deve ser a constituição de uma história objetiva, mas de uma história alimentada por uma boa subjetividade”¹²³. A partir dessas ponderações, percebemos o quanto a neutralidade sobre o objeto de pesquisa é algo difícil de alcançar, pois sabemos que um pesquisador não faria a leitura da narrativa de Teresa – não porque cada um tem uma forma própria de escrita e de ordenamento reflexivo –, da mesma forma que nós fizemos. Há, neste processo analítico, elementos subjetivos e de identidade de gênero que compuseram nosso percurso interpretativo sobre a vida dessas mulheres.

¹²² LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. p. 13-37.

¹²³ Ibidem. p. 30.

Não é possível escamotear o quanto as narrativas autobiográficas nos impressionaram. Todas as mulheres, ao compartilharem suas vidas, elas o fizeram de uma forma que, para além de surpreender, também provocava o fascínio. E, com esses sentimentos, nós nos preocupamos em construir um método de análise que criasse um espaço de alteridade de nossa parte. Sabíamos que as narradoras haviam trilhado caminhos que refletem hoje na vida de muitas mulheres, como nós. De certa forma, se, no passado, ainda batalhávamos por um espaço dentro da militância política estudantil, somente assim o fazíamos devido à luta e ao legado de muitas militantes, dentro do nosso próprio Paraná. Assim: —Como não olhar para o passado político dessas mulheres com admiração?

Entre afinidades, empatias e aproximações, Elizabeth F. Xavier Ferreira¹²⁴, ao estudar a militância feminina, expõe as dificuldades, os dilemas e as estratégias para diminuir suas identificações com as mulheres entrevistadas. A autora afirma a impossibilidade de separar a pesquisadora mulher, em meio a um trabalho que, por ser muito mais que um processo informativo e de rememoração, aproxima os sujeitos e os transforma. Um dos trechos do seu livro permite conhecermos o percurso da autora para estabelecer um local de alteridade. Diz ela:

O que eu vivenciei foi bem diferente. Como pesquisadora, mas, sobretudo, como mulher da mesma geração das entrevistadas, acreditava, como afirmei anteriormente, que acompanharia as entrevistas com um misto de identificação (em grau bastante elevado) e estranhamento (a ser conscientemente buscado). Todavia, o fato de pertencer ao mesmo contexto cultural e à mesma faixa etária dessas mulheres e de supostamente saber algo sobre suas experiências, não me garantiu a familiaridade esperada (e igualmente temida). Se, por um lado, os sinais de aproximação existiam, tendo como denominador comum o fato de sermos todas mulheres, deparar-me com experiências de vida que marcavam diferenças profundas entre o mundo para o qual as ex-presas políticas entraram e aquele em que eu vivi àquela época foi significativo. O distanciamento que se instalou entre minha recepção de suas falas e o que me era transmitido, no desenrolar dos testemunhos, revelou-me que — naquele *setting* e ouvindo suas rememorações — eu ocupava uma posição que me afastava da aparente identificação com minhas entrevistadas.¹²⁵

Ferreira preocupou-se em distanciar sua subjetividade e história de vida, enquanto uma mulher da mesma geração das entrevistadas, para construir e manter um distanciamento necessário à elaboração da pesquisa — nas entrevistas e nas análises

¹²⁴ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória* — histórias de vida e histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹²⁵ Ibidem. p. 82-83.

finais –, evitando, assim, identificações que levariam a resultados meramente impressionistas ou naturalizados sobre as experiências das militantes. Todavia, foi durante as entrevistas, ou seja, na relação com as entrevistadas, que a autora estabeleceu a alteridade, nas suas palavras, ocupou uma posição. Que posição seria essa, Ferreira explicou-a dizendo que, na medida em que reconheceu a afinidade geracional, percebeu também que as mulheres entrevistadas escolheram projetos pessoais muito distintos daqueles projetos que estavam disponíveis às mulheres naquele período. Como consequência, produziram histórias de vida distintas, inclusive, da sua própria história. Assim, entendeu que a interpretação das memórias das militantes não passaria pela sua própria experiência de vida, mas a partir da rememoração que elas mesmas faziam. As posições que cada uma delas tinha na relação intersubjetiva da entrevista – entrevistadora-entrevistada –, ordenava a construção da narrativa, que se constituía na e através da escuta da entrevistadora. Assim, quando Ferreira assume sua posição de pesquisadora, estabelece o distanciamento. Enfatizou ainda que suas preocupações na elaboração de um método de forma alguma estavam centradas na procura da imparcialidade, mas na construção de um distanciamento que possibilitasse a observação e permitisse as diferenças.

Essa tensão também permeou a escrita de Margareth Rago¹²⁶ ao estudar as narrativas autobiográficas de militantes feministas, apesar de a autora não se preocupar com isso. Rago vinculou, às análises das “escritas de si” das feministas, predicados como “coragem, ousadia e imenso desejo de mudança”¹²⁷. Perguntou, ainda, “como não admirar a imensa coragem dessas mulheres que preferem discursos de verdade que lhes são próprios e que lhes custaram tão caro, não só correndo o risco da perda da própria vida, mas também de seus filhos?”¹²⁸. O envolvimento da autora com seu objeto de pesquisa foi discutido por Márcio Seligmann-Silva, que escreve o prefácio do livro. Para o autor, Rago inova já nas balizas iniciais ao assumir uma postura comprometida com seu texto, propondo uma escrita que foge do academicismo e da cultura positivista e falocêntrica, já que

[...] tem a ver com um modo de escrita que não hesita em se deixar eletrizar pela paixão e mesmo pelas correntes de êxtase ou de terror que podem porventura percorrer nosso corpo quando tratamos de temas tão impregnados de vida e morte. [...] A autora, uma colecionadora de vozes, como que se torna presente em carne e osso

¹²⁶ RAGO, op. cit.

¹²⁷ Ibidem, p. 315.

¹²⁸ Ibidem, p. 320.

para seu leitor. *Performance, misse em action*: letra viva. Esta sim talvez seja uma escrita no feminino. Não porque escrita por uma mulher, mas por se abrir a essas ondas de forças desestruturantes, por se deixar abalar pela paixão e pela compaixão. Na se trata, no entanto, de pieguice, longe disso, e sim de correr o risco de abrir a escrita a tudo aquilo que a prática acadêmica sempre resistiu, com seu medo das emoções, da sensibilidade, das subjetividades e mesmo das dúvidas.¹²⁹

A escrita de Rago é uma *performance* que inova, que está para além dos embates com a neutralidade, distanciamento e objetividade. O foco é outro, é a mudança epistemológica na escrita, é deixar se envolver e assumir que o espaço da neutralidade não é um local a ser ocupado pelas condições da autoria¹³⁰. Segundo ainda Seligmann-Silva, o que explicaria a letra viva de Rago é o seu comprometimento com a verdade, não com a verdade positivista, mas com o conceito antigo da *parresía*, que, conforme Foucault, é o ato de dizer a verdade sem medo de si próprio ou dos outros¹³¹, Rago nomeia as feministas estudadas como “parresistas de nossa atualidade”¹³², por entender que tal conceito as traduz, já que esse conceito “exige certa dose de coragem daquele que enuncia a verdade, aquilo que pensa, pois pode pôr em risco não apenas a relação entre quem fala e aquele a quem se dirige a verdade, mas também a própria existência”¹³³. É dessa maneira que Rago vê as mulheres estudadas e percebe a coragem delas na aventura de contar-se, de reconstituir suas subjetividades sem medo de

¹²⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Viver no feminino – uma mais sete histórias de vida. In: RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. p. 14.

¹³⁰ Para Rago, a epistemologia feminista introduziu outras maneiras de organizar a produção científica ao questionar o caráter particularista, ideológico, racista e sexista, ou outro caráter incapaz de pensar a diferença. O conceito universal de homem – branco heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo é severamente criticado. Em contraponto, a teoria feminista propõe que o sujeito deixe de ser tomado como ponto de partida e considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Esses deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo têm repercutido na produção historiográfica e, assim, como consequência, as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento são desconsideradas, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos. Segue-se, portanto, que a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, pois “[...] não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica. [...] é possível dizer que as mulheres estão construindo uma linguagem nova, criando seus argumento a partir de suas próprias premissas. Vamos dizer que podemos pensar numa epistemologia feminista, para além do marxismo e da fenomenologia, como uma forma específica de produção do conhecimento que traz a marca especificamente feminina, tendencialmente libertária, emancipadora”. RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1998. p. 24.

¹³¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Viver no ...*, 2013, p. 15.

¹³² RAGO, op. ci., p. 54.

¹³³ *Ibidem*. p. 53.

retornarem a si, dentro de uma prática da liberdade. Finaliza Seligmann-Silva que a *parresía* é uma prática política que não explicaria somente as posições das feministas analisadas por Rago, mas é uma prática que também se reflete na escrita da própria autora¹³⁴.

“Nem tanto ao mar, nem tanto à terra” — era preciso que construíssemos um método intermediário entre as duas maneiras de se relacionar com o objeto de pesquisa. O trabalho de Ferreira, um dos primeiros a tratar da memória de mulheres militantes, havia sinalizado o tema na época do planejamento das entrevistas. Mais tarde, a publicação do livro do Rago provocou outras reflexões, especificamente sobre as condições de autoria. Ambos os modelos, se assim podemos classificá-los, foram considerados, mas entendíamos que o distanciamento era importante para tratar das memórias sem os riscos de assumirmos seus discursos. Por outro lado, permitir que sentimentos — como de admiração, reverência — pudessem permear a escrita interpretativa era correr o risco de não identificarmos as construções discursivas, as interdições da fala e as autorrepresentações que as narradoras fizeram de si, na relação entre passado e presente. Desse modo, portanto, a apropriação dos métodos das autoras fomentou a criação do nosso próprio método e nele a alteridade tinha um lugar de destaque.

A tensão entre aproximações e distanciamentos ou entre neutralidade, imparcialidades e fascínio provocou o debate da relação entre História e memória, particularmente no que se refere ao trabalho do/a historiador/a com as memórias. Refletimos, portanto, sobre o tema a partir de algumas indagações: —Quais são as relações entre memória e História? —Em relação à memória enquanto fonte, qual seria a atuação do/a historiador/a e do seu ofício — a História?

A distinção entre História e memória é intensa e complexa, produzida pelos autores para mediar a tensão que ambos os domínios provocam. Pierre Nora, no texto *Entre Memória e História: a problemática de lugares*¹³⁵, construiu a noção de “lugares de memória”, entendendo-os como lugares constituídos por “um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua sobredeterminação recíproca”¹³⁶. Nas palavras do autor:

¹³⁴ SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 17.

¹³⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

¹³⁶ Ibidem. p. 22.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transparências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.¹³⁷

Para Nora, dentro da relação memória e História, a memória é espontânea, atrelada ao momento presente da construção das reminiscências e tem relação intrínseca entre o coletivo e o individual. A História, produtora das interpretações do passado, pelo seu dever reflexivo, desautoriza a memória, pois no “coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita da História, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A História é a deslegitimação do passado vivido”.¹³⁸ Destarte, para Nora, História e memória não são sinônimos. Nesse sentido, a primeira tarefa do/a historiador/a é assumir a complexidade da História, entretanto, o fato de estarmos cientes das dificuldades de construí-la, afasta-nos, mas não elimina, o perigo de reconstruímos apenas memórias. Aprofundemos um pouco mais o tema, com a contribuição do pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹³⁹, que produz argumentos instigantes sobre a discussão e, por conseguinte, adentraremos o próximo tópico do capítulo.

¹³⁷ Ibidem. p. 9.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

Comecemos com: “O historiador quase sempre está manipulando memórias”¹⁴⁰. A assertiva de Albuquerque Júnior também nos desperta para a dimensão da relação da História com a memória, especificamente para o trabalho do/a historiador/a. Para o autor, ao se violarem as memórias é que se gesta a História. O tom é provocador, já que pretende denunciar que, apesar de as memórias – escritas ou orais – somarem cada vez mais ao conjunto documental, pesquisado pelo historiador e historiadora, a fecundidade dessa relação tem sido apartada da História, e os perigos e cuidados teórico-metodológicos de se trabalhar memórias no campo historiográfico têm sido emprestados ao/a historiador/a por outras áreas, como a Sociologia. Assim, para trabalhar com memórias é fundamental ter um método. Isso impede que o/a historiador/a produzam memórias, ou seja, uma produção memorialística. Para Albuquerque Júnior, o “historiador com seus conceitos, atribui novos significados ao que ficou guardado nas memórias, recortando-as, reconstituindo-as, desmanchando suas telas”, trabalho diferente do que o memorialista faz com a memória. De fato, compreendemos que a memorialística, ou seja, o trabalho de reunir, organizar e sistematizar recordações do passado, distingue-se da atividade do/a historiador/a, que reflete sobre os tempos pretéritos a partir de aportes teóricos-metodológicos e de problemas de pesquisa, além de colocar em questão as memórias e as noções construídas através delas.

Albuquerque Júnior retoma a tensão entre memória e História, distinguindo a História do que ele vai chamar de “memória histórica”, algo muito próximo das construções memorialísticas, já que a

[...] ‘memória histórica’ é, para nós, composta de fatos convencionados como históricos que têm repercussões nas memórias pessoais e de grupos porque têm significados para eles. São aqueles fragmentos de História que são incorporados às memórias coletivas e individuais, servindo como marcos temporais. [...] Já a História é a reinvenção do passado, sua construção feita por especialistas, que se orientam não só pelas interpretações do imaginário coletivo, mas por um aparato teórico e metodológico mais sofisticado e que tenta dar conta desse passado com suas múltiplas significações. A ‘memória histórica’ está mais sujeita do que a História a reproduzir a versão oficial, a versão do vencedor.¹⁴¹

E, por fim, ainda estipula que “o discurso da ‘memória histórica’ é o discurso da cristalização, é um discurso cuja crítica carece de pressupostos teóricos e metodológicos

¹⁴⁰ Ibidem. p. 199.

¹⁴¹ Ibidem. p. 205.

mais apurados”¹⁴². Nem sempre há contornos nítidos na fronteira entre as dimensões História e memória, mas mapear uma distinção é importante para mensurar o trabalho interpretativo do/a historiador/a e os limites do fascínio. Talvez, se vincularmos as discussões feitas até o momento com a análise do livro, citado no início do capítulo – considerado por nós como uma produção memorialística –, o nosso percurso analítico fique mais claro.

O livro *Sem liberdade, eu não vivo – mulheres que não se calaram na ditadura*, foi produzido no mesmo período em que a problemática da tese recebia contornos. Das seis mulheres que as jornalistas entrevistaram, cinco delas também foram entrevistadas para a nossa pesquisa. Num mesmo período, coincidentemente, as histórias de vida das militantes políticas paranaenses foram objeto de interesse de três pesquisadoras, duas jornalistas e uma historiadora. A estrutura das narrativas das cinco mulheres, em comum aos nossos estudos, não divergia muito, salvo algumas diferenças pontuais. Percebemos que o relato produzido por algumas narradoras foi mais descritivo e menos minucioso, pois se preocuparam em narrar os diversos momentos de suas trajetórias sem se importar com detalhes, porém as memórias pareciam estar mais carregadas de sentimentos. Poderíamos supostamente sugerir que, na relação intersubjetiva da entrevista, as mulheres se identificaram mais com as jornalistas, embora o gênero de escrita das autoras pudesse estar provocando tais impressões. Um pequeno fragmento da reconstituição da história de Zélia Passos dimensionou nossas impressões. Dizem as jornalistas, citando Zélia, “‘Nem eu, nem Edésio falávamos muito sobre isso [os anos da militância]. Até que venham duas enxeridas, daí a gente coloca a memória para funcionar’ brinca Zélia e sorri para nós, as enxeridas que questionam os detalhes de sua vida”¹⁴³.

Não devemos, contudo, desconsiderar tais impressões, pois, como sabemos, na relação intersubjetiva da entrevista, os espaços são bem definidos. No que diz respeito à posição de entrevistadora, as mulheres sabiam que havia distinções em narrar suas histórias a uma historiadora, que investiga o passado e tem o poder reconhecido da escrita da História, de jornalistas que estão em busca de um furo de reportagem e redigem os temas de forma imediatista e efêmera. Ora, não vamos subestimar a inteligência das militantes.

¹⁴² Ibidem. p. 206.

¹⁴³ BORDIN; LORIANNY. *Sem liberdade ...*, 2013. p. 199.

Ao ler os relatos femininos constituídos pelas jornalistas, percebemos que muitas das informações que foram narradas à tese também o foram para as jornalistas. Os discursos das mulheres, apesar de conterem algumas nuances, eram quase idênticos no que se refere aos episódios vividos. Parecia que algumas tinham certo roteiro preestabelecido dos acontecimentos de sua vida, que era consultado sempre que precisavam falar de si. Percebemos que uma intencionalidade constituía e marcava os discursos, ou seja, a busca em referendar uma memória já consolidada e legitimada em outras narrativas. A noção de memória legitimada nos fez recordar os dilemas de uma escritora ao reconstituir a história real de um romance proibido entre duas mulheres na Alemanha nazista. Erica Fischer, em *Aimeé & Jaguar – uma história de amor, Berlim 1943*¹⁴⁴, descreve suas percepções das entrevistas com uma das amantes:

Conversei pela primeira vez com Elisabeth Wust no inverno de 1991. Fiquei tonta. [...] Ela falava como uma máquina e não me deixava tempo de fazer perguntas. Notei que ela já havia contado a mesma história várias vezes, enquanto, ao mesmo tempo, a entonação, a tristeza e as risadinhas adolescentes em sua voz davam a impressão de que as lembranças estavam brotando espontaneamente de sua memória. Mais tarde, ao ler os diários de Lilly e ouvir gravações de conversas suas com outras pessoas, percebi que ela sabia de cor trechos inteiros e sempre repetia as mesmas frases com as mesmas emoções. Este automatismo de sua fala me tornava preguiçosa e passiva.¹⁴⁵

A autora, uma jornalista, num primeiro momento identifica a postura de Aimeé – codinome de Elisabeth – como tediosa, já que não acrescentava novos elementos sobre seu romance com Jaguar. Ela seguia uma linha narrativa que não fugia do que já havia preestabelecido, ou seja, do que queria que soubessem sobre sua vida e romance com Jaguar. O que aparentou um entrave tornou-se uma descoberta interessantíssima para a autora. Os sujeitos produzem representações do passado que, ao serem constantemente narradas, ratificam uma memória. Essa memória, ao ser consolidada, contribuiu para uma visão memorialista de suas vidas. Sobre a representação do passado, conforme Alistair Thomson, temos a “necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver”¹⁴⁶. Talvez esta seja a explicação de as militantes estabelecerem uma memória recorrente. Foi o modo encontrado para dar coerência à trajetória constantemente

¹⁴⁴ FISCHER, Erica. *Aimeé & Jaguar – uma história de amor, Berlim 1943*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 279.

¹⁴⁶ THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP*. São Paulo, n. 15, p. 51-84 (p. 57), abr. 1997.

narrada, mas também uma prática de lealdade com a história que elas queriam dizer sobre si e o que gostariam que soubessem sobre elas.

Aconteceu então que a ação política de mulheres paranaenses era prestigiada por duas pesquisas ao mesmo tempo. O fato não passou despercebido para elas. Podemos recuperar suas opiniões sobre o assunto na narrativa de Ana Beatriz e Elizabeth. Ambas foram entrevistadas pelas duas jornalistas e, sobre esse momento, com entusiasmo, Elizabeth nos contou: “Recentemente duas meninas novas vieram me entrevistar, o TCC delas era esse [tema]. Buscando informações sobre isso, então quer dizer, finalmente”¹⁴⁷. Ou seja, para a narradora finalmente o tema, sua luta contra a ditadura, começava a ser reconhecida. Já Ana Beatriz parece ter apenas mencionado o fato depois que sua irmã tocou no assunto. Diz Ana Beatriz: “Para mim, elas foram lá em casa e eu só contei a história [prisão e tortura] mesmo”¹⁴⁸. Na entrevista, as duas frases foram narradas com entonações diferentes — poderíamos até dizer que contraditórias. Elizabeth comentou o assunto como se contasse uma informação muito importante sobre ela, já para a irmã a informação foi narrada como algo banal. O que diferenciou a postura narrativa das irmãs? As jornalistas elegeram apenas algumas mulheres para serem entrevistadas e os critérios dessa seleção não ficaram claros no livro, mas Elizabeth teve uma participação diferente que Ana Beatriz. Ela foi uma das militantes elegidas para contar sua história de vida. Já Ana apenas tem uma parte de sua vida contada, e estava agregada ao capítulo do livro sobre sua irmã. Possivelmente as entrevistas foram diferentes, sendo que Elizabeth teve uma atenção maior do que Ana Beatriz. Pelos relatos das narradoras, percebemos que, em relação à Elizabeth, as jornalistas propuseram que ela narrasse diversos momentos de sua militância, para que assim pudesse definir — como era a proposta do livro —, o que era a liberdade para a militante¹⁴⁹. A entrevista com Ana Beatriz centrou-se num tema específico, o período da prisão e das torturas em Curitiba e Foz do Iguaçu. De certa forma, Elizabeth se sentia reconhecida no e pelo trabalho das jornalistas, não somente pela atuação durante a ditadura, mas por ter sido escolhida, ao lado de outras militantes, enquanto uma voz reconhecida a falar sobre o passado de um período histórico do país. No capítulo do

¹⁴⁷ FORTES, Elizabeth Franco. 70 anos. Depoimento em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

¹⁴⁸ FRANCO, Ana Beatriz. 65 anos. Depoimento em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

¹⁴⁹ As autoras durante as entrevistas com as militantes solicitavam que elas escrevessem em um papel qual era o sentido de liberdade que elas tinham no presente de suas vidas. Depois reproduziram as imagens destes papéis no livro.

livro intitulado “De minissaia – a naturalidade da ousadia”, a militante foi definida como uma mulher apaixonada pela experiência política, e que, apesar de ter sofrido ao ser presa por ter participado do Congresso da UNE na Chácara do Alemão, é exemplo de superação, portanto, “que o mundo tenha a ousadia de Beth e mais um pouco”.¹⁵⁰

A partir desta breve análise de fragmentos da narrativa de Elizabeth e de Ana Beatriz, vamos retornar a pergunta lançada no início do capítulo: —Quais são os riscos do fascínio pelas narrativas dos sujeitos históricos? Admirar a coragem das mulheres nos contextos sociais e históricos em que viveram não nos parece ser um problema, pois entendemos que a neutralidade em uma pesquisa em que o objeto tem relação com o engajamento subjetivo de quem escreve não passa por este caminho. O que não podemos permitir é que o fascínio seja o instrumento do trabalho interpretativo, pois, guiados pela sedução, não iremos “violiar” as memórias das mulheres entrevistadas, senão que estaremos, na melhor das hipóteses, incorporando suas narrativas sem atentarmos para as construções que fundam seus discursos. Corremos o risco de não sermos neutros e de ainda imputar a elas atributos de valor, como seria a representação personificada de heroínas, se fosse o caso. Essa construção é muito perceptível no livro das jornalistas, elas contam histórias de heroínas contra a ditadura, mulheres como “Zélia [que] serviu como a sociedade havia lhe ensinado. Mas não serviu ao marido e aos filhos. Serviu ao país. Seu sorriso, ao terminar de contar toda essa história, não deixa dúvida: algum doce tem que existir nessa tal de revolução. Zélia é um deles”¹⁵¹.

A questão norteadora de nossas discussões não é se elas foram ou não heroínas, dado que isso seria uma opinião subjetiva de quem escreve. O que não podemos fazer é dar o tom, um ordenamento para as vozes das militantes, ou seja, instituí-las como heroínas. É nessa direção que se estabelece a distinção entre identificar-se com suas histórias e identificá-las como heroínas. Sendo assim, não precisaríamos conhecer suas histórias, visto que as conclusões já estariam dadas. Dito de outra forma, parece-nos que as jornalistas não precisavam conhecer as narrativas das militantes elegidas para a elaboração do livro. Elas foram para as entrevistas já com a consideração de que mulheres corajosas, ousadas, na vanguarda, independentemente de suas atuações no passado ou de quais batalhas haviam travado – enfrentamentos na militância ou na identidade de gênero. Para as jornalistas, o fato de terem vivido aqueles anos por si só já bastava para que elas fossem descritas e representadas de tal modo. As narrativas

¹⁵⁰ BORDIN; LORIANNY, op. cit., p. 131.

¹⁵¹ Ibidem. p. 199.

serviram para endossar o que as autoras queriam dizer sobre as mulheres relativamente a um período específico da história do Paraná. Albuquerque Júnior trata do assunto no campo da História: “o uso recorrente que se faz dos depoimentos como prova ou como simples reforço do argumento do historiador [...] pensando estar ‘dando voz aos vencidos, sendo um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém’”¹⁵².

A leitura do livro das jornalistas foi importante para estabelecermos a nossa posição de historiadora na interpretação das memórias das militantes na constituição de suas subjetividades. O/a historiador/a que trabalha com memórias, conforme Albuquerque Júnior, deve ter uma clara definição de métodos, ou seja, o que diz respeito desde a coleta das memórias até o seu emprego posterior no interior de um discurso historiográfico¹⁵³. São esses os cuidados que distanciam seu trabalho das produções memorialísticas. É nesse sentido que nos preocupamos com um método que possibilitasse a alteridade na escrita, seja em relação ao objeto de estudo ou à memorialística.

2.1 O silêncio político da memória histórica sobre a militância

Sobre o passado da ditadura civil-militar brasileira, as memórias dos sujeitos que vivenciaram esse período têm muito a dizer. São memórias que permitem que esse passado, além de ter um sentido de disputa, é um passado que condiciona o presente. Memórias de homens e de mulheres militantes e memórias de militares disputam a legitimidade sobre as interpretações dos fatos e dos episódios desse período histórico. Ambas as memórias, se não foram construídas no confronto das ideias e das versões sobre os fatos ocorridos durante a ditadura militar, posteriormente se chocaram e se estruturaram uma na negação da outra. Aos/às narradores/as de esquerda a tarefa que se apresentava era não deixar cair no esquecimento as arbitrariedades do governo militar, em especial a tortura. Do outro lado, para a maioria dos oficiais, o esquecimento era fundamental para o futuro do país. Na produção memorialista, essa diferença foi primordial e se manterá por quase todos os momentos de embate de narrativas de homens e de mulheres militantes e militares.¹⁵⁴

¹⁵² ALBUQUERQUE JUNIOR, op. cit., p. 200.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ O debate sobre as batalhas da memória de militantes e de militares não é o foco de nosso estudo. Apenas elaboramos algumas observações para situar a memória masculina sobre a ditadura militar. Objetivamos também marcar o início da memorialística sobre a ditadura, já que as discussões que

No “estado da arte”¹⁵⁵ sobre a ditadura brasileira de Carlos Fico¹⁵⁶, o autor relata que as primeiras descrições detalhadas sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar viriam de uma memorialística, final da década de 1970, que se tornaria cada vez mais abundante e variada e, “[...] malgrado o parcialismo da abordagem de diversos aspectos, eram, ao menos, narrativas produzidas por homens que viveram os acontecimentos”¹⁵⁷. Os depoimentos militares surgiram, em sua grande maioria, após o término da ditadura, alguns tentando defender supostas positivities do regime ou pretensas necessidades da violência política. A história da ditadura civil-militar brasileira vem sendo construída em grande parte pelo embate dessas duas memórias. Duas memórias masculinas, os militantes, como bem lembrou Fico, e os militares, pelos agentes do Exército ou da polícia política, serem naquela época, na sua totalidade ou maioria homens.

Todavia essa não é a única batalha da memória¹⁵⁸ sobre a ditadura militar. Há mais um viés que tem tomado contornos e ampliado o debate sobre os significados da vivência e da experiência das disputas entre as diferentes memórias e versões sobre o passado. Essa vertente trata do debate de uma vivência específica de gênero e de enfrentamento a um regime de exceção. Essa postura tem se revelado uma preocupação não apenas acadêmica, mas também política. É uma batalha encampada por estudos de historiadoras em sua grande maioria, historiadoras preocupadas com a construção de uma memória sobre a participação feminina na resistência à ditadura, desde a luta política e armada, movimentos de mulheres e movimento feminista em defesa dos

seguem debateram a memorialística paranaense sobre o período histórico. Sobre o tema, ver CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, p. 179-203. MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e de militares. *Varia História*. Belo Horizonte-UFGM. N. 28, p. 178-200, dezembro. 2002. GASPAROTTO, Alessandra. DUARTE, Selma Martins. Memórias de militantes e de militares sobre a ditadura no Brasil. In: Anais do IX Simpósio em História/I Simpósio Nacional em História Trabalho Cultura e Poder. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2009, p. 37-51. REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura 40 anos depois – (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusp, 2004.

¹⁵⁵ Conforme Norma Sandra de Almeida Ferreira, as pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” são de “caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários”. FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, p. 257, ago. 2002.

¹⁵⁶ FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 24.

¹⁵⁸ O conceito batalha da memória sobre a ditadura militar foi definido por Marcos Napolitano. Ver NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

direitos humanos e pela anistia política. O inovador nessas novas abordagens é o seu referencial teórico-metodológico, que elegeu como categorias de análise o feminismo e as relações de gênero.¹⁵⁹ Esses estudos, dentro de suas temáticas, questionam a invisibilidade e o silenciamento da militância feminina¹⁶⁰, contrapondo-se ao que

¹⁵⁹ Em recente artigo, no dossiê “Gênero e História”, da Revista Brasileira de História, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet discutem a trajetória do campo historiográfico “História das Mulheres e das Relações de Gênero”, evidenciando a pertinência de pesquisas que contribuíram para a legitimação desse espaço, que, por muitos e muitas, na academia, é entendido como periférico e de caráter secundário em relação a outros campos de estudos, considerados mais importantes à História. Segundo as autoras, para um percurso nesse campo historiográfico é necessário “[...] criatividade, sensibilidade e imaginação que se tornaram fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade, que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino”, essa genialidade, por elas exposta através dessas indicações, parece-nos que tem sido seguida pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras da História em se tratando das relações de gênero em outros campos historiográficos. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, Florianópolis, v. 27, n. 54, 2007.

¹⁶⁰ Sobre esses estudos, ver: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2010. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, SC: Editora. Mulheres, 2011. VEIGA, Ana Maria. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades*. Florianópolis, 2013. 397 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, p. 975-989, 2015. _____. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (on-line)*, v. 5, p. 117-131, 2013. _____. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone Sul. *Tempo e Argumento*, v. 5, p. 451-471, 2013. _____. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, p. 124-130, 2009. _____. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 19-38, 2007. _____. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: Joana Maria Pedro, Artur Cesar Isaia e Carmencita de Holleben Mello Ditzel. (Org.). *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011. p. 31-48. _____. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil; 1968-1974. In: Cristina Scheibe Wolff; Marlene de Fáveri; Tânia Regina de Oliveira Ramos. (Org.). *Leituras em rede: gênero e preconceitos*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2007. p. 95-111. WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim da. Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). In: *INTERthesis*, v. 10, p. 190-211, 2013. MOREIRA, Rosemeri; WOLFF, Cristina Scheibe. A ditadura militar e a face maternal da repressão. *Espaço Plural*, v. X, p. 56-65, 2009. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, v. 15, p. 398-405, 2011. WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (Org.). *Histórias na ditadura*. Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2014, p. 159-180. WOLFF, Cristina Scheibe; SOUSA, Deusa Maria. Estratégias de gênero na denúncia dos desaparecimentos: Argentina e Brasil. In: Daniel Aarão Reis e Denis Rolland. (Org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 109-122. WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural*, v. 21, p. 43-56, 2009. RAGO, Margareth. Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas. *Labrys*. v. 15-16, p. 10-50, 2009. SOUZA, Deusa Maria de. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Florianópolis, 2011. 233 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. NASCIMENTO, Mirian Alves do. *A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai (1964-1985)*. Florianópolis, 2014. 238 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. BACK, Lilian. *A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)*.

Margareth Rago chamou de memória masculina sobre a ditadura militar, em que “praticamente todos os trabalhos que falam da ditadura militar no Brasil são escritos por homens e falam dos homens. De repente, tem um capítulo pequeno, uma nota de rodapé, que cita uma mulher e faz uma concessão, mas, em geral, não há isso”¹⁶¹.

Poderíamos formular algumas hipóteses para investigar o porquê dessa invisibilidade. Uma delas seria a dificuldade de se conhecer essas histórias pela limitação das fontes. Em uma recente entrevista, Cristina Wolf discutiu um fragmento da narrativa de uma militante uruguaia, que, ao falar sobre sua militância, estabeleceu a diferença da conduta de homens e de mulheres para a superação dos anos vividos em prisões, torturas, clandestinidades e exílios.¹⁶² Quando os homens saíram da prisão foram para o espaço público, marcaram o seu protagonismo nas entrevistas coletivas ou na escrita de suas memórias. As mulheres retornaram ao âmbito privado, para suas casas e suas famílias, ou seja, não se preocuparam, naquele momento, em registrar ou contar suas histórias. A necessidade de reconstituir-se enquanto pessoa, depois de tantos conflitos vividos, e de assumir obrigações até então suspensas pela militância era maior do que a de lembrar o que era difícil de dizer. Em suma, as mulheres buscaram restabelecer os laços familiares e assumiram as responsabilidades de suas vidas, cuidaram de seus filhos, retornaram aos estudos e começaram a trabalhar e, além disso, muitas vezes fizeram isso tudo sozinhas, pois se divorciaram de seus companheiros.

Outro motivo que, possivelmente, contribuiu para que as mulheres não falassem sobre suas militâncias foi o entendimento dessas mulheres de que a sua participação na resistência à ditadura não teria sido distinta de tantas outras participações, pois desenvolveram tarefas como todos/as os/as demais militantes e não teriam tido destaques porque muitas não ocuparam cargos de lideranças, seja no movimento estudantil ou em organização de esquerda e partido político. Rago, através de uma leitura feminista, entende que as mulheres foram educadas para abnegar suas vidas ao outro e, nesse caso, aos homens. Sendo assim, as mulheres, ao terem suas características naturalizadas enquanto seres que têm “aptidões” para o cuidado do outro, educadas para serem mães, enfermeiras, professoras, enfim cuidadoras, “são convidadas a esquecerem

Florianópolis, 2013. 212 p. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁶¹ Entrevista com Margareth Rago: “As mulheres e a ditadura militar no Brasil”. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=41816>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

¹⁶² O Golpe de 1964 e a luta feminina por espaço na memória. Entrevista especial com Cristina Wolff. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/529997-a-luta-feminina-por-espaco-na-memoria>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

de si, a renunciar ao exame da própria existência”¹⁶³. Nesse sentido, preocupar-se em registrar algo que dissesse respeito a sua história era um sentimento desconhecido a elas. Além disso, ainda que a alguma delas lhe ocorresse registrar, certamente dúvidas lhe vieram à mente: —Como narrar o inarrável? —Como expressar e dar sentido ao trauma vivido que se busca esquecer? —E qual o sentido de narrar, testemunhar e registrar o ocorrido?

Todos os argumentos apresentados lançam luzes à reflexão sobre os motivos que levaram muitas mulheres a não narrarem seus passados e, por conseguinte, se a produção delas for comparada à produção de memórias de homens militantes, há quase inexistência de memórias, biografias e autobiografias femininas, ou mesmo testemunhos, que possam ser estudadas pelos/as historiadores/as.

Ocorre que a produção do conhecimento histórico não se faz somente pelas possibilidades das fontes, pois há um elemento que, por diversas vezes, é ponto de discórdia pelas diversas concepções historiográficas. Estamos tratando da autoria, dos discursos que produzem a História, de que ora seu valor está na sua inexistência, ora seu valor está na sua pertinência. Keith Jenkins, ao propor repensar o trabalho do/a historiador/a, discute os diversos meandros da construção da narrativa do passado, como: as fontes e os recursos teórico-metodológicos elegidos pelo/a historiador/a, bem como a subjetividade de quem escreve, aspecto esse para o autor inerente ao processo da produção histórica.¹⁶⁴ Assim, quem produz a História é um/a autor/a que, para explicar o passado, vai além do “efetivamente registrado e, formulam hipóteses seguindo os modos de pensar no presente”¹⁶⁵, portanto produz um discurso que, de forma consciente, elenca fontes, escolhe seu referencial para análise e traz o passado, o vivido, conforme sua inserção social, cultural e até mesmo sua inserção de gênero.

Nesse sentido, na visão de Jenkins, os discursos históricos são umas formas de se chegar até o passado; estão em constantes transformações e são construídos pelo/a historiador/a. A impossibilidade de reconstruir a totalidade do passado, entendida enquanto objetividade científica, realça a subjetividade do/a autor/a — recortes, opções e seleções, seu contexto histórico — como elemento que particulariza a construção dos discursos sobre o passado. Assim, a produção historiográfica é sempre um discurso que

¹⁶³ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p. 64.

¹⁶⁴ JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁶⁵ LOWENTHAL apud JENKINS, *A história ...*, 2011. p. 33.

se baseia na leitura crítica dos vestígios e, como sublinha Jenkins, “a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos”¹⁶⁶.

Se, portanto, a História é um “artefato nosso”¹⁶⁷, por consideramos que a produção histórica é permeada e construída pelas condições de imaginação de seus/suas atores/as, a pretensa neutralidade da História é incompatível. Como aponta Jenkins, a História não é um campo de saberes que historiciza os acontecimentos e a trajetória dos sujeitos ao longo do tempo de forma organizada, linear e neutra. É, é antes de tudo, um “[...] campo de força – uma série de maneiras com que as partes interessadas organizam o passado em prol de si mesmas”¹⁶⁸. Nesse sentido, o discurso da História é o lembrete de que a História nunca é formulada e interpretada inocentemente, pois ela sempre serve para algum objetivo — muito além de somente narrar o passado. Dessa perspectiva, podemos entender o porquê de a história do período ditatorial estar sendo construída sobre o entendimento de que os “heróis” da resistência eram homens e, mais, de que as mulheres, quando mencionadas, são agregadas e vinculadas à trajetória dos homens, como mães, namoradas, esposas e filhas, ou seja, não são identificadas enquanto mulheres com potencial de reflexão e de ação política.¹⁶⁹

A invisibilidade feminina, na história da ditadura civil-militar brasileira, pode ser interpretada não apenas pela insuficiência de fontes, mas também por uma posição atrelada à autoria e à intencionalidade dos discursos presentes na História e da História. Tânia Navarro Swain parte dessa discussão para formular uma pergunta: —O que a História não diz não existiu?¹⁷⁰. Seguindo esse viés, questionamos também: —Se a experiência da militância política das mulheres não aparece na história da ditadura civil-militar do Paraná, quer significar que ela não existiu?. Obviamente a resposta é “Não,

¹⁶⁶ JENKINS, op. cit., p. 43.

¹⁶⁷ Sobre a história ser uma construção do/a historiador/a, Durval argumenta: “[...] o historiador conta uma história; narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, dada não é dado, mas recriado pelo especialista em História”. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

¹⁶⁸ JENKINS, op. cit., p. 109.

¹⁶⁹ RAGO, *A aventura*, ..., 2013. p. 64.

¹⁷⁰ SWAIN, Tânia Navarro. História: construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 28.

existiu, sim!”, pois os relatos dessas mulheres são evidências irrefutáveis do protagonismo delas e esse corpo de fontes pode ser ampliado se considerarmos outros indícios de sua participação na resistência, como imagens, jornais e documentos oficiais do Estado repressor. A experiência política existiu, mas não enquanto História. Existiu, sim, mas enquanto memória silenciada.

Para Swain, o silêncio do feminino na narrativa histórica deve ser compreendido como um silêncio político, isto é, quando se tem a intenção de abolir da memória social a presença e atuação das mulheres em todas as esferas da produção humana, pois “nada escapa à construção do real e, se a história não fala das mulheres, é por pura e simples exclusão androcêntrica, apoiada em valores que se confundem com os fatos”¹⁷¹. Considerando a História como um campo de relações de força, vê-se claramente o quanto ela é permeada pela autoria de quem escreve e pelas relações de poder que estão vinculadas aos temas e aos sujeitos históricos: “As narrativas históricas privilegiam os papéis exercidos pelos homens em detrimento daqueles desempenhados pelas mulheres”¹⁷². Indica Swain, portanto, que a História, enquanto um espaço que produz verdades incontestáveis sobre o passado, é uma constante narrativa do *mesmo*, recria momentos históricos a partir do pressuposto de que os papéis são imutáveis e os gêneros definidos pela biologia. Assim, a História é tanto atravessada pelas relações de gênero como ela própria às constitui.

O protagonismo político, as trajetórias, as escolhas e as atuações das mulheres que optaram por participar ativamente da vida política do país são invisíveis à produção historiográfica sobre esse período. A estrutura dessa assertiva não se compõe pelo fato de as mulheres terem participado em menor número¹⁷³ se comparado à presença de homens nos espaços de resistência, ou por não terem ocupado cargos de liderança, mas, sim, pela opção de uma produção historiográfica comprometida com o patriarcado¹⁷⁴,

¹⁷¹ Ibidem. p. 29.

¹⁷² Ibidem. p. 36.

¹⁷³ De acordo Marcelo Siqueira Ridenti, estima-se que seiscentas mulheres estiveram distribuídas entre quase todas as organizações de esquerda no Brasil nos anos de 1964 a 1979. Em cerca de 40 organizações, as mulheres chegaram até a 30% do total de participantes. Na Aliança Libertadora Nacional — ALN, 15,4% do total eram mulheres, e na Vanguarda Popular Revolucionária — VPR, eram 24,1%. RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*. USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2º sem. 1990.

¹⁷⁴ Sobre a relação entre história e patriarcado, Swain estabelece: “[...] o patriarcado, este sistema de dominação que cria e confere ao homem poderes sobre as mulheres, é também dotado de uma historicidade incontornável e considerá-lo permanente ao longo do tempo é aderir a um sistema interpretativo de crenças e valores cuja força reside em sua própria repetição”. SWAIN, *História ...*, 2008. p. 30.

que a interpreta a partir dos estereótipos imutáveis inerentes ao feminino, como fraqueza física e emocional, ingerência de si e de um projeto coletivo, portanto, não considera suas atuações enquanto políticas e relevantes.

Seguimos agora para um novo percurso investigativo, mas antes precisamos nos equipar de dois instrumentos de trabalho, de duas noções norteadoras sobre as discussões que se seguem. Primeiro cabe nos apropriarmos do conceito de “memória histórica”¹⁷⁵ de Albuquerque Júnior, que definiu que memória não quer significar História, e propomos pensar História e memorialística como uma produção da mesma coisa, ou seja, memória histórica, e isso não quer significar que não compreendamos que haja diferenças, pois as discussões até o momento evidenciam que são dimensões com métodos e objetivos distintos. Tratar de memória exige do/a historiador/a um método que não encontramos nos estudos que analisamos. Logo, entendemos que, por mais que os autores entendam que estão no campo do conhecimento histórico, ao tratarem ou não da presença feminina na resistência contra a ditadura, estão, na verdade, a produzir uma memorialística. A segunda noção diz respeito ao lugar político estabelecido por essa memória histórica relativa à participação feminina na militância contra a ditadura militar no Paraná. Trata-se de um lugar político que, se ora não está erigindo heroína, está no subalterno, e ambos estão nos domínios da invisibilidade.

A participação do estado do Paraná na organização do golpe e na estruturação da ditadura civil-militar já foi contextualizada por muitos/as intelectuais, o que contribuiu para a construção de uma historiografia sobre o período ditatorial no estado¹⁷⁶. Os temas estudados foram: os partidos políticos, as organizações de esquerda, os movimentos sociais de diversas categorias, o movimento estudantil, as perseguições aos/as militantes, as torturas, os sequestros e as prisões.

Essa historiografia tem uma especificidade no que diz respeito ao período cronológico da sua produção e das fontes disponíveis no momento da escrita. Na análise do período cronológico da produção de muitos dos estudos sobre a ditadura civil-militar no Paraná, poderíamos apontar que os/as pesquisadores/as levaram muito tempo, após o fim da ditadura, para se interessarem sobre esse tema. Os primeiros trabalhos buscavam, de uma forma conteudista, organizar a história da ditadura, dos atos políticos, da repressão e da resistência. As fontes disponíveis eram as entrevistas e as memórias

¹⁷⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, *História ...*, 2007, p. 204-206.

¹⁷⁶ Ressaltamos que, mesmo entendendo a historiografia e a produção memorialística dentro do conceito de “memória histórica” de Albuquerque Júnior, não deixaremos de usar as denominações historiografia, narrativa histórica, produção histórica ou memorialística.

masculinas de ex-presos políticos e exilados, documentos oficiais, principalmente os discursos de políticos paranaenses e os documentos de gabinetes.¹⁷⁷

A segunda parte dos trabalhos é mais contemporânea, sendo que as pesquisas, em sua maioria, foram iniciadas a partir do ano de 2000 e a produção está, em grande medida, atrelada às pesquisas desenvolvidos nas universidades paranaenses a partir da criação dos programas de pós-graduação. Nesses trabalhos, o contexto histórico e político da ditadura foi analisado a partir de diversos campos teóricos, diversas correntes historiográficas e variadas categorias analíticas.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Reportamos aos seguintes estudos: HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988. HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. HAGEMAYER, Rafael Rosa. 1968: a derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *1968 faz trinta anos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

¹⁷⁸ Reportamos aos seguintes estudos: AMORIM, Mario Lopes. *Oficina: liberdade e cooperação* (1973-1986). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, 1993. Universidade Federal do Paraná. ALVARES, Angélica Ramos; PRIORI, Ângelo Aparecido. A ditadura civil-militar e os primeiros aparatos repressivos: Os IPMS Zona Norte do Paraná. In: *Anais do XIV Encontro Regional de História*. 1962-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil. 2014. p. 1925-1937. BRUNELO, Leandro. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi nas terras das araucárias*. Maringá, PR: Eduem, 2009. CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964 – 1978)*. Curitiba, PR: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006. CAMARGO, José Jailton. *Perfis políticos e resistência: o Paraná e a ditadura (1964-1985)*. Curitiba, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. *Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970*. Marechal Cândido Rondon, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. CANTARELA, R. *O Teatro Paranaense no período da ditadura militar (1964-1985): Notas de uma Pesquisa no Arquivo Público do Paraná*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de História da Educação. Cascavel, 2008. DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista Sociologia Política*. Curitiba. n. 22, p. 195-208, jun. 2004. GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. *A ditadura civil-militar e a "politicalha interiorana": análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maraoui em Nova Londrina-PR*. Maringá, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. MAGALHAES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba, PR: SEED, 2001. OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; CALCIOLARI, Silvia, SAHD, Fábio Bacila. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura no Paraná. Curitiba, PR: DHPaz, 2014. PALMAR, Aluizio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Curitiba, PR: Travessa dos Editores, 2006. PRIORI, Ângelo et al. A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: PRIORI, Ângelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX [on-line]*. Maringá, PR: Eduem, 2012. p. 199-213. PRIORI, Ângelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). In: *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012. SCHMITT, Silvana Lazzarotto; FIUZA, Alexandre Felipe. A DOPS e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas. n. 45, p. 101-114, mar. 2012. SILVA, Ana Lúcia. *Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o regime militar (1975-1979)*. Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. RONCAGLIO, Cynthia et al. Os arquivos do DOPS do Paraná. *Quadrilátero – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-52, mar./ago. 1998. ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao Movimento Estudantil em Curitiba-Paraná (1964-1969)*. Marechal Cândido Rondon, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

As possibilidades de pesquisa se ampliaram com a abertura, de parte dos arquivos, da DOPS no Paraná¹⁷⁹ e com a criação de projetos¹⁸⁰ que incentivavam homens e mulheres a contarem suas histórias de vida e suas sensibilidades em relação à ditadura. Essas novas fontes passaram a ser estudadas a partir das categorias de análise de militância, de violência e, raramente, de gênero.

De toda a forma, esses dois momentos de produção se correlacionam, pois os primeiros estudos adquiriram estatuto de fonte, em que temas e episódios que neles foram discutidos são revisados por outra geração de pesquisadores/as, com embasamento teórico e metodológico distintos. Uma das produções que adquiriu destaque enquanto “documento do período”¹⁸¹ foi o livro *Resistência democrática: a repressão no Paraná*¹⁸², publicado em 1988 pela Secretaria de Estado e Cultura do Paraná. É considerado como um dos trabalhos mais completos sobre esse período e de leitura obrigatória para se conhecer a história da resistência no Paraná, já que dificilmente um texto que trabalhe o tema não cite o livro de Heller.

Sobre a historiografia da ditadura civil-militar no Paraná, poderíamos ainda dizer que, por mais que esteja em construção, ela ainda é incipiente se fizermos uma análise comparativa com a produção historiográfica da ditadura em outros estados do país, no que diz respeito à produção e à publicação bibliográfica. E, sob uma ótica feminista, percebemos o quanto essa historiografia é masculina e está centrada em figuras masculinas, como ex-presos, advogados, políticos, jornalistas, etc. e ainda ignora a

¹⁷⁹ Para uma análise quantitativa das pesquisas que utilizaram documentos da ou sobre as DOPS, temos os seguintes dados: entre as teses e as dissertações disponíveis no banco *on-line* da CAPES, em relação ao período de 1993 a 2012, são no total de 97 pesquisas. Especificamente sobre a DOPS/PR são 13 pesquisas, 11 na área de História e 2 na de Educação. BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis. n. 10, v. 5, p. 430-452, 2013.

¹⁸⁰ Elegemos alguns projetos: a) Comissão Nacional da Verdade pela Verdade, lançada pelo governo federal em 2012, que objetiva recuperar a memória histórica recente do Brasil, em relação à ditadura, a partir do relato de homens e de mulheres militantes e militares em audiências públicas; b) projeto de pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná: história e memória”, do Grupo de Pesquisa História e Poder, da Universidade Estadual do Paraná. Que analisa o impacto da ditadura brasileira na região Oeste do Paraná, as resistências empreendidas, e memória construída em torno dela; c) projeto “Depoimentos para a História: a resistência à ditadura no Paraná”, que agrupa depoimentos de(as) militantes que atuaram contra a ditadura no estado.

¹⁸¹ O caráter de um livro/documento é definido logo na introdução do livro de Heller, pelo então secretário de estado de Cultura do Paraná, Renê Ariel Dotti. Concepção essa que foi posteriormente estendida aos pesquisadores e às pesquisadoras do tema, ao analisar o livro como uma fonte. HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988. p. 9.

¹⁸² HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

categoria de análise de gênero para pensar as atuações de homens e de mulheres em relação à resistência à ditadura.

Não é objetivo de nosso estudo analisar toda a produção historiográfica sobre a ditadura no estado do Paraná, apesar da pertinência do “estado da arte”, mas, sim, situar essa historiografia para que possamos mapear a invisibilidade da militância política de mulheres na luta contra a ditadura civil-militar, desde os primeiros estudos até os estudos mais contemporâneos, verificando assim que tal invisibilidade no Paraná segue a regra do que ocorre nas pesquisas do âmbito nacional.

Reforçando esse entendimento, iniciaremos um exame do livro de Heller, que, apesar de seus escritos não se fundamentarem nos pressupostos teórico-metodológicos da História, foi um dos primeiros trabalhos sobre o tema, também considerado como uma memória do autor sobre o momento, já que Heller viveu de perto a repressão. A sua história de vida em relação à ditadura e ao jornalismo pode ser conhecida pelo seu depoimento ao projeto *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*¹⁸³. Heller foi repórter de política do Jornal Última Hora, cassado em 1964, logo após o golpe, e, em forma de militância, começou a reunir documentos, informações e memórias de homens e de mulheres militantes de esquerda perseguidos/as, presos/as e torturados/as no Paraná, “para um dia, quem sabe, publicar essas memórias”¹⁸⁴ — em suas próprias palavras.

O livro é extenso, tem quase setecentas páginas e utiliza diversas fontes, desde documentos oficiais do estado a relatos de homens e de mulheres que foram militantes. Ressaltamos que os relatos apresentados no livro são utilizados como provas das arbitrariedades do governo militar. Assim, por mais que o autor discuta tais arbitrariedades, ele procura comprovar, com o depoimento de homens e de mulheres militantes, todas as formas de repressão a que eles e elas foram submetidos. Esses relatos têm, portanto, um caráter de verdade inquestionável. No livro o autor busca dar conta de, praticamente, toda a história da ditadura no Estado, situando e relacionando o governo militar no Paraná no contexto do golpe civil-militar, da formação do governo autoritário e do período da redemocratização, no âmbito nacional.

A história da ditadura no Paraná, no texto de Heller, é masculina. Foram os homens que protagonizaram a resistência democrática, foram eles os sujeitos políticos

¹⁸³ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; CALCIOLARI, Silvia; SAHD, Fábio Bacila. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura no Paraná*. Curitiba, PR: DHPaz, 2014.

¹⁸⁴ Ibidem. p. 282.

que ousaram se rebelar contra o que estava posto, seja nos cargos políticos, ou nos partidos, dentro do próprio Exército ou no movimento estudantil. Heller apresenta a vida, na esfera pública, de homens que se destacaram por uma liderança ou por atos de coragem. E, atrelados a eles, algumas mulheres, suas mães, esposas, filhas ou amigas, que são contextualizadas nas discussões para acrescentar e auxiliar na construção da história dos homens militantes.

Em todo o livro encontramos referência apenas a sete mulheres, que foram consideradas por ele sujeitos políticos, mas elas também estiveram, de alguma forma, atreladas à história de algum militante. São elas: Clair da Flora Martins, Judite Maria Barboza Trindade, Teresa Urban, Dilma Maria Pereira, Laís Conter Parfeniuk, Maria Joaquina Marques Dias e Elza Pereira Correia. O porquê da escolha dessas sete mulheres em detrimento de tantas outras, pelas informações contidas no livro, isso não o sabemos.

Detenhamo-nos em alguns exemplos. Um dos relatos de militante que teve destaque no livro foi o de Heziel Pereira¹⁸⁵, militante do movimento estudantil, ligado posteriormente à organização de esquerda AP, preso em 1971 em São Paulo, interrogado e torturado pela DOPS¹⁸⁶. A participação política de Heziel foi construída não somente por sua militância, mas também de uma forma complementar com a da sua esposa, na época, Clair da Flora Martins. Logo após a apresentação da história de Heziel, o relato de Clair é exposto¹⁸⁷, contextualizando a perseguição, a prisão e, em seguida, de maneira um pouco mais densa, as torturas que ela sofreu. Em uma breve análise, até mesmo porque as informações no relato são insuficientes, a militância de Clair é apresentada de forma factual e desconectada, pois a maneira como o autor apresenta e analisa seu relato difere da construção que ela faz da sua própria militância nesse mesmo relato. Os episódios de participação política, de mobilização e da prisão de Heziel parecem ter mais notoriedade ao ser atrelado ao de Clair. Nesse sentido, a percepção que temos é que a história de Clair somente teria sentido se fosse articulada com a dele, que ela somente estava na militância porque conheceu seu companheiro. O que contrasta em muito com a história da militância de Clair, aqui analisada no primeiro capítulo.

¹⁸⁵ Heziel foi vereador de Curitiba pelo PMDB, em 1982. A trajetória de Heziel pode ser conhecida pelo seu relato no Projeto “Depoimentos para a história: a resistência à ditadura no Paraná”.

¹⁸⁶ HELLER, *Resistência ...*, 1988. p. 192.

¹⁸⁷ *Ibidem*. p. 196.

Clair, ao ser entrevistada para nossa pesquisa, construiu sua participação política contra a ditadura a partir de sua trajetória de vida, de suas motivações e não a partir de seu companheiro. Raras vezes ela citou o nome dele ou alguma tarefa que desenvolveram em conjunto. Muito pelo contrário, Clair reivindica para si uma posição de liderança no movimento estudantil no Paraná e de direção da AP em São Paulo. Das mulheres entrevistadas para a pesquisa, Clair foi uma das poucas que traçou a memória de sua militância a partir da relevância de sua atuação política. Isso ela também não deixou de sinalizar, no livro de Heller, ao falar da sua importância para os agentes da DOPS, especialmente para o delegado Sérgio Fleury: “Para ele, eu era importante pelas informações que poderia fornecer sobre a AP, envolvendo outros companheiros”¹⁸⁸. Por mais que os relatos tenham o tom de veracidade no livro, o depoimento de Clair, quanto à sua importância como liderança naquele momento, passa totalmente despercebido, quase nulo, para o autor.

A militância de Euclides de Souza¹⁸⁹, o Dadá, também foi apresentada no livro. Dadá figura muito conhecida no meio cultural e político de Curitiba, foi militante do Partido Comunista Brasileiro – PCB, ator e produtor teatral, que, em 1960, ajudou a criar o Teatro do Povo. Conforme Heller, a militância de Dadá se materializava no teatro, dentro de uma perspectiva social, nacionalista e democrática.¹⁹⁰ Dadá foi casado com Adair Terezinha Chevonika de Souza, também militante do PCB, que começou a fazer teatro por entender que esse espaço possibilitaria sua formação política.

Adair foi para Moscou, estudar teatro de bonecos e aprender a confeccioná-los, e teve por lá experiências interessantes com o socialismo. A ida dela a Moscou complicou sua vida no Brasil, dificultando seu retorno ao país. Adair foi para Moscou, via Alemanha, três dias antes do golpe civil-militar e estava na lista dos subversivos de alta periculosidade da DOPS, pois, para eles, ela andava em terras do comunismo. Voltou clandestinamente e assim ficou no país até se exilar em 1971, no Chile, com seu companheiro e seu filho. Ainda na clandestinidade, agora já no Rio de Janeiro, Adair desafiava a repressão agenciando peças de teatro para angariar dinheiro para o partido, enquanto sua mãe, no Paraná, cuidava de seu filho. Euclides escrevia e produzia as peças, mas era Adair que confeccionava todo o figurino, os bonecos e o cenário.

¹⁸⁸ Ibidem. p. 198.

¹⁸⁹ A trajetória de Euclides no teatro político pode ser conhecida pelo seu relato no Projeto “Depoimentos para a História: a resistência à ditadura no Paraná”.

¹⁹⁰ HELLER, *Resistência ...*, 1988. p. 353.

No livro de Heller, a perseguição de Adair determinada pelas autoridades do estado Paraná foi justificada por sua posição de esposa de Euclides, o criador do Teatro de Bonecos Dadá. Assim, a militância política de Adair, seja no teatro ou no partido, não foi mencionada. No relato à nossa pesquisa, Adair justifica que a sua perseguição pelos agentes do DOPS e a escolha pela clandestinidade em razão da atuação política dela em relação à ditadura. Consideramos que, ao conhecermos a trajetória política de Euclides e Adair, a militância dele também deve ser entendida pela militância de Adair, e vice-versa, pois, se ele foi uma figura de destaque no teatro político, como expõe Heller, sua atuação foi construída junto com Adair, mas a atuação política de Adair foi apagada pelo historiador.

A participação de Teresa Urban na resistência à ditadura é a mais detalhada de todas as outras mulheres, o que não quer significar que o autor tenha dado uma atenção maior à militância dela. Muito pelo contrário, apesar de Teresa ser considerada um símbolo da resistência à ditadura no Paraná, e isso não somente na atualidade, o título que o autor dá a análise da militância de Teresa é “militância inoperante”¹⁹¹, deixando a entender, aparentemente, que a sua participação política no período foi inútil, ineficiente. —Mas em que sentido? A militância dela ou a militância de todos e todas por um projeto revolucionário? Já que se pode afirmar que os espaços de resistência não lograram êxito contra a ditadura civil-militar devido à forma como o Estado repressor aniquilava as organizações de esquerda através da política de segurança nacional. Se o autor se referia somente à militância de Teresa, talvez entendesse que seria inoperante, por Teresa ter ousado estar em espaço que, mais tarde, trouxe muitas consequências danosas à sua vida. Na entrevista que ela concedeu à pesquisa, Teresa foi enfática em dizer que não se arrependeu de sua escolha pela defesa da liberdade. Os questionamentos que ela fez à sua militância estão relacionados com suas escolhas no que tange à maternidade. A forma que Heller escolheu para apresentar a vida de Teresa possibilita o entendimento de que ela pagou um preço caro demais por ter seguido um caminho que se complicou pela sua condição de mulher, sendo mãe nesse período, salva pela caridade das freiras do Convento das Irmãs Vicentinas.

Ainda, conforme o autor, um espaço de destaque para a atuação feminina nesse período foi a participação das irmãs de caridade, que atuaram em diversos setores. Pelas iniciativas da Pastoral dos Presídios, conseguiram transitar em espaços interditados pelo

¹⁹¹ Ibidem. p. 428.

governo, auxiliando os presos políticos e suas famílias, e denunciando com coragem o que acontecia dentro das prisões e, por isso, muitas vezes foram convocadas à DOPS para prestares esclarecimentos.

Não podemos negar que Heller considerou a participação das mulheres, isso se pensarmos as relações familiares e amorosas como uma participação: —Por que, no entanto, a militância política das mulheres não aparece no livro de Heller com o mesmo peso que a militância política dos homens? E, por que essas militâncias femininas não são consideradas como próprias de mulheres que optaram livremente por seus ideais, enquanto sujeitos políticos?¹⁹²

Outro trabalho que merece nossa atenção, por ser considerado também um dos primeiros estudos sobre a ditadura no Paraná, é a pesquisa de Silvia Calciolari, *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*¹⁹³, publicado em 2006. A autora é jornalista e filósofa, mas, desde 1995, pesquisa a história da ditadura civil-militar no Paraná, definindo, em seu livro, que suas preocupações com o tema estão relacionadas à memória histórica. Nesse sentido, entendemos que, apesar de a autora não ser historiadora, ela se situa no campo historiográfico e seu trabalho é identificado pelos/as pesquisadores/as enquanto uma pesquisa histórica.¹⁹⁴ Sua pesquisa propõe investigar a memória da tortura em terras paranaenses, analisando não somente os documentos entregues, pelos ex-presos políticos, à Comissão Especial de Indenização do Paraná¹⁹⁵, mas também as entrevistas de homens militantes.

Outro objetivo da pesquisa foi estabelecer um perfil dos militantes políticos perseguidos pela repressão, os protagonistas da resistência no Estado, os considerados

¹⁹² Por mais que já tenhamos citado a expressão sujeito político ao longo do texto, intencionalmente deixamos para este momento a crítica de que, a terminologia *sujeito político* somente pode ser mencionada no gênero masculino da língua portuguesa, por estar ligado à padronização da gramática em que o universal é masculino, por isso a expressão é usada genericamente, e o feminino contemplado no masculino. Assertiva que vem sendo repensada por feministas, que tem criticado a universalização e marcado a diferença como uma ação política. Tal padronização se apresenta contraditória com o sentido da frase acima, sinalizando o paradoxo. Como considerar as mulheres como detentoras de uma ação política, transgressoras da conduta preestabelecida a elas, se o próprio termo que as definiria assim é masculino?

¹⁹³ CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964 – 1978)*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006.

¹⁹⁴ Silvia é uma das coordenadoras do Projeto “Depoimentos para a História: a resistência à ditadura no Paraná”, e uma das autoras do livro que leva o mesmo título. Adicionamos essas informações para auxiliar na compreensão de que a história é a área elegida de Silvia para pesquisar a ditadura militar.

¹⁹⁵ Conforme Calciolari, em 1995, o governador do Paraná, Jaime Lerner, aprova a Lei nº 11.255/1995, que cria uma Comissão Especial para analisar os pedidos de indenização a serem pagos pelo estado às pessoas que, entre os anos de 1961 a 1979, foram presas em prédios do estado e sofreram torturas psicológicas e físicas. (CALCIOLARI, ... *Ex-presos*. 2006. p. 5).

“heróis da resistência democrática”¹⁹⁶. Esse perfil foi traçado por muitos aspectos, mas o que teve um peso maior foi o número alto de solicitações de indenização de homens, em detrimento de algumas solicitações de mulheres. Ao total foram cento sessenta e três homens e doze mulheres. Com base nessa proporção a autora definiu que o perfil do militante era masculino. Assim, o sujeito que esteve à frente e em todos os setores da luta contra a ditadura foram os homens: “A maioria esmagadora dos militantes que requerem a indenização é de homens. Mas é possível constatar que houve participação, embora proporcionalmente pequena, de mulheres no movimento de oposição ao regime e que passaram pelas prisões do Paraná”¹⁹⁷.

Ao situar a participação política feminina em uma relação comparativa com o número de solicitações de indenização dos homens, percebe-se claramente que o método utilizado foi pela exclusão: se muitos homens reivindicaram indenizações, por que as mulheres não o fizeram? Para a autora, isso se deve à presença minoritária das mulheres na luta contra a ditadura. Não negamos que essa participação tenha sido menor em quantidade que a dos homens, no entanto não entendemos que esse seja o parâmetro para se delinear o perfil, pela exclusão. Se houve poucas mulheres protagonistas da resistência, não será o número de mulheres que definirá a militância política delas. Por outro lado, elas podem não estar visíveis, portanto precisamos de outros parâmetros para encontrá-las, precisamos de um parâmetro diferente daquele escolhido pela autora, pois no parâmetro dela são as experiências dos homens que traçam a participação das mulheres na resistência à ditadura.

Ao definir o perfil masculino como sujeito político contra a ditadura, a autora analisa a memória de dois militantes para auxiliar qualitativamente na construção desse perfil e traçar a memória sobre a tortura no Paraná. Um dos militantes foi Edésio Passos, advogado, militante da AP, preso em Curitiba¹⁹⁸. Antes de conhecer o militante, a autora conversou com sua esposa, Zélia Passos, que, apesar de também ter tido uma participação na resistência, naquele momento serviu de abre-alas para apresentar a história de vida do seu companheiro. Zélia foi militante da AP no estado, viveu uma parte da gravidez de seu filho na prisão em 1972 e os estágios finais da gravidez na clandestinidade, em São Paulo. A história de Zélia não foi contada por ela mesma, e sim

¹⁹⁶ Ibidem. p. xxv.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 43.

¹⁹⁸ A história de vida do militante pode ser consultada no seu depoimento ao Projeto “Depoimentos para a história — a resistência à ditadura militar no Paraná”.

narrada por Edésio, durante a entrevista concedida. Inclusive cabe mencionar que, diferentemente da autora, Edésio interpreta a sua militância articulada à militância de Zélia.

Se a proposta da autora era pensar a memória social, ela somente foi analisada pelo viés da memória masculina, pois, quando uma mulher foi citada no texto de Calciolari, foi a partir do enredo da memória de homens. Do mesmo modo: —Como definir a memória da tortura no estado privilegiando somente as experiências de homens? A repressão política da ditadura torturou homens e mulheres, portanto, nesse aspecto, ela foi “igualitária”. Segundo Mariana Joffily¹⁹⁹, as mulheres foram alvos da repressão tanto quanto seus companheiros homens. Em relação à tortura, continua a autora, há uma contradição aparente, pois a repressão inverteu as hierarquias de gênero, feminizando os homens, pela condição de submissão a que foram expostos pelo poder dos agentes repressivos, e virilizou as mulheres ao retirar delas os atributos maternos, como a possibilidade de alimentar e cuidar de seus bebês²⁰⁰.

E ainda foi tributada às mulheres que integravam as organizações de resistência à ditadura uma espécie de dupla transgressão: eram militantes e eram mulheres. Ana Maria Colling argumenta que, para a repressão, as militantes, ao se insurgirem nas organizações de esquerda e nos partidos, desafiavam o universo destinado a elas, o espaço privado.²⁰¹ Isso caracterizava, na opinião do governo militar, um comportamento que merecia um desprezo maior às militantes, quando comparados os tratamentos dados a elas com aqueles dispensados aos homens, justamente por considerarem que cabia às mulheres a reprodução dos valores tradicionais no âmbito da família — e, de acordo com Ana Maria Colling, chegando ao ponto de a “repressão caracterizar a mulher militante como Puta Comunista”²⁰².

Partindo desse pressuposto, os sentimentos e as reações vividas frente à tortura foram singulares, pois homens e mulheres vivenciaram essa experiência de formas distintas. As pressões psicológicas ou mesmo as torturas físicas foram diferentes em cada caso. Consideramos, portanto, que, para mapear a tortura no estado é necessário ponderar sobre ambas as experiências, não somente como homens e mulheres foram

¹⁹⁹ JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon. n. 21, p. 78-88, 2º semestre 2009.

²⁰⁰ Ibidem. p. 80.

²⁰¹ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, UFPel, v. 10, dezembro de 2004.

²⁰² Ibidem. p. 67.

torturados, mas também as hierarquias e as identidades de gênero atreladas a ambos os sexos.

Os estudos mais contemporâneos também não diferem muito do que até o momento constatamos. Também neles o silêncio sobre a trajetória das mulheres continua a ser uma regra, mas se processa de forma distinta. Como veremos, as mulheres continuam sendo citadas, mencionadas, indicadas nas narrativas históricas, mas não a partir de suas experiências de inserção ao espaço público, senão lutando ao lado dos homens, procurando vencer as barreiras encontradas dentro do próprio seio das organizações e partidos, no sentido de afirmar seu potencial de reflexão e de ação política. O discurso da historiografia continua androcêntrico, e as mulheres adequadas a modelos masculinizados para pensar tal trajetória política.

Definir perfis dos militantes que resistiram à ditadura no Estado continua a ser o foco de pesquisas que visam contribuir para uma história política do período. Em sua dissertação de História, recentemente defendida, José Jailson Camargo²⁰³ tem esse objetivo, ao se propor analisar o perfil político de militantes, especificamente “na ação pessoal, embora quase todos os citados estivessem ligados a algum movimento político ou social. Busca [a pesquisa] perceber ações praticadas por sujeitos sem privilegiar grupos de pertença”²⁰⁴. Para tanto, o autor parte de um estudo sobre o período no contexto nacional, para depois situar a repressão no Paraná.

As ações dos militantes foram analisadas dentro de uma perspectiva da ética da resistência, ou seja, o caráter político dos atos de resistência. Camargo elegeu seis militantes, cinco homens e uma mulher. Todos eles, de alguma forma, ícones da resistência à ditadura no estado. São eles: Jorge Karam, Léo de Almeida Neves, Narciso Pires de Oliveira, Vitório Sorotiuk e Teresa Urban.²⁰⁵

A vida política da militante Teresa Urban foi analisada pela ficha individual da DOPS e pelo seu relato no livro de Heller²⁰⁶. Sobre a forma como o autor traz a história de vida de Teresa, temos algumas considerações a assinalar. Primeiramente, Camargo define Teresa como uma militante política, dada a sua inserção em organizações de esquerda e em suas atividades desenvolvidas. É interessante que Camargo, ao utilizar o

²⁰³ CAMARGO, José Jailson. *Perfis políticos e resistência: o Paraná e a ditadura (164-1985)*. Curitiba, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

²⁰⁴ Ibidem. p. 7.

²⁰⁵ A história de vida das/os militantes pode ser consultada no Projeto “Depoimentos para a História: a resistência à ditadura militar no Paraná”.

²⁰⁶ CAMARGO, *Perfis ...*, 2013. p. 10.

livro de Heller, especificamente os relatos de Teresa citados pelo autor, constrói outro sentido à vida da militante, diferente do de Heller. Por outro lado, a forma como Camargo constrói o perfil dos militantes difere também da forma que Calciolari estabeleceu. A distinção não está no simples fato de Camargo incluir uma mulher ao estudo do perfil, mas, sim, na proposta do autor, ou seja, ele não se preocupa em definir se esse perfil é masculino ou feminino, pois propõe um perfil de militante que não se relaciona com as identidades de gênero. E é nesse ponto que estabelecemos a crítica em relação à visão analítica do autor. Teresa, a militante, é apresentada sem que as questões de gênero pesem sobre a análise de sua vida. Se o autor se propõe estudar as ações de resistência com base nas ações pessoais, ele somente apresenta a vida pública de Teresa, citando apenas alguns episódios da vida particular. O que o autor não percebe é que esses episódios são transversais e constituintes da militância dela, como a questão da maternidade.

Swain argumenta que “a produção histórica tem criado naturalizações, generalizações que fazem das relações humanas uma eterna repetição do Mesmo: mesma divisão binária baseada no biológico, no genital, cujo referente é o masculino”²⁰⁷. Assim, a ação política de Teresa é entendida sobre um modelo generalizante, que serve para pensar homens e mulheres dentro de um mesmo parâmetro, em que as relações de gênero — sejam elas: hierarquias, identidades e opressão — são desconsideradas. Logo, a história de vida de Teresa foi masculinizada.

Em um recente livro *on-line* sobre a história do Paraná, lançado no ano de 2012, o autor Ângelo Priori, e as autoras Luciana Regina Pomari, Sílvia Maria Amâncio e Verônica Karina Ipólito publicaram um capítulo intitulado: *A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais*.²⁰⁸ O capítulo analisa o período da ditadura civil-militar no âmbito nacional. Apresentaram uma breve história da ditadura no eixo Rio-São Paulo e citaram o Paraná em apenas dois momentos: quando a insurreição liderada pelo ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório foi derrotada no estado²⁰⁹ e quando mencionaram as passeatas de estudantes paranaenses

²⁰⁷ SWAIN, *História ...*, 2013. p. 28.

²⁰⁸ PRIORI, Ângelo et al. A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: PRIORI, Ângelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX [on-line]*. Maringá, PR: Eduem, 2012. p. 199-213.

²⁰⁹ Em 1965, um dos primeiro movimentos em resposta ao golpe civil-militar, liderado por Leonel Brizola, exilado no Uruguai nesse momento, reuniu um grupo de militantes, a maioria ex-sargentos cassados em 1964, para tomar o quartel da cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul. O governo militar enviou o Exército para retomar a cidade e, no confronto, Jefferson Cardim de Alencar Osório

em defesa de diversas bandeiras de luta pelo ensino. Novamente, a história do Paraná, durante esse período histórico, fica relegada a um espaço menor, como se não tivessem havido acontecimentos que deveriam ser analisados.

Na apresentação do livro, os objetivos da publicação são traçados: “o objetivo principal deste livro não é mostrar uma história tradicional, mas contribuir para o entendimento da história do Paraná, sempre levando em consideração as experiências sociais, econômicas, políticas e culturais do nosso povo”²¹⁰. Ao mesmo tempo estabeleceram o perfil do livro: “a história vista a partir dos seus movimentos sociais, políticos e econômicos”²¹¹. Partindo dessas posições, o livro trata especificamente sobre a história do Paraná e não sobre a história do país, apesar de que a história do estado obviamente constrói a história do país, mas não era esse o objetivo do livro. Assim, portanto, o que nos surpreende é que, se esse era o sentido do livro, por que o capítulo sobre a ditadura civil-militar não discute esse período no estado? E, mais: —Se a história do estado seria escrita a partir das mobilizações sociais, por que os sujeitos históricos não aparecem nessa história? Parece-nos que há uma inexistência do que discutir, pela (assim subentendida) irrelevância dos episódios paranaenses. São essas narrativas históricas que produzem o entendimento — falso — de que a ditadura foi branda no Paraná.

De toda forma, o autor e as autoras silenciaram sobre a ditadura no estado, bem como sobre a militância política de homens e de mulheres paranaenses. No final do capítulo, quase como um mea-culpa, por não terem discutido as ações das mulheres contra a ditadura, abrem um parênteses, deslocam do centro das discussões e sinalizam que deveriam falar sobre as mulheres: “não poderíamos deixar de concluir este capítulo sem analisar a participação das mulheres contra a ditadura militar”²¹². Interessante é que os autores não mencionam que também deveriam falar sobre a militância dos homens, talvez porque o autor e as autoras estivessem entendendo que, ao falarem sobre a ditadura, já estariam falando intrinsecamente sobre a militância de homens. As discussões a seguir podem nos auxiliar a compreender tal hipótese.

foi preso, ficando dois anos no cárcere no Paraná, e, depois de uma fuga, exila-se em Cuba, retornando ao Brasil após a Lei de Anistia Política. Ver: PALMAR, Aluísio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba, PR: Travessa dos Editores, 2006.

²¹⁰ PRIORI et al. *Ditadura ...*, 2012. p. 11.

²¹¹ Ibidem. p. 11.

²¹² Ibidem. p. 211.

Em uma página e meia constroem um entendimento de que as motivações para as mulheres se organizarem na militância foram desde o “mundo estritamente privado”, quando “o chefe da família (marido, pai, irmão) perdia o seu emprego, era preso, assassinado ou ‘desaparecido’ político, até as atuações de defesa da dignidade nacional, tradições e valores públicos”²¹³, sugerindo que o engajamento das mulheres estava impulsionado pela perda de algum homem de sua família, assim retirando delas qualquer motivação individual para a luta.

E, mais, ao entender que as mulheres aderiram à luta porque eram “mães, avós e familiares de vítimas políticas”, isso possibilita o entendimento de que elas não foram sujeitos políticos, apenas vinculados a eles. As mulheres não teriam tido uma capacidade de atuação política, e sim uma capacidade de atuação de afeto, de cuidar do outro, de amor, enfim, “o compromisso político da maioria delas não provinha de conhecimentos ideológicos democráticos ou de cálculos de estratégias antiditatoriais, pois não havia uma lógica política, mas sim uma lógica do afeto”²¹⁴. Obviamente, portanto, “não era heroísmo que mobilizava essas mulheres, mas sim uma visão dilatada do seu papel feminino de cuidar da família com amor e dedicação”²¹⁵.

Depois da leitura das reflexões do capítulo, a pergunta que fica é: —A que mulheres o autor e as autoras estão se referindo? Certamente não é às militantes paranaenses contra a ditadura. Talvez ele e elas se refiram às mulheres que militaram em âmbito nacional. Nesse âmbito, entretanto, segundo Elizabeth F. Xavier Ferreira²¹⁶ — que, a partir das categorias gênero e geração, buscou traçar um perfil de mulheres que militaram no período da ditadura civil-militar —, a motivação da adesão das mulheres ao projeto revolucionário, de forma geral, “não estava ligada a um sacrifício e a uma renúncia, e sim ao que elas consideravam, de qualquer forma, uma ação política”²¹⁷, e que, para todas as mulheres que ela entrevistou, “associar seu engajamento unicamente a uma ordem de motivação calcada em elementos de cunho emocional retira, segundo a ótica de muitas ex-presas políticas, a dimensão da racionalidade de suas intenções”²¹⁸.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibidem. p. 212.

²¹⁵ Ibidem. p. 212.

²¹⁶ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória* — histórias de vida e histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

²¹⁷ Ibidem. p. 67.

²¹⁸ Ibidem. p. 68.

Vê-se, entretanto, que, partir do raciocínio de que as mulheres, naquele momento, ocuparam a arena política motivadas por suas identidades de gênero vai de contramão ao que entendemos. As mulheres no Paraná, quando iniciaram suas militâncias, estavam na juventude, eram solteiras e suas famílias não eram perseguidas, pois somente o foram quando suas filhas decidiram aderir à luta. E, muito pelo contrário, essas mulheres não estavam defendendo seus homens, sejam pais ou namorados, ou quiçá a tradição e os bons costumes. Essas mulheres estavam buscando um espaço todo seu e quebrando códigos e as normas sociais que as limitavam. Elas não queriam seguir as projeções futuras que as mulheres de suas famílias seguiram, ou seja, não queriam seguir sem ao menos ter a possibilidade de contestar.

Outro trabalho, que, de certa maneira, cita a participação feminina, é o trabalho de Silvana Lazzarotto Schmitt e de Alexandre Felipe Fiuza: “Movimento Estudantil Paranaense: uma análise a partir das fotografias dos Congressos Estaduais durante a ditadura brasileira”²¹⁹. No estudo, a história do movimento estudantil no Estado é traçada pelas fotografias arquivadas pelos agentes repressivos da DOPS, e hoje estão depositadas no Acervo da DOPS. As imagens das atividades e das mobilizações dos estudantes evidenciam a participação de mulheres, o que não é desconsiderado pelo autor e pela autora, tanto que indicam a presença ao analisarem uma foto que retrata uma assembleia do movimento estudantil: “nesta última foto, podemos observar que havia um número considerável de participantes, homens e mulheres”²²⁰. Seguindo mais além, os autores ainda questionam a não participação de mulheres em posições de liderança, “um fato que nos chama a atenção é que tanto nas participações dos estudantes com perguntas, como na mesa de honra, não observamos a participação feminina”²²¹, e buscam, sucintamente, decifrar o estranhamento: “tal fato deve estar ainda atrelado ao momento histórico, quando, apesar da rebeldia dos jovens, ainda havia preconceito com relação à participação das mulheres nos órgãos diretivos, e em diversos setores da sociedade”²²². Todavia, mesmo que a pesquisa inove, ela apenas cita as mulheres nos estudos, como se não pudesse deixar de mencionar o tema, mas citar ou indicar não significa trabalhar o sujeito político feminino ou dar-lhe visibilidade, e,

²¹⁹ SCHMITT, Silvana Lazzarotto; FIUZA, Alexandre Felipe. Movimento estudantil paranaense: uma análise a partir das fotografias dos Congressos Estaduais durante a ditadura brasileira. *X ANPED SUL*. Florianópolis, 2014.

²²⁰ Ibidem. p. 13.

²²¹ Ibidem. p. 16.

²²² Ibidem. p. 16.

nesse sentido, a afirmação de Swain é significativa, de que a “constatação, porém, não apaga os contornos e limites desta pretensa diferença, pois preenchê-la não significa eliminá-la”²²³.

*Depoimentos para a História – a resistência à ditadura militar no Paraná*²²⁴ foi uma produção paranaense dentro do Projeto Marcas da Memória²²⁵. Posteriormente, em 2013, foi lançado como livro. Consideramos ser uma das mais recentes obras memorialísticas produzidas no Paraná. O livro apresenta autoria tríplice, sendo, primeiro, Antônio Narciso Pires de Oliveira, militante político da ditadura, coordenador geral do Projeto e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais no Paraná; segundo, Sílvia Calciolari – já citada no capítulo; e, terceiro, o historiador Fábio Bacila Sahd. O Projeto foi definido por Narciso Pires na introdução do livro:

[...] o protagonismo de resistência é o foco de DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA: A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR NO PARANÁ, projeto em áudio, vídeo e livro, **que resgata a memória histórica de luta contra o regime civil e militar no Estado do Paraná**. É uma proposta de recuperação da memória histórica que remonta ao enfrentamento e à resistência ao regime no Estado entre 1964 e 1985 pelo testemunho dos que dela participaram.²²⁶(grifo nosso).

O Projeto coletou cento e cinquenta e três depoimentos, sendo vinte sete de mulheres e cento e vinte seis de homens. O livro está estruturado em duas partes, em, na primeira, a autora e os autores discutem a história da ditadura no Paraná, desde o golpe até o processo da abertura política. Propondo discutir a resistência à ditadura no Paraná, a autora e os autores apresentam as organizações a que homens e mulheres militantes foram vinculados. As organizações analisadas foram: PCB; Aliança Nacional Libertadora – ANL; MR-8; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR; POLOP; PCdoB; AP; MDB; VAR-Palmares; Vanguarda Popular Revolucionária – VPR; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; movimento estudantil. Na segunda parte do Projeto, cada um dos participantes do projeto foi apresentado por um breve resumo. Todos os depoimentos foram gravados e estão disponíveis na internet, no *site* da

²²³ SWAIN, *História ...*, 2008. p. 38.

²²⁴ OLIVEIRA; CALCIOLARI; SAHD, *Depoimentos ...*, 2014.

²²⁵ O Projeto Marcas da Memória foi criado no âmbito da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça no ano de 2008, constituído como um “[...] fundo de apoio às iniciativas de memorização produzidas pela sociedade civil que tem como objetivo transformar a política estatal de reparação em processos regionais e nacionais que permitam a emergência de olhares plurais sobre o passado, conectando-os às nossas responsabilidades com a violação do presente e com as tarefas democráticas e de democratização ainda em curso”. Ibidem. p. 25.

²²⁶ Ibidem. p. 27.

Sociedade Direitos Humanos para a Paz – DHPAZ, organização fundadora e que executou o projeto.²²⁷

O objetivo do livro é muito claro, ou seja, é uma produção memorialística, já que se preocupa com a preservação da memória sobre a ditadura. A autora e os autores não problematizam as memórias dos homens e das mulheres militantes. Os autores têm apenas a intenção de organizar um material que permita agrupar as sujeitos que se engajaram na resistência. A análise das organizações de resistência é descritiva e conteudista, preocupada em elencar todas as informações possíveis sobre tais espaços e, no final da apresentação de cada uma das delas, os autores indicam quais depoimentos poderiam ser consultados para se conhecer mais sobre o tema.

Por mais que o livro não discuta as memórias de homens e de mulheres militantes, ao tratarem da militância constroem alguns entendimentos que, por não serem discutidos, deixam subentendidos na escrita da obra, resultando em naturalizações mais uma vez. A crítica não está na escolha de não analisar as memórias militantes, até porque esse não é o objetivo do livro. Todavia, isso não significa que a autora e os autores estão isentos de construir entendimentos sobre o tema. Um desses entendimentos é o de que a categoria “militância” não tem relações com as identidades de gênero, ou seja, não há distinções no engajamento político de homens e de mulheres. Assim, portanto, as vivências de homens e de mulheres em relação ao passado político acabam postas como naturalizadas.

Se, de um modo, a autora e os autores não partem do princípio da existência de diferenças na militância de homens e de mulheres, contraditoriamente, de outro modo identificam diferenças nos espaços da militância masculina e feminina. Marcar essa diferença não é o problema, mas a forma como a autora e os autores fizeram isso criou hierarquias de gênero. Tal entendimento foi construído ao identificarmos que a preocupação em detalhar informações sobre as organizações constituídas por homens e mulheres – mas de presença predominante de homens –, não foi a mesma que o detalhamento concedido sobre as organizações compostas somente por mulheres. Na verdade, as organizações das mulheres foram citadas como mais um dos espaços de luta, e em apenas uma frase evidenciam a existência e afirmam a sua importância: “O

²²⁷ A Sociedade DHPAZ foi fundada em 1985 com a finalidade de advogar por uma “[...] sociedade pautada em Direitos integrais, indivisíveis, interdependentes e multiculturas”. A ação da organização esta voltada para diversas lutas, e incorporou a militância pelo resgate da Verdade, Memória e Justiça, em relação à história da ditadura militar. Foi no âmbito destas lutas que o projeto “Depoimentos para a História” foi desenvolvido. Ver: A história do DHPAZ. Disponível em: <<http://www.dhpaz.org/dhpaz/projetos/detalhe/1/memorial-da-anistia>>. Acesso em: 25 set. 2015.

Movimento Feminino pela Anistia também marcará sua presença em Curitiba”²²⁸, “Londrina também terá uma entidade de gênero, o Comitê Londrinense pela Anistia, de importante atuação na região naquele período”²²⁹ e “A cidade também sediou o Círculo Feminista de Londrina (CFML) com pronunciamentos e publicações altamente críticas”²³⁰. O entendimento que temos ao ler tais comentários é o de que a autora e os autores desconhecem as histórias dessas organizações, mas se preocuparam em não ocultar tais coletivos.

Tais indicações suscitaram inúmeras questões: —De que forma os autores souberam dessas organizações? —Se foi através das memórias das mulheres, por que não citaram quais depoimentos poderiam ser consultados para mais informações? —O que seria uma entidade de gênero? —Um espaço constituído somente por mulheres, já que se referiram a uma organização feminina e não utilizaram a mesma denominação para organizações com predominância masculina? Investigando ainda o que poderia ser uma entidade de gênero, pensamos na possibilidade de a autora e de os autores estarem se referindo a um coletivo de mulheres feministas, mas também mencionam um movimento feminista na mesma cidade, mas não o denominam de entidade de gênero.

Quanto ao MFPA, apesar de Neide de Azevedo fazer parte do Projeto, a autora e os autores não atrelaram seu depoimento ao Movimento²³¹. Assim, a visibilidade do Movimento foi muito pequena, se considerarmos que Neide tenha relatado diversas atuações do Movimento no estado e a existência de um dossiê sobre o Movimento no Acervo da DOPS. Isso não difere muito da atenção dada ao Círculo Feminista de Londrina. Por mais que a autora e os autores pareçam saber um pouco mais, já que citam a existência de pronunciamentos e de publicações, não se preocupam em detalhar a atuação desse coletivo feminista. No final do livro, a autora e os autores elencam as fontes consultadas, e há a menção ao dossiê do Círculo no Acervo da DOPS. Na consulta ao dossiê encontramos alguns documentos sobre a criação do movimento feminista em Londrina e algumas reportagens de jornais. O Círculo foi fundado em 1979 por feministas, entre elas a jornalista Linda Bulik, mencionada em diversos documentos da DOPS. Um deles foi da Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Universidade Estadual de Londrina – Gabinete do Reitor, do ano de 1979,

²²⁸ OLIVEIRA; CALCIOLARI; SAHD, op. cit., 2014. p. 78.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Ibidem. p. 77.

²³¹ Ibidem. p. 283.

sobre a presença de mulheres no debate “Mulher e o Trabalho”, proposto pelo Comitê Londrinense pela Anistia. O informante relator²³² indicou que, no evento, as mulheres se manifestaram contrárias à ditadura militar e debateram a situação das presas políticas no estado. As mulheres que participaram do debate foram descritas como “elementos de tendências esquerdistas e ativas nos Movimentos pela Anistia”²³³. O documento ainda registou a presença de quarenta mulheres. Entre elas foram identificadas vinte e oito militantes políticas. Uma delas era Linda Bulik.

Durante os debates, a jornalista Linda Bulik, editora do Caderno 3 da Folha de Londrina, colaboradora do Jornal Brasil Mulher e uma das fundadoras, juntamente com Joana D’arc Bizzoto Lopes, do Movimento Feminino pela Anistia em Londrina, lançou a idéia da criação de um círculo feminista, que viria contribuir para a existência de vasto movimento de libertação: ao fazer sua proposta, Linda Bulik afirmou ser este “o momento de lutarmos pela liberdade da Mulher”.²³⁴

A história do movimento feminista de Londrina não fez parte das discussões dos autores, apesar de ter sido também um dos espaços da resistência no estado do Paraná. Trouxemos uma breve discussão do documento da DOP, para demonstrar que a história do Círculo seria possível se houvesse a intenção de tratar de todos os espaços de resistência. Objetivamos também saber se as integrantes do Círculo participaram do Projeto de resgate das memórias, mas Linda Bulik e outras feministas não foram encontradas no rol dos depoimentos.

De toda a forma, precisamos considerar que a obra não endossa a invisibilidade dos espaços da militância feminina, pois, ao propor resgatar a história da esquerda paranaense, não ignorou o fato existirem locais de militância feminina no estado. Isso, porém, não exime os autores de nossas críticas, pois, apesar de marcar a presença, isso não é o suficiente para que a militância de mulheres fique evidenciada como a dos

²³² O sujeito da repressão era masculino. Esse entendimento está presente em muitos dos estudos sobre a repressão da ditadura e tem relação com o fato de os quadros do Exército e da polícia política ser composto predominantemente de homens. Isso também sugere que os informantes, agentes da repressão infiltrados e/ou cidadãos colaboradores da ditadura, também foram homens... mas, o evento descrito no documento era exclusivo de mulheres, então, como poderia ter um homem infiltrado? O indivíduo que relatou as informações possivelmente compareceu ao evento, já que registrou informações muito específicas e até uma parte do discurso de Linda Bulik. Assim, será que, na verdade, o informante delator era uma mulher? O documentário intitulado “Atrás de portas fechadas” apresenta depoimentos e histórias de mulheres, integrantes da União Cívica Feminina, que foram colaboradoras da DOPS. Atrás de portas fechadas. Direção Danielle Gaspar; Khishna Tavares. [S.I.]: Documentart Filmes, 2015. 1 DVD (73 min.).

²³³ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes Círculo Feminista de Londrina. Nº 00737. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

²³⁴ Ibidem.

homens. Ainda mais se, ao demarcar espaços distintos de atuação política, os de maior presença masculina continuam a receber uma maior notoriedade. Ressaltamos ainda que a história do Movimento Oito de Março continua completamente invisível dentro da história da resistência à ditadura no Paraná, pois sequer foi mencionado pela autora e pelos autores.

A nossa proposta de analisar a historiografia e produção memorialística sobre a militância política contra a repressão militar no Paraná de forma alguma teve um caráter de desmerecer e desqualificar tais estudos. Não realizamos uma interpretação historiográfica de natureza valorativa ou textual desses/as intelectuais sobre o tema. Seleccionamos para análise e investigação obras que julgamos mais significativas, ou seja, que entendemos que, de um modo ou de outro, contribuíram para essa historiografia que não torna visível o engajamento político de mulheres na luta contra a ditadura. Por outro lado, a crítica a esses estudos foi estruturada dentro dos objetivos que os próprios estudos se propuseram alcançar, e não fora desses objetivos. Nesse sentido, deveriam ter considerado as questões apresentadas por nossa análise.

Por que os estudos dos autores e das autoras seguem uma linearidade com a história masculina sobre a ditadura no país? Tal pergunta somente pode ser respondida se levarmos em consideração as discussões sobre as condições da autoria, e entendermos que o silêncio visualizado é político. Se não podemos afirmar que a intenção desses autores e dessas autoras foi apagar a participação feminina, por outro lado, também não deram a devida visibilidade, em especial no que tange ao potencial de reflexão e da ação política das mulheres.

A partir das discussões de Swain podemos perceber como as narrativas históricas privilegiam os papéis exercidos por homens em detrimento aos desempenhados por mulheres. Assim, identificamos essa regra nos estudos analisados, contudo não podemos dizer que os/as autores/as se posicionaram de forma maniqueísta. Se, porém, levarmos em conta a proposta de seus trabalhos, ou seja, suas motivações ao escreverem sobre o período histórico – dando visibilidade às suas escolhas, decidindo o que evidenciar como fato histórico e que sujeitos evidenciar enquanto militantes políticos merecedores de lugar nessa história –, eles/as tornaram-se responsáveis pela autoria.

A constatação de que a história da ditadura no Paraná construída por esses/as intelectuais é uma história masculina é uma interpretação nossa, pois para eles e elas, é uma história escrita dentro da “normalidade”. Seus estudos estão no âmbito da política,

então obviamente o sujeito elegido seria o homem, por entenderem que a política é algo inato ao homem e um espaço não ocupado pelas mulheres dada a sua suposta incapacidade para a política. Pensando com Swain, pode-se afirmar que as identidades de gênero são imutáveis dentro da História e para o sujeito que a escreve.

2.2 A ditadura civil-militar no estado entre conservadorismos e resistências

Tratamos, até o momento, da invisibilidade do protagonismo feminino na luta pela liberdade contra o Estado repressor na historiografia da ditadura civil-militar do Paraná. Estamos, contudo, também sujeitos às condições da autoria, pois optamos pelo sujeito político que evidenciaríamos, bem como pelos pressupostos teóricos norteadores e pelas fontes. Todo esse conjunto de escolhas está permeado pela condição da imaginação da autoria. Nesse sentido, ao questionarmos o *silêncio político* da *ação política* de mulheres, assim o fazemos por uma *posição política*, por distinguir que “é assim que historiadoras feministas trabalham indícios ignorados pela tradição histórica e criam uma nova memória social [...] na qual as mulheres estão presentes em todas as esferas do social”²³⁵.

A história da ditadura civil-militar no Paraná, constituída pela experiência da resistência e da repressão, é constantemente atrelada aos processos ocorridos em âmbito nacional, o que não difere da história do período ditatorial dos outros estados. O Paraná, no entanto, por ter um suposto perfil político de direita e conservador, teria se alinhado ao governo militar desde a instauração do golpe em 1964, sem muita resistência, tanto na esfera governamental quanto pela sua sociedade civil.

É difícil especular o ponto de partida desse entendimento, pois nós o encontramos no senso-comum dentro do próprio estado, bem como também na historiografia sobre a ditadura de outros estados. Por muitas vezes, a história desse período é escrita a partir das mobilizações de resistência que indivíduos impuseram à ditadura, dentro do eixo Rio-São Paulo. Os estudos, produzidos por historiadores/as, sobre a ditadura em outros Estados, são concebidos como complementares a essa pretensa história nacional. E mesmo sob essa perspectiva, o Paraná fica desconectado pelos episódios de sua história.

²³⁵ SWAIN, op. cit., p. 29.

Para Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, a população do Paraná é entendida pelo senso comum como “pacata e ordeira”²³⁶, o que é confirmado pela descrição que Teresa Urban faz da capital do Estado em tempos de repressão:

Em 1968 Curitiba tem pouco mais de 500 mil habitantes e 10 mil estudantes universitários, pouco mais, bem acima da média nacional, pois no Brasil de então, 2 em 1000 habitantes chegavam ao ensino superior. [...] Pela cidade se espalham 141 cursos avulsos de datilografia, 42 de corte e costura e 39 de educação familiar e social. Para quem pode fazer o segundo grau, existem duas escolhas, um tanto dirigidas: as meninas fazem a escola normal, que formam professoras para o curso primário, e os rapazes, curso de comércio e contabilidade.²³⁷

Curitibano é conservador, vive na média: para as garotas minissaia um pouco acima do joelho; para os rapazes, costeletas, sim, mas cabelos longos, jamais resiste a novidades, mas gosta de ouvir dizer que Curitiba é cidade teste dos meios publicitários. Vota na direita, assina manifesto da TFP contra a politização da igreja, lota as missas de domingo, principalmente aquelas com sermão bem empolado, casa no mês de maio.²³⁸

As moças aguardam casamentos e, enquanto isso, os rapazes frequentam os antigos casarões da Riachuelo. A prostituição é considerada crime apenas para as prostitutas. Qualquer mulher rondando as chamadas casas de lenocínio, tarde da noite, é levada à Delegacia de Vigilância e Captura e diariamente cerca de 60 mulheres são detidas por fazerem trottoir. Lá, sofrem todo tipo de maus tratos e humilhações e depois são liberadas para continuar a rotina, até nova prisão.²³⁹

Pela narrativa da autora, podemos imaginar o cotidiano e os costumes de Curitiba e identificar alguns comportamentos conservadores de homens e mulheres, que não desviam dos papéis pré-estabelecidos para cada identidade de gênero. Este seria o perfil dos sujeitos adeptos do Estado repressor. O Paraná e uma parte de sua população, dado o inerente conservadorismo, não teria se indisposto com o novo rumo político e econômico do país até mesmo porque o comunismo, incansavelmente combatido pelos órgãos do Estado, aterrorizava a família curitibana. A Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade tinha uma visibilidade considerável na capital, e para Teresa, não poderia ser diferente, “numa cidade tão bem comportada”.²⁴⁰ Em 1968, a política da TFP era criar meios para barrar a infiltração comunista na Igreja Católica e, contra isso,

²³⁶ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001. p. 89.

²³⁷ URBAN, Teresa. *1968 ditadura abaixo*. Curitiba: Arte & Letra, 2008. p. 55.

²³⁸ Ibidem. p. 56.

²³⁹ Ibidem. p. 92.

²⁴⁰ Ibidem. p. 90.

conseguiu reuniu mais de um milhão e meio de assinaturas, dentre essas, setenta e três mil eram paranaenses.²⁴¹

O caráter da passividade da população, no entanto, pode ser facilmente questionado com uma breve consulta ao acervo da DOPS/PR. Os inúmeros documentos que foram produzidos e reunidos por esse órgão estatal sobre as atividades de homens e de mulheres que contestavam a ditadura civil-militar no estado possibilitam uma noção do quanto a repressão aos movimentos de esquerda foi intensa, comprovando, portanto, que as insurgências contra a ditadura não foram menos expressivas. Nesse sentido, observou Marion: “ou bem a resistência ao regime militar foi muito expressiva, ou bem a repressão se tornou uma prática obsessiva, independentemente do risco efetivo oferecido pelos indivíduos ali indiciados”²⁴².

Toda uma gama de categorias e de esferas esteve sob a atenção da DOPS — todas foram consideradas subversivas e vigiadas pela repressão. Segundo Heller, “a repressão no Paraná atingiu centenas de pessoas, entre políticos, militares, estudantes, intelectuais e dirigentes sindicais”²⁴³. Ademais, ao conhecermos os diversos episódios de resistência ocorridos no Paraná, perceberemos que havia uma lógica, a de que quanto mais conservador o estado era, maior seria o poder de seu aparato repressor e, portanto, respectivamente, maior seria a repressão sobre homens e mulheres que não pertenceram à parcela da população que foi adepta a ditadura.

Algumas entrevistadas, ao narrarem suas experiências de militantes no Paraná e em outros estados, na grande maioria em São Paulo, criaram um parâmetro do poder repressivo da polícia, diferenciando a ação repressiva de cada estado. Um conjunto de situações vividas pelas militantes criou o entendimento, para elas, de que, no Paraná, o poder repressivo dos agentes da ditadura era menos ostensivo, em grande medida sombreado pelo conservadorismo do estado. Tal questão nos despertou para o tema e, assim, recorreremos às suas narrativas, para refletir sobre o período ditatorial no Paraná, especificamente sobre o conservadorismo narrado.

Em 1972, Clair, ao ser presa em São Paulo, foi transferida para Curitiba e, depois de prestar depoimento ao Fórum Judiciário, foi liberada. Isso ocasionou um desentendimento da DOPS/SP com a DOPS/PR. Parece-nos que cada órgão seguia uma prática. Se a prisão não havia sido decretada em São Paulo, isso não era motivo para

²⁴¹ Ibidem. p. 68.

²⁴² MAGALHAES, *Paraná ...*, 2001. p. 89.

²⁴³ HELLER, op. cit., p. 35.

liberar a suspeita, mas no Paraná, sim.²⁴⁴ Obviamente que no Paraná, como acompanhamos no primeiro capítulo, diversas militantes foram presas sem a prisão decretada. Assim, por que, no caso de Clair, ela foi liberada? Clair era uma liderança no estado e, segundo a DOPS, uma subversiva de alta periculosidade. Então qual seria o motivo de sua liberação? Talvez o legalismo falasse mais alto, pois sem prisão decretada não se tinha nada contra a militante. Clair, em sua reflexão, personifica o motivo, que, para ela, estaria no comportamento diferenciado do juiz auditor Ramiro Motta: “ele que era uma pessoa bastante liberal e não concordava com esses métodos utilizados pelo regime, ele falou: Oh, você pega a mala e suma no mundo. E foi o que eu fiz. Aí eu fiquei foragida e com prisão preventiva decretada no dia seguinte”²⁴⁵.

Seguindo o mesmo sentido, Clair comparou o Paraná com São Paulo, e cria um sentido interessante para justificar por que em São Paulo a repressão seria mais ostensiva:

[...] o Paraná, ele, como eu falei, ele teve um papel destacado nas mobilizações estudantis dos bancários, e outros seguimentos, a repressão ela atuou aqui reprimindo essas manifestações, prendendo inúmeros companheiros, muitos companheiros foram presos, torturados, inclusive aqui naquele processo da UNE, muitos companheiros naquele episódio de Ibiúna foram presos aqui, ficaram por muitos meses presos em Curitiba, mas se nós formos avaliar talvez o grau da repressão, da tortura aqui e lá e da repressão com certeza lá é mais, é maior, porque a presença da repressão ela estava nas ruas, em vários momentos nós presenciamos as patrulhas da repressão parando veículos, parando cidadãos nas ruas de São Paulo, coisa que talvez a gente não vivenciasse aqui em Curitiba — essa repressão ostensiva em São Paulo e nas outras capitais, havia uma repressão ostensivamente, né, ostensiva e muito maior, talvez, do que aqui, em Curitiba.²⁴⁶

Apesar de Clair elencar diversas ações de resistência de homens e de mulheres militantes, para ela o que definiu se um Estado era mais repressivo que o outro foi o poder de repressão da polícia nas ruas — fato encontrado em São Paulo e não no Paraná. Lúcia, em seu relato, disse ter sentido na pele o conservadorismo do Paraná. Foi presa em São Paulo por ter emprestado o apartamento para reuniões do PCB, mas no Paraná ela foi perseguida por ser subversiva, sem ao menos estar vinculada a alguma organização de esquerda ou partido. O motivo foi o seu espírito contestador,

²⁴⁴ Telegrama Secretaria Segurança Pública. In: Documentos/Informações referentes à Clair da Flora Martins. Nº 00744. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

²⁴⁵ MARTINS, Clair da Flora. 70 anos. Depoimento em 11 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

²⁴⁶ Ibidem.

“comunista” demais para os paranaenses. Seus colegas de trabalho denunciaram Ligia à DOPS por identificá-la como subversiva. Ela lia o Jornal Folha de São Paulo e “pensava em voz alta”²⁴⁷ seus estranhamentos sobre as ações do regime autoritário. O conservadorismo também foi sentido por Ligia no contexto de sua prisão em 1978, acusada de ensinar comunismo às crianças da Escola Oficina. Sua vida particular foi utilizada pelos agentes da repressão como um exemplo de caso, ou seja, a partir da apreensão de três fotos de Ligia grávida e nua, e ter sido presa na casa de seu novo companheiro, pois havia se separado recentemente, nem sua família sabia ainda da situação. Ligia teve sua vida escrachada nas páginas de um jornal, sua foto foi publicada e seu companheiro mencionado pejorativamente como seu amante. O jornal foi o meio utilizado para construir a imagem da militante enquanto transgressora do código de gênero da época, e, ao publicarem as fotos, possivelmente, a imagem que se sobrepôs foi a de uma mulher nua e não a de uma mulher grávida, adicionando à foto um apelo sexual que destoou do modelo normativo de maternidade vigente naquele momento.

Ligia não estava presente no momento em que suas fotos foram confiscadas, mas durante o interrogatório ela foi questionada sobre sua atitude desrespeitosa em posar nua em um momento sagrado da vida de uma mulher, a gravidez. Na edição do Jornal Repórter, de abril de 1978, Ligia foi uma das entrevistadas sobre as prisões da Escola Oficina e, naquele momento, ela revelou que foi inquirida sobre as fotos: “Perguntaram-me se eu as mostrava às minhas filhas. Respondi que sim. Disseram se eu não considerava isso pernicioso. Contestei, com veemência. É pernicioso agora que já não está no meu quarto”²⁴⁸. Segundo Ferreira, as mulheres, quando interrogadas, “não eram xingadas somente por serem ‘terroristas’; eram duplamente desclassificadas por serem ‘terroristas’ e mulheres – infame combinação para os agentes da repressão”²⁴⁹. Nesse sentido, no momento em que interrogaram Ligia, o que estava em destaque não era somente a sua conduta de militante, pela subversão de participar da criação de uma escola comunista, mas também sua identidade de gênero.

As militantes, em suas narrativas, expõem que, no momento das suas prisões, muitos materiais, considerados subversivos, foram apreendidos. As mulheres citaram que perderam livros, documentos das organizações de esquerda e dos partidos políticos,

²⁴⁷ CARDIERI, Ligia Aparecida. Entrevista em 9 de novembro 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

²⁴⁸ Acusados de subversão processam a Polícia. *Jornal Repórter*, abril de 1978, p. 7. Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba. Dossiê Escola Oficina.

²⁴⁹ FERREIRA, op. cit., p. 155.

roupas e outros objetos que foram associados à militância delas. No caso de Ligia, as fotos não evidenciavam uma vida militante, ou seja, não tinham relação com suas atuações políticas, mas foram confiscadas. Para a militante, essa seria uma das provas de que o Paraná era tão conservador que até suas fotos nuas foram consideradas de alta periculosidade. Procuramos, nos arquivos da DOPS, o jornal e as fotos confiscadas, mas infelizmente não encontramos tais materiais. Uma imagem de uma das fotos foi entregue por Ligia para a pesquisa. Essa imagem foi extraída do filme *Os onze de Curitiba, todos nós*, apresentada em uma recente dissertação de mestrado em História²⁵⁰, para discutir como a ditadura militar associava as atuações de homens e de mulheres militantes a uma sexualidade desviante.

O passado de Ana Beatriz, que foi presa e torturada em Curitiba e Foz do Iguaçu, em relação à ditadura parece nunca ter existido para os paranaenses, que, descrentes até na atualidade, acham que a ditadura foi branda no estado, por não ter tido resistências dos paranaenses. Em seu relato, Ana narrou que um colega de natação, já de meia idade, ficou pasmo ao saber que ela foi uma das militantes torturadas pela ditadura, mas o real motivo do estranhamento dele foi por descobrir que no estado houve repressão e tortura aos/as militantes:

[...] engraçado que outro dia eu estava falando com um colega meu de natação, eu contei que eu tinha sido presa e torturada e ele: “Nossa, eu não sabia. Eu sabia que tinha tortura no Brasil, mas eu não sabia que no Paraná teve tortura, nossa, nem imaginava que aqui no Paraná teve tortura”.²⁵¹

Ana Beatriz leu esse episódio com graça. O colega era um “ser sem noção” para ela, mas logo após ela declarou: “Mas a gente era uma minoria mesmo, Curitiba era uma cidade pequena e a gente era minoria”²⁵². Assim, o desconhecimento do colega não seria tão absurdo a ela. Nesse momento, sua irmã rebateu a declaração: “Provinciana ainda, mas, mesmo assim, não era pouca gente, cada passeata que tinha era gente que não acabava mais, muita gente nas passeatas”²⁵³. Parece que Elizabeth não concordava com a irmã. Para ela, a violência política da ditadura até poderia ter tido um grau diferente, mas havia muitos homens e muitas mulheres militantes na luta contra a

²⁵⁰ FONTOURA JR. Antônio. *Pornotopias conjugais*. Representações e subjetividades no surgimento do swing no Brasil. Curitiba, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

²⁵¹ FRANCO, Ana Beatriz. 65 anos. Depoimento em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

²⁵² Ibidem.

²⁵³ FORTES, Elizabeth Franco. 70 anos. Depoimento em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

repressão no estado do Paraná. Essas reflexões foram produzidas no momento da narrativa e, por mais que elas estivessem sendo entrevistadas numa mesma entrevista – por escolha delas –, cada uma tinha sua opinião sobre o assunto.

Ao analisar as reflexões de Clair, de Lígia, de Ana Beatriz e de Elizabeth, não podemos deixar de perceber o quanto o tempo presente influenciou na maneira como essas mulheres rememoraram o tema. Na atualidade, após um recuo ao passado, para Clair a repressão dos agentes políticos da ditadura no Paraná teria sido branda. Talvez a militante estivesse considerando isso assim por ter sido liberada pela DOPS/PR. Todavia, anos antes Clair precisou seguir para a clandestinidade no mesmo dia que ela se formou em Direito na UFPR, dado o controle e a perseguição de sua vida pelos agentes desse mesmo órgão repressor. A ditadura, naquele momento, de forma alguma parecia ser branda, senão a militante não teria optado pela segurança da vida na clandestinidade.

Para Lígia, o conservadorismo do estado teria sido tão ostensivo que aumentou o grau de repressão sobre os homens e sobre as mulheres. Para Ana Beatriz, havia poucos homens e poucas mulheres militantes engajados/as, consequentemente poucos espaços de resistências também. Assim, portanto, apesar de ela mesma ter participado do movimento estudantil secundarista e da Ação Popular, confundida como uma militante da VAR-Palmares, ou seja, apesar de ter transitado em múltiplos espaços de atuação de resistência no estado, constrói uma ideia diferente. Já para Elizabeth, que militou no mesmo momento que Ana Beatriz, era imensa a participação de homens e de mulheres na resistência contra a ditadura no estado. A conjuntura da repressão militar do Paraná foi rememorada pelas impressões do presente, todavia não sabemos o quanto, na atualidade, a tese de que no estado a ditadura foi branda pode ter influenciado a narrativa das militantes.

Calciolari, em uma entrevista para um jornal, foi interpelada sobre a questão da ditadura no Paraná ter sido mais branda. Em resposta, a pesquisadora não contextualiza a raiz desse entendimento, mas compara os acontecimentos ocorridos no Paraná com outros de outros estados, permitindo a visibilidade do quanto repressiva foi ação da polícia política e cria um perfil do sistema repressivo no estado. O relato é um pouco extenso, mas, dada a pertinência de ter sido uma das únicas pesquisadoras que trabalhou claramente esse entendimento, citaremos em sua totalidade.

A ditadura, no Paraná, foi tão implacável como em qualquer outro lugar do Brasil, da América Latina, em qualquer lugar, onde haja um

governo totalitário. Costumo dizer que só pensa que foi 'ditabranda' quem não teve a polícia política no seu encalço, as pessoas que não foram sequestradas, presas e não sofreram tortura. O próprio Narciso (Antônio Narciso Pires de Oliveira, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, no Paraná) conta que foi vítima de tortura em uma aula de tortura no norte do Paraná. Vinha gente de São Paulo, alguém da Oban (Operação Bandeirante). O Paraná teve Doi Codi, tudo igual. Isso aconteceu em todos os Estados e na América Latina. Só de ouvir os relatos de presos, no Paraná, sobre como eram vigiados, como foram sequestrados e torturados vemos que é o mesmo 'modus operandi' da franquia do terror. Vinha gente de São Paulo, do Rio, todos encapuzados. Ficavam rodando com o carro com a pessoa no porta-malas, dizendo: 'Agora vou te jogar no rio, vou te levar para São Paulo'. Ficavam dando voltas e a pessoa não sabia se tinha saído ou não da cidade. Isso tudo aconteceu. E muitos falam que o cara que interrogava tinha sotaque carioca. Claramente, dava para saber que, às vezes, um cara torturava para ensinar os outros como fazer para obter informação. A tortura era uma política de Estado para conseguir uma informação. A esquerda tinha estratégia de marcar encontros em determinados locais. Então, dia tal você estará na praça da catedral, no segundo banco, às seis horas. Se não aparecer é porque alguma coisa deu errado. No Paraná, havia as mesmas práticas e a mesma truculência. O que se pode dizer é que, em 1964, houve muitas prisões, tortura, mas não tão feroz como em 1970 e em 1975. Mesmo depois da morte do Vladimir Herzog (jornalista morto durante sessão de tortura) ainda se torturava muito no Paraná. Em 1975, a Polícia, na ação contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), chamada Operação Marumbi, prendeu várias pessoas que sofreram muito. Para elas, não foi uma 'ditabranda', não. Tudo o que aconteceu em São Paulo e no Rio, aconteceu no Paraná com a mesma proporção feracidade, arbitrariedade, violando direitos humanos. Tento mostrar que o que a gente escuta que aconteceu em São Paulo e no Rio de Janeiro, como sequestro, encapuzamento, pau de arara, geladeira, telefone, fuzilamento; todas essas técnicas de tortura para obter informação rapidamente aconteceram aqui também. Curitiba, Apucarana e Foz (do Iguaçu) foram grandes centros.²⁵⁴

Esses são alguns dos episódios ocorridos no Paraná. Há muitos outros mais e, de certa forma, com abordagens distintas. Esses episódios têm sido discutidos pela historiografia do estado, como já indicado neste capítulo. A crítica da historiografia da ditadura civil-militar no estado, construída pela nossa pesquisa, engendra também uma contribuição com essa mesma historiografia, pois, ao trilharmos a militância política das mulheres a partir do relato das próprias militantes, estamos contribuindo com o debate historiográfico e, mais, estamos quebrando a tese da passividade da população frente à ditadura. Então, através das narrativas das mulheres entrevistadas, as militantes surgem como agentes históricos e sociais que possuem como referência um dado grupo,

²⁵⁴ GUEDES, Carla. *Sílvia Calciolari*. Disponível em: <<http://digital.odiarario.com/geral/noticia/844359/silvia-calciolari/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

participando de um determinado projeto coletivo. Elas são sujeitos com autobiografias em construção, que fizeram escolhas e sofreram suas consequências. Esse é, portanto, um dos aspectos que esta pesquisa pretende clarear, tentando acompanhar a reconstrução da história da ditadura civil-militar no estado, através de relatos de quem participou dessa história e foi, assim, por ele modificado.

2.3 Territórios da resistência: a militância política de mulheres

A historiografia sobre a ditadura civil-militar no Paraná, especificamente os estudos sobre os espaços de resistência, ainda não analisou dois Movimentos constituídos somente por mulheres militantes, quais sejam, o Movimento Feminino pela Anistia – 1977 – e o Movimento de Mulheres Oito de março – 1982. A importância da análise da atuação política desses dois Movimentos não está no fato de serem compostos somente por mulheres, objetivando evidenciar a militância política delas no estado, mas, sim, contextualizar a história dos Movimentos, dada a invisibilidade deles nas narrativas históricas sobre o período ditatorial no estado.

É justamente a partir desse contexto que a identificação e a construção do perfil masculino do militante na luta contra a ditadura no estado estabelecem a noção que a militância das mulheres foi secundária e complementar à dos homens. Assim, mais uma vez, as condições de autoria contribuem para o apagamento das experiências de mulheres ao longo da História. Essa hipótese foi lançada pelo entendimento de que, quando se prioriza um único sujeito histórico, em detrimento dos demais, quando não se analisam os acontecimentos históricos do período através da militância de homens e de mulheres como sujeitos plenos e políticos, quando se elegem espaços liderados por homens em detrimento de outros, os/as autores estão, a partir das condições de autoria, promovendo o apagamento de trajetórias políticas importantes para a construção da história da ditadura civil-militar no estado.

Na introdução da tese contextualizamos a descoberta do núcleo paranaense do MFPA, dada a inexistência dentro da história do estado e até dos estudos sobre o período da anistia no país. Com o Movimento de Mulheres Oito de Março também não foi diferente. Soubemos de sua presença, no espaço político, a partir do relato de duas militantes, de uma que foi uma das fundadoras do grupo, pois, diferente do MFPA, que

tem um dossiê sobre o Movimento na DOPS²⁵⁵, o Movimento Oito de Março, aparentemente, foi invisível aos agentes daquele órgão. Quais são as diferenças e as semelhanças entre os dois movimentos? A diferença marcante está na identificação de um deles com o feminismo e o rechaço do outro ao feminismo. O Movimento de Mulheres Oito de Março foi composto por mulheres que se identificavam com o feminismo e, a partir do movimento, foram conhecendo o feminismo da teoria à prática, seja em discussões do grupo, em seminários sobre o tema ou em políticas públicas para mulheres, tudo com embasamento no paradigma do feminismo. Já as mulheres do MFPA expunham categoricamente que lutavam pelos direitos de homens e de mulheres e, portanto, constituía-se em um movimento feminino e não feminista.²⁵⁶

Suas semelhanças também são consideráveis, pois primeiramente os dois movimentos estiveram presentes na esfera política do estado no momento em que o país seguia, pela força desses mesmos movimentos sociais e de outros, para o período conhecido como de “abertura política”²⁵⁷, no processo de redemocratização da sociedade. As lideranças dos movimentos — no caso do MFPA foi sua presidente e, no caso do Movimento Oito de Março, suas líderes foram mulheres. Todavia a semelhança mais notável é que a história dos dois movimentos tem como fonte basilar a história oral. Foi, portanto, pelas narrativas de suas integrantes que conhecemos o processo de

²⁵⁵ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Movimento Feminino pela Anistia. Nº 02927. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

²⁵⁶ Conforme Joana Maria Pedro, estamos entendendo “[...] como movimento feminista as lutas que reconhecem as mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, entendemos movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Trata-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres”. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 59, 2007.

²⁵⁷ A partir da metade da década de 1970, tem início o processo de distensão e abertura da ditadura civil-militar brasileira. Depois de muitos anos de cerceamento dos direitos democráticos, a oposição e os setores sociais se rearticulam, estavam reprimidos pelo golpe de 1964 e a decretação do Ato Institucional nº 5. Nos anos de 1974 a 1985 inúmeras foram as lutas por liberdades democráticas e pelo fim da ditadura. Nesse período podemos citar algumas mudanças: o retorno do movimento estudantil, as greves dos operários no ABC paulista, a luta pela anistia ampla e geral e irrestrita do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia, os questionamentos contra a censura, as denúncias públicas das torturas e das violações dos direitos humanos e o movimento Diretas Já. A abertura política foi defendida pelo presidente Ernesto Geisel desde o primeiro dia de sua posse, porém ela seguiria o projeto dos militares, deveria ser uma abertura política “lenta, segura e gradual”. Entre 1978 e 1979, o processo de abertura política é consolidado. Logo após revoga-se o AI-5, suspende-se a censura, assim como é decretada a anistia aos presos políticos. MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

criação, as motivações e as identificações das mulheres com o movimento, as bandeiras defendidas, as atividades e as lutas travadas pelos movimentos.

A atuação política de mulheres em Curitiba durante o período da redemocratização do Brasil foi mapeada e analisada por Ana Paula Vosne Martins²⁵⁸. A partir de 1978, as mulheres se organizaram politicamente através de movimentos compostos por mulheres contra a carestia e dos comitês femininos nos partidos políticos. De uma forma geral, em Curitiba o movimento de mulheres estava vinculado aos partidos, legalizados ou não, e se dividia entre as militantes do MR-8, as do PCdoB, as mulheres que começavam a se ligar ao PT, algumas representantes do PCB e militantes do PMDB sem vinculações com a esquerda²⁵⁹. Assim, por mais que nossa escolha seja evidenciar a presença política e atuante do MFPA e do Movimento 8 de Março, não desconsideramos os demais espaços de organização de mulheres. Ademais, não entendemos que houvesse, naquele momento, um campo bipolarizado entre movimento feminino e movimento feminista. Muito pelo contrário, os movimentos discutiam muitas das políticas públicas das mulheres ou as lutas em relação ao futuro do país. Assim, a participação das mulheres no processo de redemocratização se deu pelas disputas e pelos consensos entre os diversos movimentos de mulheres, sendo que alguns tinham como bandeiras lutas em comum – pela anistia, pela abertura política do país, políticas públicas para as mulheres, etc. – e outros específicas às mulheres – opressão e violência de gênero, equiparação salarial, aborto, etc.

O Movimento de Mulheres Oito de Março foi analisado a partir da narrativa de suas integrantes e por um exemplar do feminista *Jornal Maria*. Isso não é muito diferente do MFPA, que, por mais que tenha um dossiê na DOPS, as informações contidas nesse dossiê são factuais e lacunares, portanto analisaremos o Movimento pelo seu 1º Boletim.

2.3.1 O Movimento Feminino pela Anistia, núcleo paranaense

Propomos reconstruir a trajetória do núcleo paranaense do MFPA a partir da construção do seu discurso acerca da anistia, no estado do Paraná. Para tanto

²⁵⁸ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres, luta de poder: a organização de mulheres em Curitiba, 1952-1982*. Curitiba: UFPR, Monografia de Graduação, 1986.

²⁵⁹ Ibidem. p. 116.

analisaremos o recorte de um jornal paranaense de 1977²⁶⁰ encontrado no acervo da DOPS, que apresentou como destaque principal a criação do MFPA, trazendo uma breve entrevista com a presidente Neide de Azevedo Lima e o 1º Boletim do Movimento na sua íntegra.

Partindo da análise do recorte de jornal e, principalmente, do Boletim, interligaremos algumas aplicações conceituais e analíticas da análise de discurso estabelecidas por Michel Foucault²⁶¹. A estratégia metodológica de analisar o MFPA a partir dessa fonte justifica-se por uma especificidade que precisa ser contextualizada. No caso, a presidente do Movimento se institui, tanto no passado como no presente, enquanto voz autorizada para falar sobre o Movimento no estado, personificando, ainda nos dias de hoje, a luta pela anistia a partir de sua militância política. A postura que Neide teve em 1977, na criação do MFPA, nos ajuda a pensar a sua militância, as conexões entre as posturas do passado e a forma como ela relembra esse passado no presente. Assim, portanto, conheceremos mais sobre a história do MFPA através da análise da militância de Neide, com discussões no terceiro capítulo.

Assim delimitada a nossa proposta, iniciaremos por um dos conceitos fundamentais da análise de discurso, qual seja, as condições de produção que caracterizam o discurso. Para Michel Foucault, essa produção “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”²⁶².

Nesse sentido, quais seriam as condições de produção do discurso proferido pelo MFPA, núcleo Paraná, no 1º Boletim? Pelo recorte do jornal sabe-se que o 1º Boletim foi lançado no momento de criação do núcleo do Movimento no Paraná, escrito pela presidente, a psicóloga Neide de Azevedo Lima, apresentada pelo jornal como uma mulher de importante atuação política no estado, bem como uma mulher com uma trajetória intelectual. Tais informações legitimariam a escolha de Neide de Azevedo Lima pela presidente do núcleo nacional do MFPA.

Uma rápida comparação entre os primeiros boletins do MFPA, nacional e do núcleo paranaense, nos permite constatar que eles seguem um mesmo sentido discursivo:

²⁶⁰ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Movimento Feminino pela Anistia. Nº 02927. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

²⁶¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

²⁶² Ibidem. p. 8-9.

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da Nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a idéia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da Nação.²⁶³

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis por que nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumpria a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia, ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identificarem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO.²⁶⁴

Se compararmos esse pequeno trecho do 1º Boletim do MFPA nacional de 1975 com alguns trechos do Boletim do núcleo do Paraná de 1977, percebemos que são idênticos e, assim, temos o entendimento de que existe uma relação de subordinação do núcleo paranaense para com o nacional, que não é meramente de filiação, mas também de defesa de diversas concepções e discursos criados pelo Movimento.

O que nós nos propomos a pensar, a partir da AD, é que o MFPA/PR estaria institucionalizado para discursar sobre a anistia em consonância com a concepção de anistia propagada pelo MFPA nacional. E a enunciadora desse discurso estaria na autoria da professora Neide, já que foi indicada por Teresa Zerbini, presidente do MFPA nacional, para essa função. Neide, na entrevista ao jornal, se autoapresentou como mulher intelectualizada e atuante politicamente, já que, segundo ela, se candidatou a cargos políticos no passado. Todavia, ao iniciar os trabalhos no MFPA, retirou sua roupagem de sujeito político para uma atuação apolítica.

Neide fala em nome de uma instituição que a autorizou a elaborar efeitos de sentidos e, portanto, esses efeitos precisam ser entendidos dentro de seus contextos e reconhecidos por seus pares. Qual, portanto, seria então o papel do sujeito na construção do discurso? Para Foucault, o autor não opera com total autonomia sobre seus atos de

²⁶³ ZERBINE, Tereza. 1979. *Anistia: a semente da liberdade*. São Paulo, Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1979. 253 p.

²⁶⁴ LIMA, Neide Azevedo. 1º Boletim do Movimento Feminista pela Anistia, núcleo do Paraná, número 01, 1977. Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes ao Movimento Feminino pela Anistia. Nº 02926. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

fala, ou seja, o sujeito enquanto a fonte do sentido e do seu pensamento, mas aquele que ocupa uma determinada posição social e a partir dela fala, representando-a.²⁶⁵ Enquanto ser social, o enunciador é depositário de várias formações discursivas que estão presentes numa determinada formação social e, como enunciador real, ele sempre pronuncia as formações discursivas que existem na formação social em que está inserido.

Notavelmente, compartilhamos desse entendimento, mas “seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa”²⁶⁶ e essa percepção nos aparece tão clara quando percebemos, pelo recorte de jornal, que Neide transfere para si a responsabilidade da luta pela anistia no estado, mostrando, em sua entrevista, tanto quanto na sua narrativa à nossa pesquisa, que não pouparia esforços para que o movimento fosse bem-sucedido no Paraná. Foi ela que assinou o Boletim, ela é que foi à imprensa, que distribuiu o Boletim nas filas de ônibus, e convocou a todos, principalmente as mulheres, para a luta. Todas as ações de Neide criam um sentido de que a luta deveria ser coletiva, mas a autoridade da luta pela anistia no estado seria de uma só pessoa, instituída pelo MFPA nacional, mas personificada na imagem de Neide.

Continuando com a nossa fundamentação teórica, cabe afirmar que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”²⁶⁷. A isso Foucault denominou “rarefação dos sujeitos que falam”. Assim, mesmo que Neide tenha personificado a luta pela anistia no Paraná, suas formações discursivas estavam vinculadas a um discurso sobre a anistia produzido pelo MFPA nacional, cabendo a ela propagandear tal discurso dentro da institucionalização e não em seu nome.

O sentido apolítico definido por Neide ao MFPA pode ser entendido como sem filiação partidária, e isso se torna plausível se levarmos em conta o contexto histórico de censura e de perseguição de que os movimentos sociais eram alvos, por discordarem do projeto de nação do Estado ditatorial. Cabe perguntar, contudo, como um discurso, que defende a anistia aos presos políticos e aos exilados, poderia circular livremente num contexto autoritário? Poderíamos levantar a hipótese de que, para o governo, era interessante que existissem na sociedade civil discursos que se configurassem como

²⁶⁵ Ibidem. p. 26.

²⁶⁶ Ibidem. p. 28.

²⁶⁷ Ibidem. p. 37.

“válvulas de escape”, ou seja, formas e espaços que permitiriam aos sujeitos se manifestarem, mas que essa ação não comprometesse o sistema político vigente.

O MFPA marcou seu nascimento com um ato solene, primeiramente com o destaque de sua criação na imprensa do estado, pois o jornal marcou o nascimento do MFPA Paraná divulgando suas atuação e mobilização e, num segundo momento, a publicação de seu primeiro Boletim. Conforme Foucault, para as instituições é importante tornar seu ponto de partida rodeado de atenção, de solenidades, impondo assim formas ritualizadas que permitam entrar na ordem do discurso de que se almeja participar.²⁶⁸

Nesse sentido, o discurso do Boletim estaria dentro da pauta da sociedade brasileira, não sendo interditado, pois estaria permeado de comentários. Conforme Foucault, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento em sua volta”²⁶⁹, ou seja, ele não se diferenciou do discurso sobre a anistia que foi vinculado pelo estado, que, de alguma forma, teve que atender às demandas dos setores de oposição, levando ao Congresso Nacional um projeto que tirava das mãos das instituições civis a iniciativa da proposta.

A interdição é entendida enquanto um dos procedimentos de controle e de delimitação do discurso, e O MFPA, ao se definir enquanto um movimento feminino, apolítico e de “paz, ordem, persuasão e amor”²⁷⁰, criou o “direito de falar privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”²⁷¹, ou seja, um sentido estratégico de circular sem interdição, pois primeiramente usou de expressões como *nação*, *ordem* e *união*, que são elementos da ordem do discurso da ditadura militar e, em segundo lugar, articulou um caráter inofensivo à luta, determinando que ela somente poderia ser de responsabilidade da mulher a partir da mobilização do seu espírito solidário, já que seriam “dons naturais” das mulheres.

Paul Singer²⁷², ao analisar o MFPA nacional, defende que sua atuação estava vinculada à imagem maternal da mulher como pacificadora, que age com amor, contrária a conflitos e a rupturas para legitimar o seu apelo em prol da anistia. Assim, o apelo à imagem maternal, muitas vezes imputado ao MFPA, pode ser interpretado como

²⁶⁸ Ibidem. p. 6-7.

²⁶⁹ Ibidem. p. 26.

²⁷⁰ LIMA, 1º Boletim ..., 1977. s/p.

²⁷¹ FOUCAULT, A *Ordem* ..., 2010. p. 9.

²⁷² SINGER, Paul. O feminismo e o feminino. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. p. 124.

uma estratégia discursiva, uma maneira de abrir brechas e espaços no discurso oficial, criar estratégias de visibilidade pública em favor de suas bandeiras de luta.

Se o enunciatário explícito do discurso seriam as mulheres, já que o Boletim chamou a responsabilidade feminina frente à política, o enunciatário implícito foi o governo. E, notavelmente, nas sentenças que compõem o Boletim, é possível vislumbrar uma concepção de nação que, de alguma forma, dialogou com a Doutrina de Segurança Nacional, na medida em que emprestou o mesmo discurso do sistema político vigente no país para convocar a mulher à luta pela anistia.

É preciso também identificar que a anistia no Boletim foi defendida como um ato de pacificação ou de reconciliação da família brasileira, sugerindo a possibilidade do esquecimento daquilo que, no passado, gerou confronto e violência. Isso é entendido uma vez que o Boletim iniciou seu texto citando Rui Barbosa, defensor de que anistia significava esquecimento, “desmemória plena”²⁷³, e deixando a entender que não deveríamos estabelecer discórdias dentro de nosso país, uma vez que “não podemos chamar de inimigos da pátria os que nos fazem oposição”²⁷⁴, sendo essa, portanto, a crença da reconciliação e do esquecimento.

O discurso proferido pelo MFPA, de uma anistia enquanto reconciliação da família brasileira²⁷⁵, foi uma construção dentro do que Foucault definiu enquanto uma vontade de verdade, “o poder do qual nos queremos apoderar”²⁷⁶. O alvo de se apoderar era o discurso institucionalizado, portador do poder de convencimento que exerceria sobre os outros discursos uma espécie de pressão, uma hierarquia. Entre as diversas

²⁷³ SZNICK, Valdir. *Tortura histórica: evolução, crime, tipos e espécies*. São Paulo: Universitária de Direito Ltda., 1998. p. 255.

²⁷⁴ LIMA, I. *Boletim ...*, 1977. s/p.

²⁷⁵ No campo de embates políticos pelo restabelecimento da democracia, foram diversos os discursos sobre a anistia, dentre eles o do Estado, que aprovou seu projeto de anistia no Congresso, ao propor uma anistia restrita e recíproca, uma vez que seriam anistiados somente os indivíduos que, de 1961 a 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a esses, e não os que teriam cometido crimes como terrorismo, sequestro e atentado pessoal; de outro lado, o do MFPA, que defendia uma anistia que deveria ser entendida como um momento de restabelecimento dos direitos políticos dos anistiados, mas também um momento único de reconciliação da sociedade brasileira, e, por fim, o projeto do Comitê Brasileiro pela Anistia — CBA, que caracterizou a anistia como ampla, geral e irrestrita, definindo assim que ela deveria ser ampla para todos os crimes políticos, geral para todas as categorias de atingidos pelos atos de exceção e irrestrita, sem restrição para sua aplicação. Essas concepções de anistia estiveram em pauta nas diversas esferas da sociedade, cada qual se identificando enquanto porta-voz da anistia política no Brasil, defendendo modelos de anistia que, por vezes, eram semelhantes ou totalmente divergentes, mas que, de alguma forma, rivalizavam um mesmo espaço político. Sobre o tema, ver: SILVA, Haíke R. Kleber da (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2009.

²⁷⁶ FOUCAULT, *A ordem ...*, 2010. p. 10.

formas de dar significados à anistia presente nos discursos das instituições, o MFPA procurou aplicar, valorizar, distribuir e dar sentido a outros entendimentos sobre anistia a partir de seu saber constituído sobre anistia.

Algumas considerações sobre o enunciatário do discurso do Movimento, as mulheres brasileiras, nos permitirão perceber uma interdição nesse discurso, pois, ao reforçar a imagem maternal da mulher como pacificadora, que age com amor, contrária a conflitos e a embates, o MFPA dirige-se a uma única categoria de mulher, a que é “consciente, que trabalha, produz e engrandece a nação”²⁷⁷, e essa especificidade do uso do termo *mulher* pelo Movimento possibilita o entendimento de que o MFPA desconsiderou a multiplicidade de identidades das mulheres nesse período, ou seja, a experiência das mulheres nas organizações de esquerda, nos partidos políticos, nos movimentos feministas, na luta armada, enfim, nas diferentes frentes de luta pela democracia do país. Mais do que isso, estabeleceu relações de gênero ao reafirmar o estereótipo de mulher construído pela sociedade.

Por esse discurso perpassa a ideia de que essa mulher somente deveria manifestar-se no público dentro de uma ordem preestabelecida, predeterminada e permitida, isto é, uma participação tutelada pelo Movimento, já que eram mães amorosas e pacificadoras e não mulheres que iam às ruas contestar e se manifestar livremente devido a uma conscientização política e engajamento espontâneo na luta. E por que essas mulheres não foram contempladas pelo discurso presente no Boletim?

Não foram contempladas talvez, porque, se essas mulheres já transgrediram as barreiras culturais e de gênero presentes na sociedade, não seriam mais as mulheres a militarem na luta pela anistia defendida pelo Movimento, pois, definindo-se como “feminino” (e não “feminista”), o MFPA pautou seu discurso pela defesa da família, entendendo o país como uma grande família, a qual se encontrava dividida pelas discordâncias política, cabendo às mulheres a iniciativa para sensibilizar as autoridades a respeito da necessidade da anistia. Nesse sentido, o feminino estaria ligado à família, aos valores morais da sociedade, aos problemas sociais que são espaço de luta das mulheres, como educação, moradia, saúde e não bandeiras de luta que desviavam do foco, como as defendidas pelo movimento social feminista, a discriminação e opressão de gênero.

²⁷⁷ LIMA, 1º Boletim ..., 1977. s/p.

2.3.2 O feminismo em tempos de ditadura: o Movimento Oito de Março

O Movimento de Mulheres Oito de Março foi criado em 1982 na cidade de Curitiba, pelas seguintes mulheres: Albina Cordeiro, Célia Gonçalves Gouvêia, Terezinha Cardoso, Dorinha Wrublewsky, Helena Rodrigues, Ligia Cardieri, Maria Celi de Albuquerque, Marly Silveira, Maria Nazaré Carvalho Néry e Sônia Gutierrez. Suas fundadoras eram feministas que, juntamente com outros movimentos de mulheres, se articularam na estruturação de políticas públicas específicas para as mulheres, no período da ditadura civil-militar denominado de “abertura política”.

No Paraná, na década de 1980, as questões relacionadas às mulheres entraram na esfera política e as bandeiras de luta dos partidos políticos – restabelecidos pela Lei do Pluripartidarismo no ano de 1979 – passaram a abranger as pautas femininas. Foi esse o contexto de criação da I Congresso da Mulher no Paraná:

Em 1981, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, as mulheres curitubanas que vinham discutindo a necessidade da participação das mulheres se organizaram e elaboraram a proposta em se realizar o I Congresso da Mulher Paranaense. Nesse momento as mulheres do PT ainda não estavam organizadas em torno da realização do I Congresso. A idéia que estava sustentando o I Congresso era simplesmente reunir um grande número de mulheres para discutir seus problemas e a política nacional de forma que o I Congresso tivesse a característica de um grande evento, aparecendo como um momento importante e marco significativo na organização do movimento de mulheres no Paraná.²⁷⁸

Para Ligia Cardieri, esse congresso foi um avanço na estrutura política do estado, pois era a primeira vez que se criava um fórum próprio para se discutirem as pautas femininas, mas entendia que era o momento para um novo posicionamento: “elas [mulheres] estavam nas lutas, mas não se pondo [sic] com as questões específicas da mulher. Eram específicas, mas era parte da luta geral”²⁷⁹. Conforme Martins, os movimentos de mulheres presentes na sociedade, depois do I Congresso entraram em consenso, mas a questão política levou à desintegração, quando o MR-8 defendeu a criação da Federação de Mulheres do Paraná, dividindo radicalmente as mulheres do movimento. Segundo a autora,

O MR-8 tinha urgência na organização das mulheres e acreditava que não deveria se esperar que a organização ocorresse nas bases, mas que a melhor política era criar uma organização que deveria aglutinar as já

²⁷⁸ MARTINS, *Mulheres ...*, 1986. p. 120.

²⁷⁹ CARDIERI, *Entrevista ...*, 9 nov. 2013.

existentes e apoiar o processo organizativo das mulheres. As outras tendências ou partidos políticos não aceitaram essa proposta porque viam nela a tentativa de atrelamento do movimento MR-8 e não aceitavam uma organização de cima para baixo e perguntavam: uma federação agora para federar o quê? Estavam contra a Federação o PT, PCdoB, PCB, a Frente Democrática da Mulher Londrinense, algumas associações de bairro e setores do PMDB. A favor da Federação estavam o MR-8, PDT, algumas integrantes do PDS e do antigo PP, setores do PMDB, alguns sindicatos e associações de moradores.²⁸⁰

Com uma posição coerente com o feminismo, Ligia entendia que as demandas das mulheres por creches e igualdade salarial seriam facilmente atreladas à luta geral dos partidos, mas questões como direitos reprodutivos, sexualidade, aborto e divórcio dificilmente entrariam na pauta de discussões. A crítica que se construía naquele momento, em que a sociedade reaprendia a posicionar-se livremente para o retorno à democracia, era a percepção de que não adiantava discutir somente entre mulheres as políticas públicas específicas de mulheres, pois o poder, seja nos partidos ou na sociedade, era dos homens. Para a militante, o momento de redemocratização do país suscitava que esses temas fossem debatidos dentro de um espaço único e fértil, para que fossem geridos dentro do caráter político do feminismo.

Em relação à mobilização das mulheres na Federação das Mulheres do Paraná, o MR-8 acreditava que somente as chamadas questões gerais eram capazes de sensibilizar as mulheres para a luta e que não haveria a necessidade de agregar outras frentes de luta. Tal entendimento divergiu da posição das feministas autônomas, que insistiam na necessidade de se discutir também as questões específicas como a violência e o aborto.²⁸¹ Os embates em relação à forma como a Federação seria criada resultaram no distanciamento de Ligia e de outras mulheres. Elas criaram, assim o primeiro grupo feminista de Curitiba. Entendiam ser o espaço

[...] específico de me tornar, de se ter coragem das lutas feministas, com nome e sobrenome [...] a questão da luta autônoma das mulheres *versus* a luta das mulheres dentro de algo que já existe, que é um espaço da ordem ou mesmo da contradição, mais, onde a hegemonia não é a luta da mulher. Essa era a grande questão, que a luta feminista italiana colocava, várias autoras, eu não lembro agora quem. Mas era fazer a luta geral, nunca perder de vista a mulher dentro da luta geral, mas ter um espaço específico de autonomia. E era esse, o Oito de Março foi esse espaço de grupo autônomo de mulheres.²⁸²

²⁸⁰ MARTINS, *Mulheres ...*, 1986. p. 125.

²⁸¹ Ibidem. p. 118.

²⁸² CARDIERI, *Entrevista ...*, 9 nov. 2013.

A história do Movimento Oito de Março, sua fundação e as atividades desenvolvidas, foi reconstituída pela narrativa de Ligia e Teresinha e pelo Jornal Maria, produzido pelas feministas do Movimento. O jornal teve curta duração, pois foram apenas duas edições e para a pesquisa somente dispomos da segunda — o único exemplar preservado.

A existência do movimento feminista no Paraná foi conhecida por nós na entrevista com Ligia, que descreveu o perfil das outras mulheres que participaram do Movimento. Todas eram feministas antes mesmo de entrar no Movimento, já questionavam as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, nos espaços disponíveis para o debate, já que ainda eram tempos de ditadura. Nenhuma delas, porém, havia militado em alguma organização de esquerda ou em partido político até a abertura política. Assim, a primeira experiência na esfera política foi através do PT. Ligia, entre elas, foi a única que tinha um passado de resistência à ditadura no que diz respeito a perseguições, repressões e prisões.

O Movimento não tinha uma liderança — todas participavam das decisões e concordavam com que, naquele momento, o importante era que o Movimento se tornasse visível à sociedade curitibana, para que as propostas feministas em relação às demandas das mulheres pudessem ter êxito. Foi nesse sentido que criaram o Jornal Maria, sob a responsabilidade de uma das integrantes, a jornalista Teresinha Cardoso, a primeira mulher no país a trabalhar na redação de um jornal no espaço das reportagens policiais: “A gente achava que tinha que ter algum meio de divulgação, mas é muito difícil você fazer um jornal sem dinheiro, porque nós não tínhamos dinheiro nenhum. Então, assim, algumas conseguiam uns patrocínios, alguma coisa, mas a maioria das vezes era dinheiro do nosso bolso”²⁸³. Nesse relato de Ligia, nele podemos perceber que o jornal do Movimento era financiado pelas próprias mulheres, bem como a redação e a edição do jornal.

A análise da segunda edição do Jornal Maria, de dezembro de 1984, nos ajudará a recuperar algumas das atividades desenvolvidas pelo Movimento em Curitiba.²⁸⁴ Aprofundaremos o estudo com a análise do discurso desse jornal, de caráter feminista, que apresentou a forma como essas mulheres pensavam as diferenças, dentro de uma relação de poder, entre mulheres e homens e, também, entre mulheres e mulheres. O

²⁸³ CARDIERI, *Entrevista* ..., 9 nov. 2013.

²⁸⁴ O exemplar da segunda edição do Jornal Maria foi cedido à pesquisa por uma das integrantes do Movimento Oito de Março. Acervo da autora.

gênero vai se constituindo no discurso e na ação política dessas mulheres, sem que ao menos elas saibam que essas posições estariam dentro do que a academia chamou, mais tarde, de “relações de gênero”. Segundo Ligia, era uma atuação sem que estivesse nomeada, “já eram específicas de gênero, eram questões específicas de gênero, e eu tinha clareza de que eram”²⁸⁵, ou seja, era um despertar para questões que somente mais tarde seriam teorizadas.

Iniciaremos a análise pela capa do jornal, capa essa produzida por Albina Cordeiro, que sobreposição diversas imagens de mulheres e os títulos dos artigos que seriam discutidos naquela edição. As imagens na capa apresentam mulheres negras, brancas, indígenas e de diversas classes sociais e de diferentes profissões. Logo, para o Movimento não haveria um único modelo de mulher, uma identidade de gênero, e sim as diversas formas de ser mulher. As feministas não mascararam o perfil político do jornal, e já na capa apresentam os assuntos que seriam discutidos pelo viés feminista. Citamos aqui os temas debatidos, para elucidar nossa reflexão: Movimento Feminista no Brasil; Mulher na luta pela Terra; A mulher na América Latina; Mulher e política; Mulher: profissão professora; Um perfil de creches em Curitiba; e Mulher e saúde. Era necessário, naquele momento, diferenciar-se dos diversos outros grupos de mulheres, pois a presença e a participação política do Movimento deveriam ser diferentes do que aquilo que os outros grupos promoviam. O Movimento havia nascido da necessidade, sentida pelas mulheres fundadoras, de se diferenciarem para que pudessem se destacar e ter um espaço de representatividade. O jornal, portanto, seguiria essa regra e deveria se diferenciar de outras publicações, que também poderiam discutir assuntos relacionados às mulheres e também tornar visíveis as discussões feministas do Movimento.

Ligia, ao falar sobre o jornal, expõe que todos os temas apresentados tinham, de alguma forma, relação com as atividades desenvolvidas naquele momento pelo Movimento. Nas reportagens do jornal, nelas podemos perceber que cada uma das integrantes era responsável por um assunto, e assinavam os artigos com as iniciais de seus nomes, uma atitude, conforme Ligia, comum para aquela época, em relação ao jornalismo. O jornal discute uma das lutas de maior embate e visibilidade do Movimento em Curitiba, ou seja, discute a questão do planejamento familiar, que englobava desde a distribuição de contraceptivos pelo Estado e atendimento integral à saúde das mulheres, até a construção de creches para as crianças.

²⁸⁵ CARDIERI, *Entrevista ...*, 9 nov. 2013.

Se o Movimento buscava um espaço diferenciado e visível no espaço político de Curitiba, ele o havia conquistado então, pois, em uma reunião no Palácio Iguaçu, com autoridades do governo para discutir o planejamento familiar no Estado, o Movimento foi convidado a compor a mesa de discussões, juntamente com outra representante do Departamento Feminino da Executiva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. A escrita do artigo é crítica e denunciou que, em assuntos que dizem respeito ao corpo, saúde e o cotidiano das mulheres, elas ficam relegadas a um segundo plano, como se fossem incapazes de discutir ou elaborar planejamentos sobre o assunto.

Nesse sentido, o artigo questiona o porquê de o “primeiro chamado do governo para se discutir democraticamente a questão do planejamento familiar, a maioria dos debatedores sentados à mesa é de homens – sete para três mulheres” — um tema que deveria ser discutido pelas mulheres, já que o planejamento familiar estava, muitas vezes, sob a responsabilidade delas. As vinte e cinco mulheres que estavam presentes na plenária não puderam se manifestar. O debate se iniciou com o pronunciamento dos homens: “Os primeiros a serem ouvidos, é claro, com o devido respeito, foram os homens” — e depois as mulheres. No final do debate, a representante do Departamento de Assistência à Saúde solicitou que as duas representantes do movimento de mulheres desistissem de suas declarações finais, assim, de certa forma, interditando suas pronúncias. Essas representantes participaram da mesa de discussão para propor e cobrar planejamentos que efetivamente permitissem um planejamento familiar adequado e que respeitasse os direitos das mulheres.

O Movimento de Mulheres Oito de Março estava representado pela jornalista Teresinha Cardoso, que, conforme o jornal, se negou a encerrar o debate sem se pronunciar, e, durante a sua fala, não deixou de debater o quanto a sociedade era machista e controlava o corpo feminino, retirando da mulher o direito de decidir se ela queria ou não ter filhos, pois

[...] quem carrega no ventre a criança, quem tem enjoos, dores, mal-estar, gesta, pare, amamenta, embala e tudo o mais, é a mulher. Ela que é dona do útero, é a ela que cabe decidir. Só que a mais analfabeta, pobre, abandonada e faminta mulher, lá no interiorzão, não sabe disso. Ela é facilmente manipulada e faz, repete o que mandam.²⁸⁶

Teresinha tocava em um assunto que não era discutido naquele período — a possibilidade da legalização do aborto, um tema interdito em razão da sua polêmica.

²⁸⁶ Planejamento familiar. Jornal Maria. 1984, p. 7.

Para o governo e os movimentos femininos, o planejamento familiar restringia-se à distribuição de contraceptivos. Esse era o direito permitido às mulheres em relação ao domínio de seu corpo. Para Ligia, o planejamento familiar que estava sendo proposto naquele momento era uma violência contra o corpo da mulher:

[...] imagine, pode imaginar. Um médico do interior de Campo Mourão puxou a questão de que tinha, que as mulheres enfim, tinha que fazer filhos saudáveis. E aí propõe o controle da natalidade para as mulheres porque podem ter problemas. E nós fomos com tudo em cima do perigo que era o controle da natalidade. E aí a gente problematiza a opção, a escolha da mulher, nós queremos todos os métodos, todos. Quem escolhe é a mulher, não é o doutor. Não é por finalidade eugênica e nem porque o governo quer. É por direito da mulher, então, foi superimportante.²⁸⁷

Por fim, o artigo apresentou a constatação de que as “mulheres brigam, lutam, e tudo se escoa fácil para a mão dos homens”. Eram eles que estavam na esfera política, eram eles que tinham o poder da decisão e, por mais que fosse necessário dialogar com eles, por esse motivo, o artigo dá a entender que a sociedade machista deveria ser modificada pela ação política das mulheres ao participarem ativamente das discussões do espaço público, identificado por muitas, ainda, como um espaço somente masculino. A redação do texto é um discurso de convencimento de que as mulheres deveriam continuar na esfera política, uma continuidade da experiência da militância para a derrubada do autoritarismo e pela liberdade democrática, todavia, essa continuidade deveria ser uma ação política por ela mesma. A isso Rago definiu como novos modos de ação política:

[...] ao longo da década de 1980 e 1990, essas ativistas [feministas] ampliaram as condições de criação de espaços coletivos e autônomos para as mulheres, fora dos partidos e sindicatos. Inauguraram progressivamente outras práticas de militância política e cultural, de luta pela transformação social do nosso mundo, por meio de ações que envolveram a incorporação das questões do cotidiano e da vida privada, tanto quanto a dimensão da subjetividade, isto é, o trabalho de si. Neste sentido romperam com o legado masculino da política.²⁸⁸

O tema do planejamento familiar teve mais um espaço no jornal. Discutiu-se também a questão das creches em Curitiba. A redação do jornal entrevistou duas professoras — Eliana Ferreira da Silva Neves e Maria do Carmo Albuquerque — e também uma das integrantes do Movimento, a psicóloga Maria das Dores Maciel

²⁸⁷ CARDIERI, *Entrevista* ..., 9 nov. 2013.

²⁸⁸ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 193.

Wrublewsky. As entrevistadas problematizaram a falta de creches em Curitiba, o que resultava em organizações de creches pelas próprias mulheres, pois haviam se cansado de esperar pelo governo. Maria das Dores expôs que essa alternativa foi necessária porque as empresas, ao não serem fiscalizadas pelo governo, não cumpriam as leis que determinavam que as mulheres teriam direito a um espaço, no local de trabalho, para deixar seus filhos no período de amamentação. A discussão da falta de creches públicas ou em locais de trabalho, com base no feminismo, problematizou outros pontos no que se refere à opressão das mulheres. Primeiro as mulheres precisam se preocupar com os cuidados dos filhos e das filhas e com as exigências do trabalho; em segundo lugar, as mães, sem ter com quem deixar as crianças, passam a responsabilidade do cuidado para as filhas maiores e essas, muitas vezes, por isso não frequentavam a escola.

Eram as mulheres que precisavam conciliar a maternidade e o emprego, o cuidado dos filhos e das filhas era uma responsabilidade unicamente feminina, uma construção social e cultural e, aos homens não haveria essa cobrança. Foi nesse sentido que Maria das Dores aproveitou o momento para discutir como homens e mulheres são constituídos, dentro de uma relação de poder, a partir de diversos discursos constituintes das identidades de gênero. Um desses discursos que contribuiu para dar sentido e perpetuar as construções sociais do que é ser homem e o que é ser mulher seria a escola.

É um processo difícil fazer com que a professora assimile uma mentalidade diferente. Explicar que a menina pode brincar com o mesmo brinquedo, que ela não precisa sentar na mesinha separada, que se um menino e uma menina vão junto ao banheiro o mundo não vai cair, que a menina pode se sujar, mostrar as calcinhas. Tudo isso nem a mãe nem a professora admitem.²⁸⁹

O Bar Palácio, inaugurado em 1930, é considerado um dos restaurantes mais antigos e tradicionais de Curitiba. No ano de 1984 foi alvo de uma das estratégias de denúncia da segregação de mulheres em espaços de sociabilização masculina. Reconstituímos a ação das mulheres feministas nesse episódio a partir do relato que Teresinha Cardoso apresentou em sua narrativa.²⁹⁰

O Bar Palácio era frequentado pela militante com alguns colegas de trabalho do Jornal O Estado do Paraná. Depois do expediente era no Bar que eles bebiam alguma bebida, fumavam seus cigarros e discutiam as matérias publicadas ou que seriam publicadas nos dias seguintes. Por trás de um furo jornalístico sempre havia uma

²⁸⁹ Um perfil de creches em Curitiba. Jornal Maria. 1984, p. 7.

²⁹⁰ CARDOSO, Teresinha. 69 anos. Depoimento em 12 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

história interessante a ser contada e era lá que Teresinha, rodeada de homens, em conversas que levavam horas. Naqueles tempos, o jornalismo era considerado uma profissão masculina, mesmo com a presença de mulheres na redação dos jornais, pois os espaços atribuídos a elas eram os de amenidade, as colunas sociais, os horóscopo e a culinária, e aos jornalistas todas as outras sessões que compunham o jornal, a política, economia, esportes e o jornalismo criminal. Teresinha havia transposto essa norma, pois por muito tempo as coberturas do jornalismo criminal eram suas e, talvez, por esse motivo ela era aceita, pelos homens, nas rodas de conversas no Bar Palácio, depois do expediente.

Por andar em territórios masculinos, Teresinha percebeu que no Bar Palácio havia uma interdição invisível, mas bem entendida, que as mulheres não poderiam frequentar o local desacompanhadas de homens, independentemente se fossem mulheres “moças de família” ou “mulheres públicas”, “desacompanhada, só prostitutas”²⁹¹. A interdição era invisível porque não havia, nas paredes do Bar, avisos sobre a norma, mas era entendida porque as mulheres sempre estavam acompanhadas de seus namorados ou familiares.

Teresinha levou o assunto para o Movimento e, após discutirem o quanto isso representava a sociedade curitibana conservadora e machista, resolveram agir. E, para tanto, elaboraram estratégias de como denunciar o Bar, para que essa prática fosse modificada. As feministas foram até o Bar e, quando se sentaram em uma mesa, foram abordadas sobre a impossibilidade de elas estarem no Bar sem a presença de um homem e foi nesse momento que elas apresentaram ao Pepe, dono do Bar, o homem que as acompanhava, o filho de cinco anos de uma das feministas. Se, para estar em consonância com a norma, elas precisavam estar acompanhadas de um homem, então elas haviam logrado êxito e conseguido a permissão que precisavam. As mulheres do Movimento não só questionaram a norma, como ridicularizaram a prática machista, que não estava fundamentada em nenhuma lei, somente em um acordo moralista, até então não questionado, apenas naturalizado.

A ação das feministas teve repercussões nos jornais. Teresinha convocou antecipadamente a imprensa para denunciar, no momento da ação das feministas, o caráter machista e sexista do Bar Palácio. Segundo a narradora, foi um abalo para “a pequena machista e sacana sociedade curitibana, e mesmo que o Movimento Oito de

²⁹¹ CARDOSO, *Entrevista ...*, 12 de jul. 2013.

Março só tenha existido para isso, valeu a pena. Depois disso nunca mais, que se sabe na história, uma mulher não pôde entrar no Palácio por estar sozinha”²⁹².

A história do Bar Palácio foi citada e narrada em diversas obras, desde estudos memorialistas a acadêmicos. Mariana Corção²⁹³, em sua pesquisa sobre o Bar, apresenta algumas informações sobre o estabelecimento que podem nos auxiliar na análise da ação política das feministas. O Bar seria um espaço de sociabilidade de uma clientela boêmia. Assim, muito mais que um local que se frequentava para comer, era também um espaço da extensão da sociabilidade de boêmios, lembrando que o Bar funcionava durante a madrugada. Por essa especificidade, o um dos proprietários, Antônio Humia Duran, estabeleceu a norma de que as mulheres desacompanhadas não deveriam ser atendidas, possivelmente por entender que, durante a madrugada, naquele período, mulheres desacompanhadas de homens não seriam o perfil de mulheres que poderiam estar no Bar. Assim, em 1955, quando José Fraguas Lopez, o Pepe, assume a direção do Bar, a norma já estava estabelecida.²⁹⁴ Segundo a autora, “a proibição de serviço a mulheres desacompanhadas se fazia para garantir um ambiente respeitoso no restaurante noturno. A regra tornou-se tradição, que, na maior parte do tempo, era aceita e vivida”²⁹⁵.

A autora destaca ainda que, no ano de 1984, quatro universitárias se indignam com o fato de o garçom do Bar Palácio ter-lhes negado o serviço por estarem desacompanhadas, e formalizaram a discriminação na Delegacia de Polícia, iniciando um processo jurídico contra o Bar. No dia seguinte, os jornais de Curitiba publicavam, em suas manchetes, a notícia. Essas informações foram recuperadas pela narrativa de Isabel Cristina Monteiro de Oliveira, uma das universitárias, e pelo Jornal O Estado do Paraná.²⁹⁶

Percebemos que foram duas as atividades de contestação à norma do Bar Palácio e ambas aconteceram no mesmo ano, questionando o mesmo ponto. A ação do Movimento de Mulheres Oito Março, lembrado por Teresinha, não foi a mesma ação discutida por Mariana Corsão, porque as mulheres do Movimento não eram

²⁹² Ibidem.

²⁹³ CORÇÃO, Mariana. *Os tempos da memória gustativa: Bar Palácio, patrimônio da sociedade curitibana (1930-2006)*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

²⁹⁴ Ibidem. p. 43.

²⁹⁵ Ibidem. p. 61.

²⁹⁶ Ibidem. p. 58.

universitárias e Isabel, que foi entrevistada pela autora, não foi citada pelas mulheres do Movimento como uma das suas integrantes.

Acontece, contudo, que a norma percebida por Teresinha seria diferente. Não eram todas as mulheres desacompanhadas que seriam interditadas, pois as prostitutas poderiam estar no local sem problema algum. A vanguarda da crítica à segregação do Bar, para a militante, teria sido do Movimento, portanto foi a ação feminista que possibilitou a mudança. De toda a forma, o que importa não é a veracidade das informações contidas nas narrativas de Teresinha ou de Isabel, mas como, no processo de rememoração, Teresinha destacou a ação do Movimento como única e a primeira, já que silenciou sobre outras possíveis contestações de mulheres ao Bar. Parece-nos que a narradora preocupou-se em tornar visível a ação feminista delas, naquele período e na atualidade, e é por esse motivo que constrói um local bem marcado para o Movimento em sua narrativa. A posição de quem fala e seu objetivo político também são elementos constitutivos da narrativa.

Durante as entrevistas das militantes políticas, somente Ligia e Teresinha citaram o feminismo. As demais entrevistadas não mencionaram alguma identificação com o feminismo naquele período e nem nos dias de hoje. Por outro lado, Teresinha reafirmou sua posição política feminista nos dias de hoje, lembrando que, muito antes, as mulheres feministas do Movimento já tinham uma história de contestação à sociedade sexista e machista curitibana. Assim, ao dizer que desconhece outro grupo feminista em Curitiba ou no Paraná, na década de 1980, ela deixa subentendido que o feminismo em Curitiba teria começado com o Movimento de Mulheres Oito de Março. É importante sublinhar que a história do feminismo no estado não é o foco do nosso estudo, portanto não aprofundaremos o tema, mas temos clareza de que, primeiramente, trabalhar com tal tema contribuirá para o conhecimento das relações entre mulheres e como elas construíram suas militâncias, pois, como aponta Passerini, “[...] somente por meio da aceitação das diferenças entre as mulheres – e não pela aceitação dos modelos masculinos – será possível desenvolver uma nova consciência identitária feminina e uma nova maneira de reconsiderar a própria história”²⁹⁷ e, em segundo, questionar o silêncio político, pois até o momento a história do feminismo é ainda invisível à historiografia sobre a ditadura civil-militar no Paraná, bem como invisível é à produção memorialística.

²⁹⁷ PASSERINI, *Feridas*, ..., 2011. p. 74.

As relações de gênero constituíram as ações políticas das militantes feministas do Movimento. Assim sendo, exploramos a narrativa produzida por Lígia e Teresinha, especificamente sobre sua experiência feminista no Movimento, para entendermos como o feminismo contribuiu para o luta contra a ditadura, quando essas mulheres assumem uma militância em espaços que não estão atrelados a partidos políticos, mas conseguem, a partir de uma nova forma de conceber a política²⁹⁸, obter êxitos no que diz respeito à construção dos direitos da mulher em tempos de redemocratização do país.

Nossas discussões até o momento primaram pela edificação de uma análise questionadora de uma produção histórica factualista e masculina sobre a ditadura civil-militar no Paraná, produção que silenciou o passado político de mulheres. Analisamos dois territórios da militância de mulheres, o MFPA e o Movimento de Mulheres Oito de Março, ambos até então totalmente invisíveis à pesquisa histórica. Com isso objetivamos propor uma interpretação nova e plural sobre a ação política das mulheres.

Nas discussões que seguiremos analisaremos as memórias de três militantes políticas, buscando identificar e analisar, pelas narrativas, aspectos de possíveis superações dos níveis subjetivos, de transformações na construção de si, e implicações para a vivência de temas como política, participação social e relações de gênero. Continuamos, assim, a tratar do protagonismo político e a saber como as mulheres constituem suas subjetividades na e pela militância política.

²⁹⁸ Conforme Rago, “[...] as mulheres [feministas] invadem o campo da política, acenando, a meu ver, com outros modos de fazer política, não apenas ampliando o conceito de política, mas mostrando que é indispensável a introdução das discussões da subjetividade, do corpo, da sexualidade e da ética nesse campo, que, aliás, deve se constituir no cotidiano da vida social”. RAGO, *Aventura ...*, 2013, p. 195.

3. MEMÓRIAS DE MULHERES EM LUTA: AÇÃO POLÍTICA E SUBJETIVIDADES

“Vivi a vida que eu quis e que eu me coloquei a viver”²⁹⁹. Estas foram as palavras de Cecília Garçonni ao narrar sua trajetória em relação à ditadura civil-militar. A ação política foi uma escolha para conferir sentido à sua vida na juventude e o seu olhar sobre o passado acentua essa definição no presente. Sua juventude foi rica em possibilidades do que fazer, de que carreira seguir e até de com quem casar, já que sempre foi uma mulher muito bonita, mas

[...] não era o que eu queria, né, eu poderia ter sido atriz, poderia ter feito, continuado a fazer cinema, né, eu entrei na USP, eu tinha... fiz até um filme na USP, poderia ter contado por esses caminhos, passei no teste pra uma peça de Hair, tinha três mil pessoas pra candidatos e só cem entraram e eu abdiquei sem nenhum problema, sem nenhuma lamentação “Ah, minha vida seria diferente!” Não!³⁰⁰

Apresentar na narrativa as inúmeras possibilidades teve um sentido — era a forma de reafirmar, sem desconfiar, que a militância de fato foi uma escolha de vida, um projeto pessoal que ela construiu para si mesma e, portanto, afirma: “Eu acho que eu não seria outra coisa, né?”³⁰¹. Entre o determinismo e a certeza de que, apesar de ter sido uma militante distinta das outras, por sua forma de se comportar, vestir, e dada a sua beleza, ela não foi diferente de outras pessoas que perceberam, naquele período histórico, que “era isso que tínhamos a fazer naquele momento”³⁰² e “em cada momento eu não me colocava, os momentos assim que eu tinha de ‘pô, poderia tá levando uma vida diferente’”³⁰³.

Conforme Elizabeth Xavier Ferreira, a adesão das mulheres a um projeto coletivo de revolução, em luta pela liberdade e pelo fim da ditadura, não estava pautado em renúncias ou sacrifícios pessoais, e sim por sua ação política, pois elas “julgavam estar participando de um processo de transformação de valores socioculturais cujo

²⁹⁹ GARÇONI, Cecília de Cristo, 67 anos. Depoimento em 9 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

³⁰⁰ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁰¹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁰² GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁰³ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

aspecto central era o estabelecimento de uma nova ordem política e social”³⁰⁴. A partir da análise da memória de treze presas políticas, a autora destaca a convergência das narrativas para o entendimento de que, apesar de a decisão pela militância ter sido individual, estava atrelada a um movimento coletivo e global de democratização. Desse modo, pertencer ao projeto coletivo de transformação da sociedade brasileira foi uma construção do projeto pessoal de cada uma daquelas mulheres para si mesmas.³⁰⁵ Partindo dessa proposição, pode-se inferir que a narrativa de Cecília não se distancia desse sentido, bem como as outras narrativas analisadas por nossa pesquisa. Uma distinção, no entanto, deve ser destacada, a de que nem uma das mulheres entrevistadas abordou a decisão pela militância como Cecília o fez. O sentimento da militante de ter sido “dona de seu destino” não ficou transversal à sua narrativa, muito pelo contrário, recebeu uma entonação singular e, em determinado momento da entrevista, marcou pela palavra como os rumos de sua vida foram sempre seus: “Eu tive uma vida absolutamente livre pra fazer o que bem entendesse”³⁰⁶.

Pelas narrativas de si, reconstituídas no segundo capítulo, percebemos que a opção política, de certa forma, foi algo naturalizado pelas militantes, como se elas já tivessem, dentro de si, a predisposição para a ação política, isso antes mesmo de entrarem na universidade e pertencerem ao movimento estudantil, local considerado “historicamente um espaço privilegiado para a formação de lideranças e arregimentação de quadros partidários”³⁰⁷. O entendimento que a militância tinha contra a ditadura era o certo a se fazer e foi, naquele momento de suas vidas, uma construção que teve como base primeiramente uma educação familiar e religiosa, que despertou que elas tivessem um olhar diferenciado para o que acontecia na sociedade brasileira, identificando as arbitrariedades, os limites impostos à liberdade, assim aflorando o senso de justiça social que já tinham em si. No momento de narrar seu passado, as militantes partem do pressuposto de que a escolha pela ação política foi pessoal, não considerando uma questão relevante a ser declarada à pesquisadora. Poderíamos expor que era inteligível a elas que o projeto de vida pela militância foi uma decisão pessoal e, portanto, era um assunto subentendido entre narradoras e pesquisadora. Percorremos esses temas de forma introdutória, como suporte à presente discussão. Voltaremos a eles mais adiante.

³⁰⁴ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória* - histórias de vida e histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 68.

³⁰⁵ FERREIRA, *Mulheres ...*, 1996. p. 197.

³⁰⁶ GARÇONI, *Entrevista ...*, 9 jul. 2013.

³⁰⁷ COLLING, *A resistência ...*, 1997. p. 49.

A questão que mobilizará a discussão desta sessão é: —Por que foi importante à Cecília destacar que ela viveu a vida que escolheu para si? Uma resposta possível pode ser traçada ao problematizarmos, a partir de sua autobiografia narrada, quem foi Cecília no período da ditadura. Cecília foi uma militante política que enfrentou duas batalhas: a luta contra a ditadura e de ser reconhecida como militante — tanto por homens como por mulheres — dentro das organizações de esquerda. Ambas as batalhas, de certa forma, se complementam. Cecília se descreveu como uma mulher muito bela: “Eu era alta, magra, tinha longos cabelos, já fui *miss*, aliás, esse pedaço eu passei, né?! Muito interessante, eu já fui *miss*!”³⁰⁸. E continua: “Vou até colocar uma coisa que parece um pouco pretensiosa, mas não é, né, o fato de ser mulher bonita”³⁰⁹. Mas beleza e militância não eram, naquele momento, uma combinação muito aceita, dada a forma como homens e mulheres das organizações de esquerda julgavam Cecília. Sobre isto, ela declarou:

[...] eu acho que assim, nós mulheres sofríamos no movimento estudantil e isso é uma coisa, é uma coisa que nós não éramos aceitas, isso eu tenho uma consciência muito clara, sofri com isso, bastante, principalmente eu por ser é... **por ter uma vida, digamos assim, meio que dupla, entre aspas, né.** Eu fazia teatro, eu fui *miss*, como eu te falei, entrei na faculdade, primeiro mês eu fui eleita a rainha das calouras, depois eu fui a mais bela universitária, mais bela não sei o que, né, depois é... Mas eu ao mesmo tempo trabalhava no grêmio, fazia política estudantil, ia pra rua, ia em **todas** as passeatas, participei de **todas** as atividades, movimento estudantil... **Todas**, mas eu tinha esse outro lado e eu não era encarada com seriedade nem pelas próprias mulheres, diga-se de passagem. Eu era uma pessoa marginal, aceita, né, mas não era encarada como uma pessoa séria. (grifos nossos).³¹⁰

Pelos homens do movimento estudantil, Cecília não era aceita pelo fato de ser uma mulher na política, um território percebido como masculino; além de que, segundo Cecília, o movimento estudantil no Paraná era particularmente machista. Para as mulheres, Cecília também não era uma pessoa confiável, pois, possivelmente, seus caprichos em desfilar sua beleza e se interessar por outros assuntos, considerados corriqueiros e mundanos, tiravam o foco do que realmente importava, a saber, a ação política. De tal maneira, a verdade é que a vida dupla de Cecília incomodava a muitos.

Ana Maria Colling relata, em seu estudo sobre a construção do sujeito “mulher subversiva”, no período da ditadura civil-militar, como, em muitos casos, “a mulher militante negava sua identidade de gênero feminina para ocupar espaços nas

³⁰⁸ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁰⁹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³¹⁰ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino”³¹¹. Nesse sentido, para pertencerem à esquerda e participarem da luta contra a ditadura civil-militar como sujeitos políticos, que planejavam e empreendiam tarefas, as mulheres deixaram nas margens da militância não somente as diferenças entre homens e mulheres, mas também tudo o que fosse vinculado ao estereótipo tradicional do feminino. Essa opção por vezes provocava uma relação conflituosa com mulheres que não eram militantes, considerando-as alienadas pelo fato de não entenderem como não haviam despertado para o engajamento político. Também as consideravam rivais, pois os atributos femininos – como, por exemplo, comportamentos e cuidados com a aparência, entre eles roupas e maquiagens – k ao serem deixados de lado pelas mulheres militantes em busca de um lugar na esfera política, eram destacados pelas mulheres não-militantes, atraindo a atenção e os sentimentos dos companheiros de militância³¹².

Dentro das organizações de esquerda havia a construção de um modelo feminino de militância – o qual as próprias mulheres propunham – e, portanto, as diferenças não estavam somente entre as mulheres militantes e as não-militantes, mas entre as militantes também. Se, pelas considerações de Colling, as mulheres assumiram a militância nas organizações de esquerda negando a sua condição de mulher, para serem percebidas pelos homens como companheiras políticas, podemos pressupor que, dentro desse modelo feminino de militante, havia distinções e interdições às militantes que se recusavam a seguir tal modelo.

Dentro desse modelo ideal, Cecília foi a transgressora, negando-se a aderir a um modelo de militante que constrangia as possibilidades subjetivas das mulheres ao colocar como era preciso se sujeitar, por exemplo, ao descuido de sua aparência: “Por que eu era bonita, por que eu era *miss*, por que eu achava que eu não tinha que andar de chinelo, entendeu?”³¹³; para Cecília havia “ela” e havia “elas”, “mas **elas**, **elas**, eu digo **elas** porque eu me diferenciava delas, né” (grifos nossos)³¹⁴. Assim, por mais que ela participasse de todas as atividades da organização de esquerda, elas não a aceitavam. Nesse momento do depoimento, duas palavras tiveram uma entonação expressiva, destacaram-se das demais, as palavras “todas” e “elas”.

³¹¹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³¹² GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³¹³ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³¹⁴ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

A autobiografia de Cecília apresenta uma militante que, por ser bonita, não foi reconhecida como sujeito político durante a ditadura militar, nem mesmo “a própria Teresa Urban, muito minha amiga [...] não me aceitava como militante, nós éramos da mesma organização, pertencíamos à mesma organização, mas eu era assim vista com reserva”.³¹⁵ O ressentimento do não reconhecimento de sua capacidade política e o preconceito com sua beleza física foi o que conduziu à construção da memória da militância política de Cecília no presente. Para ela, o seu despertar para a política esteve sempre atrelado à defesa de sua liberdade e, assim, Cecília não teria conseguido ser a militante que foi se não pudesse ter sido como ela sempre foi: uma mulher inteligente e bonita.

Beleza e militância estiveram sempre do mesmo lado para Cecília, diferentemente do que as outras militantes julgavam, pois, mesmo não sendo aceita ou reconhecida, Cecília não queria ser como elas. A beleza, em diversas vezes, foi sua estratégia para desenvolver tarefas da organização de esquerda a que pertenceu naquele momento. Cecília narra que, por ter morado em Foz do Iguaçu, na adolescência e por conhecer muito bem a cidade, ela conseguiu retirar do país, pela fronteira do Cone Sul, muitas lideranças da alta cúpula de organizações de esquerda que eram procuradas. Para esse trabalho ela tinha “uma certa desenvoltura própria”³¹⁶. A desenvoltura de ser uma mulher bonita e “eu usei, usei conscientemente, foi importante, tive inúmeras ocasiões em que isso foi fundamental”³¹⁷. Assim, “nessa atividade [...] eu chegava desenvolta, né; charmosa, jogava charme e fazia, realmente usava o charme feminino, de sorrir, fazer jogo de corpo, aquela coisa toda e tal; e enquanto isso alguém passava”³¹⁸. Esse trecho não foi somente narrado, mas também encenado, lembrando que os gestos no ato de narrar-se podem servir como reiteração da fala. Cecília, com gestos e posturas, incorporou sua desenvoltura estratégica, provocando, assim, a autoafirmação de que sua ação, por mais que fosse singular, era política e relevante como qualquer outra ação empregada pelos/as militantes.

Esta é apenas uma de tantas outras passagens que Cecília narrou de como a sua beleza a ajudou nas tarefas designadas a ela, reforçando seu comprometimento com a luta pelo projeto revolucionário de um Brasil democrático. Assim, se no passado sua

³¹⁵ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³¹⁶ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³¹⁷ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³¹⁸ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

militância foi questionada dada à sua beleza, algo aparentemente incompatível com o compromisso com a militância, no presente, na disputa de memória sobre as militantes que lutaram contra a ditadura civil-militar no Paraná, Cecília reconstrói sua ação política ressaltando, na narrativa, o que mais sobressai em sua memória, o ressentimento de ter sido julgada como uma mulher sem capacidade e sem comprometimento político por causa da sua aparência física.

A narrativa de si de Cecília reconstrói o próprio passado, avalia as experiências vividas e, por conseguinte, dá sentido ao presente. Como observa Leonor Arfuch, “a narração de uma vida, longe de vir ‘representar’ algo já existente, impõe sua forma (e seu sentido) à própria vida”³¹⁹. Abrir o capítulo com a autobiografia de Cecília nos ajudou a explorar a noção de que o próprio ato de narrar uma vida é um processo constante da construção do eu. As militantes, portanto, ao se narrarem, recorreram à prática de reinventar-se, reinventando suas subjetividades a partir de trajetórias, conflitos, frustrações e vitórias, mas também de ressentimentos do passado, ressentimentos que reaparecem em reafirmações no presente que, se não forem motivações para contar sobre si, são constitutivos da narrativa.

Margareth Rago, em *A aventura de contar-se – feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*³²⁰, explora narrativas autobiográficas, escritas ou orais, em busca da ação política de militantes feministas durante e depois da ditadura militar. As memórias das militantes não são analisadas pela autora como histórias de vida, no que concerne a uma reencenação do vivido, mas, sim, como narrativas autobiográficas, tomando como referência as discussões de “estética da existência” e “escrita de si” de Michael Foucault³²¹, para “explorar os espaços que se abrem a partir da linguagem e da escrita como prática de relação renovada de si para consigo e também para com o outro”³²².

Para a autora, o feminismo abre múltiplas outras possibilidades de subjetivação para as mulheres, portanto, para pensar a experiência de subjetivação, Rago parte do conceito de “estética da existência” de Foucault, para quem os “modos de subjetivação” são “os processos pelos quais se obtém a constituição de uma subjetividade, ao contrário dos modos de sujeição, que supõem obediência e submissão aos códigos

³¹⁹ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio Janeiro: EDUERJ, 2010. p. 33.

³²⁰ RAGO, A *Aventura ...*, 2013.

³²¹ FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

³²² RAGO, A *aventura ...*, 2013. p. 30.

normativos”³²³. Trata-se, sobretudo, de um trabalho estético sobre si, uma relação de força de si para si mesmo, uma dobra – como colocou Deleuze –, que nos potencializa uma constituição ética de nós mesmos.³²⁴

Conforme Rago, Foucault se voltou aos gregos e romanos para pensar essas possibilidades ético-estéticas de existência, que implicam a construção da vida como arte da invenção, de afirmação, da vida:

[...] constituídas por ‘técnicas de si’, como a meditação, a escrita de si, a dieta, os exercícios físicos e espirituais, a parrésia coragem da verdade, que envolviam o cuidado de si e do outro, isto é, por práticas relacionais de construção subjetiva com um trabalho ético-político.³²⁵

Foucault se voltou ao mundo antigo para pensar, portanto, um conjunto de práticas que possibilitavam modos de subjetivação muito diferentes dos modos de sujeição modernos. Assim, o filósofo nos provoca a pensar na possibilidade não de repetir as práticas de si greco-romanas, mas de pensar a partir do mundo antigo na edificação de uma ética do eu na atualidade: “[...] uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo”³²⁶.

Nesse contexto, Margareth Rago propõe inscrever as narrativas mnemônicas sob a mesma ordem da escrita sobre si antiga, um exercício que constitui, assim como as hypomnemata³²⁷ antigas, “uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e à meditação ulterior”³²⁸. A constituição do sujeito como criação de si supõe, nesse sentido, pensar o ato mesmo que os sujeitos entrevistados são convocados a memorar não como mera recordação – no sentido de uma mera “‘narrativa de si mesmo’; [pois] não têm por objetivo trazer à luz do dia as *arcana conscientiae* cuja confissão – oral ou escrita – possui valor de purificação”³²⁹ e, sim, como um exercício de força sobre si mesmo – no sentido de

³²³ RAGO, A *Aventura* ..., 2013. p. 141.

³²⁴ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013. p. 127.

³²⁵ RAGO, A *Aventura* ..., 2013. p. 44.

³²⁶ FOUCAULT, A *hermenêutica* ..., 2010. p. 225.

³²⁷ As hypomnematas, como livros de vida, eram uma espécie de diário que assumia um caráter de guia de conduta. Nelas eram consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória. In: FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. p. 136.

³²⁸ FOUCAULT, A *escrita* ..., 1992. p. 136.

³²⁹ Ibidem.

“captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si”³³⁰.

O que as militantes estudadas por Rago fazem é transformar “o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade”³³¹. Portanto, o momento da narrativa é trama de constituição de subjetividades, de “reinvenções de subjetividade” dentro de um processo que a autora, cotejando o pensamento foucaultiano, percebeu como uma “prática da liberdade”, ou seja, em como as narradoras, ao narrar seu passado, tomam para si o controle de suas vidas, “sujeitos de si mesmos”, o que permite que se tornem “autor[a] do próprio *script*”³³².

A crítica literária Leonor Arfuch³³³, ao estudar as autobiografias de mulheres argentinas sobre suas trajetórias durante a ditadura militar no país, destaca que os relatos confessionais e testemunhais adquiriram um novo significado para as mulheres quando se utilizam da escrita como uma forma de intervenção ativa no presente, denominando esse espaço de “lugar de agência”. Assim, se antes os testemunhos as relegavam à posição de sujeitos vitimados por um Estado autoritário e violento; agora a escrita de si sobre os testemunhos da experiência traumática se transformam, em alguma medida, num componente inspirador para escrever sobre suas vidas entre militância, perseguições, torturas e exílios, tornando-as sobreviventes com uma história a se contar, “el haber se sobrepuesto a sus efectos devastadores, la voluntad de recordar, la postetad de decir, en síntesis, el asumir un lugar de agencia donde se entranan verdade y poder”³³⁴.

Entende-se, portanto, que, com a escrita, as sobreviventes encontram a “dimensión poética de la existencia”³³⁵ e, sob o refúgio da biografia, “con el apoyo de la metáfora, la imaginación, el humor o la reflexión política”³³⁶, recordam e tornam públicas suas vidas. Se a escrita de si para Arfuch é um lugar de agência, poderíamos, ressignificando tal conceito, afirmar que, para as narradoras de nossa pesquisa, a narrativa de si tornou-se um lugar de agência, posto que,

³³⁰ Ibidem

³³¹ RAGO, op. cit., p. 56.

³³² Idem. p. 52.

³³³ ARFUCH, Leonor. Narrativas del yo y memorias traumáticas. *Tempo e argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 45-60, jan./jun. 2012.

³³⁴ Ibidem. p. 54.

³³⁵ Ibidem. p. 58.

³³⁶ Ibidem. p. 57.

Reescrever o passado, construir sua própria autobiografia, mesmo que por meio de depoimentos orais, gravados e transcritos, adquire, portanto, um sentido político vital. A memorização do vivido e a construção de um arquivo pessoal são modos de subjetivação, como quer Foucault, que possibilitam o redimensionamento dos acontecimentos passados, o encontro de um lugar no presente, a criação de um espaço subjetivo próprio como um abrigo para instalar-se e organizar a própria vida, especialmente no caso das experiências traumáticas.³³⁷

A noção de agência, como indica Arfuch em seu texto, foi construída por algumas feministas para opor-se à vitimização das mulheres como objeto da sujeição, uma das tendências dentro do feminismo; que, ao acentuar a ideia de que os homens são inimigos a serem abatidos, algumas feministas reforçaram a vitimização das mulheres. Então, portanto, pensar a noção de agência é tornar visível a capacidade política das mulheres, como suas estratégias de sobrevivência, resistência e negociações. Neiva Furlin³³⁸, ao analisar a noção de sujeito e agência no pensamento de Judith Butler para a teoria social, expõe que, tanto em Foucault como em Butler, o sujeito, a partir de suas próprias possibilidades de subjetivação, arquiteta estratégias de resistência aos códigos sociais que o limitam. Essa possibilidade, que se dá por atos de liberdade em Foucault³³⁹, em Butler é definida como agência.³⁴⁰

A constituição de sujeito, como caracterizada por Butler, dialoga com a teoria foucaultiana por compartilhar da noção de que o sujeito é resultado das relações de poder, por entender que o poder não é somente algo a que nos opomos e sim algo do qual depende a nossa existência, porque somos sujeitos formados nas relações de poder e nelas nos vinculamos como seres humanos inteligíveis. Constituir-se em relações de poder significa dizer que o sujeito está, de algum modo, entrelaçado ao poder, pois é ele que o forma, que o atravessa por valores e normas sociais incorporadas desde a infância.³⁴¹ A submissão é produtora da reflexividade do sujeito, que, por sua vez, gera a condição de resistência, portanto, para Butler, conforme Furlin, “nenhum indivíduo se torna sujeito sem padecer ou experimentar a própria subordinação, já que é dentro dela

³³⁷ RAGO, A *Aventura ...*, 2013. p. 25.

³³⁸ FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Sociedade e Cultura*. Goiânia. v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez, 2013.

³³⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. São Paulo: Graal, 2007.

³⁴⁰ Para a noção de agência, ver BUTLER, Judith. *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.

³⁴¹ FURLIN, *Sujeito ...*, 2013. p. 397.

que se encontra a possibilidade da potência, pela qual ele ressignifica as suas práticas e experiências”³⁴².

O sujeito reflexivo e resistente ao mesmo poder que o forma encontra a capacidade de ação na sujeição e subordinação. Logo, a mudança se dá dentro da própria dinâmica de poder e não se estabelecendo fora dela. Dizer, portanto, que o sujeito é constituído dentro das relações de poder não significa que ele seja imutavelmente determinado pelo poder; ao contrário, problematizar o sujeito como construção é mesmo pré-condição para a sua agência, pois a existência da possibilidade de virar o jogo, de revolucionar e de resistir do sujeito constroem novas formas de fazer-se, permitindo, assim, processos de mudanças socioculturais. E, conforme aponta Furlin, o pensamento de Butler tem sido utilizado como ferramenta teórica, na teoria social, para compreender os processos de resistência de sujeitos historicamente invisibilizados dentro de uma ordem social.³⁴³ Nessa linha, poderemos, sobretudo, problematizar como o gênero pode – para além de um fenômeno de sujeição, de um processo de docilização dos corpos; não que essas questões não sejam importantes – ser pensado como um *locus* de resistência às redes de saber-poder; um espaço pelo qual as mulheres puderam, de diferentes formas, exercer sua militância.

O caminho teórico percorrido até o momento, dialogando com as considerações de Foucault, Rago, Arfuch e Butler foi importante para que possamos delinear o debate. Primeiramente, o ato de memorar é uma maneira de as narradoras se inscreverem de outra forma na ordem do discurso. Nesse sentido, se seguirmos as considerações de Rago, pensar a memória como escrita de si é, portanto, pensar na potência do ato mesmo de narrar a própria vida para a construção de estética da existência. Isso pressupõe pensar a memória como uma prática de si. Logo, problematizaremos as entrevistas como um ato dessas mulheres de se colocarem numa relação outra com as verdades hegemônicas de nosso tempo. De tal forma, pensaremos as entrevistas como uma possibilidade de invenção subjetiva de gênero, seja questionando sobre como fizeram do gênero um local possível de resistência, seja como fizeram do ato de relembrar uma possibilidade de se reinventarem como sujeitos políticos.

Durante a militância política, as mulheres ocuparam de diversas formas o lugar de sujeição nas relações de gênero. Inúmeros são os relatos de mulheres que, ao narrarem suas vidas, evidenciam as desigualdades entre homens e mulheres naquele

³⁴² Ibidem. p. 397.

³⁴³ Ibidem. p. 401.

período, seja dentro das organizações de esquerda, dentro dos partidos políticos ou dentro de suas próprias casas, já que muitas delas casaram com companheiros de luta. Assim, se pensarmos a partir da ideia de agência de Butler, perceberemos que, dentro desse lugar de sujeição, construído pelas desigualdades, para marcá-las, elas exercem outras relações de poder, configuradas como atos de resistência. Assim, elas se utilizam das próprias relações que se estabelecem por uma cultura política de gênero falocêntrica, um ato de resistência. Dito de outro modo, elas reinventam a subjetividade que as constituem como mulheres para se inscreverem como sujeitos militantes. Dessa forma, investigaremos, pelas narrativas autobiográficas, como o gênero se constituiu, para essas militantes, um lugar de resistência.

3.1 Cecília Garçoni: *performance* de militante bonita

Foi o meu grande e primeiro ato, grande ato de rebeldia assim e que eu me sinto sempre muito orgulhosa de ter feito. Lamento, talvez hoje eu não fizesse porque foi uma agressão a ele [ex-noivo], que, na verdade, digamos, não merecia, né. Podia ter resolvido as coisas, mas era uma época muito conturbada, era uma época em que a gente tinha que romper e o rompimento não podia ser apenas pela palavra, pelo discurso, pela argumentação. O rompimento ia até as últimas consequências.³⁴⁴

Cecília nos contou, logo no início da entrevista, uma história que, para além de ser emocionante, de certa forma parecia um conto de fadas moderno com um toque de atitude feminista, diferente do papel de passividade e de resignação que estamos acostumados a ver nos contos de fadas, em que o final feliz da princesa é o príncipe em um cavalo branco. Cecília narrava com entusiasmo sobre sua vida na universidade. Era o ano de 1968 e ela militava no movimento estudantil participando ativamente das atividades. Eram anos de descobertas, de emoções e de desejos de curtir a vida: “era jovem, né, e namorava [risos] e daí eu comecei a namorar um cara que era do partidão, me atraiu justamente por ser um cara que tinha uma atividade política já mais superior à minha”³⁴⁵. Seu namorado era liderança do UPE, fato que a atraía muito, pois, com sua capacidade política, ajudou Cecília a crescer intelectualmente, mas tinham inúmeras dificuldades no relacionamento. Ele era “extremamente machista”³⁴⁶. Mulher deveria

³⁴⁴ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁴⁵ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁴⁶ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

ser inteligente, mas jamais deveria atuar na política, o que Cecília contestava como uma rebelde. Já tinha dentro de si a concepção de que sua liberdade e seu crescimento subjetivo enquanto mulher eram prioridades.

O enredo da narrativa de Cecília começa a se formar e vamos ao ponto dramático do episódio que ela estava a contar. Em uma assembleia de estudantes da UPE, Cecília foi ao local e “ele estava discursando na mesa, lá, discursando, e ele me viu, parou, pediu licença, foi lá e me mandou embora, falei: ‘Ah! Não, não, chega, acabou!’”. [Risos] Absurdo total”³⁴⁷. Para a narradora, essa foi a sua primeira atitude feminista — “muito marcante e que marcou a minha vida”³⁴⁸, apesar de não ter se identificado com o feminismo em sua militância, mas entendia que, ao rememorar aquele momento, sua atitude de permanecer na assembleia e de terminar o namoro, que incluía planos “de se casar como boa família pequeno burguês”³⁴⁹, foi uma atitude de independência e de valorização de sua identidade de gênero.

A cena narrada ganhava contornos e a parte mais interessante, para a narradora, foi a decisão de se vingar da agressão sofrida do ex-namorado. Era a noite do famoso baile de formatura e Cecília continuará essa história para nós:

[...] e eu fiz questão de ir no baile de formatura, não pra agradá-lo, porque essas alturas eu já tinha brigado com ele, mas pra afrontá-lo, afrontá-lo. Assim eu fui pra afrontá-lo, pra ferir assim, não feri-lo pessoalmente, mas pra ferir aquela cabeça horrorosa que ele tinha. Antão eu fui muito bonita, maravilhosamente bem vestida. Claro que aí ele estava lá e meu irmão era muito amigo dele e o meu irmão me obrigou a ir lá e conversar com a família e cumprimentar ele, também ficou achando que quem sabe ali não fariamos as pazes. Até dançamos, mas aí me deu mais raiva ainda, né. Falei: —Não, não dá. Eu tenho que fazer alguma coisa, né, pra ‘épater le bourgeois’. Sabe, assim, para agredir e tinha no baile, estava um amigo meu que, por sinal, era homossexual, mas era um cara muito bonito, altíssimo, quase dois metros e sete parece que ele tem de altura, loiro de olhos azuis, uma figura belíssima e aí combinei com ele e olha, vamos dançar e vamos agredir de todas as formas, e aí o que nós fizemos? Na época tinha... o baile era no Clube Curitibano, eu não sei se eu tô fazendo coisa demais aí nesse episódio, mas é algo pra mim Esse episódio é muito importante na questão de gênero. O Clube Curitibano era um dos mais chiques da cidade, na época, era o mais chique, né, e era aqui, logo na Quinze. Tinha um clubão ali maravilhoso e era assim no primeiro andar, que o salão era no primeiro andar, e já era tarde da noite e eu e o Sérgio, esse meu amigo [...] saímos do baile e fomos pra rua e começamos, como ouvia-se a música, né, porque Curitiba àquela época era um deserto à noite

³⁴⁷ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁴⁸ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁴⁹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

passava carro nenhum, nada, então aquela noite começamos a dançar no meio da rua, vestido maravilhoso, vestido esvoaçante e nós dançando no meio da rua, aí começou a juntar prostituta que tinha ali na... como é que chama ali na... Rua Riachuelo, né, era uma região de prostituição, começou a chamar prostituição... prostitutas e motorista de taxi, bêbados e tudo que fizeram uma roda assim e a gente dançava no meio. O Sérgio, aquela figura maravilhosa assim de smoking, né, e eu com um vestido amarelo esvoaçante dançando, claro que o clube inteiro de repente estava na janela assistindo a gente dançar e o meu tal noivo, né, envergonhadíssimo até os cabelos, se retirou do baile com a família toda pela vergonha que ele passou. Meu irmão, que também era um machista, queria me matar, né, porque eu também o envergonhei, onde isso, pra aquela época uma atitude desta de uma jovem bem formada de universitária de boa família era um escândalo, era um escândalo inimaginável fazer uma coisa dessas.³⁵⁰

Foi quase impossível não visualizar Cecília com seu vestido amarelo esvoaçante rodopiando com um bonito homem de *smoking* pela rua. A forma como Cecília narrou cada detalhe permitiu que a nossa imaginação conectasse com sua voz, percebendo que ela também havia usado da imaginação para descrever aquele momento, preocupada em deixar visível à pesquisadora que, desde jovem, já despertava dentro dela algumas questões de gênero e, por mais que não conhecesse esse conceito, ela sabia que precisava romper com os códigos morais e de conduta curitibanos daquela época, para que pudesse ser quem bem entendesse.

A pergunta que se estabelece neste momento é: —Qual foi o objetivo de Cecília em narrar tal episódio? Possivelmente, foi destacar o sentimento de ter sido agredida pela atitude machista de seu ex-namorado, algo que pode ser percebido pelo próximo trecho da entrevista, mas havia algo mais que não estava implícito:

Eu me senti, assim, uma cidadã, assim, de segunda classe, quer dizer, por que eu não posso? Por quê? Por que mulher não pode? Ali não era eu. Por que mulher não pode? Mas... o mais importante aí na verdade nem era isso, era que ele como homem teria, ele achava, o direito de decidir sobre a minha vida, o que eu deveria fazer, ou não. Foi a dominação que ele queria exercer sobre mim decidindo aonde eu deveria ir ou onde eu não deveria ir, independente, poderia ser qualquer outro.³⁵¹

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz³⁵², os relatos orais, depois de coletados e transcritos, se constituem em uma totalidade que deve ser fragmentada e os recortes selecionados pelo pesquisador, uma vez que “análise, em seu sentido essência,

³⁵⁰ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁵¹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁵² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida* (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais”³⁵³. Todavia, essa totalidade também deve ser levada em consideração durante a análise dos recortes selecionados, pois, por vezes, entenderemos o sentido do recorte, ou seja, da exposição de determinado acontecimento, se levarmos em consideração as intenções e as motivações do sujeito que narra e esse ponto será perceptível se o relato oral também for avaliado na sua íntegra. Se, portanto, apreciada a narrativa em seu todo, identificaremos que muito mais do que expressar um ressentimento perante a atitude machista sofrida, Cecília começava a evidenciar um tema que seria recorrente em sua entrevista: o não reconhecimento, por parte de outros e de outras, de sua capacidade política. No início de sua militância essa capacidade foi questionada pelo fato de ser mulher e, posteriormente, pela sua beleza física.

A constituição da subjetividade da narradora como uma mulher bonita se estabeleceu desde o início de entrevista, mesmo que ela não estivesse falando propriamente de sua beleza. De alguma maneira, Cecília se representou como uma mulher “maravilhosamente linda”³⁵⁴. Nesse caso, foi estar elegantemente vestida e dançando divinamente pela rua. Atraiu, nesse momento, pela primeira vez, a sua beleza a seus atos de rebeldia — uma conexão que ela seguiu com coerência na narrativa.

Depois da história emocionante do baile, Cecília justificou que não agiu daquela forma por ser uma pessoa vingativa. Ela pareceu querer se desculpar pela sua atitude, ponderando que aquele momento deve ser entendido no calor dos acontecimentos: “pra mim aquilo ali na hora ali, no momento, foi o que eu entendi o que eu poderia fazer né, é... foi dançar na rua”³⁵⁵. Tivemos a percepção de que Cecília havia nos envolvido nas tramas daquele momento, pois o tom de extraordinário levava a uma teatralização do ocorrido. Luísa Passerini³⁵⁶, ao trabalhar com as narrativas das ex-terroristas italianas que viveram experiências com a violência política, expõe que a entrevista é uma construção intersubjetiva, entre o indivíduo que questiona a partir de suas concepções subjetivas e o outro indivíduo que responde pautado em suas convicções. Nesse processo, a empatia é construtiva do relato, portanto, mesmo em entrevistas em que há imparcialidade, como nas autobiografias em que o pesquisador procura interferir o

³⁵³ Ibidem. p. 19.

³⁵⁴ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁵⁵ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁵⁶ PASSERINI, *Feridas* ..., 2011.

mínimo possível, para autora seria impossível ao sujeito narrar se não sentisse que o outro participa, ora aprovando, ora reprovando o que o/a narrador/a expõe. Assim, em busca da empatia, a “exibição de si é fundamental neste teatro, no qual a pessoa que narra escolhe um papel para representar; uma autorrepresentação na qual se combinam estratégia e espontaneidade. A oralidade enfatiza, então, elementos não factuais da imagem de si”³⁵⁷.

Esse é um dos elementos para se entender por que algumas militantes que falaram à pesquisa, como Cecília, narraram suas vidas como um emocionante filme, um sonho. A abertura das narrativas traz cenários fantásticos, indivíduos fascinantes e episódios do extraordinário, deixando a percepção, à entrevistadora, de que as histórias de vida delas, em tempo de ditadura, foram aventuras que merecem ser contadas, reconhecidas, mesmo que, em alguns momentos, as militantes avaliam seus protagonismos como coadjuvantes.

Narrar um acontecimento do passado é também sobre ele refletir, procurando entender quais foram as motivações e os sentimentos daquele momento, pois, após narrar a história com seus múltiplos detalhes, o/a narrador/a, em sequência, por vezes com espontaneidade, faz um comentário avaliando seu comportamento. A atitude de Cecília em ir até o baile de formatura disposta a se vingar parece-nos ser interpretada pela narradora, no presente, como um ato de liberdade e de reafirmação de sua independência enquanto mulher, mas se ela tinha intenção, naquele momento, de romper com o estereótipo social de mulher submissa, isso é difícil responder. Os fragmentos da narrativa sobre esse momento são importantes para pensarmos como a militante não separou a militância política de sua vida privada. Na entrevista, essas duas dimensões se intercalaram e sua atuação política ficou permeada entre sua vida pessoal – sua forma de vestir, sua beleza, comportamentos – e o comprometimento com a transformação social mediante a luta contra a ditadura civil-militar. Se, no início do capítulo, tratamos da militância como um projeto pessoal escolhido por Cecília, agora avaliamos que esse projeto era composto de uma mescla de defesa da liberdade feminina com a liberdade revolucionária.

Para dimensionar sua atuação política, Cecília narrou algumas atividades designadas a ela pela organização POLOP. Relatar as atividades desenvolvidas foi uma forma de evidenciar como ela havia engendrado uma militância pautada em sua

³⁵⁷ Ibidem. p. 40.

inteligência, pois a ação de ter usado sabiamente o fato de ser mulher associado à sua beleza, como uma estratégia, foi sinônimo, para a militante, de inteligência. Na tarefa política de atravessar lideranças pela fronteira Brasil com os outros países do Cone Sul, seus conhecimentos de fronteira e pelo fato de estar legal – ter os documentos próprios foi importante –, mas para ela “nessa atividade de tirar pessoas eu acho que foi fundamental ser mulher”³⁵⁸, pois entende que, ao reforçar o “charme feminino”³⁵⁹, ela foi bem-sucedida nas tarefas:

Eu usei isso, usei conscientemente, né, foi importante, tive inúmeras situações onde isso, sim, foi fundamental, inúmeras. A mulher era mais protegida, os homens não acreditavam, mesmo os repressores das fronteiras, de outros países tudo, que eu, sendo assim com aquela estampa toda, é... fosse militante. Porque militante, ele tinha um tipo específico, né, se vestia... não tínhamos roupas, não tínhamos nada, né, era uma coisa assim absurda, éramos marginais, sem-teto, pareciam-se a sem-teto, tipo de... ninguém tomava banho, cortava o cabelo... sabe, nada era uma coisa assim, mas eu cultivava toda uma... aparência de jovem de classe média alta, muito bem vestida e eu tinha uma irmã que se vestia muito bem, então eu pegava as roupas dela [risos] andava super na moda, andava de salto alto.³⁶⁰

Ser diferente do estereótipo de militante não era necessariamente uma estratégia para Cecília, pois ela já se apresentava como uma jovem de classe média alta e assim era identificada por outros companheiros e companheiras de luta. O que Cecília fazia era transformar esse elemento que a distinguia e, por vezes, a segregava ao seu favor, criando uma *performance* que combinava os atributos do feminino tradicional – fragilidade, doçura, charme – com a astúcia de uma mulher inteligente, que conseguia se aproveitar do machismo presente nas relações sociais.

Cecília nos contou uma de suas aventuras à luz de sua *performance*. Uma de suas tarefas era ir de Assunção até uma cidade do interior da Argentina, para encontrar um companheiro argentino. O objetivo do encontro não foi mencionado, não sabemos se ela levava ou buscava informações ou se deveria passá-lo pela fronteira, Cecília apenas se preocupou em dizer que ela tinha recomendações de comparecer ao local na hora exata e sem levantar suspeitas. A militante chegou, porém, atrasada na fronteira e perdeu o único transporte oficial daquele período – a balsa que atravessava os dois países. A militante ficou apreensiva, precisava estar na Argentina para pegar o ônibus que a levaria à cidade do encontro e não havia mais possibilidade de transporte, até que

³⁵⁸ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁵⁹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁶⁰ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

um senhor se ofereceu para levá-la até o outro lado num barco de pesca: “Fiquei desesperada, entrei no barquinho horroroso, coisa que hoje eu jamais entraria, né, pra cruzar um rio que era um puta rio”,³⁶¹ mas “a responsabilidade era muito maior que o medo”³⁶².

A aventura só estava começando, garantiu Cecília. Como a correnteza era forte e o barquinho muito pequeno, eles foram parar longe do ponto da Aduana e lá estava a militante sozinha, à noite, no meio do mato, sem saber como subir a barranca do rio para chegar à estrada. Cecília começou a caminhar:

[...] pra onde é que eu vou? Sair andando, andando, andando, passou um carro e pedi carona, claro que o cara achou a coisa mais estranha do mundo, né, uma mulher, uma jovem como eu, naquele lugar. Se eu fosse homem iria preso imediatamente. Mulher, não. Mulher não, por quê? Chamou atenção, claro que ele desconfiou e tal, mas eu passei uma conversa e aí vem um **instinto machista protetor**, né, com as mulheres, o cara foi extremamente gentil comigo, fingiu, né, depois, ficou claro que ele fingiu que ele acreditou na minha história de que eu peguei, não na verdade, eu não contei nenhuma mentira. Eu falei que eu precisava viajar e que eu tinha... inventava umas mentiras, cada vez uma mentira e que eu tinha que ir tinha que pegar o ônibus de manhã cedo seis horas da manhã e tal e aí eu fui com um barco e o cara me deixou lá e... era verdade.³⁶³ (grifo nosso).

Foi o instinto protetor do argentino, atizado por Cecília, que a ajudou naquele momento, pois o argentino encontrou um lugar para ela dormir e se comprometeu em auxiliá-la a conseguir o visto, já que sem essa documentação ela não conseguiria transitar pela Argentina. Logo pela manhã ele retornou e levou a militante até a Aduana e, ao chegar lá, revelou que era o chefe da Aduana e que lhe ajudaria sem perguntar o motivo real de sua estadia no país. Cecília, em todos os momentos, se sentia insegura, desconfiada e temerosa que ele pudesse entregá-la à polícia, mas, como já havia acentuado, a responsabilidade em realizar a tarefa era maior do que o medo que ela pudesse sentir, mesmo sabendo que a “Argentina tinha um esquema repressivo muito maior do que o nosso”³⁶⁴. Antes de finalizar a história, ela ainda apresentou o elemento surpresa, “me ajudou, fez a documentação e tal, me deu um monte de conselhos de como agir com a polícia na Argentina, né, e os conselhos eram todos esses: haja como mulher, chore, faça drama [risos], faça ceninhas, você chega bonitinha”.³⁶⁵

³⁶¹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁶² GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁶³ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁶⁴ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁶⁵ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

O tom de aventura e do extraordinário acompanhou novamente a narrativa de Cecília — ela foi salva pelo chefe da Aduana Argentina! Quer acaso do destino mais interessante? O entusiasmo de contar a passagem era contagiante, pois tinha os seus significados. Primeiro ela reafirmava que não foi somente o fato de ser mulher que a ajudou, mas a sua inteligência de saber usar isso a seu favor, pois o “determinante aí mais era o fato de gênero. É isso! Foi fundamental”³⁶⁶. E, segundo, se o argentino quis inovar e lhe ensinar como fazer para ser bem-sucedida, ela já sabia o que fazer muito antes dele, inclusive ela já tinha feito com ele mesmo, pois foi devido à sua “desenvoltura própria”³⁶⁷ que ela conseguiu ser salva à noite em uma estrada deserta, conseguindo um lugar para dormir e, o mais importante, conseguindo o visto que a ajudou a transitar pelo país sem suspeita.

Desse modo, embora houvesse outro lado de sua militância que não estava relacionado com o fato de ser mulher, mas com sua aptidão pessoal para realizar uma determinada tarefa, ela, ao tratar sobre a sua militância na POLOP, especificamente quando a organização começava a ser desestruturada pelas prisões e pela clandestinidade e exílio dos seus membros, Cecília revelou um segredo, contado pela primeira vez:

[...] passei a me dedicar assim por uma necessidade do momento e por uma é... como é que se diz...? Aptidão, digamos assim, alguma pessoa, eu me dediquei intensamente a fazer documentos falsos [risos]. Eu falsificava documentação para as pessoas, pros militantes e não só pros nossos, mas para as outras organizações. né, porque começou a se montar uma rede de solidariedade, entre todas as várias organizações e precisava desesperadamente de documentação fria porque se não você caiu por qualquer motivo é difícil hoje dizer isso pras pessoas porque as pessoas não consegue imaginar que você andasse numa cidade igual São Paulo na época pudesse ser preso a qualquer momento, qualquer instante e não podia ter o nome real porque se você tivesse seu nome real era fatal, né. Então eu comecei a desenvolver uma série de técnicas pra fazer esse tipo de documentação e eu não sei se você quer que eu entre nesse aspecto, é um aspecto interessante. Eu nunca falei pra ninguém. Isso é a primeira vez que eu falo. Até porque era um segredo muito grande, né.³⁶⁸

Ao contar tal segredo, a militante explicou que essa atividade foi importante, porque, naquela época, fazer a documentação pessoal não era algo fácil, ainda mais para os/as militantes que precisavam de documentos falsos para transitar pelas cidades ou para sair do país. A importância dessa atividade fazia com que a militante fosse

³⁶⁶ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁶⁷ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁶⁸ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

protegida não só pelos integrantes da POLOP, mas também por toda a esquerda que a procurava, principalmente para obter exemplares falsos de carteira de trabalho que comprovassem emprego, que distinguiria trabalhadores de subversivos.

Eu tinha toda uma técnica pra ter certeza absoluta de que a pessoa que ia tirar aquela documentação não ia ser presa, só ia lá quando eu tinha absoluta certeza e eu assim me orgulho de ter pessoas que foram presas e a polícia não descobriu o seu nome verdadeiro nunca, nunca, porque a documentação era o imbatível assim eu tinha uma técnica inclusive de fazer carimbos de empresas de falsificar os cartões, eu não podia fazer um carimbo de uma empresa grande, por exemplo, mas aí essa técnica que eu desenvolvi com muito orgulho.³⁶⁹

Para Cecília não há problemas em contar que durante a ditadura ela falsificava documentos. Assim, portanto, o fato de não ter revelado tal prática não parece estar relacionada a preocupações com julgamentos no presente, pois, se ela desenvolveu a técnica de falsificar documentos, foi por uma causa justa, foi pela necessidade de sobrevivência e de segurança de informações pessoais em um período repressor e violento. É nesse sentido que entendemos o caráter de exclusividade como uma forma de valorizar a sua capacidade política, que, para ela, independentemente de ser constituída entre “foi fundamental ser mulher”³⁷⁰ e “não foi porque eu era mulher”³⁷¹, esteve sempre fundada em sua inteligência. Cecília soube usar do gênero para compor sua militância e poderíamos sugerir que, um dos primeiros momentos em que a militante se percebeu em uma situação de sujeição, a agressão machista de seu ex-namorado, Cecília exerceu uma ação contrária e impactante, construiu uma resistência ao que a limitava, possibilitando a descoberta ou a reafirmação de sua capacidade política.

Quase no final da entrevista, Cecília retornou ao tema que abriu sua narrativa, qual seja, a sua resistência em mudar seu jeito de ser, sua maneira de se comportar e de vestir e até mesmo de pensar, para ter direito a ser uma *verdadeira* militante política. Na entrevista, a militante não mencionou se já havia narrado sua história de vida em algum outro momento, portanto talvez fosse a primeira vez que ela havia conversado com uma historiadora e, partindo dessa suposição, entendemos que Cecília sabia que a tese tornaria pública a sua militância.

³⁶⁹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁷⁰ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

³⁷¹ GARÇONI, *Entrevista* ..., 9 jul. 2013.

Tomar notas de si, conforme Rago, é estabelecer uma relação renovada de si para consigo e também para com o outro. É, portanto, nesse sentido que, se no passado Cecília foi marcada por ser diferente, principalmente pelas outras mulheres, sejam elas militantes ou não, no presente é ela que marca a sua diferença ao constituir a subjetividade de militante que soube com inteligência combinar ação política e beleza física. É este o recado que sua narrativa deixou às outras mulheres, pois sabe que, em uma tese que estuda a militância política de mulheres, serão diversas as militâncias femininas apresentadas e a sua será uma delas. Segue-se, portanto, que as outras militantes passam a conhecer a sua história de vida e a reafirmação de sua capacidade política, não aquela além de sua beleza de *miss* e de salto alto, mas, sim, aquela a partir dessa beleza.

3.2 Lúcia Lucaski: os enfrentamentos do passado e no presente

A impossibilidade de narrar a própria existência acompanhou Lúcia por muito tempo, pois não era fácil para ela recordar a experiência da militância durante os anos da universidade. Mesmo assim, Lúcia aceitou colaborar com a pesquisa. No dia em que nos conhecemos ela parecia estar muito nervosa, mas determinada a falar sobre o seu passado, por mais que isso pudesse lhe trazer recordações e diversos sentimentos. Diz ela:

Olha, então Carla, em primeiro lugar eu me sinto assim muito honrada que você me chamou para esta entrevista. Não sei se vai ser de grande valia, mas, enfim, o critério foi seu. E eu posso dizer, assim do fundo do coração, que hoje eu já posso falar e, digamos, quase tudo. Porque eu passei anos e acho que isso se deu com muitas pessoas que viviam um silêncio assim sepulcral. O medo era tanto que esse medo era recorrente até em sonhos, sonhos ou pesadelos. Sonhos não, porque o sonho é bom. E eu tinha muita dificuldade de rememorar isso aí. [...] Eu sempre duvidava um pouco de análise, de psicanalista [...], mas não, me libertou muita coisa, como esse fato de falar da repressão. Eu passei anos, Carla, eu não falava. Eu evitava de encontrar os amigos da época, porque, não por medo, mas era sempre o mesmo assunto, sabe, sempre o mesmo assunto. **Então aquilo voltava o pesadelo.**³⁷² (grifo nosso).

A vida de Lúcia tinha uma lacuna, pois ela se negava a falar sobre os anos vividos durante a ditadura civil-militar. Era a forma encontrada para se relacionar com essa parte de sua história. Na entrevista, ela não mencionou o motivo que a fez decidir

³⁷² LUCASKI, Lúcia. 72 anos. Depoimento em 7 de novembro de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

pela ajuda da psicanálise. Somente considerou que, apesar de ser descrente dos métodos dessa área, foi a terapia que lhe permitiu encontrar uma forma de acessar as memórias do que ela definiu de pesadelo. Assim, Lúdia já estava em um processo de memorização e talvez por isso tenha aceitado colaborar com a pesquisa. Possivelmente para ela a linguagem era um modo de dar conta do trauma. Todavia agora ela não falava mais a um psicanalista, mas a uma historiadora. Mas a distinção de quem estava a ouvir tinha alguma diferença para Lúdia?

Na autobiografia, a militante pouco falou propriamente de si mesma, apenas se apresentou como uma mulher de personalidade muito tímida, devido a uma educação recatada. A representação sobre si, construída por ela, foi apreendida na análise das passagens narradas, pois, ao falar sobre os episódios, Lúdia deixou transparecer seus sentimentos, suas atitudes e seus comportamentos. A militância política foi um projeto pessoal e estava atrelado às histórias de guerra e de coragem dos homens da família. Para Lúdia esse legado “nunca mais saiu da [sua] memória”³⁷³. Em 1964 Lúdia entrou na universidade e, quase que naturalmente, começou a participar do movimento estudantil, talvez por considerar que ela, no seu tempo, deveria também fazer algo pelo país e seguir assim com o legado da família. O fato de não ter se filiado a partido político ou a alguma organização de esquerda também foi considerado, pela militante, como uma decisão sua, pois ela não queria amarras. A liberdade em decidir por sua militância era algo importante para ela.

Descrevendo detalhadamente sua experiência pessoal no que diz respeito ao contexto das prisões, podemos perceber como a militante reviveu — mas também denunciou — as cenas de humilhação e de violência às quais os agentes da DOPS a submeteram. Propomos dividir o contexto da primeira prisão em dois momentos, primeiro a descrição do perfil e do comportamento repressor dos agentes da DOPS, bem como dos espaços dentro da DOPS e, na sequência, a postura da militante nos interrogatórios. Tal divisão auxiliará na evidência dos detalhes narrados e também atenderá a um pedido da militante feito durante a entrevista, isso de tornar visível o momento dos interrogatórios. Todavia, estruturar a análise dessa forma será também importante para que possamos perceber as motivações da fala da narradora. De fato, um aspecto se delineou desde o início da narrativa, o seu ressentimento — não somente em relação aos agentes da DOPS —, mas ao que veio a acontecer em sua vida, em

³⁷³ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

consequência, não da sua opção pela militância, mas da truculência de um governo autoritário e repressor.

Lídia foi presa diversas vezes. Na primeira ela estava na CEU, foi levada para a DOPS e interrogada pelo delegado Ozias Algauer³⁷⁴, a quem ela desejou que estivesse hoje “morto no fundo do inferno. Não, eu não posso ser cínica hoje. Se tiver alguém que perdoe, que perdoe, eu não perdoo. Entende, me arrancaram lá da Casa da Estudante, não só a mim, que depois levaram outras pessoas”³⁷⁵.

Através da memória, Lídia retornou ao dia de sua prisão. Ela estava novamente na DOPS, na Rua João Negrão. Diz ela:

[...] eu ficava sentada em uma cadeira de pau, até hoje tenho esse problema, aquelas cadeiras retinhas de pau bem antigas, uma sala assim, murriente [sic], suja mesmo, não é suja de lixo, é encardida. Aliás, como todos eles eram encardidos mesmo. Encardido, gente asquerosa. Aquela tiragem do DOPS era uma coisa assim, sabe uma excrescência da humanidade. Eles, em quatro, cinco, eles saíam, entravam. Ali na João Negrão, lembro que tinha uma escadaria enorme, muquiferenta [sic] sabe, deprimente mesmo, se eu fosse da polícia tinha vergonha de trabalhar em um lugar podre daqueles. Enfim, várias vezes eles me detiveram. **Só deixa eu te contar como era o ambiente lá.** Então, duas ou três, quatro pessoas perguntavam ao mesmo tempo, era um horror porque perguntavam berrando, não perguntavam assim, escuta tal coisa você conhece. Não era assim, aqui só vem inocente e murro na mesa. Era para demonstrar que eles eram os machões assim, sabe, aquilo eu achava muito ridículo, eu só não entendia na época, claro, com a idade que eu tinha, nunca tinha sido presa antes, como eles não eram didáticos. **Veja a inocência!** Você

³⁷⁴ Ozias Algauer foi considerado o braço direito da ditadura no Paraná, citado, pelo grupo “Tortura: Nunca Mais”, como um dos torturadores da ditadura no Estado. Conforme o site *Documentos Revelados*, a DOPS, sob o comando de Ozias – 1969 a 1978 –, em dois anos, investigou centenas de pessoas e instituições paranaenses. Uma das operações chefiadas por Ozias foi a Operação Morumbi, realizada em 1975, que investigou e prendeu pessoas acusadas de rearticularem o PCB no estado. Leandro Brunelo, ao analisar tal operação, a partir do Inquérito Policial Militar 745, apresentou um pequeno perfil do pensamento e da conduta do delegado, para quem a “subversão estaria presente em todos os cantos da sociedade”; na realidade, a sociedade seria uma grande inimiga em potencial que deveria ser constantemente vigiada e fiscalizada. Além disso, a subversão visava se infiltrar em todas as instituições, fossem elas políticas, econômicas, sociais ou militares com o único propósito de destruí-las. Nesse caso, os defensores das “[...] instituições democráticas” tinham que agir para preservar a ordem e coibir qualquer reação adversa que prejudicasse a segurança interna”. BRUNELO, Leandro. Operação Morumbi no Estado do Paraná. In: PRIORI, A. et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX [on-line]*. Maringá, PR: Eduem, 2012. p. 225. CALCIOLARI, Silvia. *Expressos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964 – 1978)*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006. HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988. O delegado Ozias Algauer foi homenageado com o nome de uma rua na cidade de Curitiba, uma prática presente em muitas cidades do país, que homenagearam pessoas ligadas à ditadura militar com nomes de rua. Sobre esse tema, ver: DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. *Patrimônio e memória*. Unesp, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 155-181, jan./jun. 2012.

³⁷⁵ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

tem que perguntar uma coisa para uma pessoa e esperar que te responda. Se está falando a verdade ou não, mas há resposta. Mas isso aí depois me explicaram que era justamente para quebrar o moral. Todo mundo berrava ao mesmo tempo, a tua cabeça ficava muito ruim, aí você tinha sede, tinha fome, fome não tanto, mais sede e eles não te davam nada. **Eu não tinha coragem de pedir um copo de água, sabe.** E todo mundo falando, falando, falando, daí me mudaram de sala, tinha uma cadeira, tudo era muito rústico, muito ruim e a cadeira tinha dois braços finos, eu sentada ali e um aqui outro aqui, eles andavam, eles eram muito tumultuado, tudo. Só que era justamente para ser assim, era o método deles, eles tinham um método dos mais terríveis. Eu me lembro que um desses agentes, tiras, era um gordo, muito gordo, barrigudo, me parecia que ele era sujo, chegava a cheirar mal, sabe, um cabelo todo gosmento, ele fumava um charuto e sentou nesse braço aqui esquerdo e ele se encostava em mim, eu não tinha mais para onde ir porque aqui tinha o outro braço. E daí disse: ‘colabora, colabora, riquinha’. **Como se eu fosse rica, eu disse ‘não sou rica’.** Talvez pelo meu aspecto, loira de olho azul, pode ser. Talvez, se eu fosse negra, ia ser pobre, mesmo que fosse dona de um banco. Eu acho assim um pouco por isso. Acho que ali tinha um certo complexo até de cor, sabe. Riquinha, está na faculdade e tal, sabe, assim, até o tom de voz.³⁷⁶ (grifos nossos).

Lídia parecia relemburar, com certa precisão, aquele momento. Se, por muitos anos, ela se negou a falar sobre o assunto, quando se permitiu, suas memórias receberam voz e se expandiram, trazendo informações e impressões sobre o vivido. Assim, por mais que o trecho citado seja longo, ele é significativo para percebermos como a militante agregou a essa memória algumas nuances. Para Lídia, as recordações sobre suas experiências na ditadura se assemelharam a pesadelos e o episódio narrado é uma amostra de como ela reviveu tais experiências. A memória traumática materializou-se pela linguagem e recebeu contornos de penumbra e de peculiaridades repulsivas, abrangendo o local e os agentes do DOPS. O local foi retratado como um local imundo e deprimente e a imundice não estava atrelada ao lixo ou à falta de limpeza, mas às ações que aconteciam naquele lugar, à violação dos direitos humanos, à tortura, à repressão, ou seja, as paredes do local eram impregnadas das atitudes sórdidas dos agentes. A imundice também era a característica daquela “excrecência da humanidade”. A representação que a militante fez do agente que a aconselhou a colaborar é a caricatura cinematográfica de um legítimo torturador.

Lídia usou duas palavras, *murriente* e *muquiferenta*, que não encontramos nos dicionários da língua portuguesa. Possivelmente são palavras do seu próprio vocabulário ou então inventadas na ocasião da entrevista, para dimensionar o quanto era

³⁷⁶ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

repugnante a política institucional de repressão e tortura da ditadura civil-militar. Conforme Arfuch, os testemunhos traumáticos requerem quase que obrigatoriamente imaginação, pois não é fácil trazer ao presente cenas que são difíceis somente de imaginar, então como narrá-las? Para a autora, o processo de “remplazar las manifestaciones a través de las cuales el inconsciente inicialmente ‘habla’ (flashbacks, pesadillas, desbordes emocionales), por un lenguaje consciente que intentará hablar una y otra vez de aquello que no puede ser dicho”³⁷⁷, é a relação ambivalente entre “la posibilidad y la imposibilidad del lenguaje para dar cuenta del trauma”³⁷⁸. O trauma, por vezes, tem uma extensão que não encontra na linguagem possibilidades de se figurar, embora, ao mesmo tempo, ele necessita da linguagem para a sua possível superação. Talvez por isso Lídia tenha precisado inventar tais palavras, pois não existiriam palavras criadas em dicionários que pudessem dar conta de ilustrar o que ela narrava.

No fragmento do relato grifamos algumas expressões de Lídia para que pudéssemos evidenciar que, ao mesmo tempo em que ela rememorava aquele episódio, expunha também sua conduta frente às atitudes ameaçadoras dos agentes. A militante, no momento do interrogatório, achou os agentes nada didáticos, uma vez que não conseguiu responder a nenhuma das perguntas, pois todos falaram ao mesmo tempo, não permitindo que ela se manifestasse. Ora, se era um interrogatório, entre respostas verdadeiras ou falsas, pelo menos ela precisava falar, visto que era ela que estava sendo arguida como subversiva. Lídia, naquela ocasião, considerou os agentes ignorantes, porque não era assim que um interrogatório deveria se proceder. No presente, refletindo sobre sua conduta, ela riu de sua ingenuidade por não saber que aquela atitude, nada didática, era uma estratégia. Outro ponto destacado foi a resposta da militante ao agente que cheirava mal e tinha cabelo gosmento. Prontamente ela lhe respondeu que não era rica. Sua indignação em ser considerada “riquinha” por ser branca de olhos azuis era uma ofensa a ela, primeiro porque ela veio de uma família de trabalhadores, foi emancipada por seu pai na adolescência para que ela pudesse trabalhar e, depois, pelo preconceito racial do agente, ou seja, para a militante ele foi duplamente preconceituoso. Lídia não tinha coragem de pedir um copo de água, tamanha era a barbárie do interrogatório, mas não se calou com a insinuação do agente e, talvez, para a ela a motivação de sua resposta não estava na coragem, mas, sim, na sua indignação.

³⁷⁷ ARFUCH, op. cit., p. 50.

³⁷⁸ Ibidem. p. 50.

Daí interrogatório e tal. Conhece Vitório Sorotiuk? Digo, conheço. Quem é ele? Digo, o presidente do CAHS, presidente do DCE na época. Nossa, deu uns murros na mesa, isso eles sabiam, eles queriam saber quem ele era de outra forma, político, comunista, subversivo, terrorista, o cão, né, claro. Não tinha nada que dizer isso, sabia que ele era o presidente do diretório e fim de papo. **Só que hoje eu falo isso assim**, só que lá dentro acho que eles estavam em cinco ou seis. Então, conhece fulano, conhece, jogavam umas fotos. Quem que é esse? Esse eu nunca vi, não sei. Não adianta. **Aquela covardia, Carla! Eu fico irada com aquela covardia. Porque eu, estudante, sozinha, advogado nem pensar, querida!** Me deixaram umas quatro a seis horas em uma sala e a porta estava aberta, eu andei por ali, tinha uma cadeira assim, só, nada. Não entrava ninguém, não saía, eu fui tentar a porta assim, sem chave e digo, eu vou embora daqui, só que mandaram eu ficar lá. Eu digo, eu vou embora. Eu disse para mim, eu vou embora, não vou ficar aqui mais. Isso foi outro ardil assim, sei lá, artifício, eles faziam para que a pessoa saísse. Eu digo ‘não interessa’, e lá dentro eu ouvia grito, como se alguém estivesse apanhando. Sendo espancado, torturado, grito, grito. Disse, não vou ficar aqui, não vou. Vinha o pânico, a sede, a fome com o cansaço, assim, aí eu sai, fui para a Casa da Estudante. **Olha a inteligência!** Eu pensei ainda comigo, veja bem, eu não estou presa, porque se eles me deixam numa sala horas, e horas e horas, não podia ir no banheiro, nem sabia, nem pedia. Então eu não estou presa, porque tem uma porta fechada, mas não com a chave, então não estou presa e aí foi o meu erro. Quer dizer, me induziram a isso.³⁷⁹ (grifos nossos).

Em menos de 10 minutos a viatura da DOPS estava novamente no CEU em busca de Lídia. Podemos perceber, pelo fragmento, que a decisão de ir embora da DOPS foi sua – ela sabia que o interrogatório não havia terminado, pois mandaram que ela permanecesse naquela sala –, porém o fato de estar sozinha, a sala aberta e, suspeitando que pudesse ser a próxima vítima a ser torturada, resolveu sair. Embora, em alguns instantes antes ela havia questionado o delegado sobre sua condição na DOPS, ela estava presa ou detida? E ambos os casos ela tinha o direito de ser acompanhada por um advogado:

Eu perguntei se eu estava presa, o delegado deu um murro na mesa e disse: ‘Não, você está detida!’ Eu digo: Qual é a diferença de estar detida doutor – com a vizinha mais suave do mundo –, e estar presa?’ ‘Não, você está aqui só para o interrogatório’, disse: ‘Então eu posso sair também. Se eu não estou presa, eu posso sair’. ‘Não pode!’ ‘Então estou presa’. Olha a discussão! Aquilo começou irritar, aí eles me achavam riquinha, metida. Mas não era, era um direito meu que eu queria exercitar. Então eu não achava justo que ninguém estivesse ali sem o mínimo, era um afronta a tudo que tinha de normalidade, **mas isso é uma besteira** que passou na minha cabeça que ali quem tinha

³⁷⁹ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

um trinta e oito na cinta e um cassetete, pronto, era a lei.³⁸⁰(grifo nosso).

A narradora, ao reconstruir o momento do interrogatório, por diversas vezes avaliou o seu comportamento, deixando perceptível sua surpresa com sua inocência ou falta de inteligência naquela época. Lídia entendia que a decisão de fugir da DOPS e retornar ao CEU foi induzida pelos agentes para intimidá-la a cooperar com as informações desejadas, pois, quando a perguntavam se conhecia alguns/mas dos/as militantes que eles citavam, ela respondia que sim, afetando uma tranquilidade forçada. Era impossível não conhecê-los, independentemente de se ela fosse ou não militante, uma vez que eram estudantes conhecidos por todos na universidade. Identificou ainda que foi descabido seu duelo verbal com o delegado, sobre a diferença entre estar detida e/ou presa. Isso era o que menos importava, pois a lei que imperava era a do mais forte e o legalismo era somente de sua parte. Assim, portanto, no momento em que a narradora revive tais experiências, parece-nos que ela não identificou que sua postura e seus questionamentos foram estratégias de enfrentamento, ou seja, a militante não reconheceu na sua conduta uma forma consciente de resistência.

A tese não tem o objetivo de atribuir valores como coragem, inteligência e heroísmo às narradoras, mas não podemos deixar de considerar que os enfrentamentos de Lídia ao poder instituído foram diversos e, portanto, se enquadram na nossa concepção de que foram múltiplas as formas de resistência dos sujeitos durante a ditadura civil-militar, entre elas, salvaguardar a vida e denunciar/questionar as arbitrariedades do governo autoritário, seja em assembleias, nas ruas e até mesmo dentro dos próprios espaços da repressão. Passamos a mais uma parte narrada sobre o interrogatório que demonstra como Lídia soube criar enfrentamentos como forma de resistências, mas sua personalidade tímida, principalmente o medo de se expressar em público, devido à educação familiar conservadora e rígida, parece se diluir-se e desaparecer nesse episódio. Diz ela:

[...] eles foram perguntando várias coisas, muita gente berrando, a minha cabeça está muito confusa assim e até que eles arrancaram... era escrita a máquina ainda, não sei quanto papel carbono, tiraram as folhas e sem carbono me deram para que eu assinasse a primeira via, só que eu não sei quantas folhas tinha antes. Quantas vezes o delegado, outros me interrogavam e eu estava pensando o que eu vou dizer assim e o escrivão continuava escrevendo. Aí eu notei aquilo, aí eu digo, espera aí, eu não estou falando nada, o que ele está

³⁸⁰ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

escrevendo? Daí eu no silêncio e o cara escrevendo. Eles me deram para assinar a última folha. Dizia assim: nada mais foi dito, nada mais foi perguntado. Pronto e o meu nome, tipo duas linhas. Daí eu disse para o delegado, chamei de doutor ainda, aquela excrescência. Eu digo: ‘Doutor, mas eu gostaria de ler o meu depoimento, aqui só está duas linhas e a minha assinatura’. As últimas duas linhas não dizia nada, meu Deus, o que será que eles me escreveram. Ele deu um murro na mesa, aí vem a loucura do berro e da ameaça, sabe. Ele disse assim: ‘Está chamando o sujeito de desonesto. Isso aqui é uma delegacia, aqui ninguém é desonesto’. Digo: ‘Não, eu não disse isso, não estou questionando a honestidade, a honradez de ninguém. Eu só gostaria de ler o que eu declarei. Acho que é um direito que eu tenho’. Nossa! Esse homem ficou louco e todos eles. Bom, aí a minha estupidez foi tanta que, quando eu fui assinar, eu pus embaixo do meu nome, estava meu nome escrito, eu pus sob coação. Peguei com a mão, assim pus Lídia Lucaski, assinei, sob coação. **Carla de Deus! Foi o maior erro da minha vida**, mas não tinha advogado, quer dizer, a ilegalidade era tanta, flagrante, uma afronta a tudo. O delegado e aquele patife que estava lá, ele rasgou aquele documento, a última folha, lá para a frente não sei o que tinha. Naquela hora, quem tem o mínimo de juízo não vai, daí ele pediu ao escrivão e o escrivão bateu aquela porcaria novamente. Agora assine direito. ‘Assine direito’ era sem o ‘sob coação’. **Ai já comecei tomar um pouco de juízo e assinei, meu nome.**³⁸¹ (grifos nossos).

Assinar o documento de seu interrogatório com a expressão “sob coerção” foi uma forma de Lídia se proteger, pois ela não sabia o que o escrivão havia registrado naquele documento. Possivelmente eram informações que foram inventadas e atribuídas a ela, como uma delatora de companheiros/as, enfim, a militante somente sabia que aquele documento poderia conter inúmeras informações, menos o que ela havia realmente declarado. Esse momento permaneceu por muito tempo na memória de Lídia. Ela poderia ter sido usada para um fim específico e jamais teria a chance de contar a verdade. A narradora temia por um “julgamento histórico que alguém fosse fazer porque eu não sei o que é que tinha: ‘Carla! Como é que você assina um documento praticamente em branco? Eles podiam escrever o que eles bem entendessem!’”³⁸².

Nos arquivos da DOPS, na pasta individual da militante, encontramos esse documento, denominado Ato de Declaração³⁸³, produzido em 15 de janeiro de 1969. Inicialmente, o documento trouxe referências sobre a Lídia, como idade, local em que nasceu, filiação, profissão e endereço. Informou ainda que, no momento do interrogatório, estavam presentes o escrivão, o delegado Ozias Algauer e a depoente. O

³⁸¹ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

³⁸² LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

³⁸³ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Lídia Lucaski. Nº 02545. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

documento encontrado tinha apenas uma página e parecia ser composto por duas, já que na primeira o escrivão finalizou o documento citando as assinaturas que se seguiam na próxima página, portanto, fato que corrobora o relato da militante, que disse ter assinado uma página em branco. O teor do documento é descritivo, pois informou que Lídia teve conhecimento da assembleia do DCE da UFPR no Diretório Acadêmico Nilo Cairo, compareceu ao local, mas a assembleia não ocorreu. Informou que ela fazia algumas visitas à prisão para levar jornais, roupas e comida a 15 estudantes detidos – não se mencionou quem eram os estudantes e qual o motivo da prisão – e, ainda, citou as disciplinas da universidade em que ela havia reprovado. As informações contidas no Ato de Declaração são corriqueiras e não houve muito a registrar, pois, apesar de ter sido o primeiro depoimento prestado por Lídia, ela havia conseguido proteger as informações do movimento estudantil. Então, portanto, a DOPS apenas registrou algumas notas e, como precisava preencher o documento e de alguma forma depreciar a militante, informou que ela não era uma boa aluna dado o seu histórico acadêmico. Por fim, o escrivão finalizou: “Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado”³⁸⁴ — sabemos, porém, que Lídia assinou, mas não leu o seu depoimento.

Como já foi apontado, ao relatar o episódio do interrogatório, Lídia avaliou seu comportamento no passado. Se, naquele momento passado, ela entendia que deveria agir daquela forma, no presente sua militância foi questionada por ela mesma, sendo que, por vezes, se surpreendeu com a inocência de suas atitudes. Caracterizar de inocente sua atuação parece estar atrelado à identificação, por parte da militante no presente, das estratégias empreendidas pelos agentes da DOPS durante o interrogatório. Nesse sentido, Lídia entende que, naquele momento, suas atitudes não foram decisões suas, que ela foi induzida a tomá-las. Embora a narradora tenha demonstrado que reconheceu muitas das estratégias dos agentes, parece-nos que ela não identificou que registrar informações, mesmo nos momentos em que ela se negou a responder, seria, supostamente, uma das estratégias dos interrogadores para intimidá-la. Levantamos essa hipótese por entendermos que essa lembrança a acompanhou por muito tempo, ou seja, o temor que alguém um dia a julgasse. Não era temor por ter assinado sem ler — pois, quanto a isso, ela até tentou fazer algo —, mas que ela poderia ter delatado informações que levaram a prisão, a tortura ou a morte de algum/a militante. Esse nos parece ser um

³⁸⁴ Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Lídia Lucaski. nº 02545. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

sentimento inalterável em sua vida, o que não permitiu que a Lídia pudesse supor que tal prática fosse uma estratégia utilizada em muitos interrogatórios.

Para Lídia, a dimensão política de sua militância estava na execução das tarefas do movimento estudantil, pois ela não identificou que os enfrentamentos, durante os interrogatórios, pudessem ser uma forma de ação política. De um modo geral, o que se percebe é que, para a militante, sua capacidade política se formou nas inúmeras atividades realizadas e não na ação de enfrentar o poder instituído dos agentes da DOPS, já que esse segundo ponto foi percebido por ela apenas como uma reação espontânea à circunstância vivida. Conforme verificamos nos fragmentos acima citados, Lídia definiu sua atuação como inocente — logo não estratégica. Já em relação às tarefas desenvolvidas, a militante estabeleceu outra análise, pois reconheceu que soube criar estratégias para ser bem-sucedida.

Lídia tinha uma habilidade que a diferenciava das demais militantes, qual seja, a de que ela sabia dirigir e tinha carteira de habilitação e por isso dirigia os carros usados pelo movimento estudantil. Depois do cerco ao Congresso do Alemão e da prisão de muitas lideranças, coube a ela esconder os carros da União Paranaense de Estudantes — UPE. Foi uma tarefa nada fácil, pois todos os carros da UPE tinham a logomarca da instituição e andar por Curitiba em tempos de perseguição aos estudantes com um carro sinalizando que era do movimento estudantil, por isso possivelmente o motorista seria tido como subversivo — nesse caso, a motorista.

Associado ao fato de ser uma das poucas mulheres militantes do movimento estudantil que tinham habilitação e por nunca ter se filiado a algum partido político ou organização de esquerda, Lídia entendia o seguinte: “Eu tinha, digamos, de certa forma, uma vantagem porque como eu não era filiada, todo mundo confiava qualquer coisa”³⁸⁵. Ela foi designada para uma atividade perigosa, levar até Maringá um estudante que estava doente, o qual, para ela, era uma liderança de alguma organização. Lídia e o militante “com sotaque do nordeste”³⁸⁶ seguiram para Maringá durante a noite, em um fusca emprestado de uma tia. No meio da viagem, num Posto da Polícia Rodoviária Estadual, o fusca foi parado e Lídia precisou encenar a história que veio formulando a viagem inteira, a de que ele era seu noivo e ambos estavam em uma viagem romântica. O policial conferiu os documentos do carro, a identidade dela e, ao questionar sobre o seu acompanhante, Lídia gentilmente respondeu: “Meu noivo, né, ele está dormindo.

³⁸⁵ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

³⁸⁶ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

Deixa ele”³⁸⁷. A estratégia da militante foi usar das aulas de teatro, que frequentou na universidade, para compor uma personagem: “Parece incrível que você se modifica. Eu não sou muito eu aqui, não”³⁸⁸. Assim, sua atuação não levantou suspeita. Eram apenas um casal de noivos em uma viagem romântica. Entretanto, atuar não era fácil: “Por dentro eu estava morta, exausta como se tivesse o mundo nas costas, que é uma coisa que até hoje me emociona”³⁸⁹. Ainda sobre esse momento, diz ela:

Não, não precisava ir sozinha, não precisava ir para Maringá. O caso era levar essa pessoa que veio não se sabe de onde, que devia ter problema, que não sei por que ele estava com aquele colete de pescoço que não sei como é que chama. Ele tinha que sair de Curitiba, tinha que sair e tinha que ir para Maringá. Veja bem, quem me entregou era pessoa de minha extrema confiança, que eu conhecia há muito tempo. Era tipo assim, ter que salvar essa pessoa, alguém tem que ir. De ônibus não podia, de certo eram mais vigiados. Até me falaram na época que até pelo fato de motorista mulher, era melhor que motorista homem. Era o que se acreditava, mulheres podem falar mais, etc. Me disseram: ‘Pinte a boca, bote brinco!’. Eu nunca tinha usado brinco. Daí passei um batom: ‘Olha isso!’, já me disseram e o teatro tinha já me ajudado um pouco — fazia teatro infantil.³⁹⁰

Não foi esse o único momento em que a narradora criou uma *performance*, assim reforçando as características femininas para cumprir as tarefas designadas a ela. No trecho acima percebemos a posição de Lídia. A escolha de aceitar ou não a tarefa foi sua, mesmo sabendo que seria uma viagem perigosa e não havia mais ninguém para executá-la. Mas o comprometimento com a luta, a necessidade de salvar uma vida e de ser fiel ao indivíduo de sua extrema confiança, foram sentimentos mais fortes que o medo. Lídia tinha uma missão, levar o militante até Maringá. O planejamento e a execução da tarefa eram sua responsabilidade. Assim, Lídia emprestou o carro de uma tia, inventou uma história convincente para o caso de que fosse parada em algum bloqueio policial e criou uma personagem completamente diferente dela mesma. De militante do movimento estudantil, Lídia passou a interpretar o papel de uma mulher que estava noiva, com uma boa aparência, no que diz respeito à maquiagem e adornos, e completamente alienada em relação à política.

³⁸⁷ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

³⁸⁸ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

³⁸⁹ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

³⁹⁰ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

Em 1969, clandestina no Rio de Janeiro, às vésperas de sair do Brasil via Uruguai para o Chile, Lídia conheceu Branca Moreira Alves³⁹¹, que a convidou para um almoço em sua casa, para a ajudar com os preparativos finais da viagem. Lídia tinha apenas um vestido: “Ela dizia: ‘Você não pode ir com esses trajes, você é muito, está muito estudante, você tem que ficar assim, sabe, você é loira de olho azul, barambararam. Você vai sair daqui, mas você vai ser bem diferente. Ninguém vai te reconhecer!’”³⁹². Assim Branca foi sua modista: “Brinco, bijuteria tipo fina, tinha que pôr brinco de argola, não tinha nem orelha furada, eu tinha que parecer muito bonita, deixar a unha crescer, fazer a unha, pintar o cabelo de uma cor bem escura, echarpes de seda”³⁹³. E, por fim, a última recomendação: Lídia precisava se passar por uma mulher fútil, usar das técnicas do teatro e representar o papel de sua vida, embora isso, para Lídia, não era somente atuar como se estivesse em uma peça de teatro, “mas acho que vai acumulando tanto que eu não consigo introjetar esse personagem novo. Que daí é teu problema mesmo, você não está simplesmente representando, é bem interessante”³⁹⁴. A militante se referia ao sentimento de sair do seu país, de todas as dificuldades vividas durante a clandestinidade, entre elas a incomunicabilidade com a família e, naquele momento, como num passe de mágica, deixar tudo isso de lado e teatralizar o papel, conforme Lídia, de uma madame:

Eu tinha umas unhas parecia do Zé do Caixão de compridas, pintadas de vermelho. Naquele tempo se pitava em ônibus, me compraram uma piteira. Aí eu coloquei um brinco de esmagar a orelha, porque eu não tinha orelha furada. Aquilo me amortecia a orelha, de vez em quando tirava, parecia aquelas que os escravos usavam, aquelas argolas, como chama, os grilhões. A minha orelha amortecida e eu sempre fingindo que estava dormindo. Tipo cílio — se eu chorasse, aquilo eu ficava com a cara de uma, nossa! **Era o teatro do absurdo.** Aí, note bem, eu fingindo que estava dormindo e tudo, podia, um monte de gente fumava no ônibus, eu tinha que dar uma de madame. Aí me deram um monte de revistas. As revistas eram tipo assim, Contigo, Amor, eu não sei.³⁹⁵ (grifos nossos).

O teatro do absurdo para a militante não era ter que passar por tudo aquilo para não ser reconhecida, mas ter que se vestir e se comportar como uma madame. Isso,

³⁹¹ Branca Moreira Alves, feminista, advogada e autora de diversos livros sobre o feminismo. Durante a ditadura civil-militar ela se exilou nos Estados Unidos, onde criou um grupo de reflexão sobre o feminismo.

³⁹² LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

³⁹³ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

³⁹⁴ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

³⁹⁵ LUCASKI, *Entrevista* ..., 7 nov. 2012.

aparentemente, era algo muito difícil para ela, não somente porque não estava acostumada a se vestir assim, a cuidar de sua aparência daquela forma, até mesmo porque não foi essa a educação que teve de seus pais. Na universidade ela tinha asco das estudantes com seus trajes da moda e salto alto, ou seja, as consideradas alienadas em todos os sentidos. Assim, tudo o que ela não queria para si, naquele momento, isso ela precisou ser, ou seja, uma mulher socialmente aceita. Lídia viajava do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Em São Paulo o ônibus foi interceptado pelo Exército e os passageiros obrigados a apresentar as carteiras de identidade e Lídia não tinha nenhum documento com ela:

E daí acordei assim, eu não estava dormindo, nada. Eu não dormi do Rio de Janeiro até Porto Alegre, mas sempre estava com sono, tem que fazer o gênero da coisa, bocejando, abrindo documento, documento, todo mundo. Digo: **‘Meu Deus! Como é que eu vou sair daqui toda maquiada para o camburão.’** Pensei, sabe, peguei aquelas revistas assim, que eu tinha, Cláudia, não lembro o nome, fiquei olhando, dessas bem de futilidades, com aquelas unhas. Eles acenderam todas aquelas luzes. O motorista foi obrigado a acender, uns dormindo e tal. De todos os homens, ali que está uma vantagem, quase todos os homens, eu não sei os muito de muita idade não tinha que dar documento, que não estava na mão, alguns eles pegavam um ou outro e tal. Chegou um e não sei de onde que eu disse: ‘Oi, tudo bem?’ Para dizer ‘Oi, tudo bem!’ tinha que ser uma débil mental. Não podia ter alguma coisa na cabeça. O cara cheio de metralhadora, umas cortinhas. Eu era nova na época, ele soldado, cabo: ‘Oi, tudo bem?’. ‘Oi. Bom, tudo certo aqui, boa viagem, obrigado. Boa viagem!’.³⁹⁶ (grifo nosso).

Lídia soube instrumentalizar o gênero ao seu favor, pois estrategicamente reforçou as características do feminino tradicional e construiu uma personagem que pudesse ludibriar a repressão. A madame que ela teatralizava tinha também uma *performance* em se comportar, com expressões faciais, gestos e olhares, enfim, um conjunto de técnicas que compunham a sua atuação. No momento em que o soldado do Exército solicitava a carteira de identidade dos passageiros, Lídia reforçou ainda mais essas técnicas e agregou uma a mais, a sedução, pois o soldado deveria prestar atenção nela e não no fato de não ter o documento em mãos. Assim, antes mesmo de o soldado dirigir a palavra à Lídia, ela iniciou uma conversa, perguntando se ele estava bem. Podemos supor que a militante, com seu batom vermelho, tinha um largo sorriso nos lábios. Durante todo aquele momento, o medo de ser presa pela falta dos documentos era imenso, mas o que passava pela mente da militante foi: “Meu Deus! Como é que eu

³⁹⁶ LUCASKI, *Entrevista*, 7 nov. 2012.

vou sair daqui toda maquiada para o camburão”³⁹⁷, evidenciando que, para a narradora, mesmo tendo usado conscientemente a estratégia de compor uma personagem, aquela personagem era muito difícil de interpretar, pois ela se sentia indignada por precisar se passar por uma mulher descomprometida, pertencente a uma parcela da sociedade brasileira que foi adepta e incentivadora da ditadura civil-militar, para poder fugir do país e continuar viva.

Aquela foi uma viagem difícil. Não era a Lúdia quem viajava, e sim uma mulher preocupada somente com as notícias da Revista Cláudia, mas passar a poucos quilômetros de sua casa, da família, que pensava que ela estava morta, isso fez Lúdia chorar sem se importar que sua maquiagem fosse borrar — essa coisa estranha que ela nunca tinha usado na vida. Sua família não poderia saber sobre seu paradeiro e isso era um perigo que ela não queria correr. Estava sozinha e a viagem do Rio de Janeiro para Porto Alegre foi uma angústia sem fim. Estar tão perto de sua casa e não poder retornar e ser a Lúdia novamente foi narrado com muita tristeza e choro. O sentimento foi revivido, eram as marcas que a militante mencionou no início de sua entrevista, eram esses os momentos que não permitiam que ela falasse sobre esse período de sua vida, a dificuldade em narrar e reviver.

O retorno a si, o cuidado de retornar à sua história de vida foi algo que precisou de muito esforço para Lúdia. A militância política se iniciou logo que ela entrou na universidade e, em 1969, já estava com a prisão preventiva decretada e vivendo clandestina. Procurada pela polícia, Lúdia contou com ajuda de alguns/mas militantes do movimento estudantil e passou a viver em lugares escolhidos às pressas, concedidos por simpatizantes à luta dos estudantes, mas o cerco se fechava a cada dia e as dificuldades de uma vida clandestina começavam a pesar. Conforme a narradora, foi uma época difícil, incerta e angustiante. Chorando e emocionada, lembrou que “ninguém mais me aceitava, eu me sentia a própria leprosa contaminante. Porque eu não queria implicar mais ninguém, eu digo **‘Tenho que arcar com isso, não sei mais o que fazer!’**” (grifo nosso)³⁹⁸. A partir dessa passagem podemos perceber que Lúdia assumiu, no passado, que a responsabilidade das adversidades que se apresentavam deveria ser sua, uma posição que também incorporou no momento da narrativa: —Mas, a militante deveria arcar com as consequências de ter escolhido a militância política? Julgou ter se enveredado por um caminho que somente trouxe infortúnios? Ter-se-ia ela arrependido?

³⁹⁷ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

³⁹⁸ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

Lídia não se arrependeu de seu passado. Analisou sua militância entre erros e acertos, valorizou sua capacidade de desenvolver as tarefas designadas a ela e, por fim, assumiu as consequências de suas escolhas. Entendemos que, para Lídia, a militância política foi uma escolha para si, a representação da sua liberdade e poder de decisão. Não havia, portanto, arrependimento por ter optado pela militância, tanto que ela assumiu sozinha as consequências dessa opção. Em busca de responder às nossas perguntas, apresentamos mais um fragmento da narrativa, o momento de decisão pelo exílio. Em suas palavras:

É meio duro se ouvir isso [precisar sair do país], porque daí por mais que você nasceu, mais que tudo, você não serve para ficar aqui, você tem que ir embora. Eu pensei: ‘Putz, mas que crime que eu cometi, não? Escrevi manifestos, rodei manifestos, distribuí manifestos, sujei a mão de tinta, pichei rua, fiz a homenagem da morte do Che lá na Casa da Estudante, botamos a bandeira do Brasil com tarja preta, era coisa da época, coisa da idade, da época, e agora tem que sair do país?!’.³⁹⁹

Um sentimento bem visível surge do relato da narradora, o ressentimento. Assim, se considerarmos a forma como Lídia narrou o interrogatório, como descreveu os agentes, o desejo de morte ao delegado Ozias, a transparência dos sentimentos de ódio, de remorso e de tristeza, podemos afirmar que o fio condutor da narrativa foi o ressentimento do que ela viveu durante a ditadura. Para Lídia, portanto, “arcar com isso”⁴⁰⁰ representou assumir o estigma de não somente ter que fugir para continuar a viver, mas de ter sido perseguida como uma criminosa por distribuir alguns panfletos, já que tal ato era considerado pelos militares um crime contra o país. As atrocidades, truculências e violências cometidas pelos agentes da ditadura civil-militar, independentemente de serem conhecidas por Lídia antes de sua escolha pela militância, deveriam ser assumidas, pois ela decidiu por sua vida. Por outro lado, tal postura, tanto no passado e no presente, pode ter sido uma das formas que a narradora encontrou para se reconciliar com seu passado.

Retornemos à pergunta lançada no início da análise da militância de Lídia, se haveria alguma distinção para ela em narrar a sua trajetória política a uma historiadora? Sim, houve. Sobre sua militância, Lídia considerou que “é bom se alguma lição restar disso, para que nunca mais aconteça. Para que a pessoa saia de casa e possa voltar

³⁹⁹ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

⁴⁰⁰ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

sozinha, sem ser presa, torturada ou, enfim, sofrer qualquer tipo de repressão”⁴⁰¹ e, em outro momento entendeu que: “Acho que não se aproveitou nada [da entrevista]. Você pegou uma pessoa que fez meia dúzia de panfletos, distribuiu outra e sujou a mão. E você acha que eu sou importante e que aí é triste, né?”⁴⁰². De uma aparente contradição, entendemos que há uma coerência compreensível nesse binarismo. No primeiro fragmento Lídia reconheceu e reafirmou a sua escolha pela militância, uma luta legítima e que trouxe um legado histórico e conquistas para os dias de hoje. Já no segundo, ao indicar que talvez sua trajetória não fosse tão importante, Lídia não fez uma depreciação da própria militância, mas continuou a questionar como uma pessoa pode ser perseguida, presa e julgada pelos agentes da violência política da ditadura, por ter, entre outras ações, distribuído panfletos? Narrar sua história de vida a uma historiadora era uma forma de tornar visível o que os militares foram capazes de fazer aos indivíduos que pensavam diferente deles, pois foram situações-limite que ultrapassaram o absurdo.

Conforme Alessandro Portelli⁴⁰³, em uma entrevista nem sempre o/a historiador/a oral está em pé de igualdade com os indivíduos entrevistados. Na maioria das vezes são os/as historiadores/as que estão revestidos de autoridade e, “na maioria dos casos, o poder, o *status* e o prestígio – reais ou imaginários – oferecidos pela profissão interferem no desempenho do trabalho”⁴⁰⁴. Mesmo concordando com o autor, no caso de Lídia foi diferente. Parece-nos que a militante compreendia que contar sua história a uma historiadora, uma profissional que tem legitimidade reconhecida para escrever sobre o passado, era uma forma de tornar visível, para o registro histórico, os nomes e os atos dos agentes da repressão. Nesse sentido, encorajada e determinada, Ligia travou uma análise do perfil de um torturador. Em suas palavras,

Eu acho, sabe, Carla, não sei se eu guardo esse rancor, essa mágoa. Um torturador deve ser uma pessoa muito anormal. Eu queria, sabe, deixa eu fazer uma entrevista com o senhor, como o senhor se sentia, o que o senhor fazia? Tipo você está me perguntando agora, eu queria ter esse direito. Eu ainda não sofri nada em comparação com os outros. Uns perderam a vida sob tortura, coisa horrorosa! Agora, veja bem, eu queria saber, agora vem esse ser, como ele é, ele é feito de carne, osso, ele é gente, assim, ou ele é um monstro, como ele tem a cara de um monstro. Carla, quem que pode pegar alguém, tem que ser anormal. Um psicopata, como é essa pessoa? Tem mulher, filho, neto,

⁴⁰¹ LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

⁴⁰² LUCASKI, *Entrevista ...*, 7 nov. 2012.

⁴⁰³ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*. São Paulo, n. 15, abr. 1997.

⁴⁰⁴ *Ibidem*. p. 20.

cachorro, gato. Como que é ele em casa? A gente, quando faz uma barbearagem no trânsito, nossa, olha a sujeira que a gente fez. Dá vontade de parar e pedir desculpas, daí atrapalha mais ainda. Dá um negócio terrível, se faz até sem querer. Agora você pegar deliberadamente, friamente, gente que não te fez nada, que você não dialoga. Porque se você pensa de uma forma diferente que eu, então vamos discutir, você continua com a tua verdade e eu com a minha, e a amizade é a mesma. E agora um monstro desses. Eu queria que tivesse muito remorso. Até falei com a minha analista. E ela disse: ‘Não, remorso tem você, tenho eu’. As pessoas elas são insensíveis para isso, achavam que estão cumprindo o dever tudo corretamente e recebiam para isso. É brutal, se você pensar. A minha cabeça, assim, tem coisa que é difícil de pensar, de raciocinar, digerir aquilo.

A narradora citou nosso nome por duas vezes, algo que já havia feito em outras ocasiões, mas nesse momento, particularmente, tentava criar um vínculo pessoal, talvez para se sentir um pouco mais confortável com o tema polêmico e, assim, estabelecer conosco um diálogo; para que raciocinássemos com ela sobre a humanidade ou sobre a barbárie de um sujeito que foi torturador. Nesse momento compreendemos o que Roger Chartier denominou de a inveja do “historiador dos tempos consumados”⁴⁰⁵ ao “historiador do tempo presente”⁴⁰⁶, já que este último, ao ser “contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”⁴⁰⁷, tem a proximidade como uma aliada, por permitir um melhor entendimento da realidade estudada e a compreensão dos atores históricos, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói mediante da narrativa histórica. Nesse sentido, embora exista a diferença geracional entre entrevistadora-entrevistada, pois Lídia viveu aqueles anos e nós, enquanto historiadora, somente conhecermos a época através da pesquisa, partilhávamos de diversas opiniões e de diversos sentimentos sobre a ditadura civil-militar. Entre eles, a revisão da Lei de Anistia, a abertura dos arquivos militares, a punição aos agentes e colaboradores da ditadura, reparação moral e material aos familiares dos mortos e desaparecidos e a instauração da verdade sobre a história da ditadura civil-militar no Brasil. Assim, portanto, a ditadura civil-militar não estava atrelada somente à história do país, pois tal período ainda se refletia, em muito, no presente da sociedade e na vida de nós duas. E por isso, além de conhecermos a historiografia sobre esse período, compreendíamos, pela oralidade, a multiplicidade de construções, de conflitos e de ressentimentos da

⁴⁰⁵ CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁴⁰⁶ Ibidem. p. 216.

⁴⁰⁷ Ibidem.

rememoração do passado pelos sujeitos históricos. Na narrativa autobiográfica pudemos conhecer e visualizar, pelos gestos e pela entonação da voz, a noção que Lídia tinha sobre os torturadores. Ela desejou que eles sentissem remorsos do que fizeram e que tal sentimento pudesse consumir a paz de espírito deles, no entanto, como lembrou sua terapeuta, remorsos tinha ela, das consequências na sua vida, da arbitrariedade e da violência do Estado repressor.

3.3 Teresa Urban: a maternidade e a militância

Começamos com o filósofo Henri Bergson: “Na memória, o tempo verdadeiro é o tempo vivido, aquele que a consciência faz durar”.⁴⁰⁸ Para algumas narradoras, o tempo vivido e perseverante na memória foi o da luta contra a ditadura civil-militar. Um tempo de revolução, de ideais e de comprometimentos, que, ao serem vividos intensamente, refletem-se no presente enquanto experiência da ação política dessas mulheres. Assim foi com Teresa Urban. A ditadura não foi apenas uma extensão do seu passado. Muito pelo contrário, foi um tema muito recorrente em sua vida. Por inúmeras vezes a militante escreveu e concedeu entrevistas, narrando e analisando o período da ditadura civil-militar. Em 2008, sua última publicação, intitulada *1968 – ditadura abaixo*⁴⁰⁹, tinha como público-alvo os adolescentes, pois a militante percebeu que seus/suas netos/as cresciam e ela não havia contado a eles/as a história daqueles, como ela, que lutaram pela democracia do país. Durante a nossa entrevista, Teresa falou sobre sua experiência de escrever para crianças e para adolescentes e considerou que havia sido “ muito importante fazer aquele livro! O que eu queria passar mesmo de verdade, uma ideia de que aqueles, aquele foi um ano fantástico!”⁴¹⁰. Percebemos que falar sobre o livro não somente denotou o seu entusiasmo com o momento da escrita, mas também como era significativo a ela continuar a falar sobre a ditadura. Teresa se mobilizava na luta contra o esquecimento daqueles anos, escrevendo a história da ditadura na contramão do tempo, preocupando-se em preservar o passado para as gerações futuras.

E poderíamos dizer ainda que a maneira como Teresa rememorava o passado era muito particular, ou seja, ela tinha uma maneira muito peculiar de descrever a época e,

⁴⁰⁸ BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1990. p. 45.

⁴⁰⁹ URBAN, Teresa. *1968 – ditadura abaixo*. Curitiba, PR: Arte & Letra, 2008.

⁴¹⁰ URBAN, Teresa. 66 anos. Depoimento em 26 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

ao mesmo tempo, de entrelaçar e de tecer as tramas do passado ao presente. Entre as entrevistas feitas, a narrativa mais analítica – diferenciando-se das demais – foi de Teresa. A capacidade da militante de estabelecer uma afinidade entre o acontecido e o atual se processava pela forma crítica como ela mirava o passado do país e, principalmente, a sua própria história de vida. Para Teresa, falar sobre o passado não valia a pena se ele não tivesse conexão com o presente da vida dos sujeitos.

Ao debater temas como: a violência política, especificamente a tortura; a abertura dos arquivos militares; a Lei da Anistia de 1979; as relações entre homens e mulheres nesse período, principalmente dentro das organizações de esquerda e no âmbito privado e a Comissão Nacional pela Verdade, Teresa analisou a memória da ditadura civil-militar na sociedade brasileira na atualidade. Foi a forma de a narradora criar argumentos para inscrever que o passado não deve ser rememorado somente para se conhecer a história, como forma de conhecimento ou da história de vida dos sujeitos históricos, senão que o passado deve servir para mudar a nossa sociedade. Parece-nos que foi essa a motivação de Teresa ao aceitar contribuir com a tese, pois entendia que, na medida em que seu passado fosse problematizado, poderia contribuir para a transformação da realidade do Brasil.

Em 2013, exatamente dois meses após a nossa entrevista, Teresa faleceu. Em sua homenagem, a Comissão Estadual pela Verdade do Paraná passou a se chamar Comissão Estadual pela Verdade do Paraná – Teresa Urban. Conforme Márcio Kieller, vice-presidente da CUT-Paraná e um dos membros da Comissão, a decisão dos membros em homenageá-la foi unânime e tinha como objetivo condecorar sua importância política e reconhecer publicamente que ela era uma “histórica lutadora contra as graves violações aos direitos humanos, Teresa Urban, militante social, ambiental e política que [foi] até o fim da vida uma combatente incansável na luta pelos direitos humanos no Paraná e no Brasil”⁴¹¹. A militante foi uma das ex-presas políticas convidadas a contar sobre sua militância na Audiência Pública da Comissão Nacional pela Verdade, Comissão essa que esteve em Curitiba no ano de 2012. O seu depoimento – de 10 minutos – a Comissão denota muito do seu perfil militante e traz indício do que discutíamos no parágrafo anterior – portanto merece ser citado quase integralmente:

⁴¹¹ Os trabalhos da Comissão se iniciaram em abril de 2013, criada depois da aprovação, pela Assembleia Legislativa, da Lei nº 17.362, de 27 de novembro de 2012, e empossada pelo governador do Paraná. A mudança de nome para Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban ocorreu em 2014. KIELLER, Márcio. O histórico legado da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. Disponível em: <<http://sindijorpr.org.br/artigos-interna/5/artigos/5696/o-historico-legado-da-comis-sao-estadual-da-verdade-do-parana-%E2%80%93-teresa-urban>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Eu agradeço esses 10 minutos oferecidos, mas eu acho que dada a complexidade do assunto vai ser um pouco difícil eu falar 10 minutos, para eu falar 10 minutos ou não falar, eu prefiro escrever. No meu planejamento eu me proponho a colocar, para a Comissão Nacional e para a Comissão Estadual, a discussão sobre método que é o que mais **me aflige**. A restauração da verdade exige um método e sistema que de fato eu não consegui ver aqui, me pareceu muito mais uma tribuna livre, necessária porque as dores e as memórias são importantes, mas eu de fato gostaria de fazer algumas considerações, que vão demandar um pouco mais de tempo, a respeito de qual seria o método adequado para fazer uma organização de tal natureza e em tal tempo previsto, num país deste tamanho. Então eu proponho colocar estas considerações metodológicas por escrito. Eu não digo que nós não temos uma conta a acertar, é uma conta ampla, é uma conta que requer um método mais sofisticado porque nós precisamos contextualizar cada uma destas coisas, nós precisamos nomear, parar com esse binômio torturador e torturado, nós precisamos localizar quem mandou, quem fez, quem responde por, quem sabia e quem financiou. Pombas!! Nós vivemos num país [ovacionada] que a polícia recebia dos senhores de escravos para fazer castigos corporais nos escravos. Depois que a lei proibiu os maus tratos, a polícia continua a cumprir este papel, os quartéis durante o período de exceção que nos atingiu, os bancos de classe média estudantes bonitinhos, é a prática que vem de lá de trás e continua até hoje. Eu digo para vocês, sobrou marcas; sobrou, eu tenho até hoje pesadelos, eu vejo a mão do Fleury esmagando a moleira do meu filho e ligo para meu filho e invento uma desculpa qualquer para saber se está tudo bem e ele me diz: ‘Estamos todos bem’. E todas as manhãs eu fumo uma cigarilha e bebo um cigarro [sic] e leio o jornal, três coisas que eu não deveria estar fazendo, mas que eu continuo fazendo e, inevitavelmente, meus amigos, todos os dias nós vamos ver meninos mortos, as chacinas, assassinatos, ônibus queimados, sequestros, mortes sem explicação, suspeitos mortos, balas perdidas. Dizem que Sócrates dizia que só vê o fim da guerra quem morre [pausa]. Bom, nós estamos vivos e bem e a guerra continua. Gente, nós temos um bom trabalho a fazer. Obrigada.⁴¹² (grifo nosso).

Talvez somente a leitura do depoimento de Teresa não permita a percepção do seu desconforto com aquele momento. Se unirmos a transcrição do depoimento à imagem filmagem dessa ocasião⁴¹³, poderemos perceber, nitidamente, o quanto Teresa estava incomodada. Não era o fato de narrar ao seu passado ou de estar na tribuna da Audiência que a deixava assim, mas a forma como a Comissão havia constituído seus trabalhos. Para ela, o caminho para o restabelecimento da verdade passava pela memória, mas deveria ter, como ponto de partida, um objetivo específico, ou seja, os trabalhos da Comissão deveriam problematizar e interligar o passado com o presente.

⁴¹² URBAN, Teresa. Comissão Nacional da Verdade em Curitiba. Depoimento de Teresa Urban. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rgXxWW_DxwU>. Acesso em: 10 abr. 2015.

⁴¹³ URBAN, *Comissão ...*, s/p.

Ao afirmar que não conseguia identificar o método de trabalho da Comissão, Teresa não questionava os membros da Comissão se eles partiam de algum método de trabalho, mas se posicionava no não reconhecimento de qualquer método que a Comissão pudesse ter. Para ela, portanto, sem um método de trabalho, a totalidade dos depoimentos significava apenas reminiscências do passado, uma vez que não eram processados ao ponto de estabelecer e possibilitar a mudança social e política da realidade brasileira. Era sobre isso que Teresa queria falar ou, melhor, escrever. Era essa a contribuição que ela queria dar à Comissão, e não, meramente, descrever as consequências de ter sido perseguida, presa e torturada pela ditadura civil-militar.

A caracterização de “vítima da ditadura”, caráter atribuído aos/às militantes, era o que incomodava a Teresa. Tivemos essa percepção durante a entrevista, pois a militante parecia negar-se a falar sobre a tortura sofrida. Em um primeiro momento, entendemos o silêncio da narradora como uma possível dificuldade em tocar no assunto, por traumas vividos, mas quando Teresa mencionou sua participação na Audiência e expôs os questionamentos feitos à Comissão, percebemos que a interdição sobre a tortura, presente na sua fala, era uma posição política. Diz ela:

É, e essa coisa de querer saber como [foi torturada], que me irrita muito, por que... [...] cada pessoa tem o seu limite e cada pessoa sente as coisas de um jeito, então, isso não é um ranking e, eu criei uma certa resistência em falar porque me parecia, é maldade, mas parecia um campeonato de quem foi mais torturado. E no dia que foi feito o depoimento aqui na, na... no dia que foi criado a Comissão da Verdade aqui, que veio o pessoal de fora, eu senti do mesmo jeito, que as pessoas repetem e repetem e repetem a história do seu sofrimento e a discussão política é outra. A questão é social! A questão diz respeito a toda uma sociedade que é tolerante com a tortura dos pobres e dos miseráveis. Tá cheio de gente no Youtube dizendo que foi ótimo matar eles, sentimos o Carandiru. **Isso me aterroriza profundamente!** Entende? E acho que quanto mais a gente fica discutindo a minúcia da tortura e não transforma essa discussão numa discussão [sobre] o mal que a ditadura fez pra esse país, a gente tá voltando pra trás! E tá individualizando um problema que não é individual. Por isso que tem um equívoco na questão da anistia, entende? Por isso que a indenização é equivocada. O custo social da ditadura... a gente tá pagando até hoje e os meninos que morrem assassinados pelo tráfico todos os dias, tão pagando até hoje.⁴¹⁴ (grifo nosso).

Nos dois episódios, discutindo o mesmo assunto, a narradora usou expressões que denotaram seus sentimentos: “isso me aflige”⁴¹⁵ ou “isso me aterroriza

⁴¹⁴ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

⁴¹⁵ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

profundamente”⁴¹⁶. Essa foi a forma encontrada por Teresa para expressar o quanto o tema era inquietante para ela. Na tribuna da Audiência Pública, a atitude de Teresa de não reconhecer e ao mesmo tempo propor à Comissão um método de trabalho para a instauração da verdade, pode ser entendida dentro da noção de local de agência, como definido por Arfuch, como o espaço-limite em que se entrelaçam verdade e poder. Se a Comissão tinha como objetivo principal investigar os crimes cometidos pelos militares e agentes repressivos da ditadura e trazer à tona a verdade sobre esses fatos, portanto, “descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado, dando voz às vítimas”⁴¹⁷, Teresa, enquanto uma militante perseguida, presa e torturada pela polícia política, não concordava com a forma como a Comissão conduzia os trabalhos, por não ultrapassarem o binômio torturado e torturador. Nesse sentido, o que parecia importar era somente: quem foi torturado, como foi torturado e por que foi torturado... sem de fato ter poder constituído e reconhecido para mover ações que visassem, efetivamente, culpar quem no passado torturou e criar precedentes para julgar e condenar as instituições que ainda usam livremente da prática da tortura, em muitos casos com o consentimento da sociedade brasileira. Embora a narradora já tivesse, possivelmente, questionado a Comissão em seus textos e entrevistas, agora ela, na tribuna, propunha mudanças dentro da própria estrutura de poder, tornando-o o local instituído para investigar os atos de violência, repressão e violações dos direitos humanos e não mais à margem dele.

A homenagem é o reconhecimento oficial do prestígio de um sujeito por alguma ação honrosa, portanto colocar o nome de Teresa na Comissão Estadual foi uma forma de reconhecer a relevância política da militante. Foi, porém, o reconhecimento de uma importância atrelada à militância do passado e não ao posicionamento político de Teresa no presente. É interessante notar que os membros da Comissão, após o falecimento da militante, de maneira reverencial, a homenageiam usando seu nome e sua história política para batizar algo com que ela não concordava, silenciando todas as críticas que Teresa fez ao âmago da Comissão, já que tais análises não foram consideradas. Reverenciaram a figura política, mas não as ponderações da militante. Quando Kieller

⁴¹⁶ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

⁴¹⁷ NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. A Comissão da Verdade no Brasil – Por quê? O que é? O que temos de fazer? Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Cartilha%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20N%C3%BAcleo%20Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

descreveu Teresa como uma “combatente incansável”⁴¹⁸, ponderava sobre sua luta pelos direitos humanos, mas, talvez, também estivesse se referindo à postura da militante na Audiência, pois ela foi incansável ao ser intransigente e crítica com a Comissão. Teresa finalizou seu depoimento anunciando aos membros da Comissão que eles estavam adentrando um espaço muito mais complexo do que imaginavam — não era uma mera batalha a ser vencida e sim uma guerra, que somente chegava ao fim para os sujeitos que morriam antes. Para Teresa, essa guerra já teve um fim.

Teresa foi a única entrevistada que mencionou, à nossa pesquisa, a participação na Audiência Pública e, portanto, a única a elaborar uma discussão crítica sobre aquele momento. Possivelmente os membros da Comissão se surpreenderam com a postura da militante, pois não perceberam, em um primeiro momento, que Teresa estava a criticar a Comissão quando “agradeceu” os 10 minutos concedidos a ela e propôs entregar por escrito o que ela tinha a dizer — a proposta de método de trabalho. Antes que a militante terminasse essa oração, uma integrante interrompeu Teresa e explicou que o texto também seria aceito, assumindo que o tempo era insuficiente. Supostamente ela não havia percebido que as ponderações de Teresa eram críticas à Comissão.

Voltando ainda ao depoimento da militante à Comissão, há mais um ponto a ser explorada, qual seja, a relação entre militância e maternidade. O retorno de Teresa à sua trajetória política durante os anos da ditadura está atrelado à maternidade de seu filho e de sua filha. Assim, no seu depoimento, ao falar das marcas que ficaram na vida de homens e de mulheres militantes, Teresa se volta para a sua história e, ao falar de si, menciona a maternidade.

Como sabemos, pelo capítulo anterior, a história de Teresa em relação à ditadura civil-militar, especificamente sua vida privada em relação a esse período, foi pouco abordada. Os estudos que analisaram sua trajetória política assim o fizeram a partir da noção de que Teresa, independentemente de ser mulher ou não, ousou uma militância em defesa da democracia durante um período de exceção. O conceito de militância não foi entendido entre articulações ou distanciamentos com as identidades de gênero, ou seja, a militância política de Teresa, consolidada por produções historiográficas e memorialísticas, não perpassou pela categoria de análise gênero.

Depois de termos entrevistado Teresa e conhecido sua história de vida, antes mesmo de analisar sua narrativa, já sabíamos que a escrita de si, o retorno que ela fez à

⁴¹⁸ KIELLER, M. *O histórico ...*, 2015, s/p.

sua militância, estava intrinsicamente conectado com a maternidade vivida durante o engajamento político. Somente nos restava saber quais conexões eram essas!? Sua narrativa deixava claro que seu protagonismo político somente poderia ser entendido se pensado a partir e através das questões de sua vida privada, em grande medida por seus sentimentos e ressentimentos em relação à maternidade. Assim, agora nos deteremos nas memórias maternas de Teresa para a análise de sua narrativa.

Na entrevista, não demorou muito para a narradora articular a maternidade à sua militância política. Em uma das prisões, a mais significativa de todas, definida por ela como “uma prisão pesada”⁴¹⁹, em junho de 1970, Teresa foi presa por agentes da DOPS ao ser associada ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro — MR-8, o que de fato foi um engano. Ela nunca havia militado nessa organização, mas a perseguição aos/às militantes da luta armada era desordenada. Teresa e o companheiro moravam com os pais dela, época em que seu filho tinha apenas quatro meses de idade. No dia em que os agentes da DOPS prenderam o casal, eles estavam sozinhos com o filho. No momento da prisão, os policiais queriam levar a criança junto e Teresa, assustada, mas consciente, convenceu-os a deixarem seu filho sozinho em casa. Era uma das situações mais difíceis vivida por ela, mas sabia que não poderia levar a criança. Temia por seu paradeiro e por sua vida: “Eu só tinha pavor de levá-lo”. E, de fato, durante as sessões de torturas com o delegado Sérgio Fleury, a militante deveria colaborar, senão a vida de seu filho corria riscos.

Durante o exílio no Chile, Teresa engravidou novamente e teve uma gravidez de risco por causa da violência das torturas. E, com o nascimento de sua segunda filha, as crianças passaram a morar no Brasil, enquanto Teresa permaneceu no Chile. A separação de seu marido e a constatação de que suas escolhas individuais, como a militância pela revolução, não deveriam pesar sobre seus filhos, fez com que Teresa voltasse ao Brasil e se entregasse à polícia. Para ela, cumprir a pena era uma forma de cuidar de seus filhos. Pensativa sobre as duas maternidades, a narradora nos conta que:

Acho que... a hora que eu fui presa, a decisão de deixar ele fora tinha dois aspectos, quer dizer, é... um, eu sabia que alguém ia cuidar dele que lá não ia e o segundo é que ele era uma arma na mão dos cara.[...] Quando eu me entreguei aqui, eu assumi a minha condição de mãe. E eu renunciei os meus sonhos de uma revolução.⁴²⁰

⁴¹⁹ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

⁴²⁰ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

A fala de Teresa Urban nos dá uma aparente percepção de que a militância e a maternidade são duas experiências inconciliáveis. Em certa medida isso até pode ser um fato, haja vista que, entre as mulheres entrevistadas, que falaram sobre a maternidade, essa ideia perpassava suas narrativas. Ao, contudo, analisar as experiências delas, constatamos que, se, por vezes, a maternidade não era compatível com a militância política, também não foi um empecilho, e, para essas mulheres, a militância também não era um obstáculo na decisão de terem filhos. A história de vida de Teresa permite que visualizemos melhor esse conjunto de relações entre militância e maternidade, já que a sua militância foi transpassada por essa experiência.

Ivonete Pereira⁴²¹, em seu estudo de caso sobre duas mulheres, uma brasileira e outra argentina, acerca da identificação delas com a militância e a maternidade, deixa claro como a relação familiar criada por Amelinha⁴²², durante sua clandestinidade, lhe assegurava certo anonimato, que fazia com que não houvesse desconfiança, da vizinhança, sobre quem ela era. Temos a impressão, ao ler o artigo de Pereira, que, de certa forma, a maternidade deu à Amelinha, no momento de clandestinidade, relativa segurança, já que tentava criar, frente aos vizinhos, a imagem de apenas uma dona de casa, mãe de família.

Se, por um lado, podemos ver a compatibilidade da militância de Amelinha com a maternidade, o mesmo não aconteceu na militância de sua irmã, Criméia.⁴²³ Margareth Rago⁴²⁴ analisou a trajetória de vida de Criméia, a única militante sobrevivente da Guerrilha do Araguaia⁴²⁵, presa em São Paulo em estado de gravidez. Segundo Rago, a

⁴²¹ PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan./dez. 2009.

⁴²² Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, era militante do Partido Comunista do Brasil, foi presa em 28 de dezembro de 1972, quando trabalhava na editorial do jornal do partido. Sobre sua história, ver: TELLES, Maria Amélia Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 284-292.

⁴²³ Criméia Alice de Almeida Schmidt era militante do Partido Comunista do Brasil. Foi presa em 1972 por ter participado da Guerrilha do Araguaia. Sobre a experiência de Criméia nesse período, ver: RAGO, Margareth. “Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia.” In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, SC: Editoras Mulheres, 2010; Entrevista com Criméia Alice de Almeida Schmidt. *Clio — Série Revista de Pesquisa Histórica*, nº 26, 2008.

⁴²⁴ RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 156-173.

⁴²⁵ Sobre a Guerrilha do Araguaia, ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das desilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. MORAIS, T.; SILVA, E. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração, 2005. POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. Documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

experiência de ser presa estando grávida foi muito dolorosa para a militante e, por mais que sua condição a tenha poupado de torturas físicas ou de violência sexual, as constantes ameaças à vida de seu bebê a aterrorizaram em todo o período da prisão. A relação entre mãe e filho também foi afetada pelo cárcere, pois foi negada a ela a prática materna da amamentação. Depois do nascimento da criança, os militares deram medicamentos para que o leite de Criméia secasse.⁴²⁶ Pela leitura do estudo de Rago, podemos sugerir que as experiências vividas por Criméia demonstram o quanto a relação militância e maternidade era algo incompatível para ela, pois, segundo a própria militante, o melhor naquele momento era ser independente, sem filhos, sem família, porque imaginar que eles poderiam responder pelas atitudes dela era muito difícil de conceber.

As narrativas autobiográficas de Amelinha, Criméia e, como veremos em nosso estudo, Teresa e muitas outras mulheres no estado do Paraná revelam o que significou, para elas, ter e cuidar de crianças pequenas em situações de clandestinidade e violência. Evidencia-se assim que a maternidade, enquanto uma prática social, foi vivenciada incessantemente pelas mulheres durante a ditadura civil-militar, e que essas mulheres grávidas, mães recentes ou com filhos pequenos participaram ativamente de tarefas políticas, desde grafiteagem, panfletagem, reuniões clandestinas e até a luta armada.

Ao evidenciar essas trajetórias, algumas questões se tornam provocadoras à pesquisa histórica: —Como essas mulheres estão entendendo e narrando suas experiências da militância e da maternidade? —Como essa relação é trabalhada pela historiografia da ditadura civil-militar no Brasil? Mas, uma pergunta reluz antes de qualquer outra: —Essa relação está sendo trabalhada pela historiografia da ditadura civil-militar no Brasil?

De maneira geral, chegamos a um impasse, pois, se na atualidade, temos diversos relatos, testemunhos de mulheres que narram suas experiências de militante e também de mães⁴²⁷, contrapondo-as, muitas vezes existe um vazio historiográfico em torno dessas narrativas. Alguns trabalhos no âmbito dos estudos de gênero e de viés

⁴²⁶ RAGO, *Memórias ...*, 2010. p. 170.

⁴²⁷ A metodologia da história oral, empreendida pelos pesquisadores e pesquisadoras, tem possibilitado o conhecimento de inúmeras histórias de vida de mulheres, que participaram da resistência à ditadura militar, a partir de suas narrativas. Um espaço que tem coletado diversos relatos das experiências de mulheres, no Brasil e em outros países da América Latina, é o Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, através do projeto “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”. Apesar de o projeto não investigar a maternidade vivida no período estudado, ela foi constantemente mencionada pelas militantes entrevistadas, fato revelado através dos estudos que analisaram essas narrativas.

feminista têm discutido essa relação, originando algumas considerações pertinentes, principalmente ao formular críticas não somente como a memória social sobre a ditadura civil-militar no Brasil vem sendo construída, mas como, dentro das pesquisas sobre o protagonismo de mulheres, durante esse período, a maternidade é discutida.⁴²⁸ Esses estudos têm mostrado que a maternidade durante a militância, em muitos casos, se trata de uma maternidade decidida de maneira consciente, já que são mulheres jovens que elegeram a militância como projeto de vida e, mesmo sabendo das complicações de serem mães nesse período, também elegeram a maternidade. E, naquele momento, para essas mulheres, não havia a necessidade de engravidar pela imposição do “relógio biológico”, que determinaria quando a mulher deve ser mãe, o que ressalta ainda mais a liberdade dessa escolha.

Outra questão é: —Não há como delinear a militância feminina sem adicionar à maternidade a sua indiscutível marca de gênero, somente as mulheres podem parir e, para elas, há uma parte desta prática que é inegável e, ainda, pouco explorada pelas/os historiadoras/es: —Como, em uma vida clandestina ou nas prisões, realizar o devido acompanhamento médico para o pré-natal? —Como enfrentar uma gravidez de risco, precisando estar em repouso e fugindo da repressão? —Como essas mulheres vivenciaram os partos feitos em situações de extremo risco, seja em aparelhos, no cárcere ou em centros clandestinos de detenção? —E os sentimentos de solidão e de desamparo vividos pelas mulheres que pariram e não tiveram o mínimo necessário à chegada dos recém-nascidos e das recém-nascidas e também não puderam amamentar? —A preocupação com a saúde dos bebês, já que não tinham acompanhamento médico?

⁴²⁸ Sobre esses estudos, ver: FERREIRA, Priscila von Randow; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. In: *Fazendo gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos*. 9. Ago. 2010, p. 1-8. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901_ARQUIVO_TrabalhocompletoFazgeneroMaternidadeenviado.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015. OBERTI, Alejandra. Que le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 13-30. PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan./dez. 2009. RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 156-173. REIS, Débora Ataíde. Militância e maternidade no contexto na Ação Popular. In: *Anais eletrônicos – VI Encontro Estadual de História*, 2013. Disponível em: <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/DEBORA-ATAIDE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015. KOERICH, Josiély. Mulheres militantes na ditadura militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. *Revista Santa Catarina em História*, v. 8, n. 1, 2014. WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul. *América do Sul. Aedos*, v. 5, n. 13, p. 117-131, ago./dez. 2013.

—Como dar conta da gestão do cotidiano com filhos pequenos, dada a inexperience por serem, muitas delas, mães pela primeira vez? —E os sentimentos de culpa e de angústia por precisarem deixar seus filhos com familiares, por temerem pela segurança deles? —Quais foram as estratégias, as adequações e os improvisos para conciliar militância e maternidade? —Será que alguns desses pontos, elencados acima foram identificados por essas mulheres durante a experiência da maternidade? —Qual era o modelo de maternidade que elas tinham?

Em se tratando de estudos no Brasil sobre a militância de mulheres, percebemos que, nos últimos anos, houve um crescimento na produção acadêmica, porém essa produção, embora seja consistente, ainda é restrita, ou seja, essa historiografia, por mais que não pretenda abranger a historicidade absoluta das experiências das militantes, não abrange muitas interfaces dessas experiências e uma das interfaces não contempladas é a maternidade. Talvez, para essa historiografia, a construção do perfil dessas mulheres não perpassasse pela maternidade, e sim por suas atuações como sujeitos ativos na luta, insurgindo no espaço público, político e masculino. Eram, ao mesmo tempo, opositoras e subversivas dos valores sociais, portanto atrelá-las às condições de sua identidade de gênero seria contraditório. Assim, a representação da militante, que tem em uma das mãos um fuzil e em outra o filho ou criança, é dificilmente imaginada por nós quando pensamos nas militantes brasileiras. Isso é diferente da imagem que temos das mulheres combatentes da Revolução Cubana, que foram representadas pelo governo pós-revolução como guerrilheira e mãe, já que essas duas *performances* se complementavam, reforçando a necessidade de a combatente continuar a servir o país cubano através da maternidade.⁴²⁹

As reflexões sobre militância e maternidade apresentadas até o momento evidenciam que a experiência da maternidade durante a ditadura civil-militar tem um papel primordial dentro da história da militância feminina ou se constitui por si só um

⁴²⁹ Ao analisar a experiência do protagonismo de mulheres, através da análise da memória das mulheres que lutaram na Revolução Cubana, a imagem acima citada foi mencionada por diversas combatentes em seus relatos. Em Cuba, as mulheres que atuaram no processo revolucionário são denominadas, pela sociedade e pela produção historiográfica, como combatentes. Essas considerações foram identificadas na Missão de Estudos do Projeto de Intercâmbio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidad de Holguín, do Programa CAPES/MES-CUBA, intitulado “Políticas Públicas de gênero no Brasil e em Cuba: aproximações, diálogos e desafios”. No estudo desenvolvido foram entrevistadas 12 mulheres combatentes no período de 1955 a 1960, da luta clandestina e do exército rebelde contra a ditadura de Fulgencio Batista, e posteriormente atuaram nas milícias femininas de defesa da Revolução de 1958 e foram fundadoras da Federação das Mulheres Cubanas. Uma dos resultados da pesquisa desenvolvida foi a constatação do silenciamento da participação das mulheres cubanas no processo revolucionário, e a construção da imagem masculina do revolucionário herói da Revolução Cubana.

campo de estudo, mas, ao ser pouco estudada, apesar de o tema já ser analisado por algumas/ns historiadoras/es, permanece ainda desconhecido. Assim, por mais que a experiência da maternidade na ditadura não seja o foco de nossa pesquisa, ao refletirmos sobre a história da militância feminina no estado, propusemos destacar, no interior dessa história, a experiência da maternidade, para que, assim, pudéssemos pensar a memória materna de Teresa, já que a experiência da maternidade é significativa para a compreensão de sua narrativa de si.

A narrativa de Teresa, em um primeiro momento, não atrelou a sua história de vida à ditadura. A militante descreveu com detalhes os episódios da ditadura civil-militar no Paraná e no país, citou nomes de companheiros e de companheiras e discutiu o aparelhamento e as políticas de diversas organizações de esquerda. Quando iniciou a narrativa sobre si, a postura de Teresa mudou, abaixou seu tom de voz, fez longas pausas, fixou seu olhar em um único local. Em outras ocasiões nos olhava seriamente, parecia estar pensando no que dizer ou, talvez, como materializar, pela linguagem, certos dilemas. Trabalhar com metodologia da história oral tem nos ensinado que a construção da narrativa pelos/as entrevistados/as, contém elementos que evidenciam informações que vão além da oralidade e, portanto, são elementos que também devem ser analisados pelo/a pesquisador/a. Se unirmos a voz ao corpo, visualizaremos que os olhares, os gestos, as expressões faciais, o posicionamento das mãos e os silêncios fornecem dados elucidativos para a análise da narrativa. Ao visualizarmos a mudança de postura da militante, percebemos que, no retorno que ela fez à sua militância política, trouxe à tona conflitos presentes em sua subjetividade.

Assim, por mais que a experiência da maternidade tenha surgido espontaneamente durante a entrevista, ao relatar uma de suas prisões, percebemos que Teresa se esquivava das questões que envolviam a maternidade e a relação que tinha, daquela época, com seu filho e sua filha, demonstrando certo desconforto em relação a esse assunto. Começávamos a entender que, para ela, a conciliação entre militância e maternidade era conflitante. Em suas palavras:

Como é que eu vou dizer isso pra você. Eu não sei se a maternidade é uma coisa que acontece num estalo assim de repente, entende? Por que senão eu acho que não teria tido esse filho e nem a segunda filha, quer dizer/ eu acho assim que a consciência do compromisso é uma/ é um processo! É um processo, é claro que se você tem um filho em condições normais, por que nada normal, nem a gestação foi normal nem a gravidez, nem nada foi normal! Quer dizer, eu não me dei tempo de curtir um bebezinho e esperar... porra! Eu estava fugindo da polícia, estava sabendo que qualquer hora ia dar merda, entende? E fui

adiante que nem uma louca! Nas duas vezes, na segunda vez eu achava que ia ter um golpe no Chile e eu tinha um bebê. Então, esse sentimento de maternidade e uma coisa que eu acho, que ele vem, ele vem com o convívio. **Eu não tive tempo de me preparar pra ser mãe, entende?** E quando eu fui viver com os meus filhos eu era uma pessoa que estava completa e acabada de todos os lados e carregando, naquele momento, **uma culpa do tamanho do mundo**, por que eram duas criancinhas que eu tinha gerado e que eu não tinha dado conta! Né?⁴³⁰ (grifos nossos).

A experiência da maternidade não estava às margens da militância e a tentativa da militante de se esquivar do assunto foi um sinal para que percebêssemos o quanto ainda eram muito latentes os conflitos de Teresa sobre essa parte de sua de vida. Sabemos que o momento presente interfere na rememoração do passado, portanto da narrativa. Logo, Teresa falou da maternidade vivida nos anos da ditadura, mas com sentimentos, emoções e ressentimentos pertencentes ao presente. A narradora carregava dentro de si uma culpa imensa pela mãe que ela não foi. Não ficou claro se essa culpa a seguia desde a primeira gravidez ou quando seguiu para o exílio e deixou seus filhos com sua família. Ao tratar da maternidade e não da sua militância política, Teresa assumiu que conduzia sua vida de militante atada à de mãe de forma impensada, em suas palavras, como uma “louca”⁴³¹. Quiçá, ela se autorrepresentasse dessa forma para se justificar frente a julgamentos, que pudessem existir, sobre sua atuação de mãe. Supostamente, parece-nos que a narradora queria se desvencilhar do sentimento de culpa, e buscava figurar o entendimento de que ela não poderia ser totalmente culpada por suas escolhas, decisões e atos. Até mesmo porque, como ela poderia ser uma boa mãe, dentro de um padrão socialmente aceito de maternidade, se ela não teve tempo de se preparar para ser mãe? Ao tocar nesse ponto, a narradora já introduzia a sua noção de maternidade, uma relação afetiva que se estabelece, entre mães e filhos, no convívio diário, rechaçando o entendimento de que seria algo inerente às mulheres. Teresa entendia a maternidade como uma construção social e cultural. Para ela:

[...] a maternidade, é... as relações que você cria com os filhos não são automáticas nunca! Isso é mito. É... acho que eu, talvez, tenha feito uma trajetória ao contrário, porque, como eu não tive eles pequenininho, eu... convivi, a partir do momento que eu comecei a conviver com eles, eu fui construindo uma relação muito forte e... e eles foram a minha âncora. No sentido de que eu precisava aportar em algum lugar, entende? E eles foram. Mas ela foi construída a partir do momento do convívio, talvez, se eu fosse mãe deles nesse período todo anterior eu

⁴³⁰ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

⁴³¹ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

não... a essas alturas do campeonato eu já tava, **tivesse cheia, de saco cheio da tal maternidade**, por que isso acontece. Mas, quer dizer, eu, como eu tive um tempo muito grande sem eles, como eu não pude curtir os meus bebês. Quando eu passei a conviver com eles foi muito bom, muito bom, nossa!⁴³² (grifo nosso).

As pausas e as entonações de voz permeiam esse trecho da narrativa, principalmente quando ela levantava a hipótese de que, se tivesse convivido com os filhos durante todo o tempo, talvez hoje pudesse estar de “saco cheio da tal maternidade”. Mas, o que a militante queria nos dizer através desta dúvida? Em outro momento, Teresa já havia insistido que a maternidade seria “um dever, Carla, é uma coisa meio assustadora. Eu tenho um pouco de medo dessa palavra maternidade, porque às vezes ela esconde tanta coisa”⁴³³. Ela não parecia se referir a seus filhos ou sobre a relação que havia estabelecido com eles, mas ao padrão de maternidade imposto às mulheres, o que a incomodava Teresa. E isso acontecia porque, possivelmente, em sua subjetividade, ela sentia o peso da mãe que ela não foi, quando era militante.

Eu diria que amor não tem nada a ver com isso [com padrões de maternidade], quer dizer... no sentido seguinte... como é que eu vou te explicar isso, meu Deus, cada conversa complicada... Quando a melhor coisa do mundo é voltar pra casa... é porque de alguma forma teu amor tá ali! Entende? Então é eu acho que é... não tem padrão [de maternidade], entende? E que a mulher pena pra caramba porque os padrões tão aí para cobrar coisa dela, né?! Por que ela não tem que ser só mãe, então é complicada essa conversa, porque ela também tem que ser eficiente no trabalho, ela não pode... vacilar por causa dos filhos, essas coisas todas, então, porra, o que que tá pesando mais o que que tá pesando menos em cada momento é difícil dizer! Mas, é, eu acho o seguinte, o meu termômetro, assim, é... durante muitos anos a melhor parte do meu dia era voltar pra casa. E... nada era melhor do que isso! Eu queria dizer mais uma coisa sobre isso... que veja, hã... é... é, eu acho que uma coisa que é importante assim, hã... que as crianças de qualquer jeito não fiquem excluídas dessa história... por que, não é como se eu tivesse começado do zero, não quero dar essa impressão. Eu era uma pessoa que tinha uma história e que à medida que esses meninos faziam parte dessa história, e à medida que a gente passou a construir uma história a três, eles herdaram minha história passada e isso nunca foi, nunca foi negado e eu nunca deixei é... que eles tivessem, é... soubessem tudo o que eles quisessem saber a respeito, entende? Por que eu achava importante que isso fosse claro, que o meu compromisso fosse um compromisso é... que eles, quando crescessem, pudessem compreender. Acho que hoje eles compreendem. **Quer dizer, que toda essa história é, tem a ver com a vida de todo mundo, que é uma história individual, que pode ser que o começo da vida deles tenha sido difícil e que algumas marcas ficaram, mas que a minha escolha não era individual, era**

⁴³² URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013..

⁴³³ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

uma escolha olhando até pro futuro deles, entende? Não sei se compreende isso. Eles não são uma coisa à parte, eu nunca deixei de contar a verdade pra eles. E aí eu fui aprendendo a lidar com essas coisas e a conversar e... e... responder na medida que eles perguntassem senão eles, sem esconder! Né? E... porque eles fazem parte disso, não voluntariamente, mas eles fazem parte. E... acho que deste ponto de vista não foi um erro. Acho que cada um tem uma personalidade muito bem definida, devem ter suas, suas partes cheias de interrogação em relação à relação com o pai e essas coisas todas, mas sempre que possível e quando eles querem a gente conversou ao longo da vida sobre todas essas coisas sem nenhum mistério.⁴³⁴ (grifo nosso).

A dificuldade de Teresa de conciliar sua militância com a maternidade ficou muito clara em sua narrativa. Foi preciso, portanto, que ela abandonasse o sonho da revolução para assumir sua condição de mãe. Sobre essa decisão, Teresa não parecia ter ressentimentos. A análise desse fragmento nos fornece detalhes de suas ideias sobre maternidade e possibilita ainda visualizarmos algumas contradições no discurso da narradora. Como já exposto, falar sobre a maternidade não era algo simples para ela. As interdições que construiu em sua fala eram sentidas, principalmente, pelas longas pausas, pelo volume e pela velocidade da sua voz. Assim, é compreensível que a narradora, para delinear sua maternidade, tenha precisado antes questionar os padrões de maternidade, principalmente o modelo socialmente aceito daquela época – o de mãe zelosa e totalmente dedicada a seus filhos. A crítica do quanto esse padrão oprimia as mulheres que não se enquadravam nele foi a forma de Teresa ressaltar que não haveria apenas uma forma de experienciar a maternidade, já que se tratava de uma construção de afeto e não de uma relação naturalizada. Por outro lado, a crítica de Teresa também deixava transparecer que, apesar de ela recusar esse padrão de maternidade normativo, ele ainda era o parâmetro utilizado para pensar sua maternidade.

Para efeito de análise, citaremos novamente uma parte do fragmento acima exposto: “toda essa história tem a ver com a vida de todo mundo, é uma história individual, que pode ser que o começo da vida deles tenha sido difícil e que marcas ficaram, mas a minha escolha não era individual, era uma escolha olhando até pro futuro deles, entende?”⁴³⁵. Sabemos que Teresa, no passado, reconheceu que não deveria mais sobrepor a militância à maternidade. Isso significa, portanto, que renunciou à sua militância para ser mãe, retornou do exílio, se entregou à polícia política e cumpriu sua condenação. Mesmo assim, no entanto, contraditoriamente, no final do discurso, a

⁴³⁴ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

⁴³⁵ URBAN, *Entrevista* ..., 26 abr. 2013.

militante pareceu reabilitar a militância, e criar um sentido de que ser militante foi um projeto pessoal, fruto de uma escolha individual, porém a militância era um projeto coletivo que visava à luta pela liberdade e pela democracia do país.

As ideias apresentadas por Teresa no final do fragmento pareciam tão complexas para ela que nos perguntou se estávamos compreendendo sua linha de raciocínio. Percebíamos que o momento era emblemático para a narradora — ela estava a reinventar a sua subjetividade a partir de seus conflitos com a maternidade. Logo, eram os ressentimentos da mãe que ela não foi que redesenhavam sua narrativa sobre a militância. A narrativa de si, conforme já discutimos, é uma prática de relação renovada de si para consigo e também para com o outro. Nesse sentido, se, para outras narradoras do nosso estudo, essa prática se relacionava com os outros, com Teresa foi com ela mesma. Retomar as memórias sobre sua militância estabeleceu uma relação de força de si para si mesma. Isso foi, conforme a teoria de Deleuze⁴³⁶, um trabalho estético dela sobre si mesma, um trabalho com o qual ela construiu um novo olhar para a sua própria história e para a sua experiência da maternidade.

A nova história que a narradora contava era uma “história a três”, ou seja, com seus filhos foram incluídos e entrelaçados à sua história, não somente porque a herdariam, mas porque Teresa não iria excluí-los novamente. Já então a maternidade dela se impregnava de novos significados. Teresa, portanto, foi uma mãe que, apesar de ter sido ausente na vida de seus filhos — quando pequenos —, conseguiu, mesmo que tardiamente, estabelecer uma “relação muito forte”⁴³⁷ com eles. Ainda assim, contudo, a reconfiguração da maternidade não deixou de ser uma tentativa de repensar o sentimento de culpa, que não estava, necessariamente, ligado ao fato de ter engravidado durante a militância, mas por não ter dado conta de cuidar e de conviver com seus dois filhos desde o nascimento. Então, conforme a militante, “e... acho que deste ponto de vista não foi um erro”⁴³⁸.

Na narrativa autobiográfica, Teresa se defronta com o rememorar de lembranças que, *a priori*, deveriam ser esquecidas, mas, não conseguindo criar uma prática de esquecimento, vai narrando, malgrado o mal-estar que tais lembranças ainda lhe causem. A narradora resistiu em falar sobre a maternidade, mas foi difícil rememorar sua militância política sem atravessar os dilemas e os conflitos da experiência da

⁴³⁶ DELEUZE, *Conversações ...*, 2013. p. 127.

⁴³⁷ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

⁴³⁸ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

maternidade. No depoimento à Comissão Nacional pela Verdade e na narrativa à nossa pesquisa, Teresa salientou que, apesar de algumas marcas terem ficado na história e na vida de seus filhos, ela sabia que eles estavam bem. Mesmo assim, isso não amenizava os conflitos em relação à maternidade, que pertenciam à sua subjetividade e lá persistiam.

Quase no final da entrevista questionamos a narradora se ela mudaria algo em sua trajetória de militante — estávamos curiosos em saber se Teresa, antes de finalizar sua fala, iria retornar ao tema da maternidade. Em resposta, diz ela:

Eu confesso que eu dei uma... atenção muito pequena pra para minha vida pessoal nesse processo todo, assim então... algumas coisas ficaram de lado, entende? Se eu faria algo de diferente... não sei, talvez... Isso era uma coisa que eu tinha que fazer e isso dava um trabalhão danado, então, me cuidar, ter relações afetivas estáveis, esse tipo de coisa nun/ nunca deu tempo. Se eu olho pra trás, eu podia ter feito diferente? Não sei! Acho difícil responder, sabe? Se eu poderia ter prestado mais atenção em mim mesma, se eu poderia ter tido uma história afetiva mais estável, não sei... não sei, é tão difícil responder isso. Mas eu sei que, que eu tava numa guerra... em desvantagem absoluta a partir do momento em que eu caí no mercado e que eu tinha que cuidar dos meus filhos e que eu tava sozinha e que eu já/ eu queria, é, vamos dizer assim: e/ e/ eu não aceitava a possibilidade de ser um um/ de continuar sendo um peso pra minha família. Então eu fui à luta e fui e deu certo, mas foi uma batalha, né?! E daí não sobrou acho que... nem tempo pra compartilhar com outras mulheres, eu acho que eu continuei sendo uma pessoa meio sozinha, entende? Que essa marca ficou. **Eu presto atenção, ouço muita história, converso muito, mas de dividir, de fazer isso que eu estou fazendo com você agora, eu não sou muito de fazer.**⁴³⁹ (grifo nosso).

No trecho citado, nele podemos perceber novamente as pausas e a repetição de algumas palavras. Teresa gaguejou em alguns momentos e se calou em outros. A intencionalidade de apresentar a transcrição da narrativa desta forma foi tornar visível o quanto era difícil e emblemático para Teresa falar sobre si. É interessante ressaltar que a pergunta feita à militante se relacionava ao engajamento político, embora não estivéssemos diferenciando ou separando o público/militância do privado/vida pessoal. Curiosamente, porém, Teresa apenas se referiu às mudanças que faria em sua vida privada. Talvez, despercebida, não notou que nos referíamos à militância, por estar conectada com uma leitura do passado que vasculhava a vida pessoal à procura de outras possibilidades de interpretação da sua militância. Se, porém, fôssemos apostar em um motivo, seria o fato de a narrativa — a pesquisa — ter despertado tantos

⁴³⁹ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

questionamentos subjetivos que Teresa quis falar sobre si e, portanto, não identificou mais a inconciliabilidade entre militância e maternidade.

Por quê? Porque... você não é a primeira pessoa que faz isso e porque eu acho que tem que falar e falar e falar até que isso fique claro. Até que, até que os danos causados pelo regime militar... fiquem claro pra sociedade, entende? Acho que tem que falar, nem que fale sozinho, nem que falem que ninguém aí que ninguém ouça, mas que não dá pra ficar quieto. Eu nunca fiquei, assim nunca me recusei a falar, eu acho que tem que falar, agora... eu só tenho o olhar um pouco divergente sobre as coisas, eu acho que tem falar da ditadura como fenômeno político muito danoso para este país.

Carla: Como? Falar...

Teresa: Sobre a ditadura como processo político muito danoso pro país e não como a minha história, isso é uma coisa, assim... acho que toda essa minha bá lá lá lá lá lá lá é porque eu tento... te passar um olhar que não seja um olhar da minha vida e, entende? Só da minha vida.⁴⁴⁰

Teresa propôs que todos nós deveríamos falar e falar demasiadamente sobre o período histórico, para que todos pudessem conhecer as consequências danosas, que perduram até hoje no país, mas — notadamente — ela não falou muito sobre a ditadura, sua narrativa expunha muito mais a sua vida em relação à ditadura. Era uma prática que, como confessou, não tinha como costume fazer, ou seja, a de dividir seus dilemas e sentimentos atrelados à sua subjetividade.

Possivelmente a entrevista concedida por Teresa à nossa pesquisa foi uma das últimas vezes que ela tratou sobre o tema.⁴⁴¹ Ao considerarmos suas palavras, ela o fazia de uma forma distinta das demais ocasiões em que contou sua história em relação à ditadura. Temos clareza de que o convite que fizemos à militante para nos narrar seu protagonismo político provocou, de alguma forma, que ela reinterpretasse suas memórias, mas parece-nos que Teresa já vinha há algum tempo travando alguns duelos com suas memórias, principalmente com suas memórias maternas e a militância política. Como nos explica Rago, “reinventar-se significa despedir-se de quem um dia fomos, a fim de construirmos outras subjetividades, dando passagem a novas formas de

⁴⁴⁰ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

⁴⁴¹ Para que nossa afirmação não pareça leviana, é importante ressaltar que procuramos, em diversos meios de comunicação, entre jornais impressos e *sites* da internet, entrevistas com Teresa depois da data da nossa conversa. Encontramos inúmeras entrevistas, todavia, eram reedições de entrevistas já feitas há bastante tempo e recentemente foram novamente publicadas pelo falecimento de Teresa. Não queremos insinuar que a última vez que a militante tratou do tema tenha sido durante a entrevista que fizemos com ela, mas, se levarmos em consideração que não encontramos entrevistas após aquela data e que Teresa faleceu dois meses após a entrevista à pesquisa, podemos sugerir que nosso encontro pode ter sido a última entrevista de Teresa.

expressão”⁴⁴². Ficamos a nos perguntar se, possivelmente, foi por esse motivo que Teresa se havia permitido construir um percurso narrativo tão singular – que exprimiu dimensões de sua subjetividade – e tão distinto das suas outras narrativas. Diante de nossas análises, poderíamos afirmar que essa foi a maneira como Teresa rememorava seu passado, muito perto do final de sua vida.

Finalizando nossas interpretações sobre a memória de Teresa e a reinvenção de sua subjetividade na reconstituição de si mesma, voltamos a ouvir sua entrevista, já que, de certa forma, a narrativa da militante ainda despertava algumas inquietações, especificamente sobre a experiência da maternidade e suas relações com a militância política. Não era pelo fato de entendermos que, de forma conclusiva, a análise produzida estivesse incompleta ou completa, até mesmo porque não partíamos do princípio de que esgotaríamos todos os temas apresentados pela narradora. Todavia nossas reflexões permitiram um novo olhar sobre a mesma entrevista. Assim, o retorno à entrevista não somente aguçou as inquietações, como permitiu o sentido de que ouvíamos outra entrevista, como se Teresa tivesse sido entrevistada por uma segunda vez. Retornamos à leitura das considerações acima expostas e, ao mesmo tempo em que concordávamos com elas, saltava-nos à mente a possibilidade de traçar um outro percurso analítico. Em verdade, Teresa havia subvertido nossa análise sobre a relação militância e maternidade. Assim, antes de simplesmente desconsiderar e de refazer nossa análise, o que de fato não era o caso, decidimos propor novas perguntas: —E se os conflitos subjetivos da militante não estivessem vinculados à maternidade, mas a militância? —E se fosse o caso de Teresa, de fato, nunca ter renunciado à militância — como parecia?

As expressões usadas por Teresa, como “eu sempre fui fora do eixo”, “eu sempre fui uma criatura meio atravessada” e “não era uma criatura muito conformada, nunca fui!”, foram a forma de a narradora se autorrepresentar como uma rebelde desde a infância. Os duelos travados com sua mãe na defesa do seu direito de escolher um projeto pessoal, nesse caso o jornalismo – uma profissão considerada, naquela época, masculina –, representavam a alteridade de Teresa em relação às mulheres de sua família. Sua irmã, depois de terminar os estudos do colegial, casou-se, “era a regra” e suas primas foram para a universidade cursar Ciências Naturais, curso que preparava

⁴⁴² RAGO, *A Aventura ...*, 2013. p. 152.

para a licenciatura e, portanto, uma graduação socialmente aceita para as mulheres. Teresa marcava, com sua narrativa, um lugar distinto.

Essas experiências, ao serem narradas, acentuaram ainda mais a intransigência de Teresa, e o quanto, para aquela época, ela foi a excentricidade em pessoa. Parece-nos que não há um momento da narrativa em que ela não constrói essa personalidade rebelde. Damos um salto e retornamos a sua postura na Comissão Nacional pela Verdade. Como já expusemos, a posição política e as críticas de Teresa à Comissão denotam ainda essa personalidade e que a militância persiste e dá sentido à sua vida: “Sabe o que é, Carla, é porque eu... eu acho que eu transferi meu gás pra questão ambiental e eu continuo muito viva, muito agitando”. Ou seja, a militância é constituinte de sua vida e Teresa personifica a militância.

Retornemos ao primeiro fragmento da narrativa de Teresa sobre a maternidade, onde ela diz: “a hora que eu fui presa, a decisão de deixar ele fora tinha dois aspectos”. A narradora estava se referindo ao momento específico daquela prisão, em que deixou seu filho sozinho em casa, ou estava a falar da militância política? Teresa não mencionou se a gravidez de seu primeiro filho foi planejada. Apenas disse que teve liberdade para engravidar. Talvez falasse de sua família ou da organização de esquerda a que estava ligada, todavia não temos elementos para determinar se a maternidade foi uma escolha pessoal para Teresa. Parece-nos, porém, que, até o momento da sua prisão, a experiência da maternidade – gestação e poucos meses de nascimento de seu filho –, para ela era conciliável com sua militância, mas os desdobramentos que se seguiram à sua prisão começam a mudar a visão que Teresa tinha dessa relação.

Quando eu decido vir pra cá eu come/ e me entregar, **eu acho que eu começo a ter uma... é, eu acho que... é umas coisas que você pensa de repente depois pode se arrepender de falar. Mas assim, é como se eu tivesse decidido a não mudar o meu destino.** Quando eu me entreguei aqui, eu assumi e a minha condição de mãe. [...] E eu renunciei os meus sonhos de uma revolução. Pode até dizer que já estava sepultado, pode ser que estivesse, mas é, digamos assim, eu decidi vir me entregar porque eu achava que ser presa aqui, cumprir a pena, era um jeito de eu começar a cuidar dessas crianças!⁴⁴³ (grifo nosso).

Nesse fragmento Teresa produziu uma interdição à sua narrativa. Ao falar sobre o tema, a militante, entre silêncios e dilemas, buscou uma maneira consciente de estruturar sua narrativa, pois parecia se preocupar com a dimensão do nosso

⁴⁴³ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

entendimento sobre suas palavras. Com hesitações, a narradora assumiu que seu destino era ser mãe, mas, antes de pronunciar tal constatação, assumiu também que poderia se arrepender de suas palavras. Supostamente, para ela, ao dizer que seu destino era a maternidade, estaria negando para si mesma – e em uma entrevista sobre sua vida, que possivelmente tinha como objetivo construir um perfil – a importância que a militância teve em sua vida. A expressão: “se arrepender de falar” mapeia o conflito de Teresa ao refletir sobre a experiência da maternidade, que parece ter sido um destino não escolhido para si e lhe foi imposto pela sua identidade de gênero, pois a maternidade é uma função social feminina, portanto recaíram sobre ela as gestações e os cuidados do filho e da filha. Em algum momento Teresa precisou fazer escolhas e, conseqüentemente, assumir renúncias. Será que ela renunciou ao sonho da revolução? É nesse sentido que propomos o seguinte eixo interpretativo: a leitura do passado de Teresa está vinculada ao exercício da militância, que foi atravessada pela maternidade.

Assim, talvez pudéssemos pensar que o retorno da militante ao Brasil – depois do exílio – foi uma estratégia para retornar, pois somente estando no país ela poderia dar continuidade à sua ação política. Não desconsideramos os seus sentimentos de que deveria retornar e cuidar seus filhos, mas não podemos descartar a hipótese descrita acima. Ora, é aí que se encontra uma questão fundamental, a de que se nós, na formulação da análise, não conseguimos deixar os sentimentos de Teresa por seus filhos à margem, Teresa muito menos ao rememorar o seu passado político. E, assim, como tratar de tais questões?

Hã... Nos primeiros anos acho que a coisa mais fundamental pra mim era estabelecer uma relação de equilíbrio mínimo com as crianças, né?! Isso me pesava e se eu disser que não me pesa até é mentira, porque sempre foi uma coisa, assim, hã... não é culpa, é outra coisa... é uma sensação de responsabilidade, eu com relação a tanto de sofrimento que eles tiveram por conta de uma decisão minha, né?!⁴⁴⁴

Outro elemento, o sentimento de culpa narrado por ela em outro momento, parece estar no passado, quando ela cumpriu sua condenação e, muito fragilizada e sozinha, precisou dar conta de sua vida profissional e familiar. No momento da narrativa, o sentimento ficou percebível à militante, mas não era culpa, senão a responsabilidade do que a sua militância fez a suas vidas.

Teresa não abandonou a militância, e talvez seja por isso que os conflitos com a maternidade ainda existam. A nova mirada que Teresa teve sobre si mesma, pela e

⁴⁴⁴ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

através da narrativa de si, foi um modo de subjetivação, dentro do que Rago entende como “a criação de um espaço subjetivo próprio como abrigo para instalar-se e organizar a própria vida”⁴⁴⁵, pois, como afirma Butler, o sujeito encontra a possibilidade de potência dentro da sua própria subordinação.⁴⁴⁶

Continuamos a entender que a maternidade e a militância são inconciliáveis para Teresa, contudo parece-nos que não foi a identidade de militante que não lhe permite de ser mãe, mas a experiência da maternidade que lhe impede de desempenhar o projeto pessoal pela ação política.⁴⁴⁷ Essa relação produz sentidos, entre eles, o conflito subjetivo que aponta para um trabalho sobre si em vista de reconstituir uma ética do eu. Trata-se de uma relação de força que produz a reinvenção de sua subjetividade, já que falar da militância e da maternidade é um conflito subjetivo, pois Teresa parece ter ressentimentos de abandonar a revolução por uma imposição do destino e de sua identidade de gênero e, ao mesmo tempo, tocar em um tema que pode no presente criar ressentimentos e ressignificar a relação materna com seus filhos.

Por fim, Teresa, quando aceitou contribuir com a pesquisa, sabia que estávamos interessados em saber sobre a sua história de vida durante a ditadura no Estado, pois havíamos deixado claro que a pesquisa tratava de protagonismos femininos na política. A narrativa de Teresa seguiu o encaminhamento que demos à entrevista, ou seja, provocamos a sua rememoração. Suas memórias não estavam dadas, pré-elaboradas e à espera da verbalização. A memória não é um depósito de lembranças, é “um fenômeno construído social e individualmente”⁴⁴⁸. Segundo Queiroz, na relação entrevistador/a e entrevistado/a, “desde o início da coleta do material, quem comanda toda a atividade é o pesquisador, pois foi devido a seus interesses específicos que se determinou a obtenção do relato”⁴⁴⁹. Quando a narradora revelou que não havia compartilhado sua história da maneira tão subjetiva, possivelmente ela questionou o nosso método de trabalho, não muito diferente do que fez com a CNV. Talvez, ao expor tantos dilemas e conflitos,

⁴⁴⁵ RAGO, A *Aventura* ..., 2013. p. 141.

⁴⁴⁶ FURLIN, *Sujeito* ..., 2013. p. 397.

⁴⁴⁷ É importante considerar que o projeto pessoal pela ação política das mulheres teve inúmeros desdobramentos para a vida das militantes, especialmente dada à violência política adotada pelos *órgãos* públicos da *segurança* na ditadura militar. Portanto as dificuldades e empecilhos a militância foram diversos, porém estamos neste momento a problematizar os aspectos subjetivos entre maternidade e militância.

⁴⁴⁸ POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. v. 5. n. 10, p. 200-212. 1992. p. 204.

⁴⁴⁹ QUEIROZ, *Relatos*, ..., 1988. p. 18.

sentimentos e contradições, ela não concordasse que a história da ditadura deveria passar pelo viés interpretativo da sua vida privada.

Cecília, Lídia e Teresa — três mulheres que relembrou seus protagonismos políticos com sentimentos do presente. Suas narrativas autobiográficas se nutrem das recordações e das sensações do passado para exprimir diferentes dimensões de suas subjetividades. O que moveu a narrativa de si dessas mulheres? Há várias possibilidades de interpretar o sentido dessas narrativas autobiográficas, entre elas as motivações que estão relacionadas ao:

[...] sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.⁴⁵⁰

Por fim, para Rago, as mulheres feministas, ao se aventurarem a contar sobre si, foram ousadas, disseram a verdade, não enquanto conhecedoras da verdade pela experiência de ter vivido o período histórico, mas, sim, por terem posto em risco o que pensavam, com franqueza e sem dissimulações. Consideramos que todas as militantes entrevistadas para a nossa pesquisa também se aventuraram pela narrativa de si. Partimos do pressuposto de que a militância política de mulheres em luta contra a ditadura foi o caminho para o agenciamento político delas mesmas. De tal forma assim pressupomos que interpretamos as autobiografias como uma possibilidade de invenção subjetiva de gênero, problematizando, como fizeram, o gênero e dele fazendo um local possível de resistência ou como fizeram do ato de lembrar uma possibilidade de se reinventarem como sujeitos políticos. Passamos agora às reflexões finais da tese, discutindo como a singularidade e a pluralidades de vozes na militância constroem uma história possível da militância política de mulheres no Paraná contra a ditadura civil-militar.

⁴⁵⁰ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. 204 p.

4. REFLEXÕES FINAIS

Alessandro Portelli nos fornece uma informação bem precisa sobre o trabalho até aqui realizado nesta tese: “A arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir”.⁴⁵¹ E, ao longo deste estudo, ouvimos muito. Foi uma miscelânea de vozes femininas. Essas muitas vozes femininas, ao contarem suas memórias, tiveram um “cuidado de si”, um trabalho de produção da própria subjetividade, ou seja, isso dito na linguagem foucaultiana, tiveram um trabalho de escultura de si a partir de práticas da liberdade. As histórias contadas sorrateiramente nos seduziam. Traçamos, assim, um percurso para definir nosso método de análise, para que as narrativas autobiográficas não fossem interpretadas “como uma totalidade fechada em si mesma e não na singularidade num dado campo discursivo”⁴⁵².

Marcamos uma postura política ao refletirmos sobre a resistência dessas mulheres à ditadura civil-militar e a constituição de suas subjetividades na e pela militância. Problematicamos como uma memória histórica tem construído um lugar político de heroísmo, subalterno e invisível, para essas militantes. Para contestar, evidenciamos o protagonismo feminino, sem que isso significasse erigir heroínas. De toda forma, os embates subjetivos com o risco do fascínio e a alteridade, foram mediados, quando aprendemos com Portelli, que “a objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais”⁴⁵³. Interpretar é não estar em consenso com quem narrou sua vida, é entender que, no momento de utilizar o relato, segundo Queiroz, as “intenções do narrador serão forçosamente sacrificadas”⁴⁵⁴, embora tenhamos um compromisso ético com esses sujeitos —e com nosso ofício— “de não usar o material da entrevista de forma que possam prejudicar a pessoa de quem o obtive, nem a ela desagradar”⁴⁵⁵. Ademais, ainda precisamos concordar com Albuquerque

⁴⁵¹ PORTELLI, *Tentando ...*, 1997. p. 22.

⁴⁵² ALBUQUERQUE JUNIOR. *História ...*, 2007. p. 200.

⁴⁵³ PORTELLI, op. cit., p. 26.

⁴⁵⁴ QUEIROZ, *Relatos ...*, 1988. p. 18.

⁴⁵⁵ PORTELLI, op. cit., p. 14.

Júnior, pois “por mais bem intencionado que o historiador esteja em relação ao buquê de memórias que tenha coletado, ele terá de deflorá-las para poder gestar a História”⁴⁵⁶.

A *performance* da escrita de Rago⁴⁵⁷, a “letra viva”, agregou mais consistência ao nosso método interpretativo. Assim, ética também significa não recuar diante das vivências preenchidas de dilemas, de derrotas, de ressentimentos, de frustrações e, do outro lado, não avançar somente em dimensões que exprimem realizações pessoais, paixões, utopias, coragem e ousadia. A ética é, portanto, não deletar as ambiguidades das situações vividas, mas também não imputar atributos que venham a corromper suas trajetórias, modificando suas autorrepresentações construídas no ato de lembrar.

É nesse sentido que focalizamos as narrativas vivenciais das militantes políticas, enquanto leituras subjetivas que se inscrevem em marcos sociais e políticos. Ao conhecermos as trajetórias das militantes, uma breve análise das narrativas mostrou muito mais aproximações e poucos distanciamentos em sua trajetória de vida, já que praticamente vivenciaram a experiência da participação política na mesma época. Mesmo assim, no entanto, pelo caráter subjetivo de suas vivências, cada uma delas se situou de forma distinta em relação ao passado. Cada uma delas teve uma dinâmica particular de narrar, contudo poderíamos dividir as narrativas em duas estruturas: as analíticas, que refletiram sobre o comportamento, as escolhas e as ações do passado, e as outras, descritivas e generalizantes, em que o relato se compunha de fatos sucessivos e sem muita reflexão.

Percebemos como as mulheres estruturaram suas narrativas. Algumas trataram suas vidas como espetáculos, criaram a ilusão de uma vida livre e aventureira, intensa e espetacular às margens da ilegalidade ou da transgressão. Por outras vezes, o tom do relato foi vitimado, quando apresentaram os momentos difíceis por que passaram. Também, ora as narrativas são cômicas, quando elas próprias ironizaram suas escolhas em alguns momentos vividos ou quanto a concepções que tinham naquele período. Praticamente todas as narrativas das militantes paranaenses iniciaram com cenários oníricos. Elas escolheram enredos de grande pompa, como se precisassem de um simbolismo inicial para as suas histórias. Para muitas, foi pelo legado da tradição familiar que construíram os significados de suas vidas. Descreveram a si mesmas como mulheres cultas que questionaram as identidades de gênero desde muito cedo, e

⁴⁵⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, op. cit., p. 2007.

⁴⁵⁷ SELIGMANN-SILVA, *Viver no ...*, 2013, p. 14.

ênfâtizaram a independência de suas ações, como mulheres que escolheram a militância por um impulso subjetivo de rebeldia e pela justiça social.

O percurso autobiográfico das mulheres foi interpretado a partir da crítica à “ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu⁴⁵⁸, que entende o relato biográfico ancorado no pressuposto de “que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”⁴⁵⁹. Segue, portanto, que, na construção da memória há uma série de artifícios e de sínteses que fazem parte da construção de uma mirada para o passado, um olhar que precisa ser unificador, coerente, organizado, idílico, romanceado, um olhar que se relacionasse com legados maternos e paternos e se misturasse com outras experiências de ordem pessoal e afetiva. As militantes não podem ser interpretadas como sujeitos fechados e com destinos marcados, mas, sim, como produtoras de diversas identidades e de subjetividades.

Temos aprendido com Passerini que não há modelos de identidade feminina ou de militância. Estabelecer parâmetros é, portanto, um erro, pois se empobrece a possibilidade de perceber o processo de subjetivação de cada uma delas. A autora, em diversos textos sobre memórias de mulheres com a violência política, diz estar cada vez mais convencida de que

[...] a identidade feminina não pode, enfim, ser definida com base em um comportamento ou uma atitude empirista. Nem as formas de emancipação, em si, nem a referência genérica a outras mulheres torna possível a fundação de uma identidade. Esta reside muito em um contínuo ir-e-vir e os vários componentes de si mesma, bem como com outros sujeitos [...] Um conceito de identidade desse tipo não obedece a regras prévias: as mulheres não precisam se adequar a uma certa modalidade a fim de serem sujeitos. O único critério é o da individualização de cada uma, o da subjetivação de cada uma das mulheres.⁴⁶⁰

Cecília, Ligia e Teresa não são modelos que traduzem a militância política das mulheres no estado do Paraná, muito menos suas vidas servem como uma amostra para se pensar a trajetória de mulheres na resistência à ditadura. Cada uma delas construiu de uma maneira distinta a sua ação política. São processos de agenciamento político muito próprios. Logo, não percorrem os mesmos traçados subjetivos, até mesmo porque cada

⁴⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996. p. 183-191.

⁴⁵⁹ Ibidem. p. 184.

⁴⁶⁰ PASSERINI, *Feridas*, ..., 2011. p. 74.

uma das entrevistadas identificou sua trajetória como singular dentro da militância de mulheres contra a ditadura civil-militar no estado. A individualização das militantes ocorre, contudo, através da dialética entre a igualdade e a diferença em relação às outras, já que os dois termos, alternadamente, são indispensáveis para o processo de autorreconhecimento.

Assim, por mais que as narradoras tivessem atuado politicamente e tivessem vivenciado os desdobramentos de suas escolhas em um mesmo período, suas ações políticas foram constituídas na singularidade e na pluralidade. Logo, a história da militância feminina precisa também ser interpretada à luz da noção da diferença. Tais argumentos explicam as reflexões e as escolhas subjetivas do terceiro capítulo. —Por que escolhermos Cecília, Lúcia e Teresa e não outras militantes? Não há algum elemento na vida dessas mulheres ou na estrutura de suas narrativas que explique o porquê de elas terem sido escolhidas. A história de qualquer uma das entrevistadas produziria o mesmo sentido que tivemos: é a partir do processo de ir-e-vir subjetivo que poderemos pensar a constituição de uma história de mulheres na luta contra a ditadura no estado. É esse processo que possibilita compreendermos como essas mulheres se constituíram como sujeitos políticos em um determinado período da história. Como suas memórias construíram e constroem um lugar político a partir do ato de tomar notas sobre si e, em paralelo, criam novas formas de ação política no presente.

As militantes continuam, cada uma a seu modo, a militar por um mundo mais justo e igualitário. Entre elas está Lúcia, que atualmente é coordenadora da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária — AMAR, uma organização não governamental — ONG de defesa da justiça ambiental. Está também Noemi, que concentra sua militância na música, é produtora do Programa “Choro Vivo, Tradição e Tendência do Gênero Brasileiro”, da Rádio Educativa. Lúcia continua a trabalhar com questões voltadas às mulheres. Cabe também mencionar Clair, que advoga diversas ações populares, entre elas uma que solicita a anulação do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Neide é integrante da Comissão Estadual da Verdade no Paraná. Todas elas engendraram novas formas de ações políticas, e uma delas foi continuar a falar sobre o período da ditadura, seja em espaços oficiais como a CNV ou para pesquisadoras/os, postura que tem um sentido político, o de problematizar o passado pela voz daquelas que viveram o período.

Essa postura problematiza ainda a relação que elas mantêm com o passado político, dimensionando se foram capazes de arquivar o passado ou se fizeram outras

apropriações das experiências vividas. É nesse sentido que a narrativa exprime uma necessidade de repensar a própria trajetória, de avaliar suas ações e de perguntar se valeu a pena ter vivido tudo o que se viveu. Temos então um trabalho de memorialização das experiências que traduz o desejo de renovação interna e de afirmação de existir diferentemente no presente.

Esse trabalho estético não é um exercício fácil. Izabel percorreu esse caminho ao relatar, em uma única só vez, sua história. Temos a impressão de que tudo o que se referisse à ditadura foi deixado para trás pela militante, restando-lhe apenas a sua memória, que continuava a existir dada a insistência do próprio ato de rememorar, do exercício de retornarmos, por vezes, aquilo que desejamos esquecer. Izabel iniciou seu depoimento expondo que, para aquele momento, havia resgatado uma memória negada por ela há muitos anos, pois continha uma “história que eu sempre fugi de contar”⁴⁶¹. Segundo ela, a sua história e a de Luís Andrea, em relação à ditadura militar, já havia sido tratada em diversos meios, mas era uma história incompleta, pois as minúcias do ocorrido não haviam sido reveladas, até mesmo porque “a gente nunca teve oportunidade de entrar em detalhes bem dolorosos e que até hoje machucam muito”. Parece-nos que a militante identificou que a Audiência era a ocasião oportuna e legítima para narrar o que havia acontecido ao casal, trazendo à tona sentimentos e detalhes de uma história de militância a dois contra a repressão, em que ela, por meio da sua memória, era a única porta-voz da memória de seu marido, falecido em 2011.

Izabel retornou a falar sobre o passado em forma de depoimento a uma Comissão Nacional que buscava, mediante a sua narrativa, elucidar os fatos ocorridos em Nova Aurora com a organização VAR-Palmares. Parece-nos, porém, que o depoimento narrado à Comissão foi revestido de um novo sentido pela militante. Há exatamente 43 anos atrás ela também prestou depoimentos na mesma cidade, quando estava presa no Quartel do Exército e era interrogada e torturada pelos militares. Mesmo assim, no entanto, Izabel não se apresentou à Audiência como uma das vítimas da ditadura, mas, sim, para, segundo Leonor Arfuch, “dar pruebas desde otro lugar, cuya autoridad se construye justamente en el relato: el de sobreviviente”⁴⁶². Assumir a posição de sobrevivente é sobrepor-se às consequências devastadoras da repressão e da violência, é recordar para denunciar, é, conforme Arfuch, o lugar de agência, onde se

⁴⁶¹ Depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, ocorrida no dia 27 de junho de 2013.

⁴⁶² ARFUCH, *Narrativas ...*, 2012. p. 54.

entrecruzam identidade, verdade e poder. No presente de sua vida, testemunhar a experiência traumática se revestiu em um novo significado para Izabel. Ela reconstruiu sua identidade de militante, constantemente negada e apagada por ela mesma no decorrer dos anos da vida posterior. Izabel instaura assim um espaço de verdade e de poder com a sociedade, ao denunciar as atrocidades que ela e seu marido sofreram e a nomear os seus algozes. Na tribuna da Comissão, muito emocionada, pronuncia nomes que há muito tempo não foram mais verbalizados por ela. Izabel narrou cada um deles: Coronel Emídio de Paula, do Batalhão da Fronteira de Foz do Iguaçu — Capitão; Coronel José Vasconcelos Krueger, do Batalhão da Polícia Militar de Curitiba; o Capitão Júlio Roberto Cerdá Mendes; e o tenente Mário Exedito Ostrovski.

Durante a pesquisa duas militantes faleceram — Teresa Urban e Adair. Depois da entrega da tese para a banca de avaliação, soubemos que Teresinha Cardoso tinha falecido no dia 22 de outubro de 2015. É difícil mensurar o sentimento que tivemos, já que havíamos, em um curto prazo, ouvido suas histórias. Depois do ocorrido retornamos às gravações e, de certa forma, nos sentimos privilegiados pelo momento das duas entrevistas, pela oportunidade de ter ouvido suas histórias em suas casas e participado, por um fragmento de segundo, de suas existências. Elas não silenciaram suas histórias, seja conversando conosco ou em outras oportunidades. Percebemos que as memórias das militantes, memórias que ainda estão invisíveis, independentemente de quais motivos ou razões, se perderão com suas vidas e, assim, de certa forma, elas assumem a própria invisibilidade.

A escrita da tese se iniciou com as histórias de vida. Entende-se, portanto, que o final de nosso estudo não deva ser diferente. A importância do imaginário — sonhos, imagens, mitos, fantasias — para a construção das autorrepresentações foi um elemento que se destacou no momento da interpretação das narrativas. Como sublinha Passerini⁴⁶³, na autorrepresentação — combinação de estratégia e espontaneidade — há uma característica que conecta a oralidade com a dimensão simbólica: a comicidade, ou seja, como por vezes os sujeitos releem fragmentos do passado pelo viés da libertação subjetiva: o riso. Teresa nos contou sobre sua decisão de retornar ao Brasil para cumprir sua condenação e, assim, voltar para a legalidade. Presa no Presídio de Piraquara, Teresa resolveu fazer greve de fome, pois entendia que sua prisão deveria ser em um espaço próprio para presas políticas. A estratégia teve resultados e ela foi, por

⁴⁶³ PASSERINI, op. cit., p. 49.

intercessão da Igreja Católica, para o Convento das Irmãs Vicentinas. Sobre o episódio diz ela:

O arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, ele foi arcebispo durante muito tempo. Ele não era de esquerda, não era nada, mas minha mãe era uma grande católica. Intercedeu junto às autoridades militares, é, pra... que eu fosse transferida sob a responsabilidade para um convento. Sempre ter como pano de fundo o seguinte: Eu não era a pessoa mais perigosa e tinha sido condenada numa situação muito absurda e tinha duas crianças e eu estava doente! E aí... e era filha de uma senhora muito piedosa, muito católica. Daí eu fui transferida lá de Piraquara, muito mal. Eu não lembro, eu estava inconsciente. Eu só lembro que eu acordei, isso eu lembro claramente, eu acordei num quarto muito branco, com aquelas cortinas, biombos brancos, assim... e uma freira, muito branca, com aquelas chapéus assim, se lembra que usavam, as vicentinos, de roupa branca e copo de suco de laranja. E eu lembro que abri o olho e disse assim: ‘Putá que pariu, morri!’.

Carla: Imaginei que você ia falar isto!

Teresa: ‘E o céu existe’!! Aí eu lembro que foi muito desconcertante. E eu cumpri minha pena lá.⁴⁶⁴

⁴⁶⁴ URBAN, *Entrevista ...*, 26 abr. 2013.

FONTES

Entrevistas:

AZEVEDO, Neide Lima. 82 anos. Entrevista em 9 de março de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

BOAS, Rosilei Vilas. 54 anos. Entrevista em 8 de novembro de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

CARDIERI, Ligia Aparecida. 69 anos. Entrevista em 9 de novembro de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

CARDOSO, Teresinha. 69 anos. Entrevista em 12 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

CARRICONDE, Noemi Osna. 69 anos. Entrevista em 10 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

FORTES, Elizabeth Franco. 70 anos. Entrevista em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

FRANCO, Ana Beatriz. 65 anos. Entrevista em 20 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

GARÇONI, Cecília de Cristo, 67 anos. Entrevista em 9 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

LUCASKI, Lídia. 72 anos. Entrevista em 7 de novembro de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

MARTINS, Clair da Flora. 70 anos. Entrevista em 11 de julho de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

PASSOS, Zélia de Oliveira, 74 anos. Entrevista em 2 de novembro de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

SOUZA, Adair Terezinha Chevônika. 74 anos. Entrevista em 18 de maio de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

URBAN, Teresa. 66 anos. Entrevista em 26 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

Entrevistas que compõem o acervo da tese:

ZAMBONI, Tosca. 56 anos. Entrevista em 19 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

ALBUQUERQUE, Maria Celi de. 73 anos. Entrevista em 24 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

LOPES, Maria Goretti. Entrevista em 9 de novembro de 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

RIBEIRO, Carmem Regina. 66 anos. Entrevista em 15 de agosto 2012, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

CORDEIRO, Albina Pedrina. 62 anos. Entrevista em 12 de julho 2013, Curitiba. Entrevistadora: Carla Cristina Nacke Conradi. Acervo da autora.

Depoimento:

FAVERO, Izabel. Depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, ocorrida em 27 de junho de 2013.

Acervo Documental da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/PR:

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Adair Terezinha Chevônika Souza. Nº 00027. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Adair Terezinha Chevônika Souza. Fichário Provisório Individual – n. 8929. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Ana Beatriz Fortes. Nº 00166. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Cecília Sanches de Cristo. Nº 02569. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Cecília Sanches de Cristo. Fichário Provisório Individual – n. 10588. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Atos de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Clair da Flora Martins. Nº 00744. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Clair da Flora Martins. Fichário Provisório Individual – n. 16529 Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Atos de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Clari Izabel Favero. Nº 002369. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Clari Izabel Favero. Fichário Provisório Individual – n. 2156 Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Elizabeth Franco Fortes. Nº 01397. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Elizabeth Franco Fortes. Fichário Provisório Individual – n. 14676. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Lídia Lucaski. Nº 02545. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Lídia Lucaski. Fichário Provisório Individual – n. 22480. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Ligia Aparecida Cardieri Mendonça. Nº 02553. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ligia Aparecida Cardieri Mendonça. Fichário Provisório Individual – n. 25481. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Linda Bulik. Nº 02556. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Neide de Azevedo Lima. Nº 02980. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Neide de Azevedo Lima. Fichário Provisório Individual – n. 2166. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Noemi Osna Carriconde. Nº 03054. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Noemi Osna Carriconde. Fichário Provisório Individual – n. 07731. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Teresa Urban. Nº 05896. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Teresa Urban. Fichário Provisório Individual – n. 05281. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Zélia de Oliveira Passos. Nº 004774. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Zélia de Oliveira Passos. Fichário Provisório Individual – n. 30716. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes Círculo Feminista de Londrina. Nº 00737. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Dossiê Escola Oficina. Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes à Movimento Feminino pela Anistia. Nº 02927. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes Teatro Bonecos Dadá. Nº 04496. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes 1º Congresso da Mulher/Curitiba. Nº 00895. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

Ato de Declaração. In: Documentos/Informações referentes DP Nova Aurora. Nº 004966. Acervo da DOPS. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Criméia A. S. de; LISBÔA, Suzana K.; TELES, Janaina de A.; TELES, Maria Amélia de A. (Orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial, 2009.

ALVARES, Angélica Ramos; PRIORI, Ângelo Aparecido. A ditadura civil-militar e os primeiros aparatos repressivos: Os IPMS zona norte do Paraná. In: *Anais do XIV Encontro Regional de História*. 1962-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil. 2014. p. 1925-1937.

AMORIM, Mario Lopes. *Oficina: liberdade e cooperação (1973-1986)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, 1993. Universidade Federal do Paraná.

ARFUCH, Leonor. Narrativas del yo y memorias traumáticas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 45-60, jan./jun. 2012.

_____. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio Janeiro: EDUERJ, 2010.

As mulheres e a ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=41816>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

Atrás de portas fechadas. Direção Danielle Gaspar; Khishna Tavares. [S.I.]: Documentart Filmes, 2015. 1 DVD (73 min).

BACK, Lilian. *A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)*. Florianópolis, 2013. 212 p. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1990.

BIOGRAFIAS da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. *Sem liberdade, eu não vivo* – mulheres que não se calaram na ditadura. Curitiba, PR: Editora Compactos, 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes & AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis. n. 10, v. 5, p. 430-452, 2013.

BRUNELO, Leandro. Operação Morumbi no Estado do Paraná. In: PRIORI, A. et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [on-line]. Maringá, PR: Eduem, 2012.

_____. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi nas terras das araucárias*. Maringá, PR: Eduem, 2009.

BUTLER, Judith. *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.

CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964 – 1978)*. Curitiba, PR: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006.

CAMARGO, José Jailton. *Perfis políticos e resistência: o Paraná e a ditadura (1964-1985)*. Curitiba. 2013. 128 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. *Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970*. Marechal Cândido Rondon, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CANTARELA, Roberta. *O teatro paranaense no período da ditadura militar (1964-1985)*: Notas de uma pesquisa no Arquivo Público do Paraná. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de História da Educação. Cascavel, 2008.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, p. 179-203, 1994.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteira do milênio*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFGRS, 2001. p. 43-44.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, UFPel, v. 10, dez. 2004.

CORÇÃO, Mariana. *Os tempos da memória gustativa: Bar Palácio, patrimônio da sociedade curitibana (1930-2006)*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. *Patrimônio e Memória*. Unesp, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 155-181, jan./jun. 2012.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista Sociologia Política*. Curitiba. n. 22, p. 195-208, jun. 2004.

ENTREVISTA com Criméia Alice de Almeida Schmidt. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, Pernambuco/UFPE, nº 26, 2008.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79, ago. 2002.

FERREIRA, Priscila von Randow; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. In: *Fazendo gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos*. 9. Ago. 2010, p. 1-8. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277_901ARQUIVO_TrabalhocompletoFazgeneroMateridadeenviado.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*, v. 24, nº 47. São Paulo, 2004.

FISCHER, Erica. *Aimeé & Jaguar – uma história de amor, Berlim 1943*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FONTOURA JR. Antônio. *Pornotopias conjugais*. Representações e subjetividades no surgimento do swing no Brasil. Curitiba. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. São Paulo: Graal, 2007.

_____. Michel. *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Sociedade e Cultura*. Goiânia. v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013.

GASPAROTTO, Alessandra. DUARTE, Selma Martins. Memórias de militantes e militares sobre a ditadura no Brasil. In: *Anais do IX Simpósio em História/I Simpósio Nacional em História Trabalho Cultura e Poder*. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2009, p. 37-51.

GASPAROTTO, Alessandra; VECCHIA, Renato della; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta por verdade, memória e justiça no Brasil. *Espaço Plural*. Ano XIII, n° 27, 2° semestre 20012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das desilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUEDES, Carla. *Sílvia Calciolari*. Disponível em: <<http://digital.odiario.com/geral/noticia/844359/silvia-calciolari/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A ditadura civil-militar e a "politicalha interiorana": Análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maraoui em Nova Londrina-PR. Maringá, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá.

HAGEMAYER, Rafael Rosa. 1968: a derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *1968 faz trinta anos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de los Angeles González. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba, PR: Imprensa Oficial, 2000.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon. n. 21, p. 78-88, 2º semestre 2009.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI* [on-line]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 31-45.

KIELLER, Márcio. O histórico legado da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. Disponível em: <<http://sindijorpr.org.br/artigos-interna/5/artigos/5696/o-historico-legado-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana-%E2%80%93-teresa-urban>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

KOERICH, Josiély. Mulheres militantes na ditadura militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. *Revista Santa Catarina em História*, v. 8, n. 1, 2014.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 13-37.

MACHADO, Ângela Alves. *Mini Congresso de Curitiba à liberdade*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:e1SW3Sd_35oJ:www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/AngelaAMachado.htm+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 8 ago. 2015.

MAGALHAES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba, PR: SEED, 2001.

_____. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17 n. 34, 1997.

Maria Celina D'Araujo. O AI-5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres, luta de poder: a organização de mulheres em Curitiba, 1952-1982*. Curitiba: UFPR, Monografia de Graduação, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varias História*. Belo Horizonte/UFMG, n. 28, p. 178-200, dez. 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "MEC/USAID" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

MORAIS, T.; SILVA, E. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração, 2005. POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. Documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MOREIRA, Rosemeri; WOLFF, Cristina Scheibe. A ditadura militar e a face maternal da repressão. *Espaço Plural*. v. X, p. 56-65, 2009.

MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ética, sexualidade e política/Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

NASCIMENTO, Mirian Alves do. *A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai (1964-1985)*. Florianópolis, 2014. 238 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *As batalhas da memória sobre a ditadura brasileira*. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/nacional/batalhas-da-memoria-sobre-ditadura-brasileira>>. Acesso em: 21 set. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. A Comissão da Verdade no Brasil – Por quê? O que é? O que temos de fazer? Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Cartilha%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20N%C3%BAcleo%20Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

O Golpe de 1964 e a luta feminina por espaço na memória. Entrevista especial com Cristina Wolff. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/529997-a-luta-feminina-por-es-paco-na-memoria>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

OBERTI, Alejandra. Que le hace el gênero a la memória? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.) *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 13-30.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; CALCIOLARI, Sílvia; SAHD, Fábio Bacila. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura no Paraná*. Curitiba, PR: DHPaz, 2014.

PALMAR, Aluísio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba, PR: Travessa dos Editores, 2006.

Pasquale explica o porque, porquê, por que e por quê dos defensores do golpe. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/pasquale-explica-o-porque-porque-porque-e-por-que-dos-de-fensores-do-golpe>>. Acesso em: 2 set. 2015.

PASSERINI, Luísa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, v. 15, p. 398-405, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.) *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007.

PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan./dez. 2009.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Por que não mataram todos em 1964? (Porquê não mataram todos em 1964). Disponível em: <<http://gilbertoamendolablog.tumblr.com/>>. Acesso em: 2 set. 2015.

Por que não mataram todos em 1964? Por Tânia M. S. Oliveira. Disponível em: <<http://www.ptnosenado.org.br/site/noticias/ultimas/item/47959-artigo-por-que-nao-mataram-todos-em-1964-por-tania-m-s-oliveira>>. Acesso em: 2 set. 2015.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*. São Paulo, n. 15, abr. 1997.

PRIORI, Ângelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). In: *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012.

PRIORI, Ângelo et al. A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: PRIORI, Ângelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [on-line]. Maringá, PR: Eduem, 2012. p. 199-213.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes von. *Experimentos com histórias de vida* (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

_____. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 156-173.

_____. Memórias Insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas. *Labrys*. v. 15-16, p. 10-50, 2009.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Versões e ficções*: a luta pela apropriação da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura 40 anos depois – (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusp, 2004.

REIS, Débora Ataíde. Militância e maternidade no contexto na Ação Popular. In: *Anais eletrônicos – VI Encontro Estadual de História*, 2013. Disponível em <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/DEBORA-ATAIDE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*. USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2º sem. 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RONCAGLIO, Cynthia et al. Os arquivos do DOPS do Paraná. *Quadrilátero – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-52, mar./ago. 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto; FIUZA, Alexandre Felipe. A DOPS e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. *Revista HISTEDBR On-line*. Campina, n. 45, p. 101-114, mar. 2012.

_____. Movimento estudantil paranaense: uma análise a partir das fotografias dos Congressos Estaduais durante a ditadura brasileira. *X ANPED SUL*. Florianópolis, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. Relendo a história do feminismo. In: *A cidadã paradoxal*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2002.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos; CEFET-PR, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Viver no feminino – uma mais sete histórias de vida. In: RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se – feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

SILVA, Ana Lúcia. *Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o Regime Militar (1975-1979)*. Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá.

SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2009.

SINGER, Paul. O feminismo e o feminino. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, Florianópolis, v. 27, n. 54, 2007.

SOUZA, Deusa Maria de. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Florianópolis, 2011. 233 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

SWAIN, Tânia Navarro. História: construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

SZNICK, Valdir. *Tortura histórica: evolução, crime, tipos e espécies*. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1998.

TELLES, Maria Amélia Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 284-292.

TELLES, Norma. Duas mil léguas pelos sertões & Duas mil léguas pela cidade. *Labrys, Estudos Feministas*, n. 19, jan./jun. 2011.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP*. São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

URBAN, Teresa. *1968 – ditadura abaixo*. Curitiba, PR: Arte & Letra, 2008.

URBAN, Teresa. Comissão Nacional da Verdade em Curitiba. Depoimento de Teresa Urban. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rgXxWW_DxwU>. Acesso em: 10 abr. 2015.

VEIGA, Ana Maria. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades*. Florianópolis, 2013. 397p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural*, v. 21, p. 43-56, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 23, p. 975-989, 2015.

_____. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (On-line), v. 5, p. 117-131, 2013.

_____. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone Sul. *Tempo e Argumento*, v. 5, p. 451-471, 2013.

_____. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Org.). *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011. p. 31-48.

_____. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, p. 124-130, 2009.

_____. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 19-38, 2007.

_____. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil; 1968-1974. In: WOLF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Org.). *Leituras em rede: gênero e preconceitos*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2007. p. 95-111.

WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). *Histórias na ditadura*. Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p. 159-180.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim da. Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). *INTERthesis* (Florianópolis), v. 10, p. 190-211, 2013.

WOLFF, Cristina Scheibe; SOUSA, Deusa Maria. Estratégias de gênero na denúncia dos desaparecimentos: Argentina e Brasil. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 109-122.

ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao Movimento Estudantil em Curitiba-Paraná (1964-1969)*. Marechal Cândido Rondon, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ZERBINE, Tereza. 1979. *Anistia: a semente da liberdade*. São Paulo: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1979.